

Eloisa Rosalen

**VIDAS (ENTRE) LAÇADAS: RELAÇÕES DE GÊNERO NAS
MEMÓRIAS DO EXÍLIO BRASILEIRO (1964-1979)**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
História/PPGH da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do título de mestre em
História.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Dias
da Silveira

Co-orientadora: Profa. Dra. Joana
Maria Pedro.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosalen, Eloisa

VIDAS (ENTRE) LAÇADAS : RELAÇÕES DE GÊNERO NAS MEMÓRIAS
DO EXÍLIO BRASILEIRO (1964-1979) / Eloisa Rosalen ;
orientadora, Aline Dias da Silveira ; cocorientadora,
Joana Maria Pedro. - Florianópolis, SC, 2016.
287 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, . Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Ditadura brasileira. 3. Exílio. 4.
Memórias do Exílio. 5. Relações de Gênero. I. Dias da
Silveira, Aline . II. Pedro, Joana Maria. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em História. IV. Título.

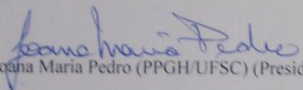
**Vidas (entre) laçadas: Relações de gênero nas
memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**

Eloisa Rosalen

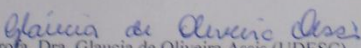
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

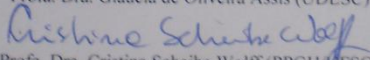
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

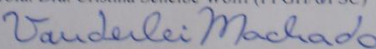
Banca Examinadora


Profa. Dra. Joana Maria Pedro (PPGH/UFSC) (Presidenta e Co-Orientadora)

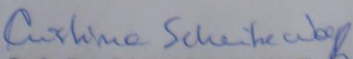
Profa. Dra. Aline Dias da Silveira (PPGH/UFSC) (Orientadora)


Profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis (UDESC)


Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (PPGH/UFSC)


Prof. Dr. Vanderlei Machado (UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Cândido (PPGH/UFSC) (Suplente interno)


Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 25 de abril de 2016

Dedico este trabalho a minha mãe Iria Rosalen (*in memoriam*) e a todos os sujeitos que vivem entrelugares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao meu pai por me auxiliar e sempre acreditar que de alguma forma o que eu faço é importante, mesmo quando não entende o que significa um mestrado.

A minha irmã Elisa, que além de uma ótima irmã, é uma boa corretora de português! Obrigada por fazer com as várias dificuldades fossem superadas ao longo desse percurso, pela leitura atenta do meu texto, e pelos incentivos constantes.

À Lilian que leu e comentou a minha dissertação e a minha vida. Obrigada por todos os comentários feitos e pelas constantes conversas que sempre mantivemos!

À Tamy que dividiu todo este percurso comigo, que além de ler e comentar os meus textos, eu dividi as lágrimas e as alegrias do mestrado. Obrigada pelo companheirismo, pelas palavras amigas e pelas trocas que foram muito importantes.

À Giulia que em suas visitas à Florianópolis sempre me auxiliou para eu dividir entre momentos de lazer e momentos de trabalho. Obrigada pela amizade incondicional, por fazer com que eu conseguisse tirar férias e por entender as minhas angustias durante este período.

Ao Marcelo pelo carinho, pela trilha sonora chilena e pelas longas conversas que sempre me fizeram repensar a minha vida.

Ao Igor Queiroz (*in memoriam*) que me ensinou serenidade e humildade em um espaço tão hierárquico como a pós-graduação.

Às amigas e aos amigos do LEGH com quem dividi angustias, discussões e muita comida gostosa. Tamy, Lucimari, Mariane, Andréia, Gustavo, Camila, Musa, Heloísa, Dayanne, Rafael, Gleidiane, Cintia, Tauana, Lídia, Kelly, Fernando, e Danielle, obrigada pelas trocas e pelas comidas.

À Bruna, Laura, e Sabrina, amigas das antigas, que se esforçaram em dedicar um dia do mês para que o tempo não levasse embora a nossa amizade. Estar com vocês e seus bebês sempre me fizeram perceber que podemos ter uma família para além daquela sanguínea e que no final das contas o que importa é o amor!

Ao Renato, à Onete e à Lari que mesmo na ausência estão sempre presentes. Obrigada por compartilhar um pouco dessa vida louca com vocês!

Aos colegas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC), que sempre proporcionaram boas discussões para a vida e para pesquisas acadêmicas.

Aos meus *conquilini*, Ilzo, Naiara, Jorge e Cristhian, por fazer de todos os dias cada novo dia, pelo apoio incondicional, e pela infinita paciência.

Às professoras Aline Dias da Silveira e Joana Maria Pedro pelas ótimas orientações, paciência e dedicação que tiveram comigo. Também agradeço por terem acreditado em mim e no meu trabalho.

À professora Joana Maria Pedro por garantir com financiamento que esta pesquisa fosse possível.

Às professoras Albertina de Oliveira Costa e Sonia Giacomini por terem conversado comigo e pelas indicações de entrevistadas. Sem estas indicações, esta pesquisa não seria possível.

À banca de qualificação, nas professoras de Cristina Scheibe Wolff e Gláucia de Oliveira Assis, pelas valiosas recomendações, comentários e críticas que me fizeram repensar os vários aspectos desta dissertação.

Às entrevistas Anônima 1, Anônima 2, e Anônima 3, Carmem Maria Craidy, Marisa Jordan, Sandra Macedo, Angela Muniz, Elizabeth de Vargas e Silva e aos entrevistados Geronimo Machado e Vilson Rosalino. Obrigado por dedicaram um tempo de suas vidas em me receber, explicar e responder as minhas (muitas vezes) inconvenientes perguntas. Com cada um/a de vocês aprendi muito e tenho uma admiração muito grande!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para a realização desse mestrado. Eu tenho certeza que sem bolsa tudo seria mais difícil.

A vida não é o que deveria ter sido e sim o que foi.
Cada um de nós é a sua própria história real e imaginária.
Ferreira Gullar

RESUMO

Durante a ditadura civil-militar muitos brasileiros/as deixaram o Brasil no intuito de preservar a vida, escapar da repressão ou perseguição, banidos, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outras circunstâncias que estiveram presentes. O objetivo desta dissertação é verificar de que maneira as relações de gênero e os laços (familiares, afetivos e os conjugais) estiveram presentes nas memórias do exílio político da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1979). Desta forma, busco perceber a partir destas duas lentes as importantes relações hierárquicas constituídas ou rompidas no deslocamento exilar e na vida cotidiana do novo contexto. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa foi de 1964 com o golpe de estado até 1979 com a Lei de Anistia. O processo de (auto) exclusão vivido de maneira heterogênea se tornou alvo de inúmeras memórias que emergiram durante ou após este período. Desta forma, são fontes para esta dissertação os dois livros do *Projeto Memórias do Exílio*, autobiografias publicadas, e entrevistas de história oral realizadas para esta pesquisa. Ao longo da pesquisa foi possível perceber a construção hierárquica na qual é pautada a categoria exílio, a influência das relações de gênero para o deslocamento exilar, e as rupturas que o exílio possibilitou com a estadia no exterior. Um ponto muito importante que catalisou novas leituras, mudanças de perspectivas, e transformações comportamentais foi o contato com o feminismo realizado no exterior durante o exílio, e que atravessa todas as análises desta dissertação.

Palavras-chave: Ditadura brasileira. Exílio. Memórias do exílio. Relações de gênero. Laços.

ABSTRACT

During the civil-military dictatorship many Brazilians left their country in order to preserve life, to escape from repression or persecution, by different ways: been banned, autoexile, to accompany family members, and any other circumstances. The objective of this dissertation is to check how gender relations and the relationships (family, affective, and marital) were in the memories of political exile of the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1979). Therefore, I seek to perceive from these two lenses the important hierarchical relationships established (or broken) in the exile displacement and everyday life on the new context. The timeline established for this research was from 1964, with the coup d'etat, until 1979, with the Amnesty Law. The process of (self) exclusion heterogeneously experienced became the target of many memories that emerged during or after this period. Thus, the sources for this thesis are two books of *Exile Memories Project*, autobiographies and oral history interviews, these last ones taken to this research. During the research, it was revealed the hierarchical construction in which is guided the exile category, the influence of gender relations to the exile displacement, and the split-ups enabled by the exile during the time abroad. An important point, which catalyzes new readings, changes of perspective, and behavioral changes, was also the abroad contact with feminism, what goes through all the analysis of this thesis.

Keywords: Brazilians dictatorship; Exile; Memories of Exile; Gender relations; Relationships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI 5 – Ato Institucional nº 5
AP – Ação Popular
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ALN – Aliança de Libertação Nacional
COLINA – Comando de Libertação Nacional
UEE- RS – União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul
JUC – Juventude Universitária Católica
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria Chileno
MLF - Mouvement de liberation des femmes
MRT - Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
POC - Partido Operário Comunista
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. CAPÍTULO 1: EXÍLIO E GÊNERO	33
2.1. O EXÍLIO E SUAS COMPLEXIDADES	45
2.2. AS MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS DO EXÍLIO BRASILEIRO	58
2.3. QUEM SÃO OS SUJEITOS DO EXÍLIO?	61
2.4. A HISTORIOGRAFIA <i>GENDER-BLIND</i> DO EXÍLIO	69
2.5. GÊNERO, EXÍLIO E CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS	74
3. CAPÍTULO 2: DESLOCAMENTOS E CHEGADAS	101
3.1 DESLOCAMENTOS EXILARES E RELAÇÕES DE GÊNERO	105
3.1.1. Laços conjugais e deslocamentos exilares	108
3.1.2. Desacompanhados/as e deslocamentos exilares	146
3.1.3 Deslocamentos e (res)sentimentos de culpa	159
3.1.4 Silêncios	166
3.2 CHEGADAS E ESTRANHAMENTOS	170
4. CAPÍTULO 3: NO EXÍLIO: CONFLITOS E REARRANJOS FAMILIARES	177
4.1 NOVAS PRÁTICAS DE AFETO NO EXÍLIO	181
4.2 REARRANJOS FAMILIARES: CONSTRUINDO NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES NO EXÍLIO	196
4.3 REFORÇANDO FUNÇÕES: O TRABALHO DOMÉSTICO NO EXÍLIO FRANCÊS	228
4.4 OUTROS SILÊNCIOS	250
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
6. FONTES	261
6.1 Livros de memórias e autobiográficos	261
6.2 Entrevistas	262
6.3 Depoimentos em evento	263
7. REFERÊNCIAS	265

1. INTRODUÇÃO

A partir do golpe de estado e com implantação da ditadura civil-militar¹ no Brasil, em 1964, muitas pessoas (militantes, políticos, intelectuais, entre outros) buscaram o exílio no intuito de preservar a vida, escapar da repressão ou perseguição, banidos, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outras dinâmicas. Durante ou após esse período, várias memórias foram escritas e recolhidas nas suas mais diversas formas, como: autobiografias, livros de memórias recolhidos e entrevistas de história oral. Estas memórias hoje são ricos materiais para pesquisas e serão as fontes deste trabalho.

Nesse sentido, com esta pesquisa de mestrado, tenho como objetivo verificar de que maneira as relações de gênero e os laços (familiares, afetivos e os conjugais) estiveram presentes nas memórias do exílio político da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1979). Desta forma, busco perceber a partir destas duas lentes as importantes relações hierárquicas constituídas ou rompidas no deslocamento exilar e na vida cotidiana do novo contexto. De modo a contemplar a problemática proposta, a ideia desta pesquisa se divide em três objetivos específicos: primeiramente, busco perceber como foram articuladas as categorias de gênero e exílio tanto por parte da historiografia quanto pelos/as exilados/as; em segundo momento analisar como e o que foram narrados sobre as relações de gênero e o exílio, no que diz respeito às saídas e deslocamentos exilares; e em terceiro lugar analisar de que maneira as narrativas focalizaram as mudanças das relações de gênero na vida cotidiana que os/as exilados/as tiveram nos lugares de destinos.

O recorte temporal escolhido foi de abril de 1964 até agosto de 1979. Essa definição se deu com base no objeto, já que as primeiras

¹ As discussões acerca da definição e da nomenclatura da ditadura brasileira, realizada por vários historiadores/as, passam por um debate amplo e importante. Os/as historiadores/as chamam atenção sobre a participação, além de militares, de civis e de empresários na ditadura, como poder ser visto em: CAMPOS, Pedro. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 539 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012 e REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. No entanto, como o objetivo dessa pesquisa não é discutir a participação dos vários setores na instauração e manutenção das ditaduras, irei utilizar o termo ditadura civil-militar como nomenclatura, uma vez representa a participação dos diversos setores.

partidas ao exílio aconteceram em virtude do golpe em 1964 e o retorno a partir da Lei de Anistia nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Entretanto, nem todas as pessoas dirigiram-se ao exílio no momento do golpe ou retornaram a partir da Anistia. As partidas e os retornos ocorreram de formas muito diferentes para cada sujeito e, em muitos casos, o retorno para o Brasil nunca aconteceu definitivamente.

Conforme será mais bem detalhado no primeiro capítulo (e explicitado no Apêndice E) os sujeitos exilados selecionados para a pesquisa, a partir da pesquisa de campo, são homens e mulheres adultos. Sobretudo, também se trata de uma grande maioria de sujeitos de identidade étnico-raciais brancas, das camadas média e provenientes de centros urbanos. Da mesma forma, por uma questão de recorte espacial, escolhi pesquisar/analisar as memórias daqueles sujeitos que deixaram o Brasil para outros países e não daqueles que viveram processos de exílio interno.

Muito se tem falado a respeito do exílio, como se pode ver nas pesquisas realizadas por Denise Rollemberg, principalmente, no livro *Exílio: Entre raízes e Radares*, em que a autora busca contar o exílio a partir dos mais variadas ângulos, como políticos, histórico, pessoal, emocional, as vivências, as lutas, os conflitos, as atividades (trabalho, estudo, etc.). Há também a pesquisa de mestrado denominada *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* de Maira Luisa Gonçalves de Abreu, que deu enfoque aos ambientes de debate (círculos) e ao contato das exiladas com o feminismo. E, por último, o livro *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX* organizado por Samantha Viz Quadrat, recentemente publicado, que apresenta discussões importantes a respeito das categorias e aspectos gerais sobre os exilados das ditaduras latino-americanas.

A minha pesquisa diferencia-se das demais já realizadas porque se preocupa em apresentar a presença das relações de gênero, utilizando-se desta lente de visão para analisar a categoria exílio, as saídas e as transformações cotidianas vividas pelos sujeitos exilados. Da mesma forma que, não quero narrar o exílio de forma estrita para apontar o caráter transformador que marcou estes sujeitos ou falar do caráter transformador restringindo às militâncias políticas e aos aspectos considerados públicos. Por isso, parte-se da ideia de que os afetos, as militâncias políticas, as relações de gênero e os laços conjugais se misturaram no cotidiano dos sujeitos exilados. E que estes aspectos estiveram presentes tanto na construção da categoria exílio, quanto nas

partidas, chegadas e lugares de destino dos/as exilados/as, como será visto nos três capítulos.

Além do pouco debate proporcionado pela historiografia a partir da categoria gênero, esta pesquisa se torna importante porque ao incorporar na escrita da história os aspectos cotidianos acerca do exílio será possível visualizar o quão significativo foram as participações e o contato com grupos feministas no exterior, principalmente, por parte das mulheres. Neste sentido, quando nestas situações, como será visualizado ao longo da dissertação, são perceptíveis vários questionamentos a respeito de suas vivências, das práticas cotidianas e da própria categoria exílio. Embora, não única e de forma mecânica, o contato com o movimento feminista durante o exílio se tornou uma significativa variável para as vivências dos sujeitos de exílio.

Embora não intencionalmente, esta pesquisa começou a partir das inquietações que tive quando estudei na cidade de Veneza na Itália, situação ocorrida em dois momentos diferentes: um como intercâmbista em 2009; e outro no ano de 2012, como estudante de pós-graduação no máster em *Immigrazione: Fenomeni migratori e trasformazioni sociali*. O fato de ser considerada uma estrangeira ou de estranhar as diferentes construções cotidianas me fez compreender o quanto as relações são construídas, não podem ser consideradas como naturais, e são situacionais. Além de todos os aspectos acadêmicos apreendidos, uma questão que pesou muito durante o período foi constatar que determinados conflitos eram recorrentes em meu cotidiano em virtude da minha identidade de gênero².

Ao retornar para o Brasil, me envolvi no projeto *Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade*, a partir de bolsa de Apoio Técnico Nível Superior (AT-NS) concedido pelo CNPq. Neste

² Identidade de gênero é entendida aqui como uma construção cultural, historicamente datado, que por sua vez atribuiu práticas, posturas e significados do que é “ser homem ou ser mulher” em cada sociedade. Como foi demonstrado por Thomas Laqueur, a diferença entre os sexos foi uma invenção que emergiu século XVIII e que foi em função das relações de gênero que se instituiu uma ideia de diferença sexual. Nesse sentido, por se tratar de uma construção cultural, diferentes sociedades (ou espaços sociais) atribuem diferentes conceitos e significados que caracterizam identidades de gênero. Conforme: MUHLEN, Bruna Krimberg Von; STREY, Marlene Neves. Identidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Editora UFGD: Dourados, 2016; e PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98.

projeto de pesquisa, coordenado pela professora Joana Maria Pedro, me aproximei de discussões teóricas sobre gênero, feminismo e ditaduras do Cone Sul. No entanto, a escolha a fim de pensar em uma possível temática para a realização do mestrado aconteceu quando, em 2013, a professora Joana Maria Pedro me sugeriu a leitura dos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*. Neste momento, consegui somar o desejo antigo de trabalhar com memórias e autobiografias às questões que me inquietam durante a permanência no exterior.

Já de um ponto de vista teórico-metodológico, as primeiras questões emergiram ao pensar de forma transversal o roteiro de perguntas elaborado por Nancy L. Green para aludir gênero e movimentos migratórios: “Quantos homens e mulheres migraram?”, quais são “as representações de migrantes e migração?” “como o gênero tem causado impacto na migração?”, e “como a imigração influencia as relações de gênero?”³. Questões essas que foram pouco incorporadas pela historiografia sobre os exílios provocados pelas ditaduras do Cone Sul, vistas somente em textos como o de Ângela Xavier de Brito e Ana Vasquez⁴ e de Rachel Soihet⁵.

Nessa pesquisa, a partir das sugestões de Nancy L. Green, busco observar se as relações de gênero influenciaram no processo do exílio político e como se deram as mudanças dessas relações no que diz respeito à vida cotidiana no novo contexto. Para tanto, parto da ideia de que os deslocamentos e a chegada a uma nova sociedade (com construções sócio-culturais diferentes, no que diz respeito à identidade, subjetividade, cidadania, entre tantas outras) podem redefinir novos comportamentos e relações de forças, a partir da perda de sistemas de referências e de reformulação de novos. Nesse sentido, procuro analisar algumas mudanças (rupturas e reforços) acerca do exílio e das relações de gênero.

³ GREEN, Nancy. Dos estudos de migração para os estudos de mulheres para gênero. AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S. E PEDRO, Joana M. (Org.) **Díaspóras, Mobilidades e Migrações**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011. P.35-47.

⁴ BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres Latino-Americanas no Exílio: Universalidade e Especificidade De Suas Experiências. **Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17, p.15-34, jul. 2007.

⁵ SOIHET, Rachel. Mulheres Brasileiras no Exílio. In: PEDRO, Joana Maria Wolff, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

Sem querer esgotar o debate, apresento algumas categorias que serão de muita importância e atravessam toda esta pesquisa. A primeira delas é a de gênero, que se torna a minha lente de percepção para a pesquisa⁶, uma vez que, a partir de Joan Scott, permite perceber as relações complexas entre as pessoas e é definida como o “primeiro modo de dar significado às relações de poder”⁷. A segunda categoria é a de memória, debatida a partir de Eleizabeth Jelin e Alessandro Portelli, analisada em sua expressão individual que se desenvolve em um meio social e entendida como um recurso para obter dados do passado da mesma forma em que representam um objeto de estudo em si⁸. A terceira, mas não menos importante é a de exílio político, entendido aqui por Edward Said, Pablo Yankelevich e Luis Roniger, como um mecanismo de exclusão contemporâneo que causa dores e que se constituiu em função do caráter político⁹. De modo a contemplá-las melhor, as categorias serão discutidas de maneira ampliada e conjunta no primeiro capítulo.

Além dessas três categorias supracitadas, ainda são importantes para toda a pesquisa as discussões proporcionadas por Luisa Passerini¹⁰, com o conceito de subjetividade, os debates levantados por Adriana Piscitelli¹¹, sobre interseccionalidade, e o conceito de masculinidade hegemônica em função de Robert W. Connell e James W.

⁶ SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p.327-351, 2012.

⁷ SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2), jul-dez, 1995, p. 88.

⁸ Conforme JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002; e PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

⁹ De acordo com: SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio**: e outros ensaios. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003; YANKELEVICH, Pablo. Estudar o Exílio. IN: QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2011; e RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: Avanços Teóricos e Desafios. In:QUADRAT, Samantha Viz (org). *Ibidem*.

¹⁰ PASSERINI, Luisa. **Memoria e Utopia**: Il primato dell'intersoggettività. Torino: Bollati Boringhieri editore. 2003.

¹¹ PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

Messerschmidt¹², apresentadas também no primeiro capítulo. Ademais, no segundo capítulo, somam-se às discussões a relação estabelecida entre memória e ressentimento a partir do debate organizado entre Alessandro Portelli¹³, Hector Ricardo Leis¹⁴ e Pierre Ansart¹⁵. Já, para o terceiro capítulo, une-se a esta dissertação os conceitos de afeto a partir de Mabel Moraña¹⁶ e do trabalho doméstico a partir de Danda Prado¹⁷, Suely da Costa¹⁸ e Soraia Carolina de Mello¹⁹.

Diferentemente dos dados sobre as migrações contemporâneas, é difícil estimar quantos foram os/as brasileiros/as que deixaram o país com o golpe ou durante a ditadura, uma vez que não existem registros a respeito, e mesmo que existissem seriam imprecisos, já que muitas vezes a saída se deu de forma clandestina²⁰. As fontes existentes sobre o

¹² CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-282, jan-abr. 2013.

¹³ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit.

¹⁴ LEIS, Hector Ricardo. Sobre o ressentimento dos argentinos. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 3, n. 20, p.1-18, nov. 2002.

¹⁵ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Mémoria e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

¹⁶ MORAÑA, Mabel. El afecto em la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) **El lenguaje de las emociones**. Madrid: Iberoamerican, 2012. p. 313-338.

¹⁷ PRADO, Danda. **Ser esposa a mais antiga profissão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

¹⁸ COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de história**. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 187-208.

¹⁹ MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970 - 1989)**, 188 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

²⁰ A clandestinidade é entendida aqui como uma prática existente nos anos de ditadura no Brasil, em virtude das perseguições políticas, como forma de preservar a vida ou como uma forma de militância, muitas pessoas passaram a viver de forma clandestina, isto é, sem contanto com a família, com documentos falsos e disfarces cotidianos, etc. Para maiores informações a respeito ler:

exílio e seus deslocamentos são os livros de memórias publicados e as pessoas que vivenciaram e se dispuseram a concederem entrevistas. Desta forma, o enfoque dessa pesquisa é trabalhar a partir das memórias, utilizando-se das seguintes fontes: autobiografias, livros de memórias e entrevistas de história oral.

Para o pesquisador Pablo Yankelevich, o trabalho de reconstrução de experiências exilares é devedor de uma autêntica explosão de memórias²¹. Nesse sentido, as autobiografias, os livros de memórias recolhidas e as entrevistas, que foram escritos sobre o período ou no período, são materiais importantes que possibilitam perceber como as pessoas que viveram o exílio registraram seu cotidiano e inventaram/construíram a si. Os livros e as autobiografias são materiais também mediados por estratégias de publicação e ou da tentativa de impor uma leitura autorizada²² do período ou do próprio texto escrito, conforme será visto nas produções do *Projeto Memórias do Exílio*.

Além disso, cabe comentar que nos livros autobiográficos utilizados para esta pesquisa, o pacto biográfico, explicado por Philippe Lejeune²³, esteve presente. Para o autor citado, o pacto autobiográfico corresponde ao fato de que o personagem e o narrador são as mesmas pessoas, onde o escritor/a (da autobiografia) compromete-se com a enunciação da ‘verdade’ em relação ao seu leitor/a. Esta narrativa diferencia-se dos demais gêneros de escrita, como a autoficção e o romance, em virtude da constituição desta relação. A única exceção presente nos livros relacionados para esta pesquisa diz respeito à obra *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*, que foi escrito por Mauricio Paiva.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília, DF: MINC, 2011; PEDRO, J. M. . **Usos do gênero na Clandestinidade no Brasil**. 2014; e ROSALEN, E.; SANTOS, M. **Relações de Gênero na Clandestinidade**. In: I Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História, 2013, Guarapuava. Anais Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História, 2013.

²¹ YANKELEVICH, Pablo. Op. Cit. p. 21.

²² CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn Avery. **A Nova História Cultural**. São Paulo: (1. reimpressão de 1995) Martins Fontes, 1992. P. 215.

²³ LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**: De Rousseau à Internet; Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Como já mencionado, estas obras autobiográficas também são escritas de ‘si’ publicadas. Nelas, os sujeitos de exílio constroem a si e as suas narrativas do passado, selecionando, filtrando e deixando de lado o que não lhes interessa. Desta forma, ao escreverem suas autobiografias reorganizam, rearranjam e significam as suas trajetórias de vida em um texto²⁴. Por sua vez, este material se tornou público e é de fácil acesso, como pode ser visto no item 6.1 *Livros de memórias e autobiográficos* onde se encontram as autobiografias levantadas e lidas para esta pesquisa.

Tendo em vistas estas questões, foi realizado a partir de 2014 um levantamento de fontes possíveis a fim de responder a problemática estabelecida. A primeira possibilidade levantada foi de utilizar (se fosse encontrado) o material recolhido e não publicado dos livros *Memórias do Exílio e Memórias das Mulheres do Exílio*. A ideia era de que a pesquisa poderia ser recortada somente para este material, tornando-se mais fácil para historicizar. Mas, busquei informações a respeito e não obtive êxito. Albertina de Oliveira Costa informou que este material estava em posse dos familiares de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, nos Estados Unidos, mas que existia uma tentativa de trazê-los para o Brasil. Fiz buscas *online* no *Arquivo do Estado de São Paulo*, no *Projeto Memórias Reveladas*, no *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*, na *Fundação Ford*, e no *Arquivo Edgar Leuenroth*, e nada foi encontrado.

Em virtude disto, o corpo das fontes foi organizado em dois sentidos, um a partir dos livros de memórias e autobiografias publicados, e outro a partir de entrevistas. A necessidade de realização de entrevistas se deu pelo fato de que existem muitos livros de memórias publicados por homens e pouquíssimos por mulheres e, também, porque muitas das perguntas feitas pela pesquisa não eram respondidas de forma direta nos livros. Portanto, a decisão de realizar entrevistas se deu em função da ampliação das narrativas de mulheres e de obter respostas mais completas para as perguntas colocadas.

As fontes constituídas através de história oral são ricos materiais para esta pesquisa, uma vez que permitem que seja possível uma nova perspectiva, ampliam as possibilidades de interpretação do passado e abrem novas possibilidades de análises, dando voz aos múltiplos e

²⁴ GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2004.

diferentes narradores²⁵, como as mulheres - que não são abundantemente contempladas nas autobiografias e livros de depoimentos. As produções são, sobretudo, segundo a historiadora Verena Alberti, materiais que contam histórias de vida, que permite um estudo das formas como pessoas ou grupos elaboraram suas experiências²⁶ e conhecer estas mesmas experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais²⁷. Narrativas como estas, recolhidas através da metodologia da história oral, acabaram se tornando fontes importantes para esse estudo.

Com relação à realização das entrevistas, a ideia inicial foi fazê-las a partir dos depoimentos dos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*. Mas, a partir de uma conversa com a Professora Albertina de Oliveira Costa, que aconteceu no início de dezembro de 2014, essa proposta pareceu um tanto impossível, já que muitas das pessoas já estavam mortas e outras tantas somente eram apresentadas no livro com o primeiro nome. Portanto, busquei outras pessoas para a realização das entrevistas. Em função disso, o contato com exilados/as para conceder entrevistas se deu em duas direções: a primeira a partir de contatos sugeridos pela professora supracitada; e a segunda a partir de busca espontânea por mim, baseadas em pesquisas da *Internet* e de leituras das referências. A trajetória da pesquisa de campo pode ser visto no apêndice D, no final da dissertação.

No total foram utilizadas onze entrevistas, onde: dez tratam-se do material recolhido para esta pesquisa durante o período de fevereiro até abril de 2015; uma foi produzida anteriormente pela pesquisa da professora Joana Maria Pedro denominada *Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*, que se encontra no Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Todas as entrevistas estão listadas no item 6.2 *Entrevistas*. Cabe dizer que as entrevistas realizadas especificamente para esta pesquisa possuíam um roteiro prévio de perguntas (que pode ser visto no Apêndice A e B), e que durante a realização das entrevistas, de acordo com a especificidade de cada pessoa, este roteiro sempre foi modificado.

Nesse sentido, também é oportuno explicar que o critério estabelecido para a identificação ou não das entrevistadas foi a solicitação de cada uma, uma vez que no momento anterior a realização da entrevista sempre foi explicitada a existência desta possibilidade. Por

²⁵ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005. P. 155-202.

²⁶ ALBERTI, Verena. Op Cit. p.165.

²⁷ ALBERTI, Verena. Ibidem. p. 166

isso, da mesma forma que algumas identificações foram mantidas e solicitadas, três das entrevistadas requisitaram que suas entrevistas não fossem identificadas, sendo nomeadas como Anônima 1, Anônima 2, e Anônima 3. Com exceção das entrevistas de Sandra Macedo e das entrevistas anônimas, todas as entrevistas produzidas para esta pesquisa serão disponibilizadas no Acervo do LEGH, a partir do modelo de termo concessão conforme pode ser visto no Apêndice C.

Muitas são as pessoas que se calaram ou não foram ouvidas nesta pesquisa. Isso se deu pelos mais variados motivos, como o não desejo de falar sobre o passado que lhes é dolorido, as dificuldades em expressar seus (res)sentimentos a respeito, o tempo e a morte precoce que as levaram desse mundo. Sem falar dos tantos outros sujeitos que foram calados durante a ditadura e hoje ainda se encontram desaparecidos. Além disso, ainda há o cansaço em conceder entrevistas daqueles poucos que exprimiram anteriormente, as dificuldades de locomoção e contato direto para o recolhimento das entrevistas, entre tantas outras limitações que uma pesquisa de mestrado pode apresentar.

De forma a historicizar as entrevistas produzidas, no momento da primeira utilização serão apresentadas algumas questões relevantes que foram percebidas no momento da sua realização. De um modo geral, todas elas estavam marcadas pelo contexto do início de 2015, em que manifestações contra e pró-governo de Dilma Rousseff e os absurdos pedidos de intervenção militar: em todas as entrevistas (antes, durante ou depois), em menor ou maior escala, oscilou-se entre críticas e defesas ao PT. Essas posições, as vezes próximas ou muito distantes, se entrelaçam com as militâncias políticas desses sujeitos durante a ditadura, no retorno ao Brasil e na atualidade. Infelizmente, pelo curto tempo dessa pesquisa, não irei fazer uma análise a respeito desta questão, já que sobre essa temática eu poderia escrever outra dissertação.

A minha vivência no exterior foi muito importante para a elaboração do roteiro de perguntas e para a constituição de empatia no momento da realização de entrevista²⁸. Mesmo se tratando de tempos

²⁸ Como será citado no capítulo 1 a ideia de subjetividade está presente também no processo de interpretação e realização de pesquisa de campo desempenhada por mim. Em função da construção narrativa do texto da dissertação não respeitar muitas vezes os processos das decisões da escrita, muitas vezes, foi utilizados termos no impessoal, o que por sua vez acaba dando a falsa sensação da não apresentação da minha subjetividade. No entanto, mesmo nestas circunstâncias, é importante dizer que tenho a consciência de que toda a

diferentes, a compreensão de determinadas situações vividas a partir de aspectos vivenciados por mim, fizeram com que questionamentos emergissem e proporcionassem um entendimento maior das situações vividas pelos exilados/as. Em algumas entrevistas, inclusive, após ou durante, contei e exemplifiquei com situações vividas para cativar o desenvolvimento de determinados argumentos.

Antes de seguir, é necessária uma advertência. Qualquer leitor/a desavisado poderia pensar esta dissertação como a constituição de uma narrativa histórica, a partir das memórias, dos aspectos ‘privados/ íntimos’ do exílio dos/as brasileiros/as durante a ditadura civil-militar. Pesquisa esta que seria realizada em antagonismos às já existentes. Mas, não é disso que se trata. Como explicou Leonor Arfuch “a ideia de antagonismo entre a esfera íntima e pública/social não é nada além de um efeito de discursos”²⁹, que por sua vez impõe regras, dispositivos de poder, controle de reações e de emoções³⁰. Desta forma, o que proponho aqui, a partir de Leonor Arfuch, é uma leitura onde a oposição pública/privada seja percebida como uma construção discursiva e histórica e onde estes espaços “se entrecruzam sem cessar, numa e noutra direção”³¹.

No entanto, em virtude do tempo, do prazo possível para a realização do mestrado, e mesmo considerando que os vários aspectos que cercam o exílio de brasileiros/as são indissociáveis, algumas temáticas foram escolhidas e recortadas. A escolha se deu pela concomitância de dois fatores: o que não havia sido analisado anteriormente em pesquisas sobre o objeto proposto e o que estava mais presente nas fontes produzidas e selecionadas. Nesse sentido, os aspectos delimitados para a análise foram: as construções subjetivas a respeito da categoria exílio, os deslocamentos exilares e os laços conjugais, os jogos de gênero presentes nas memórias, a constituição de novas formas de família e de relacionamentos afetivos no exílio, e o trabalho doméstico.

Depois de apresentados os aportes teóricos, as fontes e as questões que circundam esta pesquisa, exponho também os capítulos que virão a seguir. No primeiro capítulo, denominado *Gênero e Exílio*,

pesquisa e o processo de escrita as minhas construções subjetivas estiveram presentes.

²⁹ ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. p. 93

³⁰ ARFUCH, Leonor. *Idem*.

³¹ ARFUCH, Leonor. *Ibidem*. p. 96

tenho como objetivo apresentar a categoria exílio e, a partir de debate teórico, levantar quais são os aspectos que delimitam a construção e quais são os respectivos problemas com a definição atualmente utilizada. Ainda nesse sentido, vai ser apresentado a noção de uma categoria ampliada a fim de contemplar a complexidade que cerca o exílio de brasileiros/as no exterior. Por último, em função das fontes utilizadas para esta pesquisa, serão exibidas as construções subjetivas que entrelaçam gênero, hierarquias, e a categoria exílio.

Já no segundo capítulo, que intitulei de *Partidas e Chegadas*, serão apresentadas as mediações que tiveram as relações familiares e de gênero para que sujeitos deixassem o Brasil. De forma comparativa, ao mesmo tempo exponho as situações de exilados/as que saíram sozinhos e os jogos de gênero narrados em algumas memórias. Ainda neste capítulo, analiso os (res)sentimentos de culpa que foram presentes em algumas memórias de homens e mulheres que levaram seus companheiros/as ao exílio. Por último, nesse capítulo, também examinarei como foram narrados os primeiros estranhamentos culturais que entrelaçaram gênero e identidade nacional na chegada ao exílio.

No terceiro capítulo denominado de *No Exílio: Conflitos e Rearranjos Familiares* procuro expor algumas transformações das relações de gênero que emergiram durante o exílio entre 1964 até 1979. Este aspecto do exílio será analisado a partir de três temáticas escolhidas, que são: as mudanças a respeito dos comportamentos ligadas à sexualidade e aos relacionamentos afetivos; as novas configurações famílias; e o trabalho doméstico. Nesse sentido, a partir da construção narrativa de cada sujeito exilado pretendo discutir sobre os significados atribuídos às transformações vividas. Além disso, no segundo e terceiro capítulo dediquei dois momentos para analisar alguns silêncios presentes nas memórias exilares.

E como colocar no papel ou narrar algo que parece difícil de ser dito, por vezes, fugidio, e com um caráter subjetivo? Certamente, é um processo difícil para muitas exiladas/os contar sobre esse período e sobre seus afetos. Do mesmo modo, para mim, a dificuldade é analisar, ‘exprimindo a vida’ desses sujeitos em apenas palavras e tentar compreender sem reduzir por demais a complexidade que se colocou em todos os momentos. Entrar no terreno das relações de gênero, do sensível, do afeto e das narrativas sobre o exílio é uma tarefa muito difícil. Apesar disso, com essa pesquisa arrisco-me a escrever sobre as vivências dos exilados/as, já que é imprescindível narrar.

“Vidas (entre) laçadas” foi o título que dei a esta dissertação ao perceber como os laços afetivos e conjugais estiveram presentes nas

memórias do exílio, mesmo quando as pessoas envolvidas sempre consideraram este processo somente por seus aspectos políticos. Laços e (des)vínculos são os aspectos oferecidos nesta dissertação!

2. CAPÍTULO 1: EXÍLIO E GÊNERO

*Que sonha com a volta do irmão
do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora a nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil³²*

Uma das marcas da contemporaneidade está relacionada aos deslocamentos populacionais, tanto regionais, quanto nacionais e internacionais. O impacto dessa movimentação de pessoas é tamanho que estima-se, por exemplo, que no ano de 2013 havia 232 milhões de migrantes internacionais³³. Esses deslocamentos são alvo de imensa quantidade de pesquisas que estão sendo realizadas e caminham para as mais diversas explicações e disputas, fundamentadas em diversos campos e áreas de conhecimentos, e com as mais diversas escolhas teóricas. Um campo de pesquisa já consolidado, mas com muitos desafios, diz respeito a migrações e gênero³⁴, no qual esta pesquisa se insere.

A abertura do caminho para esses deslocamentos populacionais, por parte dos latino-americanos para a Europa, de um modo geral, se deu a partir dos exílios provocados pelas ditaduras da América Latina³⁵, entre os anos sessenta e até os anos oitenta do século XX. Assim, como a temática desta pesquisa são as experiências exilares a partir das memórias, neste capítulo, tenho como objetivo debater sobre as categorias que serão utilizadas, como exílio, gênero, e memória. E analisá-las de forma a perceber as articulações entre elas, bem como

³² BOSCO, João; Blanc, Aladir. O Bêbado e a Equilibrista. In: REGINA, Elis. Linha de Passe, 1979.

³³ Conforme INTERNACIONAL MIGRATION REPORT 2013, IN: http://esa.un.org/unmigration/documents/worldmigration/2013/Full_Document_final.pdf visitado dia 21/04/2015.

³⁴ BARRAL, Ana Inês Mallimaci. Migraciones y gêneros: consolidación de un campo y nuevos desafíos. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. **Entre lugares e mobilidades: Desafios feministas**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

³⁵ ZANIN, Valter; MATTIAZZI, Giulio. **Migrazione, Lavoro, Impresa: Tra America Latina ed Europa**. Torino: Harmattan, 2011.

suas utilizações tanto nas narrativas de memórias quanto pela historiografia do exílio.

Antes de seguir para análise desse *corpus* de materiais constituído para e/ou nessa pesquisa, é importante definir as categorias que serão utilizadas. Por isso, em um primeiro tópico deste capítulo pretende-se discutir e pensar sobre o exílio em comparação a outras categorias migratórias e contextualizar o exílio latino-americano no qual está inserida a situação brasileira. Além disso, neste tópico serão pensadas, a partir dos debates acerca da categoria exílio, as complexidades e limitações que se colocam a partir de algumas definições e a necessidade de que essa categoria seja utilizada de forma ampliada na escrita da história.

No segundo tópico, através de pesquisas já realizadas e de constatações obtidas em pesquisa de campo, serão apresentados alguns elementos da especificidade do exílio de brasileiros/as que serão utilizados ao longo desta dissertação. Além disso, no terceiro tópico serão discutidas as definições ampliadas da categoria exílio e quem são os sujeitos de exílio a partir do caso *sui generis* do *Projeto Memórias do Exílio*.

Uma das primeiras questões colocadas pelo campo gênero e migrações, que resulta da história das mulheres, foi pensar na ausência das mulheres como sujeitos ativos dos movimentos migratórios. Entretanto, hoje não parece suficiente ‘incluir-las’ na escrita da história (a partir, por exemplo, da ampliação de uma categoria exílio) e trazendo as suas narrativas de forma separadas. Por, isso algumas perguntas a respeito parecem pertinentes: Como os historiadores estão construindo o gênero do exílio da ditadura? Qual o gênero que a historiografia privilegiou sobre o exílio? Essas são as perguntas discutidas, de forma sucinta, no quarto tópico denominado *A historiografia Gender-Blind do exílio*.

Como será visto, ampliar a categoria, pensar o gênero na escrita da história e problematizar as hierarquias ligadas ao *exílio* não significa que as pessoas se identifiquem com essa categoria. Muitos são os sujeitos que se identificam facilmente como exilado/a e, da mesma forma, tantos outros que se deslocaram para o exterior em virtude de formas indiretas de perseguições se julgam como não exilado/a ou ainda como “quase exilado/a” (como foi escutado em algumas entrevistas). A ideia de pensar qual é o gênero que está sendo adotado na escrita da história, também faz pensar qual é o gênero destacado nas narrativas de memórias de cada sujeito. E isso provoca novas perguntas como: Qual é

o gênero do exílio? Existem ‘heróis’ e práticas mais aceitas do que outras?

Por isso, no último tópico, denominado *Gênero, exílio e construções subjetivas*, será analisada a forma de construção de si que cada sujeito teve em relação a sua própria autoidentificação com a categoria de exilado da ditadura brasileira. Nele, além das perguntas supracitadas, perguntas como “se sentem ou não exilado/a? E por quê?” serão discutidas. Da mesma forma, em que buscarei responder se essa identificação com a categoria estava atrelada às identidades de gênero.

Como o objetivo da pesquisa é perceber como as narrativas articulam relações de gênero e exílio no que diz respeito às saídas e deslocamentos exilares, e de que maneira as narrativas focalizam as mudanças das relações de gênero na vida cotidiana que os/as exilados/as tiveram nos novos contextos (sociedades de destino do exílio), duas categorias são fundamentais: memória e gênero. Visto que, como lembrado por Pierre Bourdieu³⁶, Reinhart Koselleck³⁷ e tantos outros historiadores e sociólogos, as categorias de análise têm história e não são neutras. Situação que não é muito diferente com relação às categorias utilizadas nessa pesquisa e que, por isso, cabe passar por essa discussão.

A primeira delas está atrelada às diferentes fontes utilizadas, já que tanto na escrita de autobiografias como nos relatos das entrevistas percebe-se o exercício de lembrar o passado, de recordar os momentos vividos e de narrá-los com suas diferentes dinâmicas e construções. Os debates atuais a respeito da categoria memória são amplos e podem ocupar muitíssimas páginas, para tanto somente algumas questões com base em determinados autores serão apropriadas, como os que seguem abaixo. A partir do vasto levantamento realizado por Elizabeth Jelin, que apresenta os mais importantes debates sobre essa categoria, considero a utilização das memórias em dois sentidos: 1º) as memórias como recurso para a pesquisa, no processo de obter e construir “dados” sobre o passado; 2º) a memória como objeto de estudo e de investigação³⁸.

³⁶ CHARTIER, Roger & Bourdieu, Pierre. **O sociólogo e o historiador**. São Paulo: Autentica, 2011.

³⁷ KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

³⁸ JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002. p. 63.

Portanto, essa primeira reflexão faz compreender nos detalhes que as memórias podem trazer sobre as mais variadas experiências do exílio na ditadura civil-militar, a partir da pergunta proposta nessa pesquisa. Dessa forma, a dimensão de tempo³⁹, espaço⁴⁰, lugar de fala⁴¹, geração⁴², memória individual e coletiva⁴³, dito e não-dito⁴⁴, acabam se tornando importantes debates que pretendo considerar no desenrolar das análises ao longo desta dissertação.

Nesse sentido, também será considerado que essas memórias podem e têm que ser historicizadas (analisadas e criticadas). Reconhecendo, de acordo com Michel Pollak, o quanto o presente colore o passado a partir da permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido⁴⁵, isto é, a ideia de que a memória (escrita ou oral) é marcada pelo momento em que é narrada. Sem esquecer a reflexão realizada por esse mesmo autor sobre as negociações, os enquadramentos, e as seleções que as/os exilados/as fizeram nessas memórias, tanto nos livros autobiográficos quanto depoimentos e entrevistas. Um exemplo disso, que será visto, são os livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*.

Outro elemento levantado por Michel Pollak que será utilizado é pensar as entrevistas enquanto uma forma de ultrapassar o enquadramento, já que a partir das memórias individuais é possível ver os limites desse ‘trabalho’ de enquadramento e revelar uma perspectiva psicológica do indivíduo⁴⁶, além de expor a pluralidade de memórias, como pode ser visto em Alessandro Portelli em *O massacre di*

³⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, c1990 e PORTELLI, Alessandro. Conferências: Tentando aprender um pouquinho—Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História**, v. 15, p. 13-49, 1997.

⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. Ibidem e PORTELLI, Alessandro. Ibidem.

⁴¹ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

⁴² PORTELLI, Alessandro. Ibidem.

⁴³ HALBWACHS, Maurice. Op cit. e PORTELLI, Alessandro. Op. Cit.

⁴⁴ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130

⁴⁵ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1986.

⁴⁶ POLLAK, Michel. Ibidem.

*Civitella*⁴⁷. Isso se dá/deu, sobretudo, além do contexto da realização da entrevista, porque o resultado de uma entrevista (ou enter/vista, como definiu Alessandro Portelli⁴⁸) é tido a partir da mediação e interação entre entrevistadora e entrevistada, por meio de um dispositivo eletrônico (gravador), em que as experiências de igualdade e de alteridade estão colocadas⁴⁹.

Desse modo, também são importantes as discussões sobre subjetividade levantadas por Luisa Passerini. Para a historiadora, que entende a memória como uma expressão de subjetividade⁵⁰, as subjetividades sempre existiram, mas só recentemente se tornaram objeto de estudo dentro da História. Neste sentido, sobre a definição do termo subjetividade, ela explica que existem três áreas de significados no âmbito histórico:

1º) Deve responder “quem são os sujeitos da história e como se explicita a capacidade decisional deles?”⁵¹. O que, para ela, diz respeito tanto ao caráter individual quanto ao coletivo, como a família, os parentes, a etnia, o gênero, a geração, o grupo de idade, o partido, o sindicato, entre outras.

2º) Refere-se, para ela, ao seu caráter de patrimônio herdado e continuamente renovado pelos sujeitos, um campo que neste momento ela definiu de ‘subjetividades acumuladas’ e que tem origem nas representações coletivas de Emile Durkheim, nas mentalidades dos “Annales”, na memória coletiva de Maurice Halbwachs. Este, conforme explica, “é o campo das identidades e dos imaginários, como forma de subjetividades compartilhadas através dos tempos e dos espaços”⁵².

⁴⁷ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

⁴⁸ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. *Ibidem*.

⁵⁰ PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 07

⁵¹ PASSERINI, Luisa. **Memória e Utopia: Il primato dell’intersoggettività**. Torino: Bollati Boringhieri editore. 2003. p. 12. Tradução nossa: “[...] chi sono i soggetti della storia e come si esplicita la loro capacità decisionale?”

⁵² PASSERINI, Luisa. *Ibidem*. p. 12. Tradução nossa: “[...] si riferisce al suo carattere di patrimonio ereditato e continuamente rinnovato, um campo che ho tavaolta definito di “soggettività accumulata” e che trae origine dalle

3º) Diz respeito à intersubjetividade e pode ser entendida em dois pólos: o primeiro ligado à subjetividade dos/as historiadores/as e à forma como escolhem ou se relacionam com a sua pesquisa e seu objeto, que para ela, advém da ideia de *ego-historie* desenvolvida por Pierre Nora⁵³; e o segundo sobre a interrelação das diversas subjetividades, que emergem como fundacionais na constituição de cada forma de sujeito e de subjetividade⁵⁴.

A fim de contemplar a pergunta proposta para a pesquisa, de modo geral, pensa-se mais nos dois primeiros significados. Tentando, inicialmente, perceber nos relatos de memórias como se deu a capacidade decisional do deslocamento, isto é, de que forma estavam atrelados às relações de gênero e familiar, e como se deram agências dos sujeitos exilados/as a respeito. Obviamente, relacionando à dimensão de espaço e tempo, tanto do que foi relatado quanto do momento do relato. Já no terceiro item levantado por Passerini, importa-se com a relação subjetiva estabelecida nas entrevistas de história oral (entre entrevistada e entrevistadora) e, por consequência, com as análises das memórias e suas respectivas construções.

As construções subjetivas também podem ser pensadas como uma forma de percepção de cada sujeito em relação a se sentirem ou não exilados/as. Como já dito, existiram sujeitos que se identificam facilmente como exilado/a e tantos outros que se julgam como não exilado/a ou ainda como “quase exilado/a”. A autoidentificação, certamente, se relaciona a questões contextuais, de tempo e de espaço, da mesma forma que são construções subjetivas de si que estão presentes nas memórias do exílio e serão analisadas neste capítulo.

No que diz respeito a gênero, a segunda noção utilizado por essa pesquisa, entende-se por uma a categoria de análise que possibilita compreender as relações complexas entre diversas relações humanas⁵⁵ e torna-se a lente de percepção através da qual são ensinados os

rappresentazioni collettive di Emile Durkheim, dalle mentalità delle “Annales”, dalle memorie collettive di Maurice Halbwachs. È il campo delle identità e dell’immaginario, come forme di soggettività condivisa attraverso i tempi e gli spazi”.

⁵³ PASSERINI, Luisa. *Ibidem*. p. 13.

⁵⁴ PASSERINI, Luisa. *Ibidem*. p. 13.

⁵⁵ SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2), jul-dez, 1995, pp. 71-94.

significados de macho/fêmea e masculino/feminino⁵⁶, já que justamente busca-se perceber como se deram estas relações de gênero tanto no deslocamento quanto na vida cotidiana dos exilados políticos e como emergiram as mudanças a respeito.

A pesquisadora Joana Maria Pedro em seu texto *Traduzindo o debate*, ao fazer um histórico da utilização das categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero”, traz as mais diversas conceituações do significado de gênero a partir dos principais autores que estudam/estudaram esta categoria, entre eles: Robert Stoller, Joan Wallach Scott, Natalie Zemon Davis, Judith Butler, entre outros. Ela destaca que a categoria de gênero é historicamente datada, e que por muito tempo se usou a categoria “mulher”, depois “mulheres” e atualmente “gênero”⁵⁷. E que, como apresentado pela autora, além de muito utilizada pela academia, essa categoria se mantém em constante diálogo com os movimentos sociais.

Como forma de entender, conforme essa pesquisadora ainda relata, buscava-se reforçar a ideia de que “as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidas pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura”⁵⁸. É nessa direção que está o texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” de Joan Scott. No texto essa autora explica que sua definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes, as quais têm o núcleo de sua definição atrelado à compreensão de que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”⁵⁹.

Essas relações de poder são compreendidas nos aspectos elaborados por Michel Foucault, com suas (micro) relações de poder, “entendid[as] como constelações dispersas de relações desiguais constituída pelo discurso”⁶⁰. Certamente, é um dos pontos mais importantes dessa definição, já que possibilita perceber nas análises de gênero as hierarquias, as desigualdades e as opressões vividas cotidianamente.

⁵⁶ SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p.327-351, 2012. p. 332.

⁵⁷ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98.

⁵⁸ PEDRO, Joana Maria. *Ibidem*. p. 78.

⁵⁹ Scott. *Op. Cit.* p. 88.

⁶⁰ Scott. *Op. Cit.* p. 88.

No que concerne à importância da cultura com relação à categoria gênero e as relações de poder, ainda segundo Joana Maria Pedro, as pesquisas de Thomas Laqueur modificaram a questão ao afirmar que era o gênero que constituía o sexo. Para essa historiadora, Laqueur mostra aquilo que “Foucault falava sobre o saber como elemento de poder e o que Scott articulava como constituindo o gênero”⁶¹. Segundo Pedro, Thomas Laqueur através da história da medicina mostrou:

[...] como a diferença entre os sexos era uma invenção que remontava ao século XVIII. Ou seja, que até esta época havia o registro de um único sexo – o masculino: neste caso, a “mulher” era considerada um “macho incompleto”. De acordo com este autor, foi a partir de então que se reforçou a diferença, passando ao registro de dois sexos, considerados muito diferentes. Neste caso, de acordo com o autor, foram as relações de gênero que instituíram o sexo.⁶²

Essa ideia de construção de diferença e a hierarquia criada em função de seus corpos biológicos são a interrogação dessa pesquisa no que concerne ao exílio da ditadura militar. Apesar de muito resumido, esse debate faz pensar sobre a importante influência que a cultura ocidental desempenhou e desempenha de forma discursiva para a construção de identidades de gênero, e, além disso, faz considerar sobre como as relações de gênero (construídas com as suas relações de poder e algumas vezes subvertidas) estão presentes cotidianamente na vida das pessoas.

Cabe dizer que o objetivo dessas análises não é apresentar como únicas e aceitáveis as atribuições e as construções ligadas às relações de gênero. Mas refletir sobre como as hierarquias a respeito estavam presentes no cotidiano tanto na escrita da história quando na compreensão de si a partir das construções das narrativas ligadas ao passado e, além disso, as possibilidades e maneiras de transformações dessas relações. Por isso, as relações de gênero são analisadas aqui como uma forma de questionar e refletir para a busca de uma maior igualdade.

Ainda segundo Joan Scott, em suas divisões e subdivisões, a compreensão de gênero como uma categoria de análise implica no

⁶¹ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. p. 90

⁶² PEDRO, Joana Maria. Ibidem.

entendimento de quatro elementos relacionados: 1º) “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas”, como apresentado pela autora: Eva e Maria; 2º) a ideia de que “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido simbólico que tenta limitar e conter as suas possibilidades metafóricas”, apresentadas sem conflitos e com fixidade, tomando forma por oposição binária, como aquelas realizadas pelas doutrinas religiosas, educativas, etc.; 3º) a necessidade de tirar da exclusividade a categoria gênero como apenas ligada às relações de parentesco, já que mercado de trabalho, educação e sistema político são operados independentes do parentesco. 4º) a ligação da identidade subjetiva e das distribuições de poder, em que as diferenças entre os corpos são chamadas a testemunhar fenômenos sociais que não têm nada a ver com sexualidade.

As quatro subdivisões, além de significativas para uma melhor compreensão e entendimento da categoria, serão pensadas nesta pesquisa a partir da última ramificação. Com ela é possível pensar as construções de subjetividades atreladas às identidades de gênero e às relações de gênero que existiam e se transformaram com o exílio. As análises das construções supracitadas iniciam-se nesse capítulo e seguem-se nos próximos.

Falar de relações de gênero, como dito, é ter uma abordagem relacional e significa articular as construções/prescrições/subvenções de masculinidades e feminilidades. Enquanto construções/prescrições devem ser consideradas como modelos criados discursivamente em cada época, como os modelos criados – ou conformados - em tempos de ditadura nas narrativas sobre o exílio, que afetaram todos os sujeitos. Tais modelos entrelaçam construções de identidades de gênero ao corpo biológico, de forma que “tornar-se homem” ou “tornar-se mulher” se relaciona com atribuições de práticas, sexualidade, atributos físicos, formas de agir e de se comportar, entre outros. Mas, por serem modelos, significa que muitas vezes são subvertidos e possuem significados muitos diferentes para cada sujeito. Os significados, subversões, jogos, são vistos a partir das subjetividades relatadas nas memórias orais ou autobiográficas.

Outro aspecto importante para essa abordagem relacional e hierárquica a partir da categoria de gênero é o de masculinidade hegemônica. A noção de masculinidade é pensando aqui a partir do texto *Masculinidades Hegemônicas: Repensando o Conceito*, desenvolvido por Robert W. Connell e James W. Messerschmidt. Tais autores definem masculinidade como “uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero” embutindo

uma visão histórica e dinâmica⁶³ em que as masculinidades são algo plural⁶⁴ e por isso pressupõem o conceito de masculinidade hegemônica com subordinações⁶⁵.

Esse conceito implica na afirmação de ‘homens’ como tais em função da subordinação (e em alguns casos através de violência) de outros sujeitos, como as mulheres e outros homens. Conforme ainda esses autores apresentam “as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real”⁶⁶, uma vez que expressam sentidos, ideais, fantasias e desejos que são transmitidos⁶⁷. Ademais, conforme ainda Connell e Messerschmidt, não têm um significado único⁶⁸ e “representa[m] não um tipo determinando de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursiva”⁶⁹.

Mas gênero não é a única categoria hierárquica que está presente nas vivências dos sujeitos de exílio. Como o objetivo dessa pesquisa é pensar as relações de gênero e o exílio político da ditadura, é necessário considerar que essas atribuições hierárquicas são variadas de acordo com outras categorias relacionais, por exemplo, como geração e classe, que aqui serão pensadas de forma interseccional.

Luisa Passerini no texto *Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral?* ressalta que ainda está convencida de que existem formas expressivas marcadas pelo gênero⁷⁰, mas que hoje devemos ir mais longe. Por isso, ela responde a pergunta colocada no título de seu texto afirmando: “Sim, o gênero ainda pode ser uma categoria útil para a história oral caso, juntamente com a consciência de seus usos corrompidos indicados por Scott, adotemos uma série de ‘ses’”⁷¹: “se o gênero for tratado como um conceito relacional”; “se o gênero for combinando a outras categorias de diferença (como classe, idade, cultura e religião), mas tendo em mente que as simultaneidades das

⁶³ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-282, jan-abr. 2013. P. 259.

⁶⁴ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Ibidem*.

⁶⁵ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Ibidem*.

⁶⁶ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Ibidem*. p. 253

⁶⁷ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Ibidem*. p. 253

⁶⁸ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Ibidem*. p. 257

⁶⁹ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. *Ibidem*. p. 257

⁷⁰ PASSERINI, Luisa. *Op. Cit.*

⁷¹ PASSERINI, Luisa. *Ibidem*. p. 106.

categorias não deve ser interpretadas como sistema de equivalência”⁷²; e “se o próprio gênero for pluralizado, abrangendo a multiplicidade das opções sexuais identitárias”⁷³.

Por isso, refletir sobre as interseccionalidades é uma importante ferramenta de análise, já que permite pensar as várias categorias de diferenciação, que se imbricam e que criam vários sistemas de opressão. Dessa forma, Adriana Piscitelli no seu texto *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*⁷⁴ explica a partir de Kimberlé Crenshaw (leituras sistêmicas) e Anne Mcklintock e Avtar Brah (abordagens construcionistas) duas diferentes abordagens realizadas⁷⁵.

Ao explicar essas duas posições, Piscitelli afirma que para Kimberlé Crenshaw “as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação”⁷⁶. Essa concepção é representada pela imagem de várias avenidas em que circulam esses eixos de opressão, e em “certos lugares, as avenidas se cruzam”⁷⁷. Isso faz com que a pessoa que se encontra nessa posição receba “simultaneamente fluxos que confluem”⁷⁸.

Segundo Piscitelli, há uma posição diferente expressa por Anne Mcklintock e Avtar Brah. Para a primeira delas “raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência”⁷⁹, já que “essas categorias existem em e por meio das relações entre elas”⁸⁰ e por isso são categorias articuladas⁸¹. De acordo com Piscitelli, “ao analisar as categorias articuladas, Mcklintock explora políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, *mimesis*, compromisso e revolta”⁸². Para Piscitelli, essa

⁷² PASSERINI, Luisa. Ibidem.

⁷³ PASSERINI, Luisa. Ibidem.

⁷⁴ A ideia dessa autora é pensar como as percepções sobre as migrantes brasileiras “incidem em suas interseções no mercado global do trabalho e no mercado matrimonial”.

⁷⁵ PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, p.263-274, jul/dez. 2008.

⁷⁶ PISCITELLI, Adriana. Ibidem p. 267

⁷⁷ PISCITELLI, Adriana. Ibidem.

⁷⁸ PISCITELLI, Adriana. Ibidem.

⁷⁹ PISCITELLI, Adriana. Ibidem p. 268

⁸⁰ PISCITELLI, Adriana. Ibidem.

⁸¹ PISCITELLI, Adriana. Ibidem.

⁸² PISCITELLI, Adriana. Ibidem.

concepção está presente na formulação da segunda autora, que “propõe uma análise macro, considerando simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social”⁸³.

Por isso, é significativo mencionar que estou pensando a interseccionalidade como uma ferramenta para a pesquisa histórica, a partir das explanações realizadas por Adriana Piscitelli, segundo as quais não seria possível analisar as vivências do exílio (e suas transformações) somente com uma categoria. Assim, como as categorias utilizadas para uma análise interseccional dependem, sobretudo, do objeto de pesquisa e das experiências contextuais analisadas em cada uma delas, além das categorias gênero e memória estarão presentes nessa pesquisa a dimensão de camada social, de geração de exílio e de privilégio étnico-racial.

Avtar Brah também menciona uma questão muito importante ao realizar a sua análise sobre a construção do conceito de diferença e as maneiras como essa questão foi apropriada na teoria e prática feminista no debate britânico entre os anos 70 e 80⁸⁴. A autora menciona que tanto mulheres brancas quanto negras experimentam seu gênero através da classe, sexualidade e da raça⁸⁵, mas que muitas discussões feministas acabam se centrando na opressão das mulheres negras⁸⁶. Em outras palavras, para Brah, as “posições privilegiadas” deixam de ser “adequadamente teorizadas, e os processos de dominação permanecem invisíveis”⁸⁷.

Por isso, no que diz respeito à dimensão étnico-racial e as posições privilegiadas, cabe demarcar que a grande maioria (como pode ser visto no Apêndice E) de entrevistas e livros de memórias utilizados nessa pesquisa são de pessoas brancas. No total foram cinco as pessoas se autoidentificam (ou identificadas por mim) como negras: Elizabeth de Vargas e Silva⁸⁸, Abdias do Nascimento, Célia, Carmem, e Damaris de

⁸³ PISCITELLI, Adriana. *Ibidem*.

⁸⁴ BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, 2006.

⁸⁵ BRAH, Avtar. *Ibidem*. p. 345

⁸⁶ BRAH, Avtar. *Ibidem*.

⁸⁷ BRAH, Avtar. *Ibidem*. 351

⁸⁸ Elizabeth de Vargas e Silva se auto-identificou como negra. Entretanto, ao realizar a entrevista eu percebi que ela poderia ser facilmente identificada enquanto branca. O que percebi na sua autoidentificação é que Elizabeth de Vargas e Silva nasceu em uma comunidade de imigrantes italianos, o que de certa forma, colaborou para uma construção identitária, uma vez que por não

Oliveira Lucena. Todavia, isso não significa dizer que não existiram outras pessoas autoidentificadas como negras, mas que nessa pesquisa eu não consegui estabelecer contato e/ou obter entrevista⁸⁹.

Além de tudo isso, cabe relacionar essas categorias às múltiplas vivências dos/as exilados/as, já que elas estão longe de ser homogêneas. Essas vivências, sobretudo, dizem respeito à definição e à caracterização do exílio brasileiro que serão o alvo dos próximos tópicos. Por isso, no item que segue serão apresentados os debates, definições e as complexidades que se colocam a respeito da categoria “exílio”. Isso porque a escolha de certas definições em detrimento de outras pode excluir determinados sujeitos, que também se deslocaram para o exílio.

2.1. O EXÍLIO E SUAS COMPLEXIDADES

Desterro, deportação, expulsão da pátria, retiro e solidão. Esses são alguns dos termos que qualquer dicionário de língua portuguesa traz, de forma simples e sucinta, ao dizer o que é o exílio. Parece uma pergunta com resposta fácil, mas não é, sobretudo, diante das explicações e categorizações das migrações contemporâneas. Por isso, neste tópico pretendo explicar o que define o exílio, distinguindo-o das demais categorias, a fim de entender que questões estavam atreladas e suas respectivas complexidades.

Inicialmente, Edward Said ao abrir seu texto *Reflexões sobre o exílio* já explica claramente um significado para o exílio, que é:

[...] uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora, seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor

possuir um sobrenome italiano fazia fazer parte de outro grupo, os de não identidade italiana. Essa compressão se deu em função justamente da ideia de que a identidade é construída e situacional.

⁸⁹ Um nome muito conhecido, de autoidentificação negra é o do ex-exilado Wilson do Nascimento Barbosa. Hoje, pesquisador do movimento negro e professor universitário na USP, na época, era ligado à ALN e viveu no Chile, Suécia e Moçambique. Apesar de muita insistência da minha parte, nos vários e-mails trocados, ele se recusou a conceder-me uma entrevista por considerar-se cansado de falar sobre o assunto.

mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre.⁹⁰

Portanto, o exílio é a ruptura, a fratura, o deixar a terra onde se nasceu e a perda do que foi deixado, já que mesmo com o retorno ao lugar, não se volta à mesma pessoa. No entanto, essa definição ainda é genérica demais, já que o exílio, banimento ou autoexílio é uma constante desde a antiguidade até os dias atuais e, por isso, cada época, tempo, espaço, grupo ou indivíduo possuem e atribuem características peculiares e diferentes ligadas ao seu processo. Na contemporaneidade, por exemplo, essas categorias assumem configurações diversas e estão totalmente atreladas à concepção de estados nacionais.

Segundo Edward Said a “moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados”⁹¹, demarcando à modernidade e aos nossos tempos a função significativa que os/as migrantes desempenham/desempenham. Ainda refletindo sobre o exílio, esse autor articula as distinções sobre essas categorias (exilado/a e refugiado/a) ao dizer que:

O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro. Por outro lado, os refugiados são uma criação do Estado do século XX. A palavra ‘refugiado’ tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnorreada que precisa de ajuda internacional urgente, ao passo que o termo ‘exilado’, creio eu, traz consigo um toque de solidão e espiritualidade.⁹²

Dessa maneira, define que a grande diferença entre o exílio desses tempos é a de escala⁹³, uma vez que “nossa época, com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições quase teológicas dos governantes totalitários, é, [...] a era do refugiado, da pessoa deslocada,

⁹⁰ SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003. P. 46

⁹¹ SAID, Edward W. *Ibidem*.

⁹² SAID, Edward W. *Ibidem*. p. 54

⁹³ SAID, Edward W. *Ibidem*. p. 47

da imigração em massa”⁹⁴. Said caracteriza e explica o contexto vivido na contemporaneidade, portanto, diferenciando-o dos anteriores, chamando a atenção para a proporção de pessoas que deixaram/deixam os seus lugares de nascimento em virtude desses conflitos.

Neste contexto, é necessário lembrar que a categoria de *refugiado/a* foi definida pela Convenção das Nações Unidas de 1951 e adotada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁹⁵, marcada justamente pelo contexto do pós-guerra. A Convenção determinou/a que é refugiado/a aquele/a que receando, a partir de perseguição por conta de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, não possa ou não queira voltar ao seu Estado Nacional. E, por isso, tem a possibilidade de solicitar proteção a um Estado Nacional ⁹⁶ diferente do seu de nascimento.

Para Giorgio Agamben, em seu texto sobre a política do exílio, os Estados Nacionais põem em conjunto os princípios do nascimento (*ius solis*: nascimento em determinado território; *ius sanguinis*: nascimento de pais/mães cidadãos) e da soberania, os quais no antigo regime eram separados⁹⁷. O autor citado evidencia que os refugiados colocam em crise essa ficção originária da soberania moderna, uma vez que rompem com a continuidade entre homem e cidadão, e entre nascimento e nacionalidade⁹⁸.

Para Abdelmalek Sayad, o pensamento de Estado acaba tendo o “dever” de demarcar/separar os nacionais dos não-nacionais. Ao definir/traçar uma linha entre aqueles que “existem”, tal pensamento deixa aos “outros” uma identidade de exclusão, um sentimento de não-

⁹⁴ SAID, Edward W. *Ibidem*.

⁹⁵ Lembrado que a Convenção foi ratificada no ano de 1961 a fim de eliminar a data limite e o conceito de refugiado foi ampliado no ano de 1969.

⁹⁶ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Genebra. In: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados visitado em 26 de maio de 2014.

⁹⁷ AGAMBEN, Giorgio. Política del exilio, **Archipiélago**, n. 26/27, p. 41- 52, 1996. p. 44.

⁹⁸ *Ibidem*. p. 46

identidade, de não-pessoa, e de não-sujeito social. Esta situação acaba se tornando presente na vida cotidiana de um imigrante ou exilado⁹⁹.

Benedict Anderson utiliza a noção de comunidades imaginadas para explicar esses processos que fazem com que exista um vínculo entre os pertencentes de determinado Estado Nacional. Para o autor, mediante esses elos, “até os membros da menor das nações nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”¹⁰⁰. Tal vínculo, que se tornou jurídico, e que é rompido (conforme já explicado por Agamben), é denominado de nacionalidade, e é a peça mais representativa dessas comunidades imaginadas. Na contemporaneidade, são as “exclusões” de tais comunidades que tornam determinados sujeitos exilados/as ou refugiados/as.

Cabe comentar que essa noção de Estado Nacional é adotada aqui como forma de recorte para esta pesquisa, já que seria impossível fazer uma dissertação sobre todas as formas de exílios da ditadura civil-militar, como as modalidades internas. No entanto, considero que se trata de uma construção historicamente datada, e que afetou de forma direta os/as exilados/as, os/as quais passaram a ter que conviver cotidianamente com elementos até então novos em função de suas saídas do território brasileiro. Alguns desses elementos importantes foram/são a língua e a ideia de pertencimento a uma nação.

Quase todas as entrevistas, as autobiografias e os livros de memórias utilizados na dissertação trazem algo relacionado a esses elementos. São muitas as falas dos/as exilados/as extremamente marcadas por identidades e sentimentos de pertença nacionalistas. Sobretudo, como nos lembra Edouard Glissant¹⁰¹, porque esses sentimentos estão pautados em concepções étnicas não pluralistas e de raízes únicas. Também foram numerosas as falas marcadas pela sensação de comunhão entre aqueles que fazem parte da mesma comunidade imaginária, a qual se refere Benedict Anderson, ou ainda

⁹⁹ SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2002.

¹⁰⁰ ANDERSON, Benedict R. O'G. (Benedict Richard O'Gorman). **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Ed. 70, 2005. p. 25.

¹⁰¹ GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

pela oposição àqueles que não são membros delas, levantada por Sayad e Agamben.

Um exemplo é o que foi relatado por Artur José Poerner, no depoimento concedido no livro *Memórias do Exílio*. Artur foi expatriado em 1970, e ao ser questionado na fronteira da Alemanha Federal sobre a sua nacionalidade, ele respondeu “Sou brasileiro. Não consta aí?”. Artur, como tantos outros/as exilados/as, diz que se sentiu um estrangeiro na Alemanha Federal e, por isso, afirmou: “[...] continuarei a sê-lo, aqui ou em qualquer outra pátria que não seja a minha. Minha, agora, mais do que nunca, pois aprendi a amá-la mais, de longe, em silêncio – como nesses casos de amor platônico e não correspondido”¹⁰². A construção da nacionalidade estava fortemente presente em suas memórias, de modo que sentiu-se mais brasileiro do que nunca, principalmente, por ter sido um expatriado.

Cabe ainda destacar que muitos/as exilados/as que foram à Europa passaram antes pelo Chile, permanecendo até o golpe desferido contra o governo de Salvador Allende em 1973. Nesse caso, os relatos sobre sentimentos de pertença e de estrangeiro analisados trazem a sensação de que no país latino-americano, aparentemente, foram menores os conflitos, e falas como as que seguem se repetiram: “a verdade é que não me deu muito a sensação de exílio”¹⁰³ no Chile; “Num certo sentido no Chile não pesava muito, eu não sentia que pesasse. Para mim, o exílio foi mesmo na Bélgica”¹⁰⁴. As diferenças com relação aos sentimentos observados em outras situações de exílio podem ser decorrentes da proximidade geográfica e cultural ou mesmo pelo momento (de transformação social) que se estava vivendo naquele país, o qual trazia forte empolgação aos/as brasileiros/as em seu primeiro exílio.

No sentido de rompimento e exclusões nacionais, para Denise Rollemberg, o exílio foi a ruptura com a realidade e o momento de

¹⁰² Depoimento de Artur José Poerner. . In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19???: 1. De muitos caminhos**. Vol. 2. Editorial Arcádia, 1976. p. 262.

¹⁰³ Depoimento de Zuleika Alambert. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) **Memórias (das mulheres) do exílio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 58.

¹⁰⁴ Depoimento de Maria do Carmo Brito. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 77.

desenraizamento com as respectivas perdas das referências, sejam elas nacionais ou de práticas cotidianas. Segundo a historiadora, várias questões se somavam como:

A derrota de um projeto político e pessoal, o estranhamento em relação a outras culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizavam, o não-reconhecimento nos novos papéis disponíveis, tudo isso subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmo, desencadeando crises de identidade. Em diversas situações cotidianas, foi possível ver a manifestação dessas crises: na batalha pelos documentos ou na recusa em obtê-los; no trabalho e no estudo; na militância política ou no seu abandono; nas atividades culturais e artísticas; na vida familiar e afetiva.¹⁰⁵

Assim, para Rollemberg, o exílio brasileiro foi de perda de raízes ao mesmo tempo em que foi um momento de refazer as identidades. Destaca-se aqui que esse processo envolveu também as identidades nacionais, mas que estas foram apenas uma das dimensões em questão. Isso porque as histórias sobre o cotidiano vivido no exílio descrevem momentos de choques culturais, mal-estares em relação ao outro e em relação a si mesmos, já que aquelas pessoas estavam se redescobrando naquele momento. Nesse sentido, Maren e Marcelo Viñar, em suas análises psicológicas a respeito, explicam que “no exílio, ninguém o conhece, ninguém o reconhece. Aquele que eu era não existe mais. O personagem está morto, o cenário não é mais o mesmo, os atores tampouco”¹⁰⁶.

Não obstante, isso tudo ainda não define o exílio, já que pensar em Estados Nacionais, o deixar um lugar em direção a outro, a exclusão, e o refazer identidades no exterior, são características de qualquer fluxo migratório. Por isso, ser um estrangeiro, estar fora de local de nascimento e excluído dele podem ser pensados como aproximações existentes entre todos os tipos de migrantes. No entanto, uma nova pergunta é lançada: o que diferencia o exílio dos demais movimentos

¹⁰⁵ ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: Entre raízes e radares. Niterói: UFF, 1999. p. 132.

¹⁰⁶ VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. **Exílio e Tortura**. São Paulo: Escuta, 1992. p. 71

migratórios? O/a exilado/a é um tipo de migrante, mas com características muito diferentes: objetivos, projetos, motivações, formas de saída e deslocamento.

Sobre essas categorizações, Abdelmalek Sayad, que escreve sobre os algerianos na França, define que o imigrante contemporâneo é essencialmente uma força de trabalho, um trabalhador provisório, temporário e em trânsito¹⁰⁷, conseqüentemente, diferenciando-se de um exilado, pois se desloca com objetivos distintos. Em outras palavras, enquanto um e/imigrante sai de seu lugar de nascimento com o intuito de trabalhar e acumular dinheiro, os/as exilados/as são expulsos e não possuem o mesmo projeto.

Neste sentido, pode-se pensar que a principal questão que se coloca nessa situação é o fato de que os/as exilados/as, em sua grande maioria, não possuem projeto migratório, isto é, não têm motivações de e/imigração, exceto pela fuga. Assim, em um livro que disserta sobre o sentimento da ilusão ao sofrimento, da dupla ausência e da dupla presença pelos quais um e/imigrante passa, Sayad¹⁰⁸ defende que o “mal” (a doença e o mal-estar) que ronda o imigrante é não saber dar um sentido legítimo a sua própria imigração ou, mais do que isso, querer denunciar a própria imigração, ao colocá-la em questionamento e ao adestrar o processo¹⁰⁹.

Apesar de todos migrantes sofrerem desse mal, o fato do/a exilado/a ter sido expulso parece acarretar sentimentos de dor, saudades e nostalgia ainda maiores. Entretanto, essa dinâmica não pode ser levada ao extremo, já que o conteúdo e a intensidade do sofrimento de cada sujeito mediante seu processo migratório estão ligados as suas experiências e às percepções que (re) constrói delas. Levar essa afirmação ao extremo seria certamente hierarquizar as dores e sofrimentos a partir das categorias analíticas, o que geraria imprecisões e generalizações.

¹⁰⁷ SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998. p. 45-72. p. 54

¹⁰⁸ SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2002.

¹⁰⁹ SAYAD, Abdelmalek. Op. Cit. p. 191 Tradução nossa: “Il ‘male’ (la malattia e il malessere) rode l’immigrato che non sa dare un senso credibile alla propria immigrazione o, più di questo, che tende a denunciare la propria immigrazione, a metterla sotto accusa e a istruire il processo.”

Algumas questões que marcam profundamente os/as exilados/as são o trauma da ruptura e os sentimentos (que se tornam (res)sentimentos em suas memórias) de provisoriade, de saudade, de vazio, de ausência, de intervalo, de frustração, de vontade de retornar o mais rápido possível para continuar a luta ou a vida no país, de dor por aqueles que ainda estão sofrendo em seus lugares de origem, entre outros. Além, conforme já dito, dos sentimentos de perda de raízes, já que ao estabelecer contato com o outro e perceber o desconhecimento dos códigos sociais, os/as exilados/as passaram a se questionar e a refazer a sua própria identidade¹¹⁰.

Fuga e exclusão caminhavam paralelamente e são facilmente observados nas memórias exilares através dos (res)sentimentos que são narrados. Como no caso de Lucia, que em seu depoimento de uma página, relata o dilema de fugir e levar ou não seu filho junto¹¹¹; ou ainda no de Damaris de Oliveira Lucena, que diz logo nas primeiras linhas da sua fala que o seu banimento foi causado pelos mesmos responsáveis pelo assassinato de seu marido e da prisão do seu filho¹¹²; entre tantas outras falas que podem ser encontradas, mas sobre as quais não irei me deter, já que fogem ao escopo dessa pesquisa.

Todos esses pontos citados são extremamente controversos e sobre cada um deles poderia ser escrita uma nova dissertação. Por isso, essas definições devem ser pensadas de modo contextual e de forma analítica com relação às vivências e experiências de cada sujeito. Do contrário, poderia se cair em um vazio hierarquizante ao se levar ao extremo tais definições e/ou negligenciar o contexto e a especificidade vivida por cada um dos sujeitos de exílio.

Segundo Luis Roniger o exílio “reflete a lógica de exclusão e deslocamentos de cidadãos e residentes para fora do território e das esferas públicas de um Estado”¹¹³ e, no caso da América Latina, foi “um

¹¹⁰ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit.

¹¹¹ Depoimento de Lucia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 137

¹¹² Depoimento de Damaris de Oliveira Lucena. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit.p. 233

¹¹³ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: Avanços Teóricos e Desafios. In:QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 31.

mecanismo de exclusão institucionalizada na história”¹¹⁴. No entanto, segundo o autor, na América Latina, essa lógica remonta períodos de exclusões anteriores aos das ditaduras militares, que são de pelo menos desde o período colonial até o século XX¹¹⁵.

Os contextos vividos nos anos 1960 e 1970 na América Latina, por outro lado, eram muito diferentes dos anteriores, já que neles emergiram vários governos militares com características particulares. A América Latina estava, então, marcada profundamente pela Guerra Fria – em que Estados Unidos de um lado e União Soviética do outro disputavam a expansão de seus regimes de governo, com seus projetos políticos, econômicos e ideológicos. Nesse sentido, cabe assinalar que os Estados Unidos financiaram diversos projetos e atuações nos vários países latinos a fim de desestabilizar (ou derrubar de forma direta, como no Chile) os governos democráticos estabelecidos e proporcionar a emergência de ditaduras militares. A intervenção estadunidense no caso brasileiro pode ser verificada no livro *O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo* de Carlos Fico¹¹⁶. As ditaduras que se constituíram nesse processo produziram um fenômeno exilar jamais visto anteriormente nesse espaço geográfico.

De modo geral pode-se caracterizar o exílio dos latino-americanos no século XX com os seguintes elementos principais: o/a exilado/a vivia sob uma ditadura; o/a exilado/a, mesmo que pudesse ou quisesse, tinha dificuldade para migrar, já que em alguns casos não tinha sequer documentos; o/a exilado/a sofreu perseguição política no local de origem, e por risco de morte ou de prisão, com relação a si ou sua família, não pode permanecer no seu lugar de nascimento da mesma forma que não pode retornar; o/a exilado/a em alguns casos foi proibido o retorno constando em listas públicas; a possibilidade de ‘escolha’ para um/a exilado/a é muito pequena; e o/a exilado/a não tem um projeto ou motivação para estar no exterior, exceto pela fuga.

Mas, para tudo isso ainda falta um delimitador. Para o pesquisador de exílio chileno, Pablo Yankelevich, e para tantos outros pesquisadores/as de exílio, a causalidade, embora não exclusiva, se

¹¹⁴ RONIGER, Luis. Ibidem. p. 33

¹¹⁵ RONIGER, Luis. Ibidem.

¹¹⁶ FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

localiza centralmente no caráter político¹¹⁷. Isto é, em virtude de perseguições políticas ou por temor a elas é que determinadas pessoas deixam os seus Estados Nacionais nessas condições. No entanto, como dito, esse mesmo autor aponta para o fato de que se deve ter presente que muitos indivíduos e suas famílias decidiram pela saída a partir da perda de empregos e das decorrentes dificuldades¹¹⁸, o que de certa forma amplia a definição, e a aproxima da categoria e/imigrante.

Como pôde ser visto anteriormente também, na definição feita pela Convenção das Nações Unidas de 1951 e adotada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) a categoria de refugiado/a está atrelada à de perseguição religiosa, política e racial¹¹⁹. Isto é, reafirma o caráter político do exílio ao mesmo tempo faz com que (alguns) exilados/as políticos da ditadura brasileira fossem enquadrados na categoria de refugiado/a, garantindo-lhes alguns benefícios econômicos financiados por esta instituição internacional.

Mas, neste contexto contemporâneo, cabe a cada Estado Nacional decidir sobre o status jurídico dessas pessoas, e isso, muitas vezes, significa/significava reconhecer a situação de perseguição ou os problemas enfrentados no país de origem¹²⁰. Denise Rolleberg destaca que os/as exilados/as brasileiros/as viveriam naquele cenário o seguinte conflito: por um lado, incomodava-os a classificação de *refugiado*, não se reconhecendo como vítimas e recusando a infantilização implícita no tratamento das organizações internacionais de acolhida; e por outro, os benefícios legais e materiais do estatuto convinhavam e eram necessários¹²¹.

Antes de prosseguir, é necessário fazer uma interrupção. Quando se fala em “escolha” ao se diferenciar e/imigração e exílio, uma das questões que se levanta é se estes fenômenos são individuais ou sociais. Infelizmente, não irei aprofundar essa problemática do fenômeno enquanto individual/coletivo, já que demandaria um espaço muito maior

¹¹⁷ YANKELEVICH, Pablo. Estudar o Exílio. IN: QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 16.

¹¹⁸ YANKELEVICH, Pablo. *Ibidem*.

¹¹⁹ Da mesma forma que não considera como refugiados aqueles provenientes de conflitos internacionais e nacionais, porque estão protegidos por outros acordos internacionais, como os Convênios de Genebra de 1949.

¹²⁰ Como, em 2011, o caso da Itália que reconheceu às pessoas que estavam fugindo no Norte da África o status de refugiados.

¹²¹ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 40-41.

de discussão. Pablo Yankelevich, explica que no caso do exílio das ditaduras em questão “embora estejamos ante um fenômeno que alcançou um ‘caráter massivo’ até então nunca visto, esse exílio também deve ser entendido como um processo coletivo, mas desenvolvido a partir da somatória de ações individuais”¹²².

Em consonância com esse autor, para essa pesquisa, escolhi trabalhar com a ideia de que o exílio é tanto um fenômeno social quanto um fenômeno individual. A causa evidente da fuga de várias pessoas do Brasil e dos demais países da América Latina foram regimes ditatoriais autoritários, mas resumir o exílio somente a isso seria excluir os agenciamentos individuais, como as escolhas de países de destino, as práticas facilitadoras para se deixar o país ou os pequenos espaços de manobras desses sujeitos, entre outras coisas. Não se está pensando aqui somente como uma somatória das ações individuais, como sugeriu Yankelevich, mas, ao contrário, como um fenômeno que foi vivenciado tanto de forma coletiva/social como de forma individual.

Além de todas as complexidades apresentadas até o momento, ainda há aquela que entrelaça a categoria exílio com as identidades de gênero. Nesse sentido, antes de passar para os próximos tópicos nos quais irei refletir sobre o gênero do exílio, tanto na escrita da história enquanto escolhas teórico-metodológicas, quanto no que diz respeito às narrativas elaboradas sobre o exílio a partir das memórias e das referências, cabem ainda alguns comentários.

Com base no apresentado, é necessário ressaltar que quaisquer definições não podem ser tomadas como absolutas, já que as condições postas para cada sujeito diante da sociedade de origem e destino e no processo de deslocamento foram ou podem ter sido muito diferentes. A linha que “separa” as categorizações é muito tênue, sendo os termos imprecisos, intercambiáveis e não necessariamente correspondentes à vivência específica de cada sujeito, já que são categorias elaboradas para encaixar grupos de pessoas.

Neste sentido, Stephen Castles, que escreveu categorizando as tipologias de deslocamentos na contemporaneidade, considera que é muito difícil “distinguir entre a fuga motivada por perseguições e a partida causada pela destruição das infra-estruturas econômicas e sociais necessárias à sobrevivência”¹²³. O que, de um modo geral, torna as

¹²² YANKELEVICH, Pablo. Op. Cit. p. 14.

¹²³ CASTLES, Stephen. Migrações internacionais no limiar do século XXI: questões e tendências globais. In: CASTLES, Stephen. **Globalização**,

categorizações um tanto complexas. Desta forma, a afirmação do autor supracitado contribui para pensar que cada situação deve ser analisada de forma singular, com as devidas discussões de suas respectivas especificidades.

No que diz respeito às pesquisas sobre exílios, o grande problema que se coloca é que, muitas vezes, a definição centrada no político é conduzida de forma a abordar *somente e exclusivamente* o político, apesar das ressalvas dos/as pesquisadores/as. Essa definição, quando levada ao extremo, exclui por completo determinados sujeitos. Um exemplo muito gritante disso pôde ser visto no evento *II Jornadas de trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*¹²⁴, realizado em Montevideu, em novembro de 2014, no qual participei. Nesse evento, que reuniu pesquisadores/as sobre os exílios do Cone Sul, em várias comunicações o exílio era restrito somente à causalidade do político, o que excluía acompanhantes, como esposas/maridos e filhos e filhas, já que suas causalidades foram outras. Além disso, as mulheres exiladas, mesmo quando afetadas pelo caráter político, quase não foram mencionadas¹²⁵.

Por isso, pelas motivações que serão mais bem expostas abaixo, para esta pesquisa, compreendo a categoria exílio em seu sentido ampliado. Desta forma, são considerados exilados/as todos os sujeitos que por perseguição direta ou indireta, por espontânea vontade ou não, se sentiram ameaçados/as (tanto por risco da vida como por perda de emprego e dificuldade para sobrevivência) e deixaram o Brasil durante este período. Portanto, considero exilados/as: perseguidos por escolhas políticas, mas também esposas e esposos, filhos e filhas, pessoas que

transnacionalismo e novos fluxos migratórios: os trabalhadores convidados às migrações globais. Fim de Século, 2005, p. 15-43.p. 19.

¹²⁴ Os anais e outras informações sobre o evento podem ser vistos no site: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/> visitado em 15 de fevereiro de 2015.

¹²⁵ Como pode ser visto nos anais do evento, foram poucos os trabalhos em que as relações de gênero foram consideradas como um elemento da vida cotidiana, cultural e social dos sujeitos de exílio. De uma certa forma isso se restringiu a um ou outro trabalho de pesquisa, dentre os quais se encontra o meu (ROSALEN, E. **Relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**). In: *II Jornadas de trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, 2014, Montevideu. *II Jornadas de trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, 2014. In: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/ii-jornadas/actas-2014/Rosalen.pdf> visitado dia 15 de setembro de 2015), apresentado na mesa *Los exilios desde nuevas problemáticas: retornos, segunda generación y perspectivas de género*, isto é, sob a perspectiva de um novo eixo temático.

deixaram o país porque perderem emprego, pessoas que saíram do país a partir de bolsas de estudos, banidos/as, e autoexílio.

Uma complexidade destas categorias e dessa pesquisa envolve, por exemplo, outra questão que ainda necessita ser mais bem observada e problematizada e que diz respeito aos exílios internos e aos filhos e as filhas. Várias perguntas podem ser feitas a respeito. Uma delas é se podem ou não ser considerados exilados/as, já que foram ao exílio para acompanhar familiares. Cabe também pensar: como definir dentro desse emaranhado de categorias a situação daqueles que nasceram no exílio? E de que maneira pensar o retorno desses sujeitos que mal viveram no Brasil? E ainda, como analisar a situação daqueles que não deixaram o Brasil?

Por uma questão de recorte, e por considerar que seria necessário mobilizar outras categorias e elementos ligados às distintas gerações e situações, não serão trabalhadas nessa pesquisa as situações dos/as filhos/as de exilados/as, quer eles/as sejam nascidos/as no Brasil ou no exterior. Da mesma forma, não serão examinadas as situações daqueles que tiveram exílios internos no Brasil, como o caso de José Dirceu, relatado no livro *Abaixo a Ditadura*¹²⁶. Por isso, o recorte de investigação estabelecido foi de estudar aos/às exilados/as externos, isto é, àqueles/as que deixaram o estado nacional do Brasil rumo a outros.

Teceram-se essas considerações no intuito de perceber como são complexas essas definições, porque ao explicar ou definir o/a exilado/a a partir das categorias, acabamos por realizar enquadramentos sem considerar as especificidades de cada processo ou de cada sujeito. Ao definir o que é exílio, define-se simultaneamente quem é, quem não é e quem não pode ser considerado como tal. Assim, as considerações a respeito das categorias só podem ser pensadas tendo em vista as facetas pelas quais marcam e é marcado cada sujeito e com relação aos aspectos do contexto brasileiro. Em vista disso, no próximo tópico apresentarei um pouco das multiplicidades das vivências do/as brasileiros/as, as quais deverão ser consideradas ao longo dessa pesquisa, como a 'tipologia' dos/as exilados/as da ditadura brasileira, a geração, os locais de destino, entre outras especificidades.

¹²⁶ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. São Paulo: Editora Garamond, 1998.

2.2. AS MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS DO EXÍLIO BRASILEIRO

A ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985) fez com que muitos brasileiros buscassem o exílio como forma de preservar a vida, para escapar da repressão ou perseguição, por terem sido banidas, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outros motivos. Os exílios aconteceram desde abril de 1964 até agosto 1979, quando foi decretada a Lei nº 6.683 de Anistia. Tais experiências de desterro foram vividas das mais diversas formas, a começar pela geração, conforme caracteriza Denise Rollemberg em seu livro *Exílio: Entre Raízes e Radares*:

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma experiência vivida pelo que se pode considerar duas gerações, a de 1964 e a de 1968. Os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo, de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, finalizando com o Ato Institucional nº 5¹²⁷.

As gerações de exílio são significativamente uma demarcação das vivências dos/as exilados. No entanto, apesar de ser ideia muito interessante a respeito, essa compreensão deve ser pensada dentro das realidades de cada contexto, já que nem todas as regiões do Brasil foram afetadas da mesma forma pelos órgãos repressivos da ditadura. As diferenças podem ser percebidas, por exemplo, na situação dos seguintes exilados/as: Vilson Rosalino e Marisa Jordan que saíram a partir da Operação Barriga Verde¹²⁸ efetivada em Santa Catarina somente em 1975. Ademais, essa classificação só explica as saídas ocorridas de forma diretas e não os afetados em outros planos como será visto no próximo capítulo.

Ainda segundo a autora, o exílio está longe de ser uma experiência homogênea, já que as vivências foram as mais variadas, a começar pelo *tipo de exilado*¹²⁹. Pode-se destacar: os que foram

¹²⁷ ROLLEMBERG, Denise. Op Cit. p. 49

¹²⁸ Operação Barriga Verde foi uma operação deflagrada em 1975 pelos órgãos de segurança da ditadura militar contra militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam em Santa Catarina. Nessa operação foram presas 42 pessoas.

¹²⁹ ROLLEMBERG, Denise. Op Cit. p. 52.

banidos/as¹³⁰; os que decidiram partir, com documentação legal ou não, por rejeitar o clima em que se vivia no país; os que eram alvo de perseguição da polícia ou os que estavam em confronto direto com a ditadura e decidiram partir; os que não eram alvo da polícia política, mas se exilaram para acompanhar o cônjuge ou genitores; os que nasceram no exílio; os que partiram sozinhos ou com a família; os que foram enquadrados/as como refugiados/as e receberam ajuda do Estado Nacional, no qual passaram a viver; os que tinham dinheiro e os que não tinham; os que tinham rede familiar ou amigos - como suporte de apoio - e os que não tinham; entre tantos/as outros/as¹³¹.

Além disso, há nessa vastidão de experiências os vários lugares de destinos do exílio, como: Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Cuba, França, Portugal, Moçambique, Suécia, Suíça, Polónia, ex-Republica Federal da Alemanha, ex-República Democrática Alemã, ex-União Soviética, Albânia, Estados Unidos, Argélia, Itália, México, entre outros. Há ainda diferenças com relação aos vários lugares pelos quais cada pessoa transitou, já que são muitos os casos de pessoas que percorreram por diferentes países, utilizando-se de seus pequenos espaços de manobras para o “escolher” o lugar que consideravam melhor para se viver enquanto se encontravam fora do país.

Com relação aos destinos, cabe destacar que alguns lugares foram privilegiados em determinados momentos. Os primeiros deles foram Cuba, União Soviética, China, entre outros, como lugar para treinamento e cursos de formação dos/as integrantes de organizações de esquerda (sejam elas armadas ou não). O segundo, certamente, foi o Chile, que até o golpe em 1973, foi considerado como um destino de esperança de uma revolução socialista na América Latina. E, o terceiro foi Portugal, que após 1974, com a Revolução dos Cravos, foi relacionado como um novo destino de esperança e de revolução em meio ao contexto de perda desses sentimentos mediante o avanço das ditaduras no Cone Sul.

¹³⁰ Conforme Daniel Aarão Reis, em REIS, Daniel Aarão. As conexões civis da ditadura brasileira. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>>. Acesso em: 12 de maio de 2014.: “O governo inventa os meios legais como quer, como a figura jurídica do banimento, criada para permitir a libertação dos 15 presos trocados pelo embaixador americano em 1969”. Apesar de que, isso não acontece somente em ditaduras, como nos lembra Agamben, op. cit. p. 44.

¹³¹ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit.

Somava-se a isso, a fase de exílio pela qual cada um estava passando, os recursos pessoais que possuía, a idade, o conhecimento ou não da língua estrangeira, a companhia ou não de família, o pertencimento ou não a uma organização/ partido, entre outros. E, também, a condição de status social ou a perda dele que pesava, como lembra Rollemberg, uma vez que “enquanto alguns exilados eram reconhecidos como profissionais ou como personalidades públicas, [...], outros precisavam impor sua presença, lutando pelo visto e pela sobrevivência material”¹³².

Uma coisa muito importante a respeito é que, como escreveu Pablo Yankelevich “o primeiro critério de seletividade social no que diz respeito ao exilar-se foi estabelecido pela possibilidade de custear a viagem ou [...] possuir contatos pessoais”¹³³, o que de certa forma estava reservado, principalmente, aos setores médios¹³⁴. Isso se deu, principalmente, em relação àquelas pessoas que se deslocaram por decisões familiares ou pessoais¹³⁵. Mas, como lembra o mesmo autor, há exceções, e elas podem ser vistas “associadas à opção de saída sob condição de asilo diplomático ou a estratégias de algumas organizações”¹³⁶. A essas exceções pode-se acrescentar os/as banidos/as, que foram expulsos e só saíram do país a partir da troca por pessoas que foram sequestradas por organizações armadas, muitas vezes somente com a roupa do corpo.

Entretanto, as exceções são proporcionalmente muito menores. Como pode ser visto na tabela que se encontra no Apêndice E, a maior parte dos/as exilados/as (com os quais eu tive acesso através das entrevistas ou que escreveram livros autobiográficos) eram pessoas de camadas médias urbanas¹³⁷, que viviam nos grandes centros urbanos ou em capitais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis. Essa condição de camada social é

¹³² ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 133.

¹³³ YANKELEVICH, Pablo. Op. Cit. p. 15.

¹³⁴ YANKELEVICH, Pablo. Ibidem.

¹³⁵ YANKELEVICH, Pablo. Ibidem.

¹³⁶ YANKELEVICH, Pablo. Ibidem.

¹³⁷ Utilizarei por semelhança o termo “camadas médias” que foi manuseado nas produções de Michel Foucault, nas quais se encontram: In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Editora Vozes: Petrópolis, 1999; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1979; entre outras. Camadas médias são entendidas aqui como: trabalhadores de escritório ou comércio, jornalistas, estudantes, intelectuais, professores, funcionários do governo, entre outros profissionais independentes.

extremamente importante já que, como mencionado, muitos desses sujeitos perderam seu status social com o exílio¹³⁸.

Além disso, constatou-se, principalmente no momento da realização das entrevistas, que todas essas pessoas (mesmo aquelas que se encontravam nas camadas baixas) hoje se encontram nas camadas médias, vivendo em grandes centros urbanos, mas com a adição de que hoje se trata de um grupo altamente intelectualizado tendo em vista que são pessoas envolvidas com educação superior ou com atividades políticas através de organizações não governamentais. Certamente, outras camadas e lugares de residência no momento do exílio existiram, mas infelizmente eu não tive acesso de forma a indicar como uma importante característica do perfil dos/as exilados/as.

Sobretudo, cada sujeito teve sua saída, deslocamentos e vida cotidiana, ligados as suas trajetórias, geração, vivências e experiências, ou origens sociais e étnico-raciais, de forma única. Por isso, cada qual marcou e foi marcado de formas diferentes pelo exílio. Marcas que estão presentes nos relatos de memória, tanto nos livros autobiográficos quanto nas entrevistas realizadas através da metodologia de história oral, que a partir do enfoque das relações de gênero (e considerando as especificidades apresentadas) serão analisadas ao longo dessa pesquisa.

2.3. QUEM SÃO OS SUJEITOS DO EXÍLIO?

Para este tópico me concentro na seguinte pergunta: “Quem são os sujeitos do exílio?” A problematização sobre a complexidade do exílio (realizada no tópico 2.1 *O exílio e suas complexidades*), visou alargar a compreensão da categoria, para que ela não seja pautada exclusivamente no caráter político. Como será visto, obviamente esta não é uma ponderação exclusiva dessa pesquisa, mas o seu debate e exposição são primordiais para ela.

Todos os sujeitos que deixaram o país - de forma direta e/ou indireta, com seus mais variados motivos e das mais variadas formas - podem e devem ser considerados exilados/as, já que o fizeram sob as condições da ditadura civil-militar que emergiu no Brasil. Um exemplo a respeito de compressão da categoria de maneira ampliada, e

¹³⁸ Recentemente foi lançado o livro CHOTIL, Mazé Torquato. **Trabalhadores Exilados: a saga de brasileiros forçados a partir (1964-1985)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016. Neste livro a autora fala que, mesmo se dedicando a estudar o exílio de trabalhadores, em sua grande maioria os/as exilados/as eram estudantes e intelectuais, sendo somente uma pequena parte de trabalhadores.

construindo duas perspectivas de gênero muito diferentes, pode ser visto no livro *Memórias do Exílio* e nas *Memórias das Mulheres do Exílio*, ambos do *Projeto Memórias do Exílio*.

O volume *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19???: 1. De Muitos Caminhos*, com primeira edição mundial publicada em 1976 e edição brasileira em setembro de 1978, foi organizado e dirigido por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti¹³⁹ e Jovelino Ramos¹⁴⁰, com o “patrocínio” de Paulo Freire¹⁴¹, Abdias do Nascimento¹⁴² e Nelson Werneck Sodré¹⁴³. Tratava-se da primeira obra publicada do *Projeto Memórias do Exílio*, o qual, segundo explicações dos organizadores na sua introdução, “nasceu assim de uma preocupação com o passado”¹⁴⁴ e com o futuro¹⁴⁵ por parte dos exilados¹⁴⁶, que foram excluídos da vida pública do Brasil.

O volume dois, *Memórias das Mulheres do Exílio*, foi publicado em 1980, porém os depoimentos foram recolhidos antes de 1979. Tratava-se de uma obra coletiva com organização do Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa, com as assinaturas de direção e de edição realizadas por Albertina de Oliveira Costa¹⁴⁷, Maria Teresa Porciuncula Moraes (Tetê Moraes)¹⁴⁸, Norma Marzola¹⁴⁹ e Valentina da Rocha

¹³⁹ Pedro Celso Uchôa Cavalcanti foi um sociólogo brasileiro, que viveu no exílio em diversos países como Estados Unidos, Itália, França, Polônia, e Portugal

¹⁴⁰ Jovelino Ramos era ligado a Ação Popular, e se exilou nos Estados Unidos.

¹⁴¹ Paulo Freire nasceu em 1921 e faleceu em 1997, foi educador e pedagogo, e é mundialmente conhecido por isso; viveu no exílio de 1964 até 1980, passando pela Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça, Moçambique e Guiné-Bissau.

¹⁴² Abdias do Nascimento nasceu em 1914 e faleceu em 2011, foi um político ativista do Movimento Negro no Brasil, sendo extremamente reconhecido; viveu no exílio nos Estados Unidos de 1968 até 1978.

¹⁴³ Nelson Werneck Sodré nasceu em 1911 e faleceu em 1999, foi um renomado historiador brasileiro, optou por não exilar-se, mas teve os direitos políticos cassados e chegou a ser preso.

¹⁴⁴ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19???: 1. De muitos caminhos**. Vol. 1. Editorial Arcádia, 1976. p. 09

¹⁴⁵ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Ibidem* p. 09

¹⁴⁶ A palavra ‘exilado’, foi deixado no masculino, porque é assim que aparece na introdução.

¹⁴⁷ Albertina de Oliveira Costa é uma socióloga e feminista brasileira. Exilou-se em Paris (de 1971 até 1976) e em Lisboa (1976 até 1981).

¹⁴⁸ Maria Teresa Porciuncula Moraes é uma cineasta brasileira, exilou-se no Chile, Estados Unidos, França e Portugal.

¹⁴⁹ Norma Marzola é uma educadora e exilou-se em Portugal.

Lima¹⁵⁰. Como na obra anterior do mesmo projeto, teve o financiamento da Fundação Ford e o “patrocínio” de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, com o intuito de dar credenciais para o livro¹⁵¹.

O pesquisador James N. Green, ao falar sobre a luta pela anistia por parte de exilados/as nos Estados Unidos, relata que existiu uma rede sólida de exilados/as e de organizações não governamentais¹⁵². Green narra, a partir do depoimento de Clovis Brigagão¹⁵³, que esta rede organizou uma série de reuniões¹⁵⁴, e que foi nessas reuniões que surgiu a ideia de elaboração de um livro que documentasse a experiência dos exilados¹⁵⁵. Tratava-se das *Memórias do Exílio*. Este mesmo autor relata:

Segundo Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, [...], Rubem César Fernandes foi quem iniciou a ideia de documentar a experiência do exílio. Ambos haviam fugido do Brasil na década de 1960 e acabaram estudando na Polônia. Em seguida, Pedro Celso tornou-se professor nos Estados Unidos e Rubem César foi para Nova York a fim de completar o doutorado na Columbia. “A ideia começou no ano da Revolução em Portugal, e acho também em grande parte por causa da vitória do MDB nas eleições de 1974”, recorda Pedro Celso. De Nova York, Rubem César conseguiu dinheiro da Fundação Ford para financiar o projeto, e Pedro Celso e Jovelino Ramos deram seus nomes como editores porque já haviam legalizado seu status nos Estados Unidos. Clóvis Brigagão, Rubem César Fernandes, Valentina da Rocha Lima e Marcos Arruda colaboraram nos bastidores. Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, eminente intelectual de

¹⁵⁰ Valentina da Rocha Lima é uma historiadora. Exilou-se nos Estados Unidos e Portugal, e quando retornou ao Brasil trabalhou com história oral no CPDOC/FGV.

¹⁵¹ GREEN, James N.. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 17, n. 29, p.295-312, set. 2010.

¹⁵² GREEN, James N. Ibidem.

¹⁵³ Clovis Brigagão foi um cientista político, exilou-se nos Estados Unidos.

¹⁵⁴ GREEN, James N. Op. Cit p. 304.

¹⁵⁵ GREEN, James N. Ibidem.

esquerda, “patrocinaram” o projeto, porque seus nomes eram mais conhecidos no Brasil e entre os exilados que viviam no exterior.¹⁵⁶

James Green, a partir das entrevistas que recolheu, trouxe detalhes importantes sobre a realização dessas obras, entre eles o financiamento da Fundação Ford (que não é mencionado no material impresso); os nomes dos colaboradores e a colaboradora; a escolha para a autoria da organização do livro e do patrocínio do livro. A mais importante dessas informações, certamente, está relacionada à escolha do patrocínio da obra, já que é a partir dela que é possível perceber a estratégia de construção de uma leitura autorizada¹⁵⁷. O termo “patrocínio” é utilizado aqui como sinônimo de proteção para um projeto que visou recolher memórias e que encontrou determinadas dificuldades.

Essas dificuldades no *making of* da produção do livro, explicou Albertina de Oliveira Costa na mesa redonda Exílio e Gênero do I Colóquio Internacional: Gênero, Feminismo e Ditaduras do Cone Sul¹⁵⁸, para o Grupo de Mulheres Brasileiras em Lisboa foram: primeiramente, o financiamento da Fundação Ford, que gerava desconfianças entre os/as exilados/as, pois, para muitos, essa Fundação era sinônimo de CIA¹⁵⁹; a segunda dificuldade, não menos importante, era o fato de que “as mulheres espalhadas por diversos continentes achavam suas vidas desinteressantes e só aceitavam falar depois de muita insistência e boas recomendações”¹⁶⁰.

Escolher Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, intelectuais renomados e bastante conhecidos dentro e fora do Brasil, foi uma forma de dar credibilidade ao Projeto (a partir de uma

¹⁵⁶ GREEN, James N. Ibidem.

¹⁵⁷ CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

¹⁵⁸ As falas da Mesa Redonda Exílio e Gênero, da qual Albertina de Oliveira Costa deu o seu depoimento, se encontram gravadas no DVD do evento no Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (promotor do evento) da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁵⁹ COSTA, Albertina de Oliveira. Exílio e Gênero. IN: **CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2009b. DVD.

¹⁶⁰ COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do Exílio uma Visão dos Bastidores. **Cadernos de Crítica Feministas**, Recife, Ano III, N. 2, p.178-181,dez. 2009a. p.181.

proteção em formato de “patrocínio”) diante das dificuldades que os organizadores/as estavam passando. Além disso, garantiu-lhe visibilidade e legitimidade, já que os livros publicados se conectaram às atuações e produções desses intelectuais, o que permitiu uma espécie de autorização às obras publicadas.

No entanto, embora a dificuldade tenha sido geral, uma diferença muito grande é perceptível. Enquanto o primeiro desses livros apresentou uma perspectiva da categoria ligada somente ao caráter político do exílio, já que todos os depoimentos são de pessoas que possuíam militância e resistências diretas à ditadura; o segundo livro exibiu uma categoria ampliada, ao dizer que são exiladas todas aquelas que de forma direta ou indireta deixaram o Brasil (inclusive, publicaram um depoimento de criança). Vale analisar isso um pouco melhor.

No primeiro livro, os depoimentos escolhidos e publicados, sendo em sua grande maioria de homens – já que dos vinte relatos e um dossiê, apenas cinco são dedicados às mulheres -, exprimem questões como: a trajetória de militância; a luta contra a ditadura ou outras lutas políticas ligadas à ideia de revolução; a análise de conjuntura do Brasil e do Chile (lugar em que muitos fizeram o primeiro exílio). Em menor proporção, alguns pontos sobre o exílio foram relatados, como: o sentimento de pertença ao Brasil, de transitoriedade, de estrangeiro no país no qual está vivendo; o trabalho no qual esteve inserido no exílio; o fato de ser ou não enquadrado como refugiado político. Interessante perceber que o exílio quase não aparece retratado se comparado às outras questões levantadas, como aquelas ligadas às militâncias políticas.

Com uma percepção mais ampla do fenômeno e trazendo as mulheres que não foram afetadas diretamente, *Memórias das Mulheres do Exílio* acaba se diferenciando e oferecendo ao leitor/a um questionamento tanto da definição de exílio quanto da obra anterior, que está pautada nessa categoria. Isto é, apesar do intuito de produção da obra *Memórias do Exílio* ter sido o de trazer relatos sobre o exílio em suas mais diversas experiências, só foram publicados depoimentos de pessoas atingidas diretamente por suas escolhas políticas. A segunda obra, diferentemente, tentou contemplar todas as pessoas afetadas, independentemente de sua agência política ou não. Para tanto, as organizadoras deram outro título e explicaram, na introdução, o porquê de uma obra dedicada somente às mulheres:

Talvez porque nem sempre as mulheres se sentiram incluídas quando partiu o convite inicial para que os exilados escrevessem as suas

memórias. Talvez porque não se considerassem exiladas, ou não fossem como tais consideradas pelo projeto, aquelas cujas vidas foram profundamente afetadas por acompanharem marido, companheiro, filhos, pais. Certamente, porque constatamos que as mulheres, em seus depoimentos no primeiro volume, situavam-se quase que exclusivamente como militantes políticas, deixando apenas entrever – o fato de serem mulheres. E, sobretudo, porque partimos de nossa própria condição, sabendo que o que queríamos dizer era de mulheres. Era a nossa ótica. Era a tentativa de recuperar a nossa experiência no que ela tem também de específico, torná-la descritível para transmiti-la.¹⁶¹

Conforme foi visto no trecho da introdução citado, também era objetivo do livro explicitar e colocar na “história” as experiências de mulheres exiladas enquanto tal, experiências essas consideradas diferentes daquelas masculinas e que não foram contempladas pela primeira obra. No segundo volume publicado pelo Projeto, estão presentes os relatos, opiniões e percepções, focalizando a situação peculiar que cada uma dessas mulheres viveu ao longo das suas trajetórias, pelo fato de terem se tornado mulheres. A característica supracitada estava em oposição ao primeiro livro e, sobretudo, ao sujeito universal masculino que parece estar representado nele.

Mas é nos depoimentos que se refletem melhor estas escolhas de testemunhos de mulheres e as concepções da categoria de exilado/a. Os depoimentos do segundo livro estão pautados em temas relacionados: às trajetórias de vida; às trajetórias de militância política; à vida no exílio; à tomada de consciência sobre sua situação enquanto mulher; à família, ao casamento, aos filhos/as e o marido; aos exílios sucessivos e o que eles modificaram em suas vidas; ao trabalho desempenhado no exílio; à tomada de decisão do exílio e a quem ela coube; às dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória por ser mulher; entre outros.

Em outras palavras, foi o cotidiano de mulheres brasileiras exiladas que foi narrado e apresentado nessa obra. Tal escolha, certamente, está relacionada à forte ligação com o feminismo de segunda onda - com o qual essas mulheres tiveram contato no exílio e

¹⁶¹ COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 22.

no qual se engajaram politicamente –, cuja compreensão definia o pessoal e o cotidiano também como políticos¹⁶². Essa relação é explícita, principalmente, pelo fato da elaboração do livro vir do Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa¹⁶³, um grupo de autoconsciência.

Criar uma hierarquia ao dizer quem é e quem não é exilado/a algumas vezes pode significar medir a dor e os limites das pessoas, o que se revela uma insensatez, já que o que exerce influência sobre cada um é muito diferente¹⁶⁴. Como será visto mais adiante, essas hierarquias existiram e ainda existem. O que não significa dizer que dores não foram causadas em suas mais diversas formas e que relações não foram impossibilitadas ou postergadas. Afinal, era sob uma ditadura que essas pessoas viviam e dela escaparam durante o período em que se encontraram no exterior.

Mas essa definição ampliada de exilado/a, e talvez menos hierárquica, como dito, não é uma novidade desta pesquisa. Algumas pesquisas, como a de Anette Goldberg e de Denise Rollemberg, já a consideravam. A primeira dessas pesquisas, realizada em 1987 por Goldberg, utilizava a palavra exílio em sentido amplo para designar as várias situações de saída do Brasil, por consequência direta ou indireta do processo político¹⁶⁵. A autora elenca as seguintes situações:

- a) exílios acarretados por perseguições, pressões políticas, detenção de familiares e/ou de amigos próximos; b) banimentos de prisioneiros políticos libertados em troca da vida de diplomatas estrangeiros seqüestrados; c) auto-exílios

¹⁶² PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁶³ Era um híbrido entre um grupo de consciência e de reflexão, criado em Lisboa, e do qual participavam várias mulheres exiladas. Além do Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa, existiram outros três grupos no exílio: o Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris, coordenado por Danda Prado; a Seção Feminina do PCB, coordenado por Zuleika Alambert; e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

¹⁶⁴ Algumas situações de trama e dor podem ser visto, a partir de uma análise psicológica, no livro: VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. Op. Cit.

¹⁶⁵ GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. p. 65.

camuflados às vezes em cursos de graduação, pós-graduação, especialização ou simplesmente assumidos como “viagens de desbunde.”¹⁶⁶

Por sua vez, Denise Rollemberg não define a categoria como ampliada, mas, de modo mais significativo, amplia-a pela forma como elaborou a escrita sobre o exílio brasileiro. Isto é, ao construir a narrativa a respeito, incluiu todos/as, considerando-os/as sujeitos de exílio. Ela o fez sem privilegiar falas em função das identidades de gênero e as militâncias políticas desses sujeitos. A autora relaciona, dessa forma, as seguintes situações de exílio:

Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes até com documentação legal, por rejeitar o clima em que se vivia no país; houve quem, pessoalmente, não era alvo de polícia política, mas se exilou ao acompanhar o cônjuge ou os pais; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais, outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não só políticas e, através do contato com exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tanta facilidade. Os casos são inúmeros¹⁶⁷.

Essa mesma autora ainda lembra que “cairíamos em um vazio inútil se pretendêssemos estabelecer quem era e quem não era, estrito senso, exilado”¹⁶⁸. Sem falar, como já dito, que se criariam hierarquias e descontentamentos para aqueles sujeitos que viveram essa situação. Então, se voltaria à situação questionada no início desse tópico sobre a categoria e a necessidade de ter uma definição ampliada.

Como lembrado pela pesquisadora Joana Maria Pedro, entrar na história tem sido objeto de disputa¹⁶⁹ pelas mais diversas correntes historiográficas. Por isso, as escolhas de pesquisa (tais como teoria e metodologia, fontes, categorias e conceitos) estão envolvidas e podem

¹⁶⁶ GOLDBERG, Anette. *Ibidem*.

¹⁶⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* p. 52.

¹⁶⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Ibidem*

¹⁶⁹ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. p. 83.

proporcionar perspectivas diferentes sobre determinado objeto. Certamente, isso está relacionado à definição de categorias tão complexas ligadas aos deslocamentos, como a de exílio, e/imigrações, refúgio, entre outras.

Como já afirmado, definir o exílio como categoria que abrange exclusivamente atingidos/as por perseguição política direta exclui todos os sujeitos afetados indiretamente. Alguns desses até poderiam ser tipificados/enquadrados em outras categorias, como os autoexílios por perda de emprego, por obtenção de bolsas de estudos ou por temor de uma possível perseguição. Mas, em outras situações - como é caso dos acompanhantes (esposas e esposos e as crianças) -, criam-se sujeitos invisíveis, destituídos de sua participação e agência. Dessa forma, negam-se suas histórias e experiências.

Mas a inclusão de sujeitos na escrita da história é suficiente? Existem outras exclusões que trazem hierarquias tão próximas a esta? É isso que será tratado nos tópicos que seguem, a fim de ampliar as discussões e perceber como as diversas narrativas articulam identidades de gênero e exílio.

2.4. A HISTORIOGRAFIA *GENDER-BLIND*¹⁷⁰ DO EXÍLIO

Uma escolha teórico-metodológica muito importante ligada à escrita da história diz respeito à utilização de certas categorias em detrimento de outras e suas respectivas representações. Por isso, nesse tópico pretendo ponderar rapidamente sobre a complexidade da categoria exílio (já apresentada anteriormente) em relação à escrita da história e ao gênero. Adverte-se, inicialmente, que esta discussão é muito mais ampla e que poderia ser muito melhor aprofundada a partir de uma pesquisa específica a respeito.

Sem dúvida, pensar em uma categoria ampliada e considerar a existência de diversos sujeitos significa a inclusão de mulheres, mas mais do que isso, significa caminhar, paralelamente, no sentido de tirar da invisibilidade as suas militâncias políticas. Além disso, refletir sobre a participação das mulheres e inclui-las na categoria de exílio e na escrita da história abre espaço para pensar duas questões: 1º) Isso é suficiente? 2º) As historiografias sobre o exílio (até agora) não foram gendradas? Essas serão as perguntas balizadoras deste tópico.

A primeira dessas questões já foi respondida por Joan Scott ao dizer que não foi suficiente para os/as historiadores/as de mulheres

¹⁷⁰ *Gender-blind* é um termo em inglês que significa “cego ao gênero”.

provar a participação delas nas mudanças políticas¹⁷¹. Para a autora, “a reação da maioria dos historiadores não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-las ou colocá-las em um domínio separado”¹⁷². O que evitou que se modificasse a forma de pensar a própria escrita da história. Por isso, ela explica que:

O desafio lançado por este tipo de reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento humano? As respostas dependem do gênero como categoria de análise¹⁷³.

Por isso, mais do que incluir as mulheres na escrita da história, é importante fazer do gênero uma categoria de análise e, a partir disso, pensar as perguntas propostas por Joan Scott. Da mesma forma, se torna importante repensar como outras teorias e categorias são utilizadas, já que, como comentou Tereza de Lauretis, enfrenta-se um problema diariamente para as nossas pesquisas devido ao fato que “a maioria das teorias de leitura, escrita, sexualidade e ideologia disponíveis, [...], são construídas sobre narrativas masculinas de gênero, edipianas ou antiédipianas, que se encontram presas ao contrato heterossexual”¹⁷⁴.

É extremamente difícil solucionar essa questão, sobretudo, porque seria necessária uma grande transformação das relações sociais e, conseqüentemente, uma transformação profunda da escrita, seja ela da história seja, ela de outras disciplinas. Sandra Harding, no seu texto *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*, discute alguns desafios teóricos para a escrita da história e sugere algumas soluções, como: persistir na distinção entre cultura e natureza, mesmo

¹⁷¹ SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2), jul-dez, 1995, p. 76.

¹⁷² SCOTT, Joan W. *Ibidem*.

¹⁷³ SCOTT, Joan W. *Ibidem*.

¹⁷⁴ LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242. p. 236.

quando ao analisar percebe-se que são inseparáveis¹⁷⁵; da mesma forma que temos que “aprender a encarar as próprias instabilidades como recursos válidos”¹⁷⁶.

Nesse sentido, uma categoria instável, complexa, e problemática, é a do exílio, visto que é construída a partir da causalidade centralizada no caráter político, embora não exclusivamente, e movediça em relação às outras categorias migratórias que se assemelham. Nela, soma-se a invisibilidade de determinados sujeitos, como as mulheres, esposos/esposas e filhos/filhas. Mas, justamente, por sua instabilidade, complexidade e incômodo, pensou-se como uma nova configuração dessa categoria, a partir da sua ampliação. Para isso, também é significativo, nesse momento, associar o que foi escrito a respeito do exílio de brasileiros/as com relação às invisibilidades e ao gênero.

De um modo geral, como lembra Teresa de Lauretis ao criticar teorias contemporâneas, negar o gênero pode significar uma negação das “relações sociais de gênero que constituem e validam a opressão sexual das mulheres”¹⁷⁷. Igualmente, significa permanecer dentro da ideologia, o que embora não seja intencional, reverte em benefício do gênero masculino¹⁷⁸. Isso faz pensar que existe um *gender-blind* na escrita na história exilar. Isto é, as identidades e as hierarquias de gênero são encobertas por uma categoria exílio ligada ao caráter político, na qual as experiências masculinas são consideradas como universais e outras experiências são invisibilizadas.

A invisibilidade de determinados sujeitos deixa claro que a historiografia exilar, que não é neutra, produziu um discurso atrelando identidade de gênero e determinadas temáticas, sem questionar e explicitar o gênero a que se estava vinculando. Em outras palavras, as narrativas criadas pela historiografia sobre o exílio são gendradas como masculinas em seu sentido universal.

Essa crítica com relação ao exílio já foi realizada por Ângela Xavier de Brito e Ana Vasquez, que, ao escreverem um texto querendo dar visibilidade e especificidade às experiências de mulheres, explicam:

A maioria dos trabalhos sobre o exílio apresenta esse fenômeno como se ambos os gêneros o

¹⁷⁵ HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993. p. 26.

¹⁷⁶ HARDING, Sandra. *Ibidem*. p. 28.

¹⁷⁷ LAURETIS, Teresa de. *Op. Cit.* p. 223.

¹⁷⁸ LAURETIS, Teresa de. *Ibidem*.

vivessem de maneira indiferenciada, ou até mesmo como se a maneira pela qual as mulheres o experimentaram tivesse de ser subordinada à maneira masculina de vivenciá-la, considerada universal. O mito fundador do exílio atribui maior importância ao herói masculino, reduzindo praticamente a zero o lugar da mulher¹⁷⁹.

Entretanto, as invisibilidades não são uniformes já que, como apresentado, existem alguns artigos preocupados com essa questão (como os de Ângela Xavier de Brito e Ana Vasquez¹⁸⁰ e Rachel Soihet¹⁸¹), além de várias pesquisas sobre o exílio e o feminismo¹⁸². Isso faz considerar que determinadas temáticas estão atreladas a determinado gênero, já que as mulheres parecem ser sempre vozes “autorizadas” para falarem sobre o exílio e os movimentos feministas, ao mesmo tempo em que homens acabam se tornando os detentores das “autênticas” experiências exilares, com suas narrativas consideradas modelos a todas as outras no que diz respeito ao exílio como um todo.

Cabe mencionar que o fato de mulheres falarem majoritariamente sobre feminismo não significa dizer que as experiências exilares desses sujeitos com relação a essa questão (como a circulação de ideias, aproximações e apropriações para os feminismos no Brasil) não

¹⁷⁹ BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres Latino-Americanas no Exílio: Universalidade E Especificidade De Suas Experiências. **Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17, p.15-34, jul. 2007. p. 21

¹⁸⁰ BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. *Ibidem*.

¹⁸¹ SOIHET, Rachel. Mulheres Brasileiras no Exílio. In: PEDRO, Joana Maria Wolff, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

¹⁸² Como: ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. **Feminismo no Exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010; BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio**: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010; GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Circulo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jun. 2007; entre tantas outras.

foram/são importantes. Mas, o fato que importa aqui é que quando se falou em experiências exilares do cotidiano parece existir uma preferência por aquelas masculinas, em alguns casos heroicas¹⁸³.

Outro acréscimo que é necessário diz respeito ao entendimento com relação ao cotidiano que, muitas vezes, é pensando somente em questões como a perda do status social, o refazer de identidades, a solidariedade, os movimentos de Anistia, e as tantas militâncias políticas no exterior. Excluindo, portanto, assuntos considerados e atribuídos como sendo do privado¹⁸⁴, como trabalho doméstico, relações afetivas e familiares, entre outras. Dessa forma, determinadas temáticas, nas análises do caráter transformador que o exílio teve nas vidas das pessoas, são consideradas mais importantes do que outras, por exemplo, a transformação dos projetos políticos.

¹⁸³ Uma questão simbólica sobre toda essa questão aparece a partir da utilização, por parte dos/as historiadores/as, do mito do Ulisses como forma de representar o exílio. A utilização do mito, segundo Ângela Xavier de Brito e Ana Vasquez, não representa a situação das mulheres, por dois motivos: o primeiro é que as militantes tendem a se identificar com o próprio herói masculino ou com Circe, “pois eram mulheres habituadas a controlar a própria vida”; segundo porque ao contrário de Penélope, as mulheres não ficaram em casa esperando a volta dos seus maridos, já que muitas partiram para acompanhá-los. Ademais, além de não ter uma representante feminina, o mito de Ulisses acaba atrelando à representação simbólica um modo de ser que está relacionado a uma masculinidade hegemônica, com um modelo não existente, imputado, onde um ser forte, viril, deixa a sua pátria para ganhar a guerra e retornar como o herói de sua virtuosa jornada. A utilização do mito do Ulisses como forma de representar o exílio e a crítica à historiografia para a isso ainda precisa ser bem melhor debatida. Infelizmente, em virtude da amplitude desta questão, este argumento ficará para trabalhos futuros. Conforme: BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Op. Cit. p. 22.

¹⁸⁴ Sobre a separação entre esfera pública e privada cabe assinalar que é uma distinção construída e historicamente datada, que foi/é alvo de inúmeras críticas, principalmente, pelos movimentos feministas. Essa pesquisa não propõe pensá-las como separadas, uma vez que, como já citado, estes espaços estão sempre se entrecruzando. Por isso não considero a oposição entre política/pública/homem e privado/doméstico/mulher como válida. No entanto, como lembra Sandra Harding, enquanto estas dicotomias estiverem estruturadas não posso demarcá-las como irrelevantes e se faz necessário apresentar sua existência. Conforme: HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revistas de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, n.1, 1993, p. 26. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>>. Acesso em: 20 Ago. 2015; e ARFUCH, Leonor. Op. Cit. p. 96.

Desse modo, as experiências exilares que traziam questões entendidas e construídas culturalmente enquanto de cunho mais privado (como afetos, trabalho doméstico, práticas ligadas à sexualidade e aos arranjos familiares) ficam de fora. Negligenciaram-se as vivências cotidianas (que também devem ser pensadas em um sentido mais amplo) e mascararam-se as hierarquias ligadas às identidades de gênero, que foram construídas culturalmente no Brasil e transformadas no exílio.

Desta forma, não basta tornar visíveis as vivências das mulheres, uma vez que elas não parecem expressar como as relações de gênero estavam construídas e configuradas nos locais de origem desses/as exilados/as e no exílio. Por isso, é importante refletir sobre os engendramentos e gendramentos com relação ao exílio da ditadura, sejam elas nas saídas, deslocamentos exilares ou nas sociedades de destinos nas quais os exilados/as se inseriram. E assim, refletir sobre as relações desiguais, as constituições de masculinidades e feminilidades, os jogos de gênero¹⁸⁵ e as dinâmicas existentes a partir das categorias interseccionais.

Invisibilidades, exílio, ditadura, múltiplas experiências, relações de gênero, construções de masculinidade e feminilidades, e interseccionalidade, são pequenas peças que se juntam nessa ampla dinâmica das relações humanas e das escritas delas, como nessa pesquisa. Por ser uma dinâmica muito complexa, certamente, alguns elementos irão faltar. Apesar das dificuldades é necessário seguir e refletir sobre como eu (historiadora) posso escrever de forma mais interessante e cuidadosa a história do exílio.

2.5. GÊNERO, EXÍLIO E CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS

Até o momento foi apresentado o quanto a historiografia sobre o exílio inclinou-se a escrever uma história dos homens. No entanto, isso faz refletir, se as relações de gênero estavam presentes também na própria construção e concepção que os/as próprios exilados tinham/têm

¹⁸⁵Entendo por jogos de gênero uma instrumentalização, consciente ou inconsciente, dos discursos e representações relacionadas à identidade de gênero. É, segundo Ana Rita Fontes a partir de Luc Capdevilla, como um jogo de xadrez onde os sujeitos intervêm nas realidades do momento, ora reforçando padrões tradicionais ora assumindo posições de ruptura, em uma encenação para garantir a vitória sob o adversário. Conforme: DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.

a respeito dos seus exílios. No início da realização das entrevistas para esta pesquisa uma questão muito clara era a de que a categoria exílio deveria ser pensada como ampliada, e como tal, buscou-se contatar as mais diversas vozes para dar conta dessa perspectiva. Mas, algumas respostas acabaram contrariando essa ideia, já que algumas pessoas falaram “eu pessoalmente não fui exilada” ou “o meu foi um semi-exílio”.

Por isso, começou-se a pensar sobre a forma como cada pessoa compreendia a sua saída do Brasil e de que maneira cada sujeito se percebia como exilado/a, e se estas construções estavam relacionadas às relações ou as identidades de gênero. Desse modo, se levantou mais uma questão: de que maneira as pessoas se constroem subjetivamente com relação a essa identificação? Existem fatores que influenciam essa construção? Essa autoidentificação se relaciona por alguma concepção de masculinidade e de feminilidade presente nesse contexto histórico? Essas questões serão respondidas a partir das bibliografias utilizadas e das próprias compreensões de exílio apresentado em algumas entrevistas e livros autobiográficos¹⁸⁶.

A historiadora Cristina Scheibe Wolff, ao analisar as esquerdas armadas do Brasil e pensar a respeito das regras assumidas com relação ao gênero, argumenta que ao mesmo tempo em que eram os homens mais velhos (em relação aos outros militantes), como Che Guevara, Carlos Marighela, entre outros, que eram transformados em grandes heróis, valorizando as suas figuras viris, vivia-se a contradição de que “admitia-se a importância das mulheres, mas, por outro, era difícil incorporá-la como iguais”¹⁸⁷. Por isso, ainda segundo ela, eram os “homens em sua plenitude, cumprindo seu papel de machos ao liderar e ao mostrar o caminho, e não qualquer caminho, mas aquele da luta, do auto-sacrifício, da violência revolucionária”¹⁸⁸, que eram enaltecidos. Em outras palavras, o gênero exaltado pelas organizações de esquerda,

¹⁸⁶ Conforme Maria Teresa dos Santos Cunha esses materiais são expoentes das escritas de si, onde é possível pensar como se dá a construção das subjetivas por meio do modo como os sujeitos narram a sua vida e se constroem a si, apesar de consideráveis diferenças entre essas fontes. In: CUNHA, Maria Teresa Santos. *Do Baú ao Arquivo: Escritas De Si, Escritas Do Outro. Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 45- 62. Disponível em <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/8/455>.

¹⁸⁷ WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria Wolff, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.p. 151.

¹⁸⁸ WOLFF, Cristina Scheibe. *Ibidem* p. 149.

durante as ditaduras, era masculinizado vinculado a uma “linguagem da virilidade imputada à luta armada”¹⁸⁹.

Todavia, ainda conforme Cristina Scheibe Wolff, nas organizações de esquerdas das ditaduras dos países do Cone Sul também “admitia-se a existência de outra moral, ‘mais avançada’”¹⁹⁰, pautando ideias de transformação de comportamentos como o ‘novo homem’ no qual “não poderia pensar nas mulheres e filhos como propriedades”¹⁹¹. Para ela isso também tinha ares de geração, assumidos pela luta armada¹⁹², que era oriunda, principalmente, do movimento estudantil, que por sua vez possuía naquele momento uma maior presença de mulheres do que no passado.

Em virtude da ditadura civil-militar muitos desses militantes deixaram o Brasil. Porém, nem todos os/as exilados/as participaram da luta armada, grupos clandestinos, ou organizações de esquerda durante àquele período. Como já dito, as partidas para o exílio se deram de várias formas e, dentro da concepção que utilizo, eram exilados/as os/as banidos/as, os esposas/as, filhos/as, militantes que saíram para realizar atividades da organização no exterior, professores/as universitários/as que foram expurgados e conseguiram possibilidades fora do Brasil, entre tantos arranjos e rearranjos possíveis.

Denise Rollemberg explica que existia uma espécie de hierarquia entre os/as exilados/as que tornou angustiante o início do exílio¹⁹³, principalmente, no Chile que foi um dos primeiros destinos. Ainda segundo ela, nessa hierarquia tinha-se:

“Acima”, quem saía por decisão da organização e os trocados em sequestros, cujas vidas justificavam uma ação ousada e arriscada. “Abaixo”, os “desbundados”, acusados de abandonarem a luta, exilados “por decisão própria”. Os primeiros eram valorizados e legitimados, os segundos, desprezados. Esta divisão levou a segregações, sobretudo no Chile, onde a colônia brasileira foi grande e, portanto, a convivência mais presente.¹⁹⁴

¹⁸⁹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Ibidem* p. 150.

¹⁹⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. *Ibidem*. P. 143.

¹⁹¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Ibidem* p. 145.

¹⁹² WOLFF, Cristina Scheibe. *Ibidem* p. 149.

¹⁹³ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* p. 103.

¹⁹⁴ ROLLEMBERG, Denise. *Ibidem*.

A “construção de si” hierárquica existente entre os/as próprios/as exilados/as faz pensar que eram considerados exilados/as superiores os/as militantes de organizações de esquerda armada, grupos clandestinos, entre outros/as militantes, que se encontravam no exílio de forma provisória a fim de cumprir tarefas, aguardando o retorno, ou banidos/as. Ao conectar essa hierarquia com a explicação apresentada pela historiadora Cristina Scheibe Wolff, de que existia uma concepção de masculinidade atrelada a uma virilidade imputada, fica evidente que aos pertencentes desse grupo do ‘acima’ estavam marcados por essa construção cultural de que eram chefes supremos viris.

Essa concepção de que existiam ‘acima’ e ‘abaixo’ construída pelos próprios exilados/as marcaram as suas vidas e compreensão subjetiva que cada sujeito tinha de si e dos outros. Compreensões que estão presentes até hoje no que se entende por “práticas de si”¹⁹⁵, como as entrevistas e livros autobiográficos, nos quais cada sujeito tenta explicar, justificar-se ou ponderar sobre os seus (res)sentimentos com relação a essa hierarquia. As compreensões e percepções, realizadas nas “práticas de si”, tanto como memórias construídas e escritas quanto como identidades são contextuais e sofreram algumas transformações e mediações (como será visto mais abaixo).

No entanto, antes de seguir cabe pensar um pouco a respeito da utilização e apropriação do termo “desbundado” que foi utilizado para designar o grupo dos ‘abaixo’. Denise Rollemberg explica, em nota de rodapé, que o termo “desbunde” era utilizado pela polícia política para denominar aqueles sujeitos que, sob tortura, davam informações¹⁹⁶. A entrega de informações, mesmo que em uma situação de risco de vida, não era nem um pouco aceita e bem vista pelas organizações de esquerda. De acordo ainda com Denise Rollemberg, a denominação pejorativa foi incorporada pela esquerda¹⁹⁷ a fim de designar aqueles que deixaram de lutar no Brasil, a partir dos vários projetos de resistência à ditadura, ou da tão sonhada revolução comunista/socialista. Nesses sujeitos a cicatriz do fracasso, da frustração e da derrota estava presente, somando-se as dores e dificuldades do exílio¹⁹⁸.

¹⁹⁵ GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2004. p. 11.

¹⁹⁶ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 103.

¹⁹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Ibidem*.

¹⁹⁸ Uma outra explicação sobre desbunde pode ser extraída do livro: HOLLANDA. Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e*

Essa denominação também é marcada por uma virilidade atribuída, já que o desbundado era visto como o fraco ou ‘frouxo’ que não soube ‘controlar’ o seu medo e entregou informações sobre a sua organização. O próprio termo corrobora para essa informação, visto que se lido literalmente se apresenta como o “des” “bundado”, onde a designação “des-” é um prefixo que exprime a “noção de negação, separação ou cessação”¹⁹⁹, e o termo “bundado” com significado atrelado à bunda. Ou seja, o “desbundado” é um sujeito sem bunda, pouco corajoso, que perdeu a ‘bunda’ no momento que partiu para o exílio. Por isso estes sujeitos foram considerados como inferior na hierarquia exilar.

A hierarquia é construída com as compreensões que cada um tem, a partir das motivações que tiveram para deixar o Brasil, e a partir da análise de outrem em relação a si. São construções relacionais que foram realizadas por esses sujeitos diante das condições que estavam vivendo. Apesar de não compartilhá-las, tenho o dever de situar a sua existência, uma vez que não é meu dever desmerecer as lutas ou as motivações de cada um teve. Do mesmo modo, são vários os depoimentos e os livros autobiográficos que trazem (res)sentimentos a respeito.

Um deles é o de Glorinha no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, na parte denominado *Círculo* recolhido em junho de 1978²⁰⁰, que se tratava de um depoimento realizado conjuntamente com várias mulheres que faziam parte do *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris*.

desbunde. 1960/1970. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2004. Nesse livro Heloísa Buarque de Hollanda elucida três diferentes gerações e suas respectivas produções culturais ligadas a um momento da história cultural: *CPC, vanguarda e desbunde*. Ao longo do seu livro, ela não evidencia o que entende por desbunde, no entanto, pode-se extrair dois significados: 1º) Como um movimento, considerado em seu sentido positivo, caracterizado pela contracultura que estava entrando no país a partir do pós-68, em que o consumo de drogas, rock, pensamento underground, entre outros, tinham destaque; 2º) Em um sentido negativo, eram aqueles sujeitos que foram chamados de “traidores”, “desbundados”, ou “alienados”, porque se recusavam a pautar as suas composições ou apresentações no jogo de burlar a censura do regime ditatorial. Essa segunda concepção, certamente se aproxima muito daquela que os/as exilados/as construíram com relação ao termo.

¹⁹⁹ Conforme no Dicionário Priberam em: <http://www.priberam.pt/dlpo/des> visitado dia 18/09/2015.

²⁰⁰ Depoimento *Círculo*. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit.

Nesse trecho, ela, denominada somente com o seu primeiro nome, ao narrar sobre a sua chegada ao Chile e depois sobre a transferência para a Suécia²⁰¹, conta que:

Quando eu cheguei no campo de refugiados na Suécia, me senti realmente exilada. Foi a primeira vez que vivi o exílio sem sentimento de culpa. Com a saída do Brasil, fui assumindo um nível de culpabilização muito grande, um sentimento de estar traíndo os companheiros, de estar abandonando a luta. Então no Chile eu militava quarenta e oito horas por dia, entende, e isso não representava nada para mim. Eu estava numa crise individual. Quem tinha saído do Brasil sem ser sequestrado ou mandado pela organização para fazer alguma tarefa era ‘desbundado’, aquele a quem cabia no exterior as piores tarefas, aquele que tinha que dar prova constante de que não tinha ‘desbundado’, que ainda estava no campo da revolução. Eu vivi isso de uma maneira muito forte e regredi profundamente do ponto de vista pessoal. Eu era militante, mas era a dona de casa mais perfeita, arranjava tempo, saía correndo de uma reunião pra outra, fazia as compras, fazia a comida pra receber as pessoas na minha casa.²⁰²

Glorinha explica bem a situação hierárquica do exílio, conforme já apresentando acima, vivida por ela e por tantos outros/as exilados/as quando chegavam ao exterior. Para ela, o fato de ser uma “desbundada” significou ter que se empenhar e provar constantemente que ela ainda estava no campo da luta. É claro que provar naquele momento também estava associado às fortes desconfiâncias entre todos/as, atrelado também ao contexto de Guerra Fria que era vivido nesse período.

No entanto, é interessante notar que não foram somente nas práticas enquanto militante que teve que demonstrar ser ainda ‘digna’ de credibilidade, mas em todos os aspectos, como no desempenho do

²⁰¹ Depoimento Círculo. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 427-428.

²⁰² Depoimento Círculo. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 428.

trabalho doméstico. Essa necessidade de ter que provar algo por conta do seu exílio ligou-se a identidade de gênero de Glorinha, que não somente tentou ser uma melhor militante (que parecia ser o âmbito em que talvez devesse ser mais cobrada), mas, a partir da ideia construída de que as tarefas domésticas eram obrigações das mulheres e ela, também, tentou demonstrar que era “a dona de casa mais perfeita” a fim de retomar a credibilidade supostamente perdida.

Outras autobiografias também trazem esses (res)sentimentos com relação ao desbunde, por ter abandonado e interrompido suas vidas lutas e militância no Brasil. Essas foram as situações de Alfredo Sirkis em *Roleta Chilena* e Herbert José de Souza em *Memórias do Exílio*. Outros ainda poderão ser levantados a respeito, no entanto, para o momento irei trabalhar com estas duas narrativas.

Alfredo foi militante do movimento estudantil de 1967 até 1969 quando ingressou na luta armada na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), deixando o Brasil em 1971. As memórias dele são divididas em vários livros, sendo o primeiro o mais conhecido, denominado *Os Carbonários*, mas é o segundo que o autor dedica ao exílio, denominado *Roleta Chilena* publicada em 1981. Alfredo Sirkis também sinalizou bem a hierarquia existente que assombrava o cotidiano dos/as exilados/as ao dizer que “No nosso coletivo reinava a neurose do exílio não assumido”²⁰³. Segundo ele, em seu livro *Roleta Chilena*, a neurose do exílio não assumido significou:

Tanto, que recusávamos a nos considerar exilados. Exilado era sinônimo de “desbundado”, naquele significado que a esquerda dava ao termo nos anos 60.

Quadros militantes, aliados & simpatizantes, revolucionários em missão pelo mundo. Exilados eram “eles”, a “colônia brasileira”, aqueles que não pertenciam ao punhado de siglas de organizações armadas, sinônimo de sofrida, penada, trágica resistência ao regime.

“O pessoal da colônia”, dizíamos com ar de desprezo. Mas nós, os revolucionários, íamos pedir-lhes quebra-galhos mil, em nome da Causa. Era nossa guarida, nosso celeiro de simpatizantes, muitas vezes nossa cama e mesa²⁰⁴.

²⁰³ SIRKIS, Alfredo. **Roleta Chilena**. Rio de Janeiro: Record, 1981.p. 39

²⁰⁴ SIRKIS, Alfredo. *Ibidem*.

A ideia de “desbunde” para ele se tornou sinônimo de exílio, exílio que não era bem visto ou assumido como tal, já que para o “punhado de siglas de organizações” a saída do Brasil era um momento temporário de interrupção da luta viril, revolucionária, de resistência contra a ditadura. Coisa que o/a exilado/a não estava fazendo ao deixar o Brasil, por isso era visto como o fraco “desbundado”. Mas o mais interessante desse argumento é que, sobretudo, a sua análise retrospectiva sinalizou a duplicidade dessa hierarquia, já que apesar “deles” (os desbundados) estarem abaixo na hierarquia do exílio, era “deles” que dependia a sobrevivência.

Por sua vez, Herbert José de Sousa, ou Betinho como é mais conhecido, em seu depoimento publicado nas *Memórias do Exílio*, parece não julgar e considerar as militâncias de outrem como faz Alfredo Sirkis em sua análise, mas de forma diferente é um pouco marcado por ela. Ao longo do seu depoimento, concedido ainda quando estava no exílio, buscou explicar o quanto foi difícil admitir que tinha que deixar o Brasil, já que não queria omitir-se de lutar²⁰⁵, e no exílio estava enfrentando esse “sentimento de culpa de estar fora do país”²⁰⁶. Para ele enfrentar a culpa fez com que criasse um dever moral de ter que participar, de ter que lutar, e de “criar todas as condições inimagináveis que eram engrandecidas muito pela sua necessidade”²⁰⁷ no exílio.

É evidente que o depoimento de Herbert José de Sousa, por ter sido realizado no momento em que estava no exílio, tem essa ânsia de dar explicações e expressar os seus (res)sentimentos com relação a sua saída e, conseqüentemente, perda da luta de resistência à ditadura. No entanto, trata-se também de uma autoanálise em forma de justificativa, que foi divulgada (já que ele sabia da publicação do livro) com relação a sua participação, a saída, e o que estava enfrentando e realizando fora do país.

Viu-se até aqui, em outras palavras, um esquema gendrado em que se criou uma hierarquia onde se emprega símbolos comumente relacionados ao masculino (como virilidade, coragem e força) para designar os ‘acima’ na hierarquia exilar enquanto sujeitos plenos em

²⁰⁵ Depoimento de Herbert José de Sousa. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit. p. 90

²⁰⁶ Depoimento de Herbert José de Sousa. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit. p. 103.

²⁰⁷ Depoimento de Herbert José de Sousa. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem.

seus exílios. Da mesma forma que os símbolos de fraqueza e falta de coragem foram associados ao ‘desbunde’ como termo que expressa a ‘falta de bunda’ designando os ‘abaixo’ e os considerados como sujeitos inferiores que deviam provar algo. Essa hierarquia refletiu-se nas memórias que ao relatarem sobre classificação cada sujeito buscava construir para si ou justificar a sua saída.

Outra questão que está presente nesse debate diz respeito ao fato de que a hierarquia estava ligada a uma construção de exilado supremo presa a uma identidade de gênero. Conforme já dito, os/as exilados/as do ‘acima’ eram em sua grande maioria militantes de esquerda (seja ela armada ou não armada), que por sua vez tinham que assumir práticas de coragem, virilidade, e sacrifício. No entanto, de acordo com Marcelo Ridenti²⁰⁸, que verificou a partir processos judiciais que constam do arquivo do projeto “Brasil Nunca Mais”, dos 4.124 processados das esquerdas 84% dos sujeitos que foram processados eram homens. O que faz considerar que essa hierarquia de acima e abaixo além de ser construída a partir de uma masculinidade hegemônica era também atrelada à identidade de gênero masculina já que eram eles os considerados e maiores representantes dos/as exilados/as ‘acima’.

Uma memória que traz um pouco de ressentimento sobre essa situação é a de Ângela Xavier de Brito. Ângela iniciou seus estudos em sociologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro onde começou a ‘descobrir’ a esquerda²⁰⁹. Foi presa pela primeira vez em junho de 1968 e entrou na clandestinidade quando foi solta da prisão²¹⁰. Foi novamente presa um tempo depois juntamente com marido quando foi torturada e permaneceu encarcerada por um ano e meio sem nenhuma ordem de prisão²¹¹. O casal, após ser solto, foi ao Chile onde permaneceu até o momento do golpe de estado que sofreu Salvador Allende em 1973²¹².

Ângela Xavier de Brito, em sua entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, contou que deu uma entrevista coletiva com as mulheres do *Círculo Brasileiro de Paris* para o livro *Memórias das*

²⁰⁸ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 197.

²⁰⁹ BRITO, Ângela Xavier de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassete). Paris, 28/11/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

²¹⁰ BRITO, Ângela Xavier de. *Ibidem*.

²¹¹ BRITO, Ângela Xavier de. *Ibidem*.

²¹² BRITO, Ângela Xavier de. *Ibidem*.

*mulheres no exílio*²¹³. Tratava-se também do depoimento denominado *Círculo* do livro supracitado onde se encontra a narrativa de Ângela. Essas memórias foram recolhidas em julho de 1978 e publicadas nesse livro em 1980. Nesse depoimento ela relata que:

Eu vivi um problema de perda de identidade. No Brasil tinha uma militância política, um centro de interesses e, de repente, a gente chega ao Chile e fica descentrada, desorbitada. Os homens não. Eles se localizaram logo porque vinham com uma fama de revolucionários, com uma inserção política. Fizeram contactos mais facilmente do que nós porque estavam chegando numa outra cultura machista. Nós ficamos na sombra deles²¹⁴.

Em sua fala, associada ao Chile, lugar que estava passando um processo revolucionário e onde estava exilada, Ângela percebeu a valorização dos sujeitos em relação a sua identidade de gênero. A percepção exposta nas memórias de Ângela provavelmente estava atrelada justamente a valorização de uma masculinidade (com sua virilidade e coragem) que se referiam as organizações de esquerda e ao processo revolucionário. Da mesma forma, nota-se um ressentimento de que a sua situação de militante foi negligenciada no exílio em detrimento da valorização somente das militâncias masculinas, já que a imagem de revolucionário era associada ao gênero masculino. Por isso, a publicação do livro de Memórias permitiu a ela um momento de denúncia da desvalorização vivida e a expressão das dores com relação a isso.

Ângela Xavier de Brito não foi a única a manifestar essa queixa, Maricota da Silva (pseudônimo) em depoimento publicado também no livro *Memórias das Mulheres do Exílio* reclama de situações parecidas. Ela, em situação de exílio, já que seu depoimento foi recolhido em abril de 1978²¹⁵, analisa que existia na esquerda um problema que não era

²¹³ BRITO, Ângela Xavier de. *Ibidem.*

²¹⁴ Depoimento *Círculo*. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 426

²¹⁵ Depoimento de Maricota da Silva. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 41

somente da esquerda²¹⁶, mas um fenômeno social²¹⁷, que é o fato de considerar a mulher como sombra do companheiro²¹⁸. Em sua análise, realizada naquele período, ela diz:

Eu acho impressionante que homens tinham no Brasil uma posição extremamente menos significativa que a minha, e que produziam coisas ou no nível das que eu produzia, ou então... esses homens se impuseram com a maior facilidade, sempre foram pessoas, enfim, que não tiveram a mínima dificuldade, e amparados na sua própria capacidade de reflexão continuaram produzindo sem dor nenhuma, de vez em quando dando grandes suspiros de saudade, [...]; mas pelo contrário, altamente prestigiados pelo fato de serem exilados. Você conhece alguma mulher exilada sendo prestigiada por ser exilada? Tem nego se promovendo em cima disso! São muito poucas as mulheres que ‘faturaram’ em cima do fato de serem exiladas. Nós temos muito mais compostura, convenhamos²¹⁹.

As autocompreensões encontradas nesses dois depoimentos de Ângela Xavier de Brito e de Maricota da Silva de que suas práticas políticas foram desconsideradas no exílio e de que as mulheres, mesmo quando militantes, não eram prestigiadas, trazem à análise a hierarquia marcada pelas relações de gênero existentes. Certamente essas queixas não são neutras e não é por acaso que esses depoimentos estão no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, um livro que se comprometeu em dar visibilidade às experiências de mulheres. Como pode ser visto no que

²¹⁶ Depoimento de Maricota da Silva. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

²¹⁷ Depoimento de Maricota da Silva. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

²¹⁸ Depoimento de Maricota da Silva. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

²¹⁹ Depoimento de Maricota da Silva. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

foi expresso por Maricota da Silva que vem denunciar os prestígios que alguns sujeitos receberam por suas identidades de gênero.

As falas expressam percepções de uma invisibilidade enquanto sujeito de exílio por serem (ou se considerarem) mulheres e as hierarquias que existiam entre homens e mulheres exilados/as vividas por elas. Além disso, é marcante nessas construções de si e do outro, que foram realizadas ainda antes da Anistia, que as percepções de ambas estavam marcadas pela tomada de consciência feminista e pelos grupos de reflexão do qual participavam em Paris que influenciou as percepções realizadas nesse período.

Como já dito, essa constituição da hierarquia de que os/as militantes masculinos ou masculinizados estavam ‘acima’ estão presentes nas autobiografias e entrevistas. Dentro dessa mesma ideia outros sujeitos se enquadravam e se construíram a si nas situações de “quase-exílio” ou de “não exílio”. Com relação a esse recorte, essas foram situações percebidas por meio de uma pessoa que não quis conceder entrevista (por não se considerar exilada) e nas entrevistas de Anônima 3, de Anônima 1, de Anônima 2, e de Geronimo W. Machado.

Uma das pessoas que foi contatada para a realização de entrevista, e que não quis conceder-la, explicou que pessoalmente não foi exilada, mas que era companheira e irmã de uma pessoa exilada. Ela explicou nos emails trocados que conheceu o seu primeiro companheiro no Chile quando visitava a sua irmã, e de lá, com o golpe em 73, partiram para Paris onde conheceu o seu segundo marido. O segundo marido por sua vez também era exilado e havia sido banido, o que não permitiu o retorno ao Brasil, que ocorreu somente com a Anistia.

Sobretudo, o intrigante dessa entrevista não realizada passa justamente pela não identificação como exilada e, portanto, na recusa da concessão de entrevista dado que ela não considerava que fazia parte da categoria que recorta essa pesquisa. Apesar da saída do Brasil ter tido as suas facilidades, em virtude do não banimento e da não perseguição direta, o retorno não era possível já que havia decidido deslocar-se para Paris onde permaneceu com o seu marido. O que de certa forma faz refletir sobre os obstáculos enfrentados por conta da ditadura que se estava vivendo e a não possibilidade de retorno por consideração à situação vivida pelo marido da época.

Essa compreensão de si, de que não era exilada, parece caminhar para várias explicações possíveis, mas duas delas me parecem mais apropriadas. A primeira é que pelo fato da pessoa ter ‘escolhido’ sair do Brasil, em ter a possibilidade de ‘decidir’ sobre isso, a fez conceber que talvez a sua situação fosse um pouco melhor do que outras pessoas e,

portanto, não se considerava como exilada. A segunda, certamente, está atrelada a ideia de que exilado/as era a condição ligada ao caráter político, isso é, eram exilados/as os militantes políticos perseguidos; logo, ela que saiu por outras motivações não poderia considerar-se como tal, e se caso se considerasse seria logo criticada e questionada em função justamente da hierarquia difundida nesse grupo social.

Outras entrevistas também apresentam situações parecidas. A primeira das entrevistas concedidas foi a de Anônima 3, que cedeu entrevista em Florianópolis, na casa do seu irmão, no dia 16 de março de 2015. Anônima 3, quando era professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuou contra o expurgo dos colegas ocorrido em setembro de 1969²²⁰. No final do mesmo ano, seu contrato não foi renovado, tendo que se desligar da Universidade. Seguiu, então, para o exílio, entre idas e vindas do Brasil, passando por Portugal, Chile e França, sendo no primeiro e no último com bolsa de estudos²²¹.

Segundo ela, o seu exílio “foi uma semi-opção, porque eu perdi o cargo na universidade, mas eu não perdi no estado”²²² e porque saiu do Brasil com bolsa de estudos, em função da confluência entre o projeto que sempre teve de estudar no exterior e o fato de ter perdido o emprego na universidade por conta da ditadura. Ela considera que:

Se eu não quisesse ter saído eu poderia ter ficado no Brasil, “maneirando” e tal, porque eu não perdi o meu cargo no estado. A minha colega, por exemplo, ela perdeu os dois, o estado e a universidade, eu foi só a universidade. Então, eu não fui [...], é um exílio semi... um semi-exílio. Eu diria um exílio semi-voluntário. Porque as condições eram negativas, mas também não impediam certas pessoas [de ficarem no Brasil]; algumas, não [podiam mesmo ficar], algumas para

²²⁰ Sobre os Expurgos da UFRGS e a situação da Anônima 3, consultar MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. 2009. 320 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²²¹ ANÔNIMA 3. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 16/03/2015. Acervo da autora.

²²² ANÔNIMA 3. *Ibidem*

ficarem, tinham [de] entrar na clandestinidade, foi o que muitos fizeram²²³

Em outras palavras, para ela, a identificação ou a definição do período que deixou o Brasil está atrelada à ideia de semi-exílio, já que considera que o fato de ter sido semi-voluntário, com bolsa de estudos e ter a possibilidade do retorno, não a colocou em uma característica de ‘exílio completo’. Então, ela se considerou como uma ‘semi’ exilada. Enquanto pesquisadora é muito difícil pensar que exista um exílio completo, pleno, já que, como dito anteriormente, as combinações e as experiências vividas foram as mais variadas, e definir uma como completa seria excluir todas as outras. Porém, a construção de si, realizada por essa entrevista, certamente é mediada pela hierarquia entre os/as exilados/as e a fez considerar sua vivência exilar como “semi” e “meia”.

A entrevista da Anônima 2, a pedido, realizada na casa da entrevistada, em Porto Alegre, também apresentou uma compreensão muito próxima. A entrevistada havia casado enquanto estava na universidade e em função do seu marido ter sido perseguido passou os anos 60 e 70 entre idas e vindas da Alemanha²²⁴. Ele não conseguia emprego na universidade brasileira, apesar de já ter sido aprovado para o cargo, e, definitivamente, em 1968 foi expurgado da UFRGS. A entrevistada aceitou conceder entrevista justamente em função desse questionamento, realizado nessa pesquisa, sobre quem são os sujeitos de exílio e a definição de que exílio deve ser uma categoria ampliada²²⁵. Logo na primeira fala da entrevista, sem antes realizar qualquer pergunta, ela advertiu:

Quando eu vi que o teu tema começava por essa, esse questionamento básico sobre o que é o exílio, se eu tive propriamente um exílio, eu já tinha te dito o meu é um ‘quase’ exílio, porque nem o ex-marido foi propriamente exilado. Aqui no Brasil ele foi perseguido, não permitiam que ele trabalhasse, ele entrou naquela lista de expurgos, em 68, na UFRGS, mas, no meu caso, eu não tive essa... essa... repressão evidente. Apesar de que eu

²²³ ANÔNIMA 3. Ibidem

²²⁴ ANÔNIMA 2. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo da autora.

²²⁵ ANÔNIMA 2. Ibidem.

não conseguia ser nomeada professora e me era dito em tom mais baixo que eu não tinha atestado ideológico e acrescentaram “nem precisa porque a tua família é rica”²²⁶.

A repressão retirou desse casal as garantias suficientes de vida e de continuidade dela e, portanto, se tornou mais interessante deixar o país, mas como não eram banidos ou estavam em listas, já que não militavam clandestinamente em nenhuma organização, possuíam uma ‘livre’ mobilidade. Não foi explicado ao certo, durante a entrevista, o porquê da sua definição como um ‘quase-exílio’, mas parece estar ligado a ausência de perseguição direta a ela o que também a fez pensar em um exílio não completo, um semi-exílio, como pôde ser visto no trecho escolhido. Desse modo, ela adverte já de início que se tratava de um semi-exílio.

Geronimo W. Machado também em sua entrevista quis explicar-se sobre a categoria e sua compreensão a respeito. Ele militou no movimento estudantil de Florianópolis e da Universidade Federal de Santa Catarina e fez parte da delegação catarinense que foi presa no Congresso de Ibiúna²²⁷. Tentou dar aulas na UFSC, mas pela cassação do cargo e não nomeação, apesar de ter passado em concurso, não conseguiu sua vaga durante a ditadura. Saiu do Brasil em 1974 com bolsa de estudos, exilando-se em Paris até 1979²²⁸. Enquanto estava em Paris, com a deflagração da Operação Barriga Verde, não foi condenado, mas perdeu o seu emprego no BESC em um processo sigiloso²²⁹.

Geronimo W. Machado ao ser perguntando sobre a clandestinidade e suas militâncias clandestinas, ao invés de responder, ofereceu outra resposta sobre o exílio e o cuidado que eu deveria ter ao conceituar a categoria²³⁰. Ele ilustrou que:

Mas eu acho que algumas coisas tu tens que te cuidar para conceituar da melhor maneira possível isso. Por exemplo, esse teu conceito do exílio, tu tenta ver bem isso porque tem várias formas de

²²⁶ ANÔNIMA 2. Ibidem.

²²⁷ MACHADO, Geronimo W. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 17/03/2015. Acervo da autora.

²²⁸ MACHADO, Geronimo W. Ibidem.

²²⁹ MACHADO, Geronimo W. Ibidem.

²³⁰ MACHADO, Geronimo W. Ibidem.

exílio, a minha visão da minha prática de exílio é uma, de todos nós é. Mas aí tu tens o Vilson Rosalino, quando eu estava lá, por causa da Operação Barriga Verde em 75, quem chegou lá e ficou comigo foi o Vilson Rosalino. Eu, por exemplo, eu não formalizei o meu pedido de exílio, porque eu tinha medo disso, eu sabia, eu já estava a muito tempo lá em Paris, eu sabia que era uma situação penosa, muito ruim tu ser um exilado formal em Paris naquela época. Tu era um... como é que se diz, um terrorista de Terceiro Mundo. Era uma situação muito ruim. Era ruim para os exilados formais, porque eles tinham repercussões, homens e mulheres e crianças e famílias, tinham dificuldades enormes. E se tu optas pela formalização do exílio, no caso eu e o Vilson Rosalino, por exemplo, tu ias arranjar uma situação ruim para ti. Entende. Então, e eu que tinha uma bolsa francesa, eu que já saí daqui com a promessa de uma bolsa francesa, eu fazia de tudo para me manter com a minha bolsa. [...] Então formalizar a minha, o exílio, tu tinha uma vantagem que tu tinhas o teu papel legal, mas tu tinhas uma dificuldade de inserção e de reconhecimento social por outro lado²³¹.

Nota-se que ele assinala em sua entrevista que existiam várias formas de exílio, e que a sua era uma delas, e por conta disso eu deveria ter uma preocupação do ponto de vista da conceituação para melhor compreender as diversas situações. Além disso, ele explica que considerava que solicitar formalmente o exílio (ou no caso o termo correto seria refugio) não era interessante para a sua situação e, por isso, também recomendou ao amigo que não o fizesse. Recusava-se o seu reconhecimento como refugiado e consequente identificação como “terrorista do Terceiro Mundo”²³² ou ainda a infantilização implícita no tratamento das organizações internacionais de acolhida, como já afirmado por Denise Rollemberg.

²³¹ MACHADO, Geronimo W. *Ibidem*.

²³² O termo Terceiro Mundo foi muito utilizado durante Guerra Fria para definir os países com posição em relação ao conflito. Entretanto, também era associado a uma ideia pejorativa de país não desenvolvido ou como sinônimo de atrasado.

Mas o mais interessante é perceber que a situação dele era muito parecida com a de Anônima 3, já que ambos eram bolsista do governo francês e tinham tido dificuldades com relação ao vínculo na universidade. No entanto, Geronimo em nenhum momento ao longo de sua entrevista se considerava e definia a sua vivência como de um ‘quase-exilado’ ou um não exilado. Ao invés disso, somente chama atenção sobre as diversas formas/modos de exílio, no qual uma dessas formas é a sua vivência.

Pode-se analisar que isso se deu pelo fato dele ter uma militância política do PCB de Santa Catarina, e por conta do seu caráter político se sentir somente como um exilado que não quis reconhecer a sua situação em função das explicações já dadas. Ou ainda por conta da crítica realizada pelos depoimentos de Ângela Xavier de Brito e Maricota da Silva de que os sujeitos com identidade de gênero masculina foram supervalorizados enquanto que mulheres, mesmo militantes (apesar de não ser a situação de Anônima 3) foram colocadas ou se sentiam abaixo na hierarquia exilar.

O intelectual Leandro Konder no livro *Memórias do Exílio* expressa uma compreensão muito parecida. Konder deixou o Brasil em 1971 para lecionar na Universidade de Bonn, na Alemanha. E em seu curto depoimento de três páginas ele inicia falando que “não me sinto propriamente um exilado. Minha situação é substancialmente diversa da dos demais brasileiros que se vêm obrigados a viver no exterior”²³³, já que para ele, o fato de poder voltar a qualquer momento para o Brasil fazia com que sua situação fosse privilegiada e diferente.

É interessante perceber que, como na fala de Geronimo, a sua compreensão não é de quase-exílio ou uma falta de plenitude com relação ao seu exílio, mas que era diferente dos outros sujeitos exilados. As construções de si, como as situações análogas, além de serem as percepções de cada sujeito, parecem estar ligadas a construções de subjetividades que relaciona o se sentir exilado/a a uma identidade de gênero. Isto é, mesmo considerados em uma situação dos “abaixo” na hierarquia constituída no exílio, tanto Geronimo Machado quanto Leandro Konder, que se identificam como homens, se sentiram plenos em seus exílios apesar de se considerarem diferentes dos demais. Ao mesmo tempo em que Anônima 1 e Anônima 3 definiram as suas experiências como de semi-exílio.

²³³ Depoimento de Leandro Konder. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit. p. 303.

Cabe fazer um parêntesis e dizer que com tudo isso eu não quero julgar, excluir ou considerar que uma vivência foi mais válida do que a outra, mas sim perceber como as pessoas se identificaram e com o que estava relacionada à identificação. Já que emergiu a partir da relação entre os diversos sujeitos que deixaram o Brasil durante a ditadura civil-militar do Brasil.

Identificar-se é contextual, relacional, e está em transformação. Por isso, é interessante pensar em alguns elementos que mudaram essa compreensão de si ligada a hierarquia, de ‘semi-exílio’ ou de ‘exílio’. Nesse sentido, duas possibilidades serão levantadas: uma relacionada à realização das entrevistas e outra ligada ao feminismo.

1. Entrevista: A primeira dessa questão foi lançada a partir da realização das entrevistas, produzidas entre janeiro e abril de 2015, em que foi questionado, se de alguma forma a intervenção da historiadora na realização da entrevista influenciou na construção de si que cada sujeito tinha sobre o exílio ou sobre o passado vivido.

Alessandro Portelli define que a “história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho de uma pluralidade de autores em diálogo”²³⁴. Para este autor uma entre/vista não tem um fim em si mesma, mas é um trabalho de criação, um jogo de olhares, no qual a entrevistada e entrevistadora são mediadas pela “presença” de um microfone/gravador²³⁵. Em outras palavras um dialógico (de diálogo) que se estabelece entre entrevistadora e entrevistada, onde “uma parte realmente não pode ver outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, que interagem, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida”²³⁶.

Para o historiador a entrevista tem “objetivo amparado na igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas”²³⁷. Em outras palavras significa que a história oral deve buscar no seu encontro uma forma de igualdade, já que uma hierarquia desigual cria barreiras. Mas, como esse mesmo historiador lembra isso não depende da boa vontade da historiadora já que, muitas vezes, as entrevistas estão assinaladas por

²³⁴ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 19-35. p. 20

²³⁵ PORTELLI, Alessandro. *Ibidem*.

²³⁶ PORTELLI, Alessandro. Forma e Significação na História Oral: A Pesquisa como um Experimento em Igualdade. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 14, 1997. p. 09-10

²³⁷ *Ibidem*.

certas condições, como aquelas sociais, de gênero, de geração, de cor da pele, entre outras²³⁸.

Nesse sentido, a história oral enquanto experimento de igualdade e dialógica faz pensar, como lembra Portelli, diferentemente dos livros autobiográficos, “que não somente o observador, mas também, o observado pode ser estimulado a pensar diferentemente sobre si mesmo, o que joga de novo a luz sobre o velho problema: a interferência do observador na realidade”²³⁹. É neste ponto que se pretende observar com mais detalhes, a partir de dois depoimentos escolhidos em função dessa situação.

Um exemplo foi encontrado na fala de Anônima 1 que reinterpreta o seu passado com relação a sua compreensão como exilada. A sua entrevista foi realizada sem identificação (a pedido) e ocorreu em Porto Alegre no mês de fevereiro de 2015. A entrevistada foi exilada em Lisboa, juntamente com o marido e a filha, por uma decisão conjunta de deixar o país e ambos com bolsa de estudos. No Brasil, ela militava no Partido Comunista Brasileiro, mas não entrou na clandestinidade. Trabalhou como professora, jornalista e redatora, perdendo o emprego em várias situações e em vários estados, inclusive quando o Ato Institucional n.5 foi editado.

Segundo ela, antes do contato para entrevistá-la, ela se sentia muito distante daquele período, já que havia se passado quarenta anos, e por isso decidiu reler o livro *Memórias das Mulheres do Exílio* para lembrar²⁴⁰. Foi uma sensação bem diferente – contou – já que até então sempre achou que o seu exílio não era bem um exílio²⁴¹. Mas ao reler os depoimentos e a Introdução do livro, e se identificar com muitas das situações narradas, ela disse:

Mais do que nunca, eu acho que nunca me senti mais exilada como me senti nessa última semana... Uma amiga chegou a comentar comigo: “Esse livro está te fazendo mal...”. E eu tive que parar realmente. Me sufocava! [...] Foi como

²³⁸ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 19-35.

²³⁹ PORTELLI, Alessandro. Forma e Significação na História Oral: A Pesquisa como um Experimento em Igualdade. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 14, 1997. p. 23-24

²⁴⁰ ANÔNIMA 1. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 14/02/2015. Acervo da autora.

²⁴¹ ANÔNIMA 1. *Ibidem*.

retomar tudo aquilo e rever, inclusive, a minha situação de exílio. Porque eu sempre achei que tinha sido fácil para mim, que tinha sido razoavelmente tranquilo, já que as outras tinham sido presas, tinham sido torturadas, tinham perdido seus companheiros na prisão, tinham sido banidas do país. Achava mesmo que tinha sido fácil para mim. No entanto, ao rever as situações vividas, me dei conta do que significou, na minha vida e na da minha família, todos aqueles anos. Foi muito mais fundo do que eu até hoje tinha imaginado²⁴².

Sem dúvida, na realização da entrevista, este momento foi um dos que causou mais emoção, pois foi a partir dele que se verificou o retorno ao passado e uma nova compreensão do passado e sua situação vivida. Em outras palavras, uma interferência da historiadora estimulou-a a repensar sua situação e sua autoidentificação como exilada. Para ela, de forma retrospectiva, foi o momento em que se descobre exilada, achando que a sua situação, até então, tinha parecido fácil em comparação com as vivências de outras exiladas com quem convivia.

Ao re-analisar a sua experiência, ela explicou que o exílio foi um momento decisivo e de inflexão da sua vida, “como quem dobra uma esquina”²⁴³, já que foi transformador. Para ela de forma retrospectiva, o momento significou, não só uma transformação de suas posições políticas, mas “foi uma experiência total, de vida, de mulher e de profissional”²⁴⁴.

Além da transformação de sua compressão e da percepção do quanto foi transformador o exílio em sua vida, é interessante perceber que ela até então sempre se colocava no grupo dos ‘abaixo’ na hierarquia existente entre os/as exilados/as. Como já dito, a situação vivida pelos exilados/as era de hierarquia entre aqueles que estavam “acima” (deixaram o Brasil por banimento ou por decisão da organização) e os “abaixo” (que eram os autoexílios, “desbundes”, etc.). Em um contexto que ser “acima” significava uma demonstração de força e coragem em favor da resistência, essas práticas eram cobradas e atribuídas tanto aos homens quanto as mulheres.

²⁴² ANÔNIMA 1. Ibidem.

²⁴³ ANÔNIMA 1. Ibidem.

²⁴⁴ ANÔNIMA 1. Ibidem.

Em outras palavras, isso significa dizer que existiam hierarquias entre todos os sujeitos no que diz respeito a se construírem/ sentirem como exiladas ou não. Como na situação vivida de Anônima 1 que durante a realização da entrevista passou a ressignificar a sua vivência de exílio e a sentir-se mais exilada do que antes, já que em relação às outras exiladas, que se encontravam “acima”, ela achava que sua vivência de exílio estava “abaixo”.

A segunda entrevista anônima também é muito interessante nesse sentido, mas se apresenta de forma diferente. A entrevistada Anônima 2, ao iniciar a sua entrevista já adverte que se considera uma ‘quase-exilada’. Porém, durante toda a entrevista vai mudando o termo, assumindo as idas e vindas ao exterior como ‘exílio’²⁴⁵. Isso aconteceu de tal forma, que ela ao relatar sobre sua ida à França em meados dos anos 80, considerou essa passagem como exílio²⁴⁶. Talvez isso tenha se dado de forma inconsciente, não existe uma certeza a respeito, mas é muito significativa a confusão sobre a compreensão que ela teve acerca da categoria exílio, quase exílio, e/imigração ter acontecido ao longo da entrevista.

Por conta da relação que se estabelece, enquanto transformação da entrevistada e da entrevistadora (que busca aprender com a entrevista), é possível perceber uma nova construção por parte das duas entrevistadas com relação ao passado vivido e um novo entendimento através da identificação com relação à categoria exílio. É claro que a partir do momento em que se reflete sobre as entrevistas enquanto dialógicos e como experimento de igualdade é possível pensar que todas as entrevistas realizadas foram transformadoras. Mas, as duas entrevistas supracitadas trouxeram algo a mais: a inflexão para uma nova compreensão de si e de interpretação com relação a um longo período vivido no exterior.

2. Feminismo: Em um caminho diverso, pode ser apresentada mais uma explicação. Para Anette Goldberg, a compreensão de exilada pode estar atrelada a experiência do feminismo. Ao falar sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e explicar os aspectos das atividades realizadas com relação aos debates sobre o político e o privado, ela comenta que um dos aspectos foi que algumas mulheres passaram a “questionar o próprio estatuto de exiladas que as definia, apenas por serem companheiras ou familiares de refugiados”²⁴⁷.

²⁴⁵ ANÔNIMA 2. Op. Cit.

²⁴⁶ ANÔNIMA 2. Ibidem.

²⁴⁷ GOLDBERG, Anette. Op. Cit. p. 151.

Nesse sentido, o que melhor coteja essa interpretação é o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, que teve sua organização realizada, sobretudo, pelo Grupo de Mulheres Brasileiras em Lisboa, que tinha ligação explícita com o feminismo, no qual apresentava uma compreensão ampliada de exilada. Segundo Albertina de Oliveira Costa, o Grupo de Mulheres onde se iniciou a ideia “era um grupo híbrido, entre um grupo de autoconsciência ou de reflexão (como se queria no Brasil) e um grupo de estudos”²⁴⁸, que possuía características muito heterogêneas, e juntava as mais diversas mulheres das mais diversas posições políticas, mas sempre em oposição à ditadura que acontecia no Brasil²⁴⁹. Ainda de acordo com ela:

Dele participava a historiadora Valentina da Rocha Lima, mulher de Pedro Celso Cavalcanti um dos coordenadores do projeto Memórias do Exílio, que convidou o Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa para dar um depoimento. O convite levou a uma leitura coletiva do primeiro volume *De muitos caminhos 1964-19??*, que acabava de ser publicado, e resultou na sensação de que as mulheres estavam ausentes da obra. Essa insatisfação levou à contraproposta de elaborar um volume sob uma ótica completamente diferente e inteiramente nova. Um volume só com mulheres.²⁵⁰

Foi pela sensação de que as mulheres estavam ausentes que se decidiu organizar um novo livro, mas só com mulheres. Facilitadas pela relação que o grupo tinha com Valentina da Rocha Lima, que por sua vez era casada com Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e participara, nos bastidores, da organização do primeiro volume, o livro *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19??:1.De Muitos Caminhos*. E também, pelo contexto em que essas mulheres pensaram nessa ausência, já que

²⁴⁸ COSTA, Albertina de Oliveira. Exílio e Gênero. IN: CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2009b. DVD.

²⁴⁹ COSTA, Albertina de Oliveira. *Ibidem*.

²⁵⁰ COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do Exílio uma Visão dos Bastidores. **Cadernos de Crítica Feministas**, Recife, Ano III, N. 2, p.178-181,dez. 2009a.

participavam de um grupo de consciência²⁵¹ no qual discutiam suas experiências enquanto mulheres, em um momento (os anos 70, período de pós-ditadura em Portugal e de contínua ascensão do feminismo de segunda onda na Europa) que era propício para esse debate.

Como já apresentado, a grande contribuição desse livro é, sobretudo, ampliar a categoria ao dizer que são exiladas todas aquelas mulheres que de forma direta ou indireta deixaram o Brasil, de modo voluntário ou por perseguição, trazendo depoimentos a fim de contemplarem as mais diversas experiências vividas²⁵². Igualmente, ao levantar e colocar depoimentos que contemplem as diversas situações, acaba questionando a situação das mulheres com relação a sujeições vividas pelo fato de serem mulheres, como no primeiro depoimento de Maricota da Silva. E por último ainda, enquanto escolha como temática para a obra, emergiu a valorização do cotidiano, para ir além do caráter estritamente político.

Cabe adicionar, que essa era a ideia geral do livro e que, talvez, não fosse uma compressão individual que cada uma das depoentes tinha ou queria transmitir. Uma vez que pode ser explicitado pela heterogeneidade dos depoimentos e pelas dificuldades encontradas pelas organizadoras do livro. Já que Albertina de Oliveira Costa comenta que se encontraram muitas dificuldades, justamente porque várias mulheres exiladas desistiram após dar o depoimento, e o “o motivo foi ‘não é importante’, ‘pensei melhor’, ‘meu marido não quer’”²⁵³

Temáticas como estas, da inclusão das mulheres, da valorização do cotidiano, do questionamento da sujeição ligadas a uma compressão de identidade múltipla como “mulheres”, estão associadas ao feminismo chamado de “segunda onda”, que segundo Joana Maria Pedro “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o

²⁵¹ Conforme Joana Maria Pedro e Cristina Sheibbe Wolff (2007) os grupos de consciência, emergiram a partir dos meados dos anos 70, nos Estados Unidos, onde mulheres (muitas donas de casa de classe média urbana) passaram a discutir sobre as suas próprias vidas. Isso aconteceu em diversos países, e entre as mulheres exiladas podemos destacar o *Círculo de Mulheres Brasileiras*, grupo *Nosotras*, e o *Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa*.

²⁵² COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 18-19.

²⁵³ COSTA, Albertina de Oliveira. Exílio e Gênero. IN: *CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2009b. DVD.

patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres”²⁵⁴ e com palavras de ordem: “o privado é político”.²⁵⁵

Não sei se seria possível utilizar essa ideia ao extremo, já que poderia forjar a compreensão de que todas as mulheres que tiveram contanto com o feminismo durante o período no exterior passaram a se entender como exiladas ou possuíam uma compressão ampliada. No entanto, na situação desse livro parece dar uma boa explicação e, como visualizado, não foi a única. Muito possivelmente outras questões podem ter influenciado nessa construção, mas como só consegui verificar a partir da transformação, a minha análise se restringiu as duas situações supracitadas.

De certa forma a hierarquia entre os ‘acima’ e os ‘abaixo’ se refletiu também na própria publicação e produção de memórias e autobiografias dos sujeitos de exílio. No que corresponde a situação dos ‘acima’, como membros de organização de esquerda e exilados/as por conta do seu caráter político, é possível encontrar vários livros de memórias e autobiografias, como todas as utilizadas nessa pesquisa que se encontram listadas no item 6. *Fontes*. Exceto, justamente pelas situações híbridas, utilizadas ao longo desse capítulo, dos que se autoexilaram, mas eram militantes, como memórias de Glorinha, na análise de Alfredo Sirkis, e na autoanálise de Herbert José de Souza. Da mesma forma não tive acesso a nenhuma autobiografia de sujeitos de exílio que se encontraram na situação dos ‘abaixo’ e que não tiveram qualquer militância política, exceto pelo livro *Memórias das Mulheres do Exílio*.

Por isso considero que por insistência da minha pesquisa em justamente considerar uma categoria ampliada e a realização das entrevistas a partir da teoria e metodologia da história oral (baseada em Alessandro Portelli que a define como *history-telling*: narrativa não natural, mediada por uma relação entrevistada/entrevistadora), foi possível perceber as múltiplas vozes dos sujeitos de exílio ocorridos no

²⁵⁴ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. p. 79

²⁵⁵ PEDRO, Joana Maria. Idem.

exterior a partir de 1964 até 1979²⁵⁶. Essa utilização e essa compreensão romperam com conceito restrito de exílio que considerava somente o caráter político, bem como também rompeu com a construção hierárquica de “abaixo” e “acima”, já que possibilitou aos exilados/as que se encontram na posição dos “abaixo” narrarem as suas memórias.

Como foi visto no último tópico do capítulo a constituição de um grupo de “acima” e de “abaixo” foi construída a partir de uma virilidade, pautado na participação e militâncias políticas. Onde ser do grupo dos ‘abaixo’ significava estar no grupo dos fracos, ‘desbundados’ e autoexilados que não conseguiram continuar a luta contra a ditadura existente no Brasil. Da mesma forma em que, sinalizar o quanto as construções de gênero estão presentes na historiografia exilar e demarcar a construção realizada pelos/as próprios exilados/as é de extrema importância porque define o caráter excludente e hierárquico das relações humanas e subjetivas que estiveram presentes neste processo.

Infelizmente, não tive acesso a nenhuma entrevista ou autobiografia de exilado, com identidade de gênero masculina, que acompanhou a sua esposa ao exílio ou se sentisse como um semi-exilado. Quem tiver acesso a uma entrevista com esse perfil poderia comparar e ampliar o conhecimento sobre a autoidentificação dos/as entrevistadas/as. Talvez, isso se deu porque a quantidade de sujeitos, em sua construção de identidade de gênero masculino, que se encontravam nessa condição pode ter sido muito menor (como poderá ser visto no próximo capítulo), ou porque estas pessoas também não se consideraram sujeitos de exílio, ou ainda porque não quiseram falar ou escrever sobre o assunto por outras motivações.

Como visto ao longo desse tópico, a compreensão sobre uma categoria ampliada de exílio não é o entendimento de todas as pessoas que viveram essa experiência. E por isso, acabam percebendo suas

²⁵⁶ Segundo Alessandro Portelli com frequência na história oral escuta-se a ideia que “damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. [...] O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra”. Por isso, aqui estou pensando na multiplicidade de vozes até então não escutadas. Essa discussão poder ser melhor vista em: PORTELLI, Alessandro. **Fonti orali e potere**: una conferenza in Brasile. In: <http://alessandroportelli.blogspot.mx/2010/12/fonti-orali-e-potere-una-conferenza-in.html> visitado em 02/10/2015.

vivências como quase-exílio ou semi-exílio preso a uma hierarquia existente entre os/as próprios/as exilados/as. O entendimento a respeito depende/dependeu de cada um, mas podem existir algumas mediações (ou ‘contaminações’), como aquelas apresentadas, que influenciaram nessa compreensão por parte das entrevistadas. Mas, apesar delas terem essas variações e não se identificarem plenamente como exiladas, essa pesquisa vai considerar a categoria ampliada de exílio, a partir das definições feitas por Denise Rollemberg e Anette Goldberg, já que a restrição da categoria reproduziria os mesmos problemas apontados anteriormente.

Mas, além de considerar a categoria exílio em seu sentido ampliado, é importante mencionar que existiram diferenças e especificidades com relação às experiências vividas, como aquelas mencionadas nos tópicos anteriores. Por exemplo, deixar o Brasil a partir de vontade própria ou por banimento acarreta diversidades muito grandes na experiência que vai ser vivida no exterior. Já que um/a banido/a não consegue se deslocar novamente, uma vez que ao sair sem qualquer tipo de documento (como identidade e passaporte) e não conseguir fazer um novo na embaixada de destino que se negava a fazê-lo, não consegue sair e entrar em outros países. Um caso como esse é relatado pelo Padre Lage, que narra de forma divertida a tentativa de viagem à China com o seu salvo-conduto expedido pelo México²⁵⁷.

Por isso, país de destino do exílio, geração, condição social da família e da pessoa exilada, tipo de exílio, entre tantos outros, são importantes circunstâncias que se somaram e deram cor às mais variadas experiências. Desse modo, a afirmação de uma categoria ampliada deve ser considerada a partir da ideia de múltiplas experiências, das facetas pelas quais foi marcado e agiu cada sujeito, e das categorias interseccionais que se colocaram. Sem esquecer também, como foi visto, que cada um vivenciou o exílio de acordo com suas características, personalidades²⁵⁸ e subjetividades, narrando-as a partir de suas memórias em entrevistas de história oral e livros autobiográficos.

²⁵⁷ LAGE, Padre. **O Padre do Diabo**. Editora EMW, 1998.

²⁵⁸ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit.p. 53.

3. CAPÍTULO 2: DESLOCAMENTOS E CHEGADAS

*E assim chegar e partir
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar²⁵⁹*

Como na música *Encontros e Despedidas*, de Milton Nascimento, partidas e chegadas são os dois lados de uma mesma viagem: só se chega a um lugar se partir; e só se parte, mesmo que sob condições e situações diferentes, com destino a um novo lugar. Sair, partir e chegar são os verbos de ação dos deslocamentos vividos por todos/as os/as exilados/as da ditadura civil-militar brasileira (1964-1979), apesar de que cada sujeito viveu de maneira diferente estas circunstâncias, que serão analisadas ao longo desse capítulo a partir das relações de gênero.

As várias experiências exilares das pessoas que deixaram o Brasil, com o golpe e durante a ditadura-civil militar, estão longe de constituírem uma homogeneidade²⁶⁰. A considerar essa variedade, tratarei a seguir dos deslocamentos, as formas de saída, os significados atribuídos, as motivações (desde saídas voluntárias até banimentos), as relações estabelecidas no Brasil que foram definidoras do exílio de alguns sujeitos, e o período de partida do Brasil. Como nos lembra Denise Rollemberg, foram múltiplas as situações ligadas aos deslocamentos com as mais diferentes possibilidades e combinações²⁶¹, mas todas em decorrência da ditadura.

Sair do Brasil e chegar a um novo país, durante o período de 1964 até 1979, foi muito significativo para cada sujeito de exílio, mesmo que vivido das mais diversas maneiras: oscilando entre os casos mais extremos (como a fuga clandestina e/ou o banimento) até situações mais tranquilas (como saídas com bolsas de estudos e/ou autoexílio). No entanto, as memórias sobre as saídas e chegadas por parte dos/as

²⁵⁹ NASCIMENTO, Milton. *Encontros e Despedidas*. In: NASCIMENTO, Milton. *Encontros e Despedidas*. 1985.

²⁶⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.*

²⁶¹ ROLLEMBERG, Denise. *Ibidem*. p. 61.

exilados/as trazem muito mais informações do que simples definições ou tipologias das situações vividas, já que são nelas que se encontram detalhes sobre os pequenos espaços de manobras e agenciamentos com relação ao exílio.

Por isso, neste capítulo pretendo pensar os deslocamentos e chegadas ao exílio, a partir da perspectiva das relações de gênero, com suas hierarquias e pequenas manobras, em que busco responder quatro perguntas: 1º) As saídas e os deslocamentos ao exílio são gendradas?; 2º) Como as relações de gênero marcaram homens e mulheres nesse contexto de saída e deslocamentos? 3º) E como isso é relatado? 4º) De que forma essas pessoas estão negociando/ utilizando/ se apropriando/ reforçando/ subvertendo as relações de gênero nesse processo?

Nesse sentido, uma das temáticas será refletir sobre as capacidades ‘decisionais’ dos sujeitos exilados/as (conforme a definição de subjetividade realizada por Luisa Passerini, apresentada no Capítulo 1), com relação aos deslocamentos, e de que forma esta capacidade esteve atrelada às relações de gênero e familiares. Assim, no primeiro tópico denominado *Deslocamentos exilares e relações de gênero*, pretendo analisar como as relações construídas no Brasil influenciaram nos deslocamentos exilares, apontando qual identidade de gênero foi mais afetada por essas relações, e os jogos de gênero relatados por algumas exiladas.

Ainda nesse tópico, a partir de um subtópico, pondero a respeito dos (res) sentimentos de culpa presentes nas memórias por parte de homens e mulheres que levaram seus companheiros/as ao exílio e penso quais foram as atribuições que foram aceitas acerca aos deslocamentos. Da mesma forma que, no subtópico *Silêncios* a partir dos não-ditos, analiso os silêncios presentes nas memórias dos sujeitos de identidade de gênero masculinos, sem perder de vista as especificidades dos sujeitos da pesquisa realizada aqui.

É importante explicar que neste capítulo não pretendo reduzir os deslocamentos exilares subordinados exclusivamente às relações familiares e de gênero²⁶², mas, expor o quanto estas relações foram importantes nos deslocamentos e como influenciaram de forma diferenciada cada sujeito em função de suas identidades de gênero. A partir disso, explicito como hierarquias ligadas às construções culturais,

²⁶² Entendo que as relações de gênero não se encontram separadas das outras relações cotidianas, como aquelas familiares, entre outras. No entanto, para demarcar a presença das diversas influências utilizarei na redação os dois termos em conjunto.

constituídas no Brasil, influenciaram de forma subjetiva nos deslocamentos e saídas exilares. Da mesma forma, como será visto ao longo do primeiro tópico, um aspecto importante é a instituição do casamento como elemento que influencia significativamente nos deslocamentos, na forma dos comportamentos, nas construções da afetividade e nos (re)sentimentos.

Ao assinalar as especificidades ou diferentes formas como cada sujeito vivenciou o processo de deslocamento exilar, não se intenciona aqui oferecer um padrão de conduta ou reforçar hierarquias. Ao contrário, busca-se explicar, levantar e questionar construções culturais da sociedade da qual faziam parte os sujeitos de exílio a partir das diferentes vivências. Além disso, também, garantir uma igualdade com relação à visibilidade das memórias e possibilitar uma indagação sobre as hierarquias ligadas às relações de gênero.

Os deslocamentos colocaram em contato, e alguma vezes em choque, as mais diversas construções culturais. Para tanto, no final do capítulo procuro, também, examinar o que foi narrado sobre os estranhamentos e os primeiros ‘choques’ culturais no que diz respeito às relações de gênero. Mas, ao mesmo tempo, sem esquecer as complexidades a respeito do contexto dos anos 60 e 70 no Brasil. Esta indagação será feita com relação à chegada ao exílio e não serão analisadas aqui questões do cotidiano do exílio, já que será o tema abordado no Capítulo 3.

Além das categorias de memória e gênero apresentados no primeiro capítulo, antes de seguir para a análise das memórias cabe dizer que um conceito importante que será utilizado aqui é o de (res) sentimento. O pesquisador Hector Ricardo Leis, ao explicar o ressentimento atrelado a uma identidade nacional argentina a partir de uma perspectiva macro²⁶³, apresenta que por trás do ressentimento sempre existe uma memória mítica²⁶⁴ e que como tal trata-se de um sentimento associado à memória coletiva²⁶⁵. No entanto, para Alessandro Portelli enquanto intérprete das narrativas acerca do massacre de Civitella Val di Chiana “como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada; [...], [e] ela só se

²⁶³ LEIS, Hector Ricardo. Sobre o ressentimento dos argentinos. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 3, n. 20, p.1-18, nov. 2002.

²⁶⁴ LEIS, Hector Ricardo. *Ibidem* p. 9.

²⁶⁵ LEIS, Hector Ricardo. *Ibidem* p. 9.

materializa nas reminiscências e nos discursos individuais²⁶⁶ e só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual²⁶⁷.

Ao tentar analisar a ideia de ressentimento atrelado a uma identidade nacional, o que Hector Ricardo Leis faz é explicar a constituição de mito de uma memória coletiva dissociada de sua materialização. Com esse argumento a sua análise se difere de Portelli, já que a partir de entrevistas orais, lugar onde as memórias individuais são materializadas, ele percebe as memórias divididas carregadas de (res) sentimentos. Por isso, a proposta de Hector Ricardo Leis não é a mesma dessa dissertação, já que objeto de análise dessa pesquisa não são os (res) sentimentos exclusivamente ou a construção de um mito relacionado às memórias coletivas, mas pensar que as memórias individuais das experiências vividas são permeadas por (res) sentimentos, como foi apresentando por Alessandro Portelli no texto supracitado.

Pierre Ansart também está preocupado com a história do ressentimento de forma muito parecida com Hector Ricardo Leis. Todavia, o historiador tece cinco complementos interessantes para a definição do termo e que podem auxiliar minha pesquisa: atentar à diversidade das formas de (res) sentimentos; pensar as intensidades várias e graduais dos (res) sentimentos; enfatizar não apenas os sentimentos de afetos; refletir sobre o papel específico desempenhado por certos indivíduos; compreender as consequências e as formas com que se manifestam os (res) sentimentos²⁶⁸.

Por se tratar de uma pesquisa traçada por memórias individuais que ocorrem em meios sociais, múltiplas experiências, e heterogeneidade de relatos, pensar os modos e as formas como os (res) sentimentos se manifestam, com suas intensidades variadas, converte-se em algo muito significativo para a análise das memórias. São as análises, a partir desses pontos levantados, que irão possibilitar

²⁶⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²⁶⁷ PORTELLI, Alessandro. *Ibidem*.

²⁶⁸ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Mémoria e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36. p. 22.

perceber as construções culturais e, conseqüentemente, as relações de gênero no que diz respeito ao objeto elencado para esse capítulo.

Nesse sentido, em alguns aspectos, são as marcas e dores do passado vivido que abalam o sujeito e fazem com que busque expressar determinados (res) sentimentos em suas memórias, como a influência que os seus laços conjugais tiveram para que se deixasse o Brasil, como será visto no próximo tópico. Ou, ao contrário, são os (res)sentimentos expressados nas memórias, entendidas aqui como processo individual que ocorre em um meio social²⁶⁹ e em suas pluralidades fragmentada de diferentes memórias²⁷⁰, que carregam os fragmentos de dores e marcas do passado vivido. Trata-se de memórias seletivas e escolhidas que, no momento no qual se manifestaram, expressam os (res) sentimentos, e que, talvez, foram os únicos espaços nos quais tiveram a concessão para se manifestarem.

3.1 DESLOCAMENTOS EXILARES E RELAÇÕES DE GÊNERO

Apesar das hierarquias criadas pelos/as próprios/as exilados/as, levantados no primeiro capítulo, em função das tipologias e das construções dos sujeitos do exílio, é notória a percepção de que deixar o Brasil, em diferentes circunstâncias (como as que serão vistas nesse capítulo), trouxe a esses sujeitos dores e (res) sentimentos variados ao narrarem sobre o passado vivido. Algumas dessas tipologias já foram apontadas nas pesquisas de Denise Rollemberg, conforme foi levantando no capítulo anterior. No entanto, pouco se falou sobre as construções culturais brasileiras no que diz respeito às relações familiares e de gênero nos deslocamentos exilares.

Nesse sentido, nesse tópico pretendo perceber, a partir do *corpus* de obras e entrevistas levantado e criado para essa pesquisa, como o gênero e os laços conjugais estiveram presentes nos deslocamentos exilares e o que os sujeitos de exílio expressaram acerca destas questões. Isto é, refletir sobre a influência que os laços conjugais tiveram, considerando quais os sujeitos que foram mais afetados, e quais foram as relações praticadas e atribuídas culturalmente no que diz respeito aos deslocamentos. Da mesma forma em que, busco apresentar quais os sentimentos foram ou não expressos nas memórias.

²⁶⁹ PORTELLI, Alessandro. Conferências: Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História**, v. 15, p. 13-49, 1997.

²⁷⁰ PORTELLI, Alessandro. Op. Cit.

Uma possível explicação, a respeito das diferentes vivências ligadas ao deslocamento exilar e às relações de gênero, está atrelada a ideia de geração de exílio, que atravessa a separação dos subtópicos que seguem. Denise Rollemberg explica que o exílio foi uma experiência vivida por duas gerações²⁷¹: a de 1964 e de 1968²⁷². Conforme a autora, a primeira delas estava identificada às lideranças ativas na cena política pré-64 e que passaram a ser perseguidas pelo regime militar. Se associa a esta geração as pessoas ligadas aos projetos de reformas de bases, sindicatos e partidos políticos legais (como o PTB) ou ilegais (como o PCB)²⁷³. Segundo a historiadora, a primeira geração pode ser delimitada como “homens maduros e definidos profissionalmente”²⁷⁴ e que, embora, tivessem vários destinos de exílio, a principal concentração se deu em Montevidéu²⁷⁵.

A segunda geração, ainda segundo a historiadora supracitada, pode ser identificada com a de uma militância mais jovem, que era crítica às posições e práticas do PCB e provenientes do movimento estudantil, que acabou se integrando na luta armada²⁷⁶. De um modo geral se deslocaram, principalmente, para o Chile. Mas, na segunda geração não estavam somente aqueles que participaram desses movimentos, como também todos os sujeitos que a partir do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro 1968 tiveram que deixar o país e sofreram com o endurecimento das práticas de repressão estabelecidas e efetivadas pela ditadura.

Cabe assinalar que a ideia de geração não significou, obviamente, uma regra, como pode ser visto na situação de Marisa Jordan, Vilson Rosalino e Eny, entre outras. Da mesma forma que também não possuía uma hierarquia entre as gerações (apesar das disputas e brigas políticas), e muito menos uma coerência nas transformações acerca dos comportamentos e práticas (citadas logo abaixo). Por ser tratar de uma

²⁷¹ O entendimento de geração explicado por Denise Rollemberg está pautado na ideia de Jean-François Sirinelli, que por sua vez é modelado a partir de Jean Luchaire. Segundo essa pesquisadora, a partir de Sirinelli, uma geração é a reunião de pessoas marcadas por um grande ato ou uma série de eventos em que “os efeitos de idade não são resultados mecânicos das relações entre classes de idade, mas uma gênese que tem nascimento, uma existência e um crepúsculo”. In: ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 49.

²⁷² ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 49

²⁷³ ROLLEMBERG, Denise. Ibidem p. 50

²⁷⁴ ROLLEMBERG, Denise. Ibidem p. 50

²⁷⁵ ROLLEMBERG, Denise. Ibidem p. 50

²⁷⁶ ROLLEMBERG, Denise. Ibidem p. 50

explicação operativa e divisora, ao longo deste tópico, mesmo considerando mediadas por esta explicação, a subdivisão que irei utilizar é a dos laços conjugais e afetivos.

Nas situações vivenciadas por homens e mulheres com relação aos deslocamentos exilares, que serão apresentados ao longo deste tópico, os aspectos da geração estão sobrepostos à subdivisão que organizo. O primeiro grupo de memórias, organizado no primeiro subtópico, constitui-se preponderantemente da primeira geração de exílio, mas delimitados a partir da influência dos laços conjugais. Desta forma, o grupo de depoimentos, organizados aqui, é de exilados/as em que esses laços, mesmo que quando não interferiram diretamente, estiveram presentes nos relatos de memórias.

Já, no conjunto de depoimentos que estão no subtópico seguinte serão analisadas as situações dos/as exilados/as que partiram sozinhos, situados quase que em sua integralidade na segunda geração de exílio, na qual os laços conjugais não estiveram presentes de forma a determinar a saída do Brasil. Apesar disso, como será visto a partir das narrativas, mesmo que não tenha sido um motivador, em algumas entrevistas os (res) sentimentos estavam presentes e o gênero foi articulado de maneira diferente das situações do subtópico anterior.

Além do aspecto geracional que atravessa este tópico, outra questão é importante e diz respeito às transformações comportamentais vividas no período. Vários comportamentos encontravam-se em transformações, como os que estavam vinculados: a uma maior liberdade sexual (com o ‘amor livre’ e outros “ritos de passagens”, como a perda da virgindade); a transgressão; alguns (e acanhados) questionamentos morais, até porque ainda se vivia em uma ditadura; questionamento do próprio Partido Comunista, que já não se apresentava como uma organização de resistência para essas pessoas; o consumo de drogas; transformações do comportamento ligadas ao ‘novo homem’; entre outros²⁷⁷. Estas transformações são significativas por

²⁷⁷ Os debates a respeito de transformação que os jovens estavam vivendo podem ser vistos em: GOLDBERG, Anette. Op. Cit.; RIDENDI, Marcelo. Op. Cit.; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-410; SARTI, Cynthia A.. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, n. 1, p.31-48, set. 2001; WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana

apresentarem uma dimensão mais ampla das relações estabelecidas entre os homens e mulheres, mulheres e mulheres, e homens e homens.

As transformações caracterizadas acima estavam, majoritariamente, associadas à camada média, urbana e de esquerda, que de modo geral, foi o grupo social no qual os/as exilados/as estavam inseridos. A camada social, a cidade onde vivia no momento da partida ao exílio, identificação étnico-racial, e o ano em que cada sujeito deixou o Brasil encontra-se na tabela no Apêndice E. Apesar da plena ciência de que se tratava de sujeitos que se originaram de ambientes urbanos, é importante explicar que a ideia geral apresentada aqui não significa dizer que todos os sujeitos viveram as transformações supracitadas de uma mesma forma e em um mesmo momento. Como minha pesquisa preocupa-se preponderantemente com as memórias e as subjetividades do exílio serão a partir delas que as reflexões vão ser realizadas, e não de recortes espaciais específicos (como sociedade de origem).

3.1.1. Laços conjugais e deslocamentos exilares

O exílio da ditadura brasileira foi um acontecimento significativo na história do país e para os vários sujeitos envolvido. Foi sentido de forma profunda, mesmo quando de maneira diversa, por todos os/as envolvidos/as; sentimentos que acabaram exprimidos nas memórias do exílio, como, por exemplo, nas que se referem ao deslocamento exilar e ao significativo papel que tiveram os laços conjugais que serão analisados. Dessa forma, de modo a organizar, iniciam-se as análises a partir das memórias produzidas e publicadas nos dois livros coletivos do *Projeto Memórias do Exílio*.

Nesses dois primeiros livros, aqui analisados, encontram-se as mais diversas memórias que foram narradas das mais variadas formas (como narrativas poéticas, em prosa, etc.). Mesmo heterogêneas essas narrativas se constituem em um elemento interessante pela abundância de memórias que foram editadas e publicadas nesse material. Portanto, consistem em uma fonte riquíssima que ajuda a computar de forma preliminar a significativa influência das relações de gênero acerca dos deslocamentos exilares. Computar aqui significa criar uma pequena estimativa a partir da heterogeneidade das experiências e observar

Maria Wolff, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010; FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **Uma nova família?: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987; entre outros/as autores/as.

algumas pequenas dinâmicas, já que, como será visto mais adiante, ao criar uma estimativa acaba-se por limitar demais as vivências de como os/as exilados/as deixaram o Brasil.

No que diz respeito às narrativas a partir das identidades de gênero, no primeiro livro, *Memórias do Exílio*, nas cinco memórias de mulheres publicadas todas elas foram marcadas pela perseguição política em maior ou menor escala. Nesses cinco depoimentos, encontram-se: três exiladas não deram detalhes se foram acompanhadas pelos maridos; uma narra que foi sozinha e por autoexílio; e uma conta que estava com o marido quando foi ao exílio, mas que ambos eram militantes²⁷⁸. É importante retomar que a preferência, talvez, por narrativas dessas mulheres tenha se dado justamente pela própria perspectiva do livro que estava traçado em uma categoria de exilado/a somente e exclusivamente pautado no caráter político²⁷⁹.

Já no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, pelas contas realizadas a partir dos trinta e um depoimentos individuais (não inclui a parte denominada *Círculo*) e um depoimento em dupla: dez foram as mulheres que saíram para acompanhar marido, pais ou patrão, sendo que uma delas fez isso nos dois primeiros exílios e no terceiro foi por conta²⁸⁰; duas foram as mulheres banidas por conta da militância política; três saíram porque estavam sendo perseguidas (sendo que uma delas – Vânia - levou o marido, que será alvo de análise abaixo); sete foram por autoexílio; duas por uma decisão conjunta com o marido; e oito não deram detalhes a respeito. A soma total da estimativa das narrativas de mulheres dos dois livros se encontra na Tabela 1²⁸¹.

²⁷⁸ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit.

²⁷⁹ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem.

²⁸⁰ Trata-se das memórias de Sandra (somente o primeiro nome) que conta ter saído duas vezes do Brasil para acompanhar o marido. E na terceira, quando já do seu envolvimento em militância política em decorrência do abandono do marido e da perseguição política. Em virtude, da quantidade de falas a respeito, infelizmente, exibirei somente algumas.

²⁸¹ O cálculo para a tabela foi realizado da seguinte forma: A soma entre os depoimentos do livro *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*. Do livro *Memórias do Exílio* são somente cinco depoimentos. Do livro *Memórias das Mulheres do Exílio* são trinta e três depoimentos, sendo um em grupo do Círculo de Mulheres Brasileiras que foi excluído, e sendo um duplo (*Angelina e Sonia*) o que fez acrescentar mais um. O resultando foi trinta e oito, isto é, a soma das cinco narrativas do primeiro livro e as trinta e três do segundo livro.

Tabela 1 – Memórias das mulheres, a partir dos livros Memórias do Exílio e Memórias das Mulheres do Exílio.

Mulheres	
O que foi narrado	Números
Não falam sobre o assunto	13
Foram para acompanhar marido	9
Foi para acompanhar marido nos dois primeiros exílios e no terceiro foi sozinha	1
Levou marido	1
Autoexílio	7
Banimento	2
Perseguidas por militância política	3
Conjuntamente	2
Total	38

Fonte: Elaborada pela autora.

É importante explicar que os sete autoexílios aqui levantados não aconteceram por perseguição exclusivamente em virtude de militância política. Mas, se deram pelas mais diversas circunstâncias, como: uma advogada de presos políticos que sentiu não mais suportar as ameaças que começaram a emergir contra ela; uma militante, mas que saiu com bolsa de estudos na ânsia de obter treinamento na URSS e voltar para um quadro político de uma organização que ela não citou; uma que tinha certa posição política, mas saiu a partir de uma oportunidade de estágio no exterior; uma pessoa que não aguentava mais a situação no Brasil e por isso se candidatou a uma bolsa de estudos; uma pessoa que não tinha nenhuma militância, mas não suportava a situação repressiva em que se vivia; uma pessoa que saiu porque recebeu um convite para trabalhar em uma universidade no exterior, já que havia sido aposentada compulsoriamente pela ditadura; e uma que narrou que não tem certeza

se ela e o marido saíram porque estava grávida ou porque estavam em crise na organização²⁸².

Em outras palavras, as pessoas que eram militantes políticas e que deixaram o Brasil foram dez mulheres: as duas que saíram conjuntamente com seus maridos; as duas banidas; as três perseguidas por militância; as duas autoexiladas que eram militantes, mas que deixaram o Brasil por motivos diversos; e uma que saiu e levou o marido juntamente com ela²⁸³.

A tabela 1 mostra as variadas tipologias de exílios vividas pelas exiladas, que foram apresentadas no capítulo 1. Essa diversidade, sobretudo, exemplifica que os vários sujeitos em suas atividades praticadas no Brasil foram afetados pela ditadura e tiveram que deixar o país. Dinâmica que parece não ser possível verificar na tabela 2²⁸⁴, já que a maioria dos sujeitos era militante político e não se encontram aqueles que pudessem ter saído para acompanhar sua esposa. Como dito, isso pode ter acontecido em virtude de uma escolha dos próprios organizadores do primeiro livro que não os consideraram como exilados. Ou ainda simplesmente porque, talvez, tenham sido as mulheres (enquanto identidade de gênero construída) as mais afetadas pelas relações de gênero e os laços conjugais.

²⁸² COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit.

²⁸³ COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem.

²⁸⁴ A tabela foi realizada da seguinte forma: a soma de depoimentos no livro Memórias do Exílio que foi de vinte e um, diminuindo o Dossiê Frei Tito, as Poesias de Deodato Rivera, e os cinco depoimentos de mulheres (acrescentados na Tabela 1). O resultado foi quatorze memórias.

Tabela 2 – Memórias dos homens, a partir dos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*.

Homens	
O que foi narrado	Números
Não falam	9
Foram para acompanhar esposas	0
Levaram mulheres e filhos	2
Fala que deixou esposa e filhos no Brasil	1
Não deixou esposa e filhos no Brasil	1
Conjuntamente	1
Total	14

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos depoimentos dos homens, apresentados somente no livro *Memórias do Exílio*, o fato de ter ou não levado sua esposa e filhos/as quase não está presente. Conforme pode ser visto na Tabela 2, dos quatorzes depoimentos de homens a conta que fiz traz: nove depoentes que não falam sobre o assunto; um que saiu conjuntamente com a esposa e narra sobre isso; dois que falam abertamente que levaram filhos e esposa (as memórias de José Maria Rabello e Francisco Julião, que serão analisados no decorrer desse tópico); um que conta ter deixado a esposa e filhos (as memórias de José Barbora Monteiro, que serão analisados no tópico seguinte); e um que era frei, portanto, não tinha esposa e filhos.

É difícil entender um processo ‘decisional’ da partida do Brasil, já que os limites que separam laços conjugais, afetos, gênero e ditadura foram muito pequenos. No entanto, ao escrever um pouco sobre a importância que os laços conjugais tiveram para determinados sujeitos se remove a centralidade exclusivamente no político e outras histórias são contadas. Histórias que não deixam de ser de dores e de (res) sentimentos, mas que não separam as vivências públicas daquelas privadas.

O fato de sujeitos com identidade de gênero feminina serem mais marcados pelos laços conjugais e familiares para deixar o Brasil e

acompanhar seus companheiros faz considerar que existia uma construção cultural que atribuía às mulheres um dever com relação à família e ao marido. Em outras palavras, foram as relações de gênero construídas culturalmente no Brasil que fizeram com que várias mulheres partissem para o exílio durante a ditadura brasileira²⁸⁵. Ao mesmo tempo em que, por outro lado, não foi encontrada nenhuma memória de homens que relatem ter vivido a mesma situação.

Também, conforme já foi apresentado no primeiro capítulo, é considerável o fato de que a participação das mulheres em movimentos de resistência era muito menor, mesmo com as transformações vividas durante o período e, por isso, certamente a quantidade de homens afetados por suas militâncias é maior. No entanto, a saída do Brasil não se deu somente pelas militâncias políticas, mas pelo sistema político como um todo, que afetou os vários âmbitos da sociedade civil, o que faz considerar que a saída do Brasil tenha sido mais homogênea com relação à identidade de gênero dos sujeitos exilados.

No que diz respeito ao exílio em si, apesar de não se ter dados estatísticos mais amplos a respeito da identidade de gênero dos sujeitos que deixaram o Brasil, parece haver uma proporcionalidade entre as duas identidades e, por isso, as militâncias políticas formal não podem ser consideradas como o único determinante para o deslocamento exilar. Da mesma forma que, certamente, a quantidade de crianças no exílio muito provavelmente foi igual ou superior àquelas que acompanharam os seus genitores na clandestinidade ou em outros espaços de militância²⁸⁶.

²⁸⁵ Apesar das várias transformações vividas entre os anos 60 e 70 é interessante dizer que, por sua rapidez, o arcaico convivia com o moderno e que a modernização das famílias nunca foi um processo linear e simples. O que de certa forma fez com que determinadas práticas antigas persistissem vinculadas ao novo, como aos homens ainda era atribuída à manutenção da casa ao mesmo tempo em que as mulheres já realizavam trabalhos fora do âmbito doméstico. Conforme: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. Op. Cit.

²⁸⁶ Algumas organizações de esquerda tinham recomendações, como a AP, para que seus militantes não tivessem filhos/as. Caso isso acontecesse, deveriam deixar com seus familiares e não estabelecer contanto, para que não houvesse problemas de segurança para todas as partes envolvidas. Algumas memórias mencionam algumas considerações a respeito, como: Depoimento de Herbert de José de Souza. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit.; LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002; entre tantos outros.

As estimativas apresentadas até aqui, por mais interessantes que possam ser, acabam reduzindo por demais as vivências exilares desses sujeitos ao tentar enquadrá-los em uma situação exclusiva. Desse modo, de forma a melhor problematizar e contemplar o objetivo desse tópico, as narrativas construídas serão analisadas de modo qualitativo. A começar pela explanação de Zuleika Alambert.

São emblemáticas as memórias de Zuleika Alambert, que se encontram nas *Memórias das Mulheres do Exílio*. A ex-deputada pelo PCB, cassada em 1947, entre várias mudanças e longo período na clandestinidade, deixou o Brasil em 1970. Exilou-se no Chile e, posteriormente, na França, além de, certamente, viajar por vários países em virtude de suas tarefas no Comitê Central do PCB. Em suas memórias, ela contou que resolveu formar um primeiro agrupamento de mulheres brasileiras no Chile, denominado *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*²⁸⁷, já que de acordo com ela:

A maioria dos exilados eram homens, que levaram as suas famílias. Então as mulheres eram as mulheres dos exilados. O que não quer dizer que não houvesse algumas dezenas que tivesse participado em ações políticas no Brasil, e por causa disso tivessem também de buscar o exílio. Mas a grande maioria estava lá em função dos maridos e eram as grandes marginalizadas. Marginalizadas da sociedade chilena, porque não eram chilenas, não falaram nem a língua. Marginalizadas como mulheres dentro das suas famílias, porque os homens eram políticos, continuavam as suas ações, e elas ficavam em casa.²⁸⁸

²⁸⁷ O *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior* teve sua primeira tentativa no Chile, por iniciativa de Zuleika Alambert, que buscava criar um espaço de debate para as mulheres que se encontravam duplamente marginalizadas, conforme foi visto no depoimento citado, conforme BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo** (1974-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

²⁸⁸ Memórias de Zuleika Alambert. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 60-61.

A fala de Zuleika é muito representativa porque em um primeiro momento parece ser o registro de uma mulher exilada que se deslocou pela situação de participação política no Brasil e, como expectadora, percebeu o quanto algumas mulheres estavam marcadas e determinadas por suas relações de gênero e conjugais. No entanto, esta abordagem seria anacrônica em decorrência de sua perspectiva, da sua trajetória de vida e da militância política, conforme será mais bem explicitado abaixo. Para ela, a dimensão com a qual a maioria das mulheres brasileiras se encontravam no exílio fez com que organizasse um primeiro agrupamento de mulheres no *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*²⁸⁹.

Segundo Lilian Back, que estudou a Seção Feminina do PCB, essa subdivisão criada dentro do partido foi a retomada de uma série de trabalhos que o PCB já vinha realizando nos anos 60 e que haviam sido desarticulados com o golpe²⁹⁰. O Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior foi a primeira tentativa. Para a historiadora, foi no contexto de exílio que ocorreram a reformulação da atuação de esquerda e a emergência de vários grupos feministas, quando o PCB “reestruturou seu aparato partidário específico e delineou [...] uma linha política partidária própria e abrangente visando dar conta de intervir qualificadamente nos espaços de organização autônomos de mulheres”²⁹¹.

A historiadora supracitada ainda explica que a organização das mulheres estava atrelada a vários fatores entendidos como: a dupla marginalização desses sujeitos (não integração e não participes nos espaços políticos partidários), o papel reacionário que poderiam desempenhar²⁹², e, também, a um projeto partidário de mobilização de mulheres trabalhadoras. Certamente, a principal destas questões diz respeito à preocupação sobre o papel reacionário, existente no período, onde mulheres utilizando-se do reforço da suas identidades de gênero agiam em prol da defesa da ditadura, como na Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada no Brasil em 1964²⁹³.

²⁸⁹ Memórias de Zuleika Alambert. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 6.

²⁹⁰ BACK, Lilian. Op. Cit. p. 38.

²⁹¹ BACK, Lilian. Ibidem. p. 13.

²⁹² BACK, Lilian. Ibidem. p. 41.

²⁹³ BACK, Lilian. Ibidem. p. 41.

Nesse sentido, ao explicar a organização do Comitê, que mais tarde se desenvolveu e virou uma seção feminina do próprio PCB no exílio²⁹⁴, Zuleika Alambert narrou que as pessoas consideradas exilados/as eram em sua grande maioria homens e que as mulheres estavam lá em função dos maridos, o que acaba colocando essas mulheres como acompanhantes e não como exiladas também. Ela reafirma o que foi discutido no primeiro capítulo, de que a existência do exílio é definida pela militância política, e deixa as mulheres acompanhantes (mesmo que com a melhor das intenções na sua preocupação em organizar um grupo de mulheres) num lugar secundário dentro de um processo mais amplo de exclusão, que foi o exílio. Dentro de uma lógica hierárquica, Zuleika buscava ‘salvar’ as mulheres que se encontravam em processo de marginalização dentro do exílio, mas (talvez sem perceber) colocou-as em uma situação inferior a dela e das outras mulheres militantes²⁹⁵.

Além disso, conforme pode ser visto no subtítulo de sua memória, a construção de sua narrativa se deu em dezembro de 1978 e está extremamente marcada pelo contexto do final de exílio. Zuleika, após o golpe do Chile, exilou-se na França. Neste país organizou outro grupo, chamado *Debate*, que também não possuía característica feminista. Mas, de acordo com entrevista de Ângela Xavier de Brito, após problemas ocorridos no ano de 1977 atrelados a sua separação, Zuleika teve sua postura modificada acerca da hierarquização das mulheres (não militantes) e do movimento feminista²⁹⁶. Desta forma, ao analisar retrospectivamente, Zuleika desenha aspectos do novo presente vivido em suas memórias. Em função de sua nova perspectiva tentou dar caras mais feministas a sua análise no que diz respeito à constituição do grupo e à preocupação com as mulheres no Chile.

A memória construída pela ex-deputada, sobretudo, me fez repensar a respeito da própria construção narrativa da minha dissertação e

²⁹⁴ BACK, Lilian. Ibidem. p. 41.

²⁹⁵ Lilian Back, em sua dissertação, também criticou a postura um tanto centralista de Zuleika Alambert, já que segundo a historiadora a ex-deputada “recorrentemente se referiu à organização desse comitê de mulheres como uma iniciativa individual e à qual dezenas de mulheres aderiram de forma praticamente automática”. No entanto, em informe do Comitê Central, ela percebeu que a construção foi mais complexa e que a iniciativa era, além de Zuleika e do PCB, também, do Partido Comunista Chileno. Conforme: BACK, Lilian. Op. Cit. p. 43.

²⁹⁶ BRITO, Angela Xavier de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassete). Paris, 28/11/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

dos dados estáticos levantados a partir dos livros do *Projeto Memórias do Exílio*. Ao explicitar a situação de mulheres somente como acompanhantes eu estaria tirando delas agências possíveis e reforçaria as hierarquias do exílio. Para isso, cabe detalhar melhor outras memórias.

A segunda memória aqui apresentada é de Maricota da Silva, que parece ser um pseudônimo e foi retirada também do mesmo livro. Ela não deu detalhes sobre o seu marido e a militância dele, mas conta que se exilou na França para acompanhá-lo, aparentemente logo após o golpe em 1964. Nas primeiras páginas, que abrem as memórias do livro, Maricota diz:

Eu acho que eu nunca estaria aqui se não fosse mulher. Estou aqui porque estou acompanhando meu marido, então, há realmente a tal condição de esposa, e como esposa, de acordo inclusive com a religião, tenho que acompanhar o marido onde ele estiver. Acredito nisso, ainda hoje, por mais ridículo que possa parecer... Favas contadas, eu hoje faria exatamente a mesma coisa porque, primeiro de tudo, sei que ele não cometeu crime algum, em nenhum nível²⁹⁷.

Nas páginas seguintes ainda explica que para ela, se pudesse escolher, “se me tivesse dado essa possibilidade, eu diria não, e nunca...” teria a vontade de sair de lá²⁹⁸. Fica visível que ela não queria em nenhum momento ter deixado o Brasil, e que isso só se deu pela relação com o marido. Em outras palavras, pensando a subjetividade ligada ao processo ‘decisional’, foi o seu casamento o motivo direto pelo qual ela partiu para o exílio, já que em nenhum momento ela fala que foi uma escolha. O relato dela também está marcado por uma percepção de que faria a mesma coisa, isto é, que apesar de ter saído do Brasil, sua inclinação foi de que se acontecesse novamente ela ainda assim o acompanharia.

Ao continuar a sua narrativa sobre o exílio e sua vida, apesar de relatar sobre a sua situação de acompanhante e de como o casamento

²⁹⁷ Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. Op. Cit. p. 33.

²⁹⁸ Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. Ibidem. p. 38.

influenciou na sua saída do Brasil. Ela ainda chama a atenção para o fato de que muitas mulheres são colocadas nas sombras pela esquerda²⁹⁹, e que isso parece ter acontecido com ela em virtude da sua perda do status social e jurídico no exterior³⁰⁰. Mas, também, cabe constatar, que suas críticas e considerações se deram em função da sua preocupação em descrever sua vivência e como ela foi omitida. Principalmente, ao perceber em função do feminismo o quanto o privado é político, já que todo o seu relato é permeado por discussões feministas e expôs que fazia parte do Grupo de Mulheres Latino-Americanas em Paris, organizado por Danda Prado³⁰¹.

Por isso, ela explicou que com sua fala “Não estou fazendo a coitadinha, estou simplesmente constatando que estou aqui porque sou casada”³⁰². Ao trazer mais alguns detalhes sobre o casamento e a sua influência, diz que:

Simplesmente queria viver como todo mundo. Mas o fato de ser casada com a pessoa ‘X’ me levou a ter uma vida ‘X’, e refletindo um pouco eu penso em várias mulheres que eu conheci que tiveram assim uma vida inteiramente diferente da minha porque por circunstâncias não se casaram com os indivíduos ‘Y’ mas com os indivíduos ‘N’.

Eu volto sempre àquele ponto central, àquele ponto de partida que é o casamento e que não creio que seja uma questão política, mas que no Brasil é política. No momento em que você está engajada num casamento é como se tivesse que pensar e que viver exatamente como o seu companheiro. Isso não está acontecendo apenas

²⁹⁹ Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 35.

³⁰⁰ Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 34.

³⁰¹ Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 41.

³⁰² Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 34.

com as mulheres formalmente casadas, mas com as que vivem com um homem de esquerda. É como se fosse uma espécie de doença contagiosa.³⁰³

Em sua análise, o casamento foi a causa primeira da sua ida ao exílio e, por isso, considerou importante falar como tal circunstância a influenciou. Do mesmo modo diz que as mulheres que se envolveram com homens de esquerda também acabaram em análoga circunstância. Por último, ao falar sobre tal assunto, Maricota atribuiu o significado de doença contagiosa a situação, como se o que ela e outras mulheres viveram fosse algo transmitido de uma pessoa a outra, adquirida por contágio, o que não foi saudável para a sua vida. Em outras palavras, para ela, a relação com os homens militantes (que tiveram que deixar o país) era contaminadora de uma doença chamada exílio.

A terceira memória é a de Eny, com somente o primeiro nome³⁰⁴ e também do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. O seu marido ficou preso por um ano e oito meses e foi banido em 1971³⁰⁵, por isso se exilou no Chile, lugar no qual Eny foi encontrá-lo, juntamente com as crianças³⁰⁶. Com o golpe ocorrido nesse país, o casal entrou na Embaixada da Argentina e, posteriormente, se exilou na França³⁰⁷.

A família de Eny é uma exceção com relação à camada social da qual fazia parte, já que, apesar de viverem em um centro urbano, faziam parte da camada popular, uma vez que Derly era operário e Eny

³⁰³ Memórias de Maricota da Silva In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 35.

³⁰⁴ Marcelo Ridendi, no livro *O Fantasma da Revolução*, usa esse depoimento e diz que se tratava de Eny Carvalho, esposa de Derly, um dos irmãos Carvalhos, que militava na ALA. Essa afirmação feita pelo autor parece ser verídica, já que ao longo de suas memórias, Eny cita que o seu marido se chamava Derly. No entanto, por respeito à opção do emprego somente do primeiro nome nas *Memórias das Mulheres do Exílio* utilizarei a mesma nomeação.

³⁰⁵ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Op. Cit.* p. 213.

³⁰⁶ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 215.

³⁰⁷ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. *Ibidem*. p. 220.

trabalhadora do lar. A camada social da qual a família fazia parte parece não ter refletido em dificuldades para que ela e os filhos deixassem o Brasil, ou ao menos não foi relatado nada ao longo de sua narrativa, já que Derly saiu banido e não teve que bancar a sua viagem (apesar de ter sofrido a pressão de uma viagem realizada pelo Exército brasileiro³⁰⁸). Todavia, a situação econômica esteve presente muito fortemente nas vivências no exílio francês, que serão vistas no Capítulo 3.

No primeiro parágrafo do seu depoimento, Eny contou que:

Reconheço claramente que ele tinha problema e eu não tinha. Então, eu segurava as pontas, que jeito! Ficava com os três moleques, ficava sozinha. São três, mas pra mim significava mais de dez, porque o mais velho não vê. De um lado eu tinha agarrado na minha saia, do outro, maleta, malas... Acho que isso é importante porque a mulher sempre sofre mais.³⁰⁹

Ela considerou que os problemas para deixar o Brasil eram do seu marido e não dela, e por isso, identicamente a Maricota, partiu ao exílio em virtude do seu casamento. No entanto, não expõem uma culpabilidade ao laço conjugal, mas parece analisar a sua situação (de reconhecer que não tinha tido problemas, que ficava sozinha com as crianças, e segurava as pontas) e, por isso, afirmou que as mulheres sempre sofrem mais.

Eny, apesar de não ter militância política e ter saído para acompanhar o marido, era quem ‘segurava as pontas’ com os filhos nos momentos difíceis que a família passou. Uma das situações que ela contou, sobre os problemas com que se deparou, foi quando chegaram ao Chile. Nesse país, Eny diz ter ficado vinte dias com o seu marido e

³⁰⁸ Sobre as pressões psicológicas vividas nas viagens de banimento organizadas pelo exército a partir de sequestros de embaixadores, estas podem ser melhor observadas em ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 76 e nas memórias de: TAVARES, Flavio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo, Editora Globo, 1999; LAGE, Padre. **O Padre do Diabo**. Editora EMW. 1998; entre outras.

³⁰⁹ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 211.

três meses sozinha³¹⁰ e, por não saber falar a língua, teve muitas dificuldades³¹¹. A grande dificuldade vivida foi de que:

Depois das tragédias todas no Brasil eu fiquei muito doente. Pra você ter uma ideia... eu adoro vermelho. Adoro. Por mim visto vermelho. Mas fiquei de um jeito que tinha medo de vermelho. Tudo que era vermelho eu tinha que tampar. Eu não queria ver a claridade do dia, sabe? Meu marido ficava desesperado. Chegava em casa, aquele sol bonito, aquele dia lindo, eu pegava um cobertor e punha na janela porque não queria ver a claridade do dia, não queria ver a claridade do dia. Fiquei muito ruim mesmo, um bom tempo doente, um bom tempo. Tive um tratamento num hospital psiquiátrico com uma médica muito boa. Aí eu fiquei bem. Quando estava saindo da fossa, me reanimando mais...³¹²

O depoimento de Eny demonstrou a materialização (com a doença e tratamento em hospital psiquiátrico) das dores sofridas e vividas no período em que estiveram no Chile. O sentimento de dor não foi vivido exclusivamente por ela, já que muitos/as exilados/as o perceberam e narraram em suas memórias. No entanto, a aversão a cor vermelha, que teve nesse momento, foi algo a mais e foi a maneira de expressar os seus (res)sentimentos com relação àquilo que materializava o comunismo, já que a cor vermelha é considerada como a cor dos partidos comunistas e socialistas.

Somatizavam-se nela as dores do exílio (estar fora do seu país e deixar familiares e amigos, entre outros) às dores de algo no qual não se envolveu: a militância política do seu marido. Por isso, ela teve que suportar várias dificuldades e carregar sozinha todos os problemas cotidianos com relação às crianças. Eny se encontrava no Chile, em uma

³¹⁰ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem* p. 215.

³¹¹ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem* p. 216.

³¹² Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem* p. 216.

situação de duplo exílio: era exilada por deixar o Brasil ao acompanhar o seu marido e, como consequência, ter sofrido as dores do exílio; e exilada pela segunda vez dentro do próprio exílio, já que a hierarquia construída entre os/as exilados/as e o fato de estar sozinha no período em que estava nesse país a colocava em uma situação subalterna.

Para Elza Freire e Fátima Freire Dowbor, ambas da mesma família, mãe e filha respectivamente, o ato de deixar o Brasil em virtude dos laços familiares também foi constatado. Elza Freire partiu do Brasil em janeiro de 1965³¹³, juntamente com os/as filhos/as para encontrar com Paulo Freire, seu marido que já estava no Chile. Nesse país, permanecem até 1969 quando partiram para os Estados Unidos, onde seu marido lecionou na Universidade de Harvard durante 10 meses³¹⁴. Em fevereiro de 1970 a família parte para a Suíça e ali, a partir de 1976, o casal se envolve com projetos educacionais nas ex-colônias portuguesas, como Guiné-Bissau e Moçambique³¹⁵.

Elza Freire afirmou, ao narrar como foi a saída, que “Paulo saiu primeiro, foi para a Bolívia já com cargo no Ministério da Educação. Em janeiro de 65, eu e os filhos fomos encontrá-lo no Chile. Politicamente eu não tinha problema nenhum”³¹⁶. Nesse sentido, ainda contou que no Chile sentiu a chegada ao exílio, ao acordar e perceber que não tinha “trinta e cinco professores nem 600 alunos, que era a população do meu grupo escolar”³¹⁷. Em outras palavras, foi com a ausência da sua vida cotidiana do Brasil que percebeu que se encontrava exilada em um lugar desconhecido.

Através de sua narrativa, Elza não apresentou maiores (res) sentimentos com relação ao fato de ter deixado o Brasil. Apenas diz que politicamente não tinha problemas e que a saída do Brasil aconteceu em função do seu marido. Como Maricota, Eny, e Thereza Rabêlo (como será analisado abaixo), ela deixou o emprego e suas atividades para

³¹³ SPIGOLON, Nima Imaculada. **As Noites da Ditadura e os Dias de Utopia...: O Exílio, a Educação e os Percursos de Elza Freire nos Anos de 1964 A 1979...** 2014. 506 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

³¹⁴ SPIGOLON, Nima Imaculada. Op. Cit.

³¹⁵ SPIGOLON, Nima Imaculada. *Ibidem*.

³¹⁶ Memórias de Elza Freire. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 201.

³¹⁷ Memórias de Elza Freire. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 201.

acompanhar o marido no exterior. É claro que, ainda conforme ela conta, o exílio possibilitou outras vivências elencadas como mais positivas do que negativas³¹⁸, porém sua saída não foi mediada somente por um processo político que o Brasil estava vivendo, mas também pelos seus laços conjugais.

Por último, é oportuno explicar que ao falar que Elza Freire saiu para acompanhar o seu marido não quer dizer que toda a sua vivência e sua trajetória intelectual foram anuladas³¹⁹. Todavia, as relações de gênero enquanto categoria relacional e constituída de micro relações de poderes, explicitam que nessa situação em que tiveram que deixar o Brasil (tanto Elza Freire quanto Maricota e Eny) a hierarquia em função das suas identidades de gênero as sujeitaram ao deslocamento exilar.

Por sua vez, Fátima Freire Dowbor, autodenominada como filha de exilado e depois esposa de um banido, diz ter saído do Brasil com sua família quando tinha 15 anos de idade, logo após o golpe³²⁰. Em 1973, quando na Suíça, casou-se com Ladislau Dowbor, que havia sido banido em 1971, e mudou-se para a Polônia. Juntamente com o marido, em 1974, muda-se para Lisboa. Em suas memórias, ela diz que “o que mais me dói de vez em quando em tudo isso é ver que em todo esse negócio, pá, eu não tive nenhuma ação direta. Nada, nada. Saí do Brasil, indiretamente... pai exilado e depois continuo no exílio por ser mulher de um banido”³²¹.

Os laços familiares e conjugais, permeados pelas relações de gênero, foram determinantes para a saída e, posteriormente, a estadia no exterior de Fátima Freire Dowbor. Em sua fala, ela percebeu que estava no exterior em virtude de ser filha de exilado e depois por ter se casado com um banido. Por isso, ao ver em sua saída e permanência no exterior, em suas memórias expressou dores e (res) sentimentos e os associou à falta de sua ação direta ligada à escolha de estar fora do país.

³¹⁸ Memórias de Elza Freire. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) *Ibidem*. p. 204.

³¹⁹ Mais informações a respeito da trajetória do exílio de Elza Freire podem ser vistas em: SPIGOLON, Nima Imaculada. *Op. Cit.*

³²⁰ Memórias de Fátima Freire Dowbor. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) *Op. Cit.* p. 103

³²¹ Memórias de Fátima Freire Dowbor. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) *Ibidem*. p. 104.

Da mesma forma que as memórias apresentadas até aqui, no mesmo material, encontra-se a do casal Thereza Rabêlo e José Maria Rabêlo³²². José Maria Rabêlo foi o fundador do jornal *Binômio* de Minas Gerais, e, com o golpe em 1964, o jornal foi fechado e ele teve que deixar o país³²³. Thereza Rabêlo, por sua vez, trabalhava como postalista nos Correios³²⁴ e diz não ter tido participação naqueles eventos políticos³²⁵. Primeiramente, ele foi para a Bolívia, lugar onde Thereza foi encontrá-lo³²⁶. Com o golpe na Bolívia, se deslocam para o Chile, país no qual conseguiram reunir toda a família (os genitores e mais sete crianças) e lá permanecendo até o golpe em 73³²⁷. Por último,

³²² Thereza Rabêlo e José Maria Rabêlo deram depoimentos, respectivamente, nos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*. Esse mesmo material, com fotos e algumas pequenas adições (como uma entrevista concedida pela família ao Pasquim de agosto de 1978), foi republicado em 1986 em um novo livro: RABÊLO, José Maria e RABÊLO, Thereza. **Os caminhos do exílio**. s/cidade. Editora Vamos, 1986. No ano de 2002, são novamente publicados os mesmo depoimentos, mas com outras modificações, trata-se: RABÊLO, José Maria e RABÊLO, Thereza. **Diásporas: Os longos caminhos do exílio**. s/cidade. Editora Geração. 2001. Enquanto o texto de Thereza é ainda o mesmo, adicionando somente o depoimento do filho, que relatou a sua prisão no Chile, o de José Maria é muito mais longo e com várias adições, mas nenhuma com relação às temáticas dessa pesquisa. Por isso, para facilitar a pesquisa escolhi trabalhar preponderantemente com as primeiras memórias escritas.

³²³ Memórias de José Maria Rabêlo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.) Op. Cit. p. 151.

³²⁴ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 191.

³²⁵ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 189.

³²⁶ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 191.

³²⁷ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 197.

se exilaram na França, lugar em que permaneceram até a Anistia, quando retornaram ao Brasil³²⁸.

Thereza Rabêlo em suas memórias falou que “para todos os efeitos, não tinha nenhuma participação ativa naqueles acontecimentos, mas na realidade eu os vivia intensamente, nervosamente”³²⁹. Nesse sentido, relatou toda a tensão que viveu, os cuidados e os problemas que teve que resolver no momento em que José Maria Rabêlo fugiu e seus (res) sentimentos a respeito:

Eu era a dona de casa – repito – que aparentemente vivia por fora de todos aqueles acontecimentos, que não aparecia para nada e passava o tempo cuidando dos filhos e seu emprego, mas no fundo sofria como ninguém a intensidade daquele momento. Nem sei como aguntei, confesso. Mas houve também instantes tão bons, tão felizes. Para mim são os que contam... e fazem a gente continuar de pé.³³⁰

Como Maricota, Eny, e Elza Freire, Thereza Rabêlo também deixou sua vida e emprego para trás para acompanhar o marido ao exílio, juntamente com os/as filhos/as. Não tinha nenhuma participação oficial em qualquer atividade política, mas como mesmo disse viveu todos os acontecimentos e situações de forma intensa e nervosa. Apesar de não considerar ter participação ativa, Thereza possuía um emprego e cuidava dos/as filhos/as. Da mesma forma, enfrentou as dificuldades de saída com as sete crianças quando seu esposo partiu antes dela e sozinho para o exílio.

Já, José Maria Rabêlo, ao falar sobre a esposa e os/as filhos/as, diz que a solidariedade foi presente uma vez que “houve o gesto de quem, correndo igualmente todos os riscos, guardou minha família, pois

³²⁸ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 199.

³²⁹ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 189.

³³⁰ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 190.

a Teresa e os meninos não podiam ficar na nossa residência”³³¹ e que a “mulher e meus filhos menores, que saíram do Brasil normalmente, sem ser exilados, tinha recebido passagens de amigos [...]”³³². Também contou, no que diz respeito à adaptação, que ele notou que “os meninos [...] têm sido muito afetados na parte educacional, na escola, mas que ganharam uma experiência humana, vivencial [...]”³³³.

Ao longo de sua narrativa, sua fala sobre a família e a esposa resumiu-se aos dois aspectos supracitados: falar sobre a solidariedade que tiveram para deixar o Brasil e o processo de adaptação e aprendizado que os filhos passaram nos países pelos quais a família esteve³³⁴. Em nenhum momento expressou (res) sentimentos por ter ‘provocado’ de forma indireta a saída deles do Brasil ou preocupação com o fato disso ter motivado traumas e dores do exílio. A fala dele ainda apresentou a hierarquia exilar existente, já que José Maria Rabêlo não considerou como exilados/as a esposa e os/as filhos/as, mesmo que eles tenham deixado o Brasil e viveram da mesma forma as consequências da exclusão e da fuga que ele viveu.

Cabe ainda sinalizar que a fala de Thereza Rabêlo é contida e não está carregada de (res) sentimentos com relação ao motivo da saída do Brasil e a militância de José Maria Rabêlo. De certa forma, o não-dito com relação às temáticas aqui analisadas, talvez, seja porque eles foram um dos poucos casais que não se separaram no exílio, o que pode ter influenciado em seu depoimento, já que mesmo deixando o Brasil e, certamente, sentindo as dores do exílio, ela não as atribuiu ao marido.

Ainda nesse sentido, Thereza não relatou ter participado de nenhum grupo de consciência no período em que esteve no exílio e, portanto, talvez, não tenha tido questionamentos de suas vivências, o que de certa forma não foram autoanalisadas em suas memórias. O casamento mantido e a não participação em um grupo de consciência feminista fizeram com que ela não tivesse nenhum questionamento a respeito da sua situação e que ela não percebesse (como foi narrado por

³³¹ Memórias de José Maria Rabêlo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit. P. 169.

³³² Memórias de José Maria Rabêlo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem. p. 171.

³³³ Memórias de José Maria Rabêlo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem. p. 172.

³³⁴ Memórias de José Maria Rabêlo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem. p. 173-174.

Maricota da Silva) de modo negativo a influência dos laços conjugais para o seu deslocamento exilar.

Como visualizado, até aqui, algumas memórias estavam marcadas por (res)sentimentos. Esta dor expressada em algumas narrativas parece estar atrelada à percepção de que suas vidas foram transformadas pelas ações de outro. Em outras palavras, talvez, a “raiva” destas mulheres estivesse direcionada para as influências que culturalmente definem os laços conjugais, familiares e de gênero, e os questionamentos que passam a viver no exílio a partir do contato com grupos de consciência feministas.

A feminilidade prescrita pelas relações de gênero vigentes, na época, exigiu que elas submetessem suas vidas às ações de seus parceiros, o que as colocou em uma pretensa condição de acompanhante no que diz respeito ao deslocamento exilar.

Entretanto, essas mulheres exiladas, mesmo quando não militantes políticas, foram afetadas pela conjuntura brasileira e isso não as excluí da categoria de exílio. Do mesmo modo, embora os seus exílios tenham acontecido pela influencia dos laços conjugais e em função de suas identidades de gênero, elas não anulam outras ações e vivências com relação ao deslocamento exilar.

Existe uma preocupação muito grande em não reafirmar às mulheres uma visão estereotipada de simples acompanhantes dos seus parceiros afetivos e aos homens de agentes extremamente absolutos sobre as ‘decisões’ e ‘ações’³³⁵. Porém, cabe elucidar que no que diz respeito ao exílio da ditadura civil-militar do Brasil, as construções de identidades de gênero fizeram com que as experiências vividas fossem muito diferentes e que determinadas subordinações ocorressem justamente em função dessas identidades de gênero, como foi visto até aqui.

O que também não significa dizer que tanto homens quanto as mulheres não puderam articular estratégias, redes de apoios, e pequenas decisões com relação à saída do Brasil, mesmo quando se deslocaram para acompanhar seus parceiros afetivos. Os agenciamentos, a organização da viagem familiar, mesmo quando auxiliada, que as mulheres relataram que fizeram foram importantes para que suas famílias pudessem deixar o Brasil de forma tranquila. Como no caso de

³³⁵ Conforme pode ser visto no seguinte texto: ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 03, p.745-772, 2007; entre outras.

Thereza Rabêlo e Elza Freire, que tiveram que vender bens e organizar a viagem dos filhos/as e/ou Eny que ‘segurou as pontas’ sozinha com as crianças quando o marido partiu para o exílio

No entanto, mesmo que as militâncias formais fossem dos seus companheiros, o risco era eminente e afetava toda a rede familiar, já que muitas vezes a polícia utilizava-se da perseguição, de ameaças e da intimidação dos familiares para obter informações ou até mesmo a prisão daqueles que buscavam. Por isso, neste contexto, embora as militâncias formais não fossem dessas mulheres, o envolvimento político dos companheiros afetava em suas vidas, uma vez que os riscos também recaíam sobre elas e a todos os familiares. Além disso, o fato das militâncias formais serem dos companheiros não excluir as militâncias dessas mulheres.

As relações de gênero são micro-poderes situacionais e relacionais, o que significa que em cada circunstância específica um determinado sujeito pode ter mais ou menos poderes. Tal como na dimensão dos deslocamentos exilares, algumas mulheres, em função de suas construções culturais, acabaram sendo mais afetadas pelos seus laços conjugais e familiares. E, já que esse não era o fator preponderante da categoria exílio, suas vivências também foram negligenciadas, mesmo quando também viveram e tiveram participação nos acontecimentos ligados à saída para o exílio.

Além de José Maria Rabêlo, nos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*, somente Francisco Julião falou ter levado a esposa e filhos/as. Os outros sujeitos que também publicaram suas memórias nestes materiais não registraram falas a respeito desse assunto. Da mesma forma que, como dito, no primeiro capítulo, eu não encontrei ou tive acesso a nenhuma memória de sujeitos que tenham acompanhado a esposa ao exílio.

No livro *Memórias do Exílio*, Francisco Julião³³⁶, que foi cassado em 1964, conta que seu exílio começou antes de deixar o Brasil³³⁷. Para

³³⁶ Sobre a trajetória de vida de Francisco Julião vários textos e livros podem ser consultados, como: AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014; JULIÃO, Francisco. Até quarta, Isabela: Carta-testamento. Petrópolis: Editora Vozes, 1986; entre tantos outros que podem ser facilmente encontrados. Não entanto, como essa dissertação não é sobre a sua trajetória de vida me atarei em analisar somente as suas memórias publicadas no livro *Memórias do Exílio*.

³³⁷ Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Op. Cit. p. 289.

ele “quando um homem necessita se esconder é porque já perdeu a liberdade”³³⁸. Além de ter seu mandato cassado, com o golpe, Francisco Julião foi preso e ao sair da prisão³³⁹ esteve clandestino. No ano de 1965, após tentativas de pedido de asilo político em várias embaixadas, deslocou-se para o México, onde permaneceu até a Anistia. Ao falar sobre o seu exílio e a decisão de ficar no país citado, ele contou:

E fiquei... México. Fiquei para sentir o exílio de verdade, depois de haver passado pela clandestinidade e a cadeia. Enfermo, com 300 dólares, a companheira e os três filhos pequenos (Isabela entre eles, de dois anos), sem dominar o espanhol, que só escrevo mais ou menos, proibido de exercer como estrangeiro minha profissão de advogado, tive que declarar no Departamento de Imigração, para obter meu visto, que era escritor³⁴⁰.

A fala citada é uma das poucas que faz referência à companheira e aos/as filhos/as e nela ele deixa perceber que a família estava presente no exterior. Ao longo da frase, Francisco Julião parece sinalizar o que ‘carregava’ com ele no momento em que decidiu permanecer no México. Estar doente, ter 300 dólares, uma família, a falta de conhecimento do espanhol e o não reconhecimento da sua profissão parecem ser relatados em sua fala como aspectos negativos do primeiro momento em que se percebeu no exílio.

Além dessa pequena fala, no decorrer da sua narrativa contou também que com o pecúlio da venda do seu livro *Cambão* (financiado a partir de um dinheiro recebido de Salvador Allende em sua visita no México em, aproximadamente, 1965) a companheira que vivia com ele,

³³⁸ Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Ibidem*.

³³⁹ Francisco Julião se beneficiou de *habeas corpus* conseguido por seu advogado. Cabe lembrar que nesse período, logo após o golpe, ainda existia a garantia do habeas-corporis, que foi suspensa somente em 1968 com o Ato Institucional número 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva.

³⁴⁰ Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Op. Cit.* p. 293.

e o/as três filhos/as, regressaram ao Brasil ³⁴¹. Depois disso, ele ainda narrou que logo em seguida casou-se com uma chilena, chamada María Angelica ³⁴², e que “a solidão não me acompanhou por muito tempo! um homem deve compartilhar sua vida com uma mulher! E se é nordestino, com mais razão ainda” ³⁴³.

Francisco Julião não narrou que se tratava de uma separação oficial e/ou que era um novo casamento. Mas deu a entender que era mais ou menos isso que estava acontecendo: a partida de sua companheira com os/as filhos/as e o surgimento de uma nova relação. É interessante perceber que, no argumento usado por ele, a solidão não o acompanhou, já que era quase que um processo meio que da natureza masculina compartilhar a vida com uma mulher.

A sua fala, apesar de narrar sobre a companheira e os/as filhos/as que estavam no México, também é permeada por uma masculinidade imputada que busca justificar as suas ações e práticas a partir de uma ideia construída de natureza masculina, que precisava sempre ter um relacionamento com uma mulher. Na sua narrativa, Julião faz questão de contar que não permaneceu sozinho por muito tempo e que isso estava associado à naturalidade e ao fato dele ‘ser’ nordestino. Em outras palavras, o ex-deputado, entrelaça o seu ato a uma identidade regional e de gênero de forma tranquila, utilizando-se do argumento de “razão” para a sua justificativa.

Embora, Francisco Julião explicita em suas memórias a presença da esposa e da filha, ele as relaciona como um algo que ele ‘carregava’ e, ao mesmo tempo, em que traz e naturaliza suas necessidades de companhia feminina. Nesse sentido, mesmo sendo um dos poucos a falar sobre a presença da família, considero que sua fala a respeito delas se torna resumida e despreocupada com a situação dela enquanto acompanhante em virtude da sua saída. Simultaneamente, apresenta as suas necessidades enquanto ‘homem’, o que faz considerar que os silêncios que teve não estavam atrelados a escolha de não falar sobre os aspectos mais privados de sua vida.

Antes de seguir é importante considerar a construção das memórias atreladas as suas publicações nos livros do *Projeto Memórias*

³⁴¹ Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem. p. 294.

³⁴² Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem.

³⁴³ Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Ibidem.

do Exílio. Como já apresentado no primeiro capítulo, existiam diferenças consideráveis entre as duas obras. Na primeira delas, em virtude do projeto e da perspectiva dos organizadores aspectos relacionados ao cotidiano e ao (que é construído como) privado quase não aparecem. Por outro lado, na segunda obra, em virtude de um livro escrito justamente para dar visibilidade às mulheres aspectos, como os analisados neste tópico, estavam mais presentes. Desta forma, em virtude das diferentes percepções relacionadas a cada obra do Projeto, as mulheres foram mais perguntadas sobre alguns aspectos do cotidiano do que os homens na primeira obra. Por isso, cabe assinalar que no livro *Memórias das Mulheres do Exílio* encontraram-se o maior número de detalhes procurados por esta pesquisa.

Para além das memórias apresentadas até aqui, dos livros do *Projeto Memórias do Exílio*, outras memórias recolhidas e levantadas para essa pesquisa também trazem mais elementos no que diz respeito à temática do caráter ‘decisional’ e à influência das relações de gênero para o deslocamento exilar. São elas: as entrevistas de Anônima 2, os livros *Rabo de foguete: os anos de exílio* de Ferreira Gullar e *Memórias do Esquecimento* de Flávio Tavares.

A Anônima 2, já apresentada no primeiro capítulo, narrou que passou os anos 60 e 70 entre idas e vindas para/da Alemanha, em função das dificuldades colocadas pela ditadura e facilidades alcançadas no exterior com empregos e bolsas de estudos conseguidas pelo marido. Ela se considerou uma ‘quase-exilada’, pois segundo o que ela conta, não teve essa repressão evidente, e saiu sem realizar nenhuma atividade remunerada e formativa, mas sim em virtude das possibilidades dele³⁴⁴. Entretanto, logo ao começar a contar sobre suas atividades, ela diz:

E aí é que vem algo muito importante, eu vou te contar logo, porque passa, parte desse pressuposto todo o sentido do meu tempo no exterior, que nós vamos chamar de quase-exílio. [...] O meu ex-marido era mais... ele é um grande especialista de filosofia, já era na época mais velho, vinha de um curso de seminário, já tinha um curso de filosofia no seminário, fazia um outro, e fazia o curso de direito, ele não se interessava tanto na política estudantil. E eu e as minhas amigas das Ciências Sociais, um grupo da JUC, passamos uma noite

³⁴⁴ Memórias de Francisco Julião. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Ibidem*. p. 293.

em claro fazendo pressão para que ele se candidatasse à União Estadual de Estudante, porque ele era ótimo orador, ainda é [...]. E aí, tudo o que ele sofreu de perseguição dos militares vinha daquele período em que ele foi adotado pela esquerda estudantil e posto de líder da associação dos estudantes. E ele não gostava, ele não gosta desse lado, e eu me senti sempre responsável por isso. De fato ele era muito menos ligado à política, até hoje. Ele é sensível à política, mas ele não gostaria de ter se engajado do jeito que a gente obrigou ele a se engajar, do lado digamos mais pró-reforma brasileira, revolução brasileira, a gente falava umas coisas assim³⁴⁵.

Anônima 2 narrou que mesmo sendo ela mais militante que ele, foi o ex-marido³⁴⁶ que sofreu perseguição pela polícia, em função da pressão vivida para ser candidato à União Estadual dos Estudantes e ter tido um vínculo explícito no movimento estudantil. Anônima 2 pareceu sentir a necessidade de explicar a situação vivida pelo casal em sua fala, já que foi a partir disso que deixaram o Brasil várias vezes. Cabe comentar, que a entrevistada, mesmo tendo participado da JUC, nunca foi presa ou chamada a depor.

Ao longo das suas memórias, relatadas em entrevista, a ideia de sombra é muito presente, tanto como uma maneira de tentar esclarecer as decisões tomadas quanto a fim de explicar as posições e incentivo que ofereceu para o marido. A primeira fala com relação à compreensão de sombra se deu ao dizer que “todas essas vezes que ele pediu bolsa ou que ele aceitou um projeto lá, eu tenho a impressão de que, à moda antiga, com aquela consciência de mulher que está na sombra, por traz, que ele não teria ido se eu não tivesse estimulado”³⁴⁷. A sua compreensão está atrelada a ideia de apoio e suporte, no qual o ex-marido não teria saído do Brasil para estudar e ter uma formação importante em sua carreira universitária se não fosse pelo apoio dela.

³⁴⁵ ANÔNIMA 2. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo da autora.

³⁴⁶ O ex-marido não quis me conceder entrevista, justamente, por entender que esse assunto “deveria estar superado”.

³⁴⁷ ANÔNIMA 2. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo da autora.

O segundo argumento a respeito foi de que “O mundo ao redor é que fez diferença entre o homem e a mulher que foram para o exílio, porque ele ficou como aquele que tinha feito o estudo no exterior e eu fiquei na sombra”³⁴⁸. Quer dizer, por mais que tenha sido Anônima 2 que pressionou o ex-marido a militar, que estimulou na saída do Brasil, e cuidou das filhas durante o período em que estavam no exterior, ela sente que foi pouco lembrada. Parece aqui, que para a Anônima 2 o seu (res)sentir, ligado a uma autoanálise do presente, está relacionado ao fato de que o ex-marido é lembrado como exilado e ela como uma sombra dele.

Por isso, Anônima 2, em sua narrativa, buscou explicar que, apesar de ter saído para acompanhar o ex-marido, foi ela que o estimulou, auxiliou, e foi determinante para a sua saída do Brasil. Por esse motivo, se sentiu agente de toda situação e fez questão de narrá-la a fim de que as suas vivências não mais permanecessem nas sombras, em detrimento das narrativas sobre o seu ex-marido. Nesse sentido, diferentemente das entrevistas anteriores, a Anônima 2 é uma situação especial nesta pesquisa, porque mesmo indo e voltando em função do marido, ela se vê como a principal agente e participa do processo decisão como motivadora dos caminhos trilhados pelo marido.

O fato de essa pesquisa possibilitar a escuta das memórias dessas mulheres, que anteriormente não foram consideradas como exiladas, deu a Anônima 2 a possibilidade dela narrar a sua vivência e contar o quanto teve participação no que aconteceu no passado. Isto é, possibilitou a Anônima 2 sair das sombras. A entrevistada pode explicar a suas vivências, a participação que teve durante àquele período, e colocar a sua ação também na história dos/as exilados/as que deixaram o país. No entanto, a entrevistada criou um paradoxo, uma vez que questionou a invisibilidade das mulheres exiladas ao mesmo tempo em que solicitou para que sua entrevista fosse anônima.

Por sua vez, Ferreira Gullar, como ele mesmo relata na introdução da sua obra, foi um dos convidados a escrever o seu depoimento para o livro *Memórias do Exílio*, mas se recusou³⁴⁹. Muito tempo depois, mais precisamente no ano de 1998, publicou o livro *Rabo de foguete: os anos de exílio*, no qual diz ter mudado de atitude. Nesse livro, ele narrou, de forma cronológica, o início das complicações

³⁴⁸ ANÔNIMA 2. *Ibidem*.

³⁴⁹ GULLAR, Ferreira. **Rabo de foguete**: os anos do exílio. Editora Renan. 1998. s/n

políticas, a clandestinidade, a sua saída do Brasil e todo o seu exílio, até o retorno ao Brasil no ano de 1977.

Segundo Solange Munhoz, a decisão de escrever uma autobiografia por parte de Ferreira Gullar foi “longamente ponderada, como demonstram as mais de duas décadas existentes” entre o convite das *Memórias do Exílio* e a publicação da sua obra³⁵⁰. Ademais, ela comenta que entre os motivos que o autor aponta com relação à ponderação estão as suas preocupações com os aspectos humanos e políticos e as próprias dificuldades em abordar as experiências negativas. Ou ainda, como hipótese de Solange Munhoz, a dificuldade de publicar acontecimentos considerados privados³⁵¹.

O poeta e escritor narra ao longo de seu livro suas idas e vindas, pelos mais diversos países, como a ex-União Soviética, Chile, Peru e Argentina³⁵². Ele deixou o Brasil sozinho ao partir para a União Soviética, lugar onde realizou um curso de formação marxista proporcionado e organizado pelo PCB³⁵³. Nesse período, ele se encontrou com a esposa, Thereza³⁵⁴, em Paris somente por alguns dias³⁵⁵. Depois de deixar a União Soviética, Gullar partiu para o Chile às vésperas do golpe neste país, onde também recebeu a visita da esposa e filhos. Ele conta que o casal teve uma longa conversa e “concluíram que seria uma insensatez trazer a família para um país que se encontra em estado de calamidade”³⁵⁶.

O golpe aconteceu e o reencontro familiar não. Por isso, Gullar partiu novamente para Buenos Aires. Em Buenos Aires, ele contou ter se reencontrado com Thereza para decidirem o que fazer da vida deles³⁵⁷. Ao fim, concluíram que deveriam ir ao Peru, já que essa era a

³⁵⁰ MUNHOZ, Solange. Na velocidade das Mudanças históricas em Rabo de foguete: os anos de exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 232.

³⁵¹ MUNHOZ, Solange. Ibidem. p. 232.

³⁵² GULLAR, Ferreira. Op. Cit.

³⁵³ GULLAR, Ferreira. Ibidem.

³⁵⁴ Tratava-se de Thereza Aragão, produtora e pesquisadora de música popular brasileira, que faleceu no ano de 1993. Conforme: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ferreira_gullar visitado dia 10/02/2016.

³⁵⁵ GULLAR, Ferreira. Ibidem. p. 115.

³⁵⁶ GULLAR, Ferreira. Ibidem. p. 156.

³⁵⁷ GULLAR, Ferreira. Ibidem. p. 190.

vontade dos filhos³⁵⁸ e Gullar considerava que era o momento de fazer alguma coisa para agradá-los³⁵⁹. Em outubro de 1973 chegou a Lima e dois meses depois a família chegou também³⁶⁰. Nesta cidade, passam pelas mais diversas dificuldades, como conseguir emprego, problemas familiares, depressão provocada pelo exílio³⁶¹, e a constatação de que todos haviam mudado muito³⁶². Por isso, decidiram se mudar mais uma vez e partiram para Buenos Aires.

Novamente, em Buenos Aires, com toda a família reunida, passaram por mais dificuldades por conta do desaparecimento de um dos filhos. Em 1975, a família então se separa fisicamente, Thereza retorna ao Brasil para tentar encontrar o filho, já que havia rumores de que ele tinha partido para cá, e o escritor permaneceu em Buenos Aires sozinho. Gullar, antes mesmo da Anistia, retornou ao Brasil, em 1977, e novo reencontro familiar acontece, terminando a saga de despedidas, encontros e reencontros da família do escritor, contadas aqui, a partir da sua construção do eu elaborada em formato de obra autobiográfica³⁶³.

De uma forma dinâmica, Thereza e a família, como um todo, foram afetados pelas relações de gênero e familiares por ir e voltar do exílio. Apesar disso, diferentemente das outras memórias masculinas que serão apresentadas em outro subtópico, Ferreira Gullar narrou sobre as vivências das idas e vindas da sua família, mesmo que não tenha fornecido muitos detalhes sobre algumas situações. A maneira diferenciada das demais ampliou a noção de masculinidade e ofereceu um pouco mais de pluralidade às pessoas que viviam aquele período, já que para ele não havia problemas em narrar sobre as vivências familiares com relação à temática.

Da mesma forma, Gullar, ao narrar sobre as idas e vindas da família em virtude do seu exílio, parece demonstrar como algo negativo o fato de ter influenciado a vida dos filhos/as. Inquietação que disse estar presente no momento em que refletiu sobre a escolha de deixar Buenos Aires e partir para o Peru, lugar que, segundo o escritor, diz ter sido escolhido pelos filhos/as, e que ele achou importante optar para agradá-los.

³⁵⁸ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 192.

³⁵⁹ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*.

³⁶⁰ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*.

³⁶¹ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 198-199

³⁶² GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 199

³⁶³ MUNHOZ, Solange. *Op. Cit.*

Apesar disso, cabe comentar que as memórias de Ferreira Gullar têm um distanciamento de quase 30 anos do momento vivido, o que faz considerar que, muito possivelmente, a sua compreensão realizada tardiamente no presente dos anos 90 interferiram nos elementos escolhido para a narrativa. Em outras palavras, as mudanças das relações de gênero acontecidas ao longo dessas décadas parecem ordenar e operar em suas memórias, e, em perspectiva, mesmo rompendo com o silêncio, Ferreira Gullar estava marcado por estes acontecimentos. Por isso, explicita possíveis escolhas, a presença da família, e o desejo de agradá-los (ainda que possa ser retrospectivo).

Por sua vez, Flávio Tavares narrou em suas *Memórias do esquecimento* – prêmio Jabuti de melhor reportagem em 2000 - os anos da ditadura, a prisão, a tortura (tanto no Brasil quanto no exílio), o banimento, entre tantas outras coisas. Tavares permaneceu no exílio durante 10 anos e dois meses, passando pelo México, Argentina, Uruguai e, por último, Portugal. Ele esperou 30 anos para contar as suas memórias, já que tendo tudo para contar, ele sempre quis esquecer³⁶⁴. A razão de sua demora de 30 anos, talvez, tenha ocorrido pelo fato de não querer contar sobre as torturas sofridas, que foram relatadas nas primeiras páginas.

No que tange a essa pesquisa, que se preocupa com a influência das relações de gênero e os laços conjugais com relação ao deslocamento do exílio, o assunto ficou impreciso na sua obra. Flávio Tavares relatou sobre um filho que teve durante o período que permaneceu no México³⁶⁵, a separação do casamento - que aconteceu durante o golpe na Argentina³⁶⁶ -, e a saudade da filha que deixou no Brasil³⁶⁷. Até uma foto do primeiro encontro entre o filho e a filha ele publicou no livro³⁶⁸. Mas, não contou se reencontrou a esposa no exílio, ou se a filha que permaneceu no Brasil estava com a mãe e/ou esposa; ou ainda se foi casado com a mãe da sua filha, e se o filho que teve no exílio foi com outra mulher. Tantas são as combinações que poderiam ser levantadas da situação vivida por ele, já que ele não narrou muita coisa a respeito.

³⁶⁴ TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo, Editora Globo, 1999. p. 11

³⁶⁵ TAVARES, Flávio. *Ibidem*. p. 240.

³⁶⁶ TAVARES, Flávio. *Ibidem*. p. 249.

³⁶⁷ TAVARES, Flávio. *Ibidem*. p. 238.

³⁶⁸ TAVARES, Flávio. *Ibidem* p. s/n.

Como visto até aqui, alguns homens partiram para os exílios acompanhados de suas respectivas esposas, reencontrando-as nos vários lugares de destino, ou, em alguns casos, não narrando sobre a influência que tiveram para que elas deixassem o Brasil (como será visto no subtópico abaixo). Mas, seria reducionista demais afirmar que isso foi uma constante, já que excluem as circunstâncias em que o casal era militante e saíram conjuntamente em função da resistência à ditadura militar e o momento que essas memórias são produzidas. Por isso, é importante ampliar o leque das experiências vividas por homens e mulheres com relação ao deslocamento para o exílio. Isso se dará com as situações que serão analisadas em seguida, relatadas por Sandra Iglesias Macedo e Loreta Valadares.

Sandra Iglesias Macedo militou em Porto Alegre no movimento estudantil no período em que frequentava o curso de Ciências Sociais na UFRGS, participando primeiro do Partido Comunista, depois no Partido Comunista do Brasil, na Ala Vermelha, e por último no Partido Operário Comunista. Sandra, juntamente com a família, se exilou no Chile, Argentina, Bélgica e França. Retornou ao Brasil depois da Lei de Anistia em 1979. Na Argentina, teve treinamento militar que foi retratado pelo filme *Diário de Uma Busca*, dirigido por Flávia Castro, sua filha³⁶⁹. Em sua entrevista, realizada no Rio de Janeiro para essa pesquisa, em abril de 2015, ela contou que:

De qualquer forma o meu marido, Celso Afonso Castro, que morreu em 1984, ele foi preso em 70, foi preso e... acabou sendo solto no dia seguinte, mas foi muito ameaçado, e o que na polícia disseram é que ele teria que se apresentar dois dias depois, quer dizer, no outro fim de semana, comigo para ser interrogada. Como nessa época já tava de novo, já tinham alguns companheiros, sobretudo, o pessoal que tinha saído do Rio Grande do Sul e mesmo no Rio Grande do Sul, mas não ligado ao movimento estudantil, mais ligado ao movimento operário, que estavam sendo presos e já estavam... a tortura já estava rolando. Aí nós resolvemos sair do Brasil, para ver o que rolava, o que é que acontecia. Então a gente saiu em 70, ficamos, saímos sem as crianças, as

³⁶⁹ DIÁRIO de uma Busca. Direção de Flávia Castro. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2010. P&B

crianças tinham 5 e 2 anos, deixamos com os meus sogros³⁷⁰.

Sandra narrou na entrevista, mediada por mim, a situação vivida pelo casal e lembrou que por conta da prisão, da obrigatoriedade do retorno e com o medo da tortura, o casal decidiu fugir e ficar um tempo no Uruguai. Tempo que confirmou a perseguição em virtude de suas militâncias políticas e, por isso, partiram para o Chile permanecendo até o golpe em 1973. Com relação às crianças, um mês após a chegada do casal a esse país, os sogros que ficaram com elas no momento da fuga, levaram-nas para o reencontro familiar³⁷¹.

Diferentemente das memórias apresentadas anteriormente, em que na maioria das vezes os homens são quem tinha sido perseguidos pela ditadura e as esposas saíram para acompanhá-los (não sendo muitas vezes consideradas como exiladas), nessa situação ambos militavam politicamente e foram perseguidos pela polícia em decorrência da sua militância. Apesar da prisão ter acontecido somente para o ex-marido de Sandra, a fuga se deu em função da militância dos dois e nenhum “levou” o/a companheiro/a ao exílio.

De forma semelhante encontra-se a autobiografia de Loreta Valadares, publicada em 2005 e denominada *Estilhaços: Em tempos de luta contra a ditadura*. Nesse livro, Loreta narrou sobre a sua família, o início da sua militância no Brasil, a clandestinidade, a prisão em Belo Horizonte, a tortura tanto dela quanto do marido, e o exílio conjunto. Ao longo da narrativa, ela sempre trouxe uma perspectiva feminista da cada experiência vivida a partir do tópico que ela criou e denominou “dos olhos de mulher”.

As memórias dela são interessantes, já que ela expõe que foi na militância política, como um espaço social, o local em que ela conheceu o seu então marido, casando-se e continuou a militância³⁷². Ambos militavam na Ação Popular e estavam começando a ingressar no PCdoB quando ‘decidem’ pela saída do país em 1973³⁷³. Segundo ela, agravavam-se os problemas cardíacos que teve em virtude da tortura

³⁷⁰ MACEDO, Sandra. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo da autora.

³⁷¹ MACEDO, Sandra. *Ibidem*.

³⁷² VALADARES, Loreta. **Estilhaços**: em tempos de lutar contra a ditadura. Salvador: Secretária da Cultura e Turismo, 2005.

³⁷³ VALADARES, Loreta. *Ibidem*. p. 120.

ocorrida em 1969, quando presa na cidade de Belo Horizonte³⁷⁴. Após a soltura da prisão, Loreta e o marido voltaram a militar e naquele momento a clandestinidade criava dificuldades para manter o tratamento que ela necessitava fazer. Por isso, ela contou que:

O Partido então decide enviar-nos para o exterior, onde teríamos tarefas de organização de movimentos de solidariedade à luta do povo brasileiro. Viajamos para Buenos Aires, em direção à Santiago do Chile, em setembro de 1973. O golpe impede a chegada ao nosso destino final. Ficamos em Buenos Aires, aonde permanecemos até o início de 1975, quando viajamos, como exilados políticos para Estocolmo, Suécia. Voltamos ao Brasil, com a Anistia, após sete anos no exílio.³⁷⁵

Por se tratar de uma autobiografia, muitas vezes Loreta cria uma narrativa coerente das situações vividas pelo casal. No entanto, isso não impede de perceber que Loreta e o marido então saíram para realizar tarefas partidárias no exterior, mas não conseguiram chegar ao seu destino final, que parecia ser Santiago. Nessa situação (muito parecida com a de Sandra Iglesias Macedo), o casal saiu de forma conjunta e isso se deu em virtude da militância de ambos, já que os dois viviam sob perseguição e estavam clandestinos no momento em que partiram do Brasil.

Ao longo do subtópico apresentei, a partir de dados estatísticos, o quanto os laços conjugais foram importantes e recaíram mais sobre as mulheres do que os homens, expus como a situação hierárquica incidia sobre as acompanhantes (que não eram consideradas exiladas e deveriam ser ‘salvas’), organizei algumas memórias que traziam (res)sentimentos sobre acompanhar os/as parceiros afetivos e suas importantes atividades, e sinalizei as situações dos casais que saíram porque ambos estavam sofrendo perseguições.

No entanto, as dinâmicas das diversas influências são complexas, já que as várias situações vividas são narradas de maneiras muito diferentes e são muitas as combinações que podem ser encontradas em

³⁷⁴ Sobre a prisão e a tortura vivida por Loreta Valadares e outras mulheres ver o livro: MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas**: uma história dos anos 60. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

³⁷⁵ VALADARES, Loreta. Op. Cit. p. 120-121.

cada vivência. Além daquelas apresentadas até aqui, tem-se ainda as memórias de Sonia, narrada também com somente o seu primeiro nome e do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, que contou:

Fiquei grávida absolutamente por acaso. Sempre tive problema com de atraso de menstruação. Na época mais negra da clandestinidade fui ver um médico que disse: pode parar de tomar pílula se quiser porque você tem ovários sei lá de que jeito... Me deu toda uma explicação científica e disse que seria muito difícil de eu ficar grávida. [...] Acontece que eu sempre quis ter filhos... seria extremamente doloroso abortar. [...]. Então a contradição era: fico ou não fico com o bebê. A posição da organização era a falta de infraestrutura. Mas a gente nessa época estava em crise com a organização. Não só eu e o meu companheiro, mas também outras pessoas. Não sei se a motivação pra sair do Brasil foi pela criança ou se foi por causa da crise da organização. De um lado já estava achando que as coisas não iam dar certo, do outro, eu tinha uma criança na barriga e estava muito a fim de ter esse filho³⁷⁶.

Sonia não diz o ano em que deixaram o país e também não deu muitos detalhes a respeito da organização da qual fazia parte. Todavia, explica que sofreram bastante, já que a organização os ajudou muito pouco e recomendou que não procurassem outros militantes no Chile, lugar do primeiro destino do casal³⁷⁷. Somente relatou que iniciou a sua militância no movimento estudantil, depois foi para a clandestinidade e deixou o Brasil depois de 1971³⁷⁸. A narrativa dela é muito interessante

³⁷⁶ Memórias Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 245.

³⁷⁷ Memórias Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 246.

³⁷⁸ Memórias Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. 244.

porque nela foi retratada que uma combinação de fatores, somando militância política e a nova situação do casal, foi determinante para a sua saída do Brasil.

Sonia talvez não seja a única exilada que viveu uma situação como esta. Muitos/as outros/as exilados/as também devem tê-la vivido. No entanto, para essa pesquisa, ela foi a única exilada encontrada que relatou de forma aberta e clara a respeito da situação vivida pelo casal que decidiu junto deixar o Brasil em função da soma de fatores que incluía a militância e a possibilidade de ter um filho. Sua narrativa foi realizada a partir do exílio em 1977, em um relato conjunto com Angelina, sobre as suas motivações de sair do Brasil e, talvez, tenha sido a contraposição da narrativa de sua colega de casa que a tenha instigado a falar mais abertamente a respeito. Em outras palavras, a oposição entre a sua vivência e de sua colega, com relação ao fato de terem saído do Brasil, fez com que ela desse mais detalhes e explicitasse a dinâmica na qual se encontrava.

Por último, sair e querer acompanhar o/a parceiro/a afetivo também pode ser considerado como uma ‘decisão’, posto que as motivações tidas a partir de sentimentos de afeto também estavam presentes nessas relações. Do mesmo modo que, em alguns casos, os laços não eram tão fortes, e a pessoa poderia também ‘escolher’ ficar no Brasil e tentar seguir a vida sozinha. Por isso, considero que muitas das vezes as motivações de acompanhar parceiro/a devem ser entendidas de formas inter-relacionais, em seus vários aspectos objetivos e subjetivos.

Nesse sentido, se relacionam questões como a perseguição direta da ditadura, com aspectos do cotidiano como manter o casamento, a existência de afeto pela pessoa exilada e o desejo (ou não) de partir junto. Além de pontos mais específicos, vistos neste subtópico, como estar grávida e ter problemas com a organização (como no caso de Sonia), e a influência direta dos laços conjugais (onde questões financeiras, afeto e sua manutenção, ausência da possibilidade real da separação, a falta de dinheiro para realizar a viagem para acompanhar o cônjuge, entre outras coisas que estavam presentes no cotidiano).

Todavia, mesmo considerando que estas questões estavam presentes, as memórias até aqui analisadas (exceto pela narrativa de Sonia) não trouxeram de forma explícita a saída do Brasil como uma escolha direta em virtude do afeto, mas sempre como consequência do casamento ou da militância. A única situação encontrada, em que a companheira relata ter saído em virtude de escolha devido à relação afetiva, foi a de Marisa Jordan, que se relacionava com Wilson Rosalino da Silveira.

No ano de 1975, Vilson Rosalino da Silveira era professor da Universidade Federal de Santa Catarina, quando da ocorrência da Operação Barriga Verde no estado catarinense. Ele militava no PCB e no MDB³⁷⁹ e, em função da Operação, fugiu a partir do Rio Grande do Sul na fronteira pelo Uruguai. Depois, exilou-se em Paris até 1979, quando saiu o decreto da Anistia. Vilson Rosalino contou, em entrevista realizada em abril de 2015 para essa pesquisa, que:

VR: Fui sozinho, daí fui, como te interessa pela questão do gênero...

ER: É isso que eu quero saber!

VR: [risos] Aí a minha namorada foi.

ER: Ela foi para te encontrar lá?

VR: É.

ER: E vocês passaram a morar juntos lá?

VR: Aí nós passamos a morar juntos um certo tempo. Não durou muito o nosso casamento, depois separamos. E ela foi... Ela continuou lá até um tempo, acho que chegou a fazer uma *maîtresse* em psicologia³⁸⁰.

Vilson Rosalino revelou em sua entrevista, a partir dos meus questionamentos, que, apesar de ter saído sozinho para o exílio, a namorada o encontrou em Paris. A fala do entrevistado sobre a namorada e o fato dela o ter acompanhado foi reduzido ao pequeno trecho supracitado e somente aconteceu em função da interlocução proporcionada pela entrevistadora, a partir da metodologia de história oral, que fabricou um pequeno diálogo a respeito. Cabe dizer que, do mesmo modo, o entrevistado não deu maiores detalhes sobre a separação e a convivência que tiveram durante o exílio.

Duas questões estavam presentes no processo de elaboração das memórias de Vilson Rosalino. Uma delas está atrelada ao fato de que ele não forneceu muitos detalhes, de um modo geral, em sua entrevista, justamente, porque o diálogo estabelecido entre entrevistado e

³⁷⁹ Uma prática comum de militantes do PCB, ao menos em Santa Catarina, era a de realizar uma militância legal dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao mesmo tempo em que militavam clandestinamente no Partido. Isso se deu justamente porque o PCB foi uma organização que defendia a luta dentro da legalidade e, conseqüentemente, a não participação na luta armada.

³⁸⁰ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 06/04/2015. Acervo do LEGH.

entrevistadora não foi muito fluído. A segunda questão é que por conta da distância temporal entre o que aconteceu e a sua construção narrativa, talvez, hoje (quase 40 anos após), a relação não tenha tanta importância afetiva, já que ela terminou durante aquele período e faz muitos anos que isso aconteceu.

A elucidação dessa situação se deu de forma mais satisfatória a partir do momento em que ouvi e interpelei Marisa Jordan, a ex-namorada de Vilson Rosalino. Marisa Jordan nasceu em 1950, fez parte do MDB em Florianópolis, onde, após iniciar a sua militância, conheceu Vilson Rosalino, com quem passou a namorar. Em 1976, após a deflagração da Operação Barriga Verde e a respectiva fuga de seu namorado, ela exilou-se em Paris para encontrá-lo. Em entrevista também realizada para essa pesquisa, Marisa conta sobre a situação vivida e a decisão de sair do país:

E... eu acho que quando eles foram presos a gente estava, quer dizer, na realidade até para... eu não fui obrigada para Paris, realmente eu fui bem [por] uma opção minha, porque a gente estava meio que falando em casar e se juntar, alguma coisa assim, quando eles foram presos. Então, na realidade o Vilson não foi [preso]. Enfim, foi em função disso a minha ida finalmente para lá.³⁸¹

Marisa não chegou a militar no PCB porque na época já havia a orientação para que participasse somente no MDB³⁸², apesar da Operação deflagrada, com várias prisões, mesmo conhecendo várias pessoas do Partido Comunista não contou ter sido interrogada, ameaçada de prisão e ou perdido seu emprego³⁸³. Nesse sentido, ela define de forma aberta que não foi obrigada a partir para Paris, mas que se tratou de uma opção dela a saída, tendo em vista a possibilidade da realização do casamento. Ademais, como relatado por ambos, após um período de aproximadamente um ano e meio vivendo juntos, o relacionamento se desfez. E mesmo com a possibilidade de retorno, Marisa Jordan permaneceu em Paris até meados de 79³⁸⁴ e retornou

³⁸¹ JORDAN, Marisa. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 31/03/2015. Acervo da autora.

³⁸² JORDAN, Marisa. Ibidem.

³⁸³ JORDAN, Marisa. Ibidem.

³⁸⁴ JORDAN, Marisa. Ibidem.

somente após concluir seus estudos na universidade em que frequentava³⁸⁵.

Cabe elucidar que Marisa Jordan não era casada com Wilson Rosalino e, por isso, ela considerava que a sua saída não estava pautada por uma questão direta de submissão ao casamento. Nesse sentido, explícita que tratava-se de uma escolha em função do desejo de manter uma relação afetiva, que ainda não havia sido institucionalizada, onde os laços afetivos influenciaram a decisão. A situação de Marisa Jordan é muito diferente das demais apresentadas no início do capítulo, uma vez que o casamento oficial ainda não existia. Além disso, Marisa já conhecia Paris antes de 1976 e, por isso, é possível pensar que a sua ida e a permanência em Paris (mesmo após o rompimento) não pode ser pensando como um desejo pré-estabelecido anteriormente que foi realizado, já que ela poderia ter ido com muita facilidade em qualquer outro momento.

Ao longo desse subtópico, e a partir dos depoimentos de livros autobiográficos de memórias e das entrevistas, pode-se afirmar que as mulheres (enquanto identidade de gênero construída) foram as mais marcadas pelos seus laços conjugais. Onde as relações de gênero, presentes, sobretudo, nos espaços de sociabilidades que viviam no Brasil, demarcaram as suas possibilidades. De certa forma, enquanto micro-poder, isso influenciou no processo ‘decisional’ do deslocamento para o exílio e foi determinante para que algumas mulheres acompanhassem os seus maridos. Ao mesmo tempo em que não foram os homens que saíram para acompanhar suas esposas, o que faz pensar que foram influenciados de forma muito menor, ou que não quiseram falar sobre o assunto, ou ainda porque nunca se consideraram como exilados.

Foram muito poucas as narrativas de homens que contemplaram a presença familiar durante o exílio. No entanto, como as masculinidades são plurais, algumas situações foram encontradas, como a de José Maria Rabêlo que pouco falou sobre a companheira e a considerou, juntamente com os/as filhos/as, como não exilada; Francisco Julião, que contou sobre a separação com a sua esposa e a nova esposa, e buscou justificar a sua ação em função de ideia de natureza masculina; e Ferreira Gullar, que apesar de poucos detalhes, entre encontros e reencontros, em um pequeno momento tenta realizar a vontade dos/as filhos/as por considerar que já os havia feito sofrer demais. Todavia, a diferença temporal existente entre estas três memórias, faz considerar que o fato

³⁸⁵ JORDAN, Marisa. *Ibidem*.

de Ferreira Gullar ter escrito suas memórias muito tempo depois fez com que este aspecto emergisse de forma mais notória.

No capítulo 1, elaborei uma discussão para pensar a categoria exílio como ampliada, já que dizer que são exilados/as somente os sujeitos que foram afetados diretamente pela sua militância política seria hierarquizar o exílio. Como visto, os/as próprios/as exilados/as assumiram uma categoria hierarquizada (com os/as “de baixo” e os/as “de cima”), que foi assinalada por uma masculinidade imputada, e que construiu subjetivamente uma forte divisão entre os/as parentes e os/as militantes. As memórias analisadas nesse capítulo também estão inseridas na classificação realizada pelos/as exilados/as, uma vez que ao se colocarem como acompanhantes estão se compreendendo como não exiladas. Por isso, eu quis demarcar a especificidade de algumas mulheres que acabam não sendo consideradas como exiladas, porque não tinham participação em militâncias políticas contra e de resistência à ditadura.

No entanto, seria um equívoco reduzir as mulheres somente a uma condição de subalternidade, já que tanto homens quanto mulheres tiveram participação ativa nas resistências contra a ditadura, mesmo que com proporções menores. Da mesma forma que, quando na situação de exiladas não por militâncias políticas, mas por laços conjugais, algumas mulheres tiveram participação ativa na realização de outras tarefas que foram de extrema importância para o exílio e a manutenção de suas vidas, como tomar conta dos filhos/as e se responsabilizar pela organização da mudança quando da já partida do marido (como no caso de Thereza Rabêlo, Eny e Elza Freire apresentadas neste tópico).

Os (res)sentimentos presentes nas memórias apresentados nesse tópico estavam atrelados à ausência de decisão com relação à saída do Brasil. Não estavam presentes em todas as memórias, mesmo quando as circunstâncias foram parecidas, o que faz considerar que isso tinha a ver com uma espécie de tomada de consciência com relação ao vivido. Esses (res)sentimentos também possuíam intensidades variadas, já que foram subjetivamente construídos e expressados nas narrativas.

Como as vivências do exílio são múltiplas, apesar de divididas aqui pela existência ou não dos laços conjugais, também apresentei algumas memórias em que se constatou a militância política e a ‘decisão’ conjunta de deixar o país em virtude de perseguição direta para alguns parceiros afetivos (como Loreta Valadares e Sandra Iglesias Macedo). Do mesmo modo, expus a situação em que sair para acompanhar o namorado foi uma tomada de decisão, que somados ao

distanciamento com o passado vivido parece ter feito com que as memórias não fossem permeadas por (res)sentimentos.

Por último, cabe lembrar que a ditadura foi um ato político, mas os deslocamentos ao exílio não podem ser medidos somente pelas agências políticas, porque um número considerável de pessoas deixou o país em virtude dos laços conjugais e de afetos. Todavia, a ideia de uma categoria de exílio ampliada, além de trazer as múltiplas vozes que deixaram o Brasil, proporciona outra dimensão do exílio de brasileiros/as da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1979), porque nessas múltiplas narrativas viu-se o entrelaçamento das relações de gênero existente no Brasil, os laços conjugais, os afetos, e a ditadura.

3.1.2. Desacompanhados/as e deslocamentos exilares

De acordo com as narrativas levantadas até aqui, no exílio muitos casais e famílias se reuniram, e foram as mulheres que mais partiram para o encontro familiar. Porém, vários livros de memórias e entrevistas aumentam a complexidade a respeito dos deslocamentos trazendo situações em que os sujeitos de exílio saíram sozinhos, deixando para trás família, amigos/as, filhos/as, e amores. Foram estas as situações contadas por José Barbora Monteiro com sua narrativa nas *Memórias do Exílio*, Fernando Gabeira no *Crepúsculo do Macho*, Alfredo Sirkis em *Roleta Chilena*, e nas entrevistas de Geronimo W. Machado, Carmem Maria Craidy, Elizabeth Vargas e Silva e Angela Muniz.

José Barbosa Monteiro era líder operário quando deixou o Brasil em 1969. Ele exilou-se em Genebra e Guiné-Bissau. Em suas memórias, também publicadas no livro *Memórias do Exílio*, ao falar sobre o casamento, contou que se casou por questões morais, já que havia tido relações sexuais com a então esposa, e sentiu-se na “obrigação de casar”³⁸⁶. No entanto, quando houve o exílio, José Barbosa Monteiro saiu sozinho e deixou a sua esposa e os/as filhos/as. Ele narrou que:

Quando cheguei ao exterior, passei dois anos sem ter outras relações, em parte devido à minha concepção meio política e meio religiosa da questão. Enquanto não pudesse botar tudo a limpo com minha mulher, achava que não tinha esse

³⁸⁶ Memórias de José Barbosa Monteiro. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.) Op. Cit. p. 125.

direito, mesmo que não esperasse nem quisesse que ela estivesse à minha espera. Há três anos, minha menina me escreveu dizendo que a mãe estava com outro homem, e isso a fazia sofrer muito. Respondi com uma longa carta, dizendo “Não, minha filha, isso não é ‘traição’ da sua mãe. Eu e ela já não temos mais condição de viver juntos, e o único ponto em comum entre nós são vocês. Mas o nosso afeto por vocês vai continuar, independente de que sua mãe tenha um amigo. Ela deve mesmo encontrar um bom companheiro, que a ajude na educação de vocês”.³⁸⁷

Antes dessa passagem, José Barbosa contou que já existia um distanciamento entre o casal, provocado, segundo ele, por conta das diferenças políticas³⁸⁸ que o envolveram quando estava no Brasil. Ao longo dessa curta passagem, denominada por ele de *Relação com a família*, pareceu-me que ele buscou explicar que a separação já estava em curso e que o exílio só a fortaleceu. José Barbosa deixou a sua família para trás em função do exílio. Ao refletir sobre a situação, explicou que mesmo passando dois anos distantes não teve nenhum outro relacionamento. Como visto, explicou ainda que sentiu que não tinha o direito de ter novos relacionamentos, já que a questão com a esposa não estava resolvida. Da mesma forma que considerou que ela não o esperava ou, ainda, que ele não quis que ela estivesse a sua espera.

Outra situação que é interessante levantar no que foi narrado por José Monteiro Barbosa diz respeito ao cruzamento da identidade de gênero e camada social da qual ele fazia parte. Conforme conta em suas memórias, o exilado era operário antes de se envolver com movimentos de resistência à ditadura, e, por isso, não tinha uma situação econômica muito boa. Mesmo assim, ele sempre se sentia responsável pelo sustento e manutenção da sua família³⁸⁹, atribuição essa construída como habitual à identidade de gênero masculina. Dessa forma, José Barbosa Monteiro, talvez, até gostaria de ter levado a família ao exílio e continuar se

³⁸⁷ Memórias de José Barbosa Monteiro. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.) Ibidem. p. 139.

³⁸⁸ Memórias de José Barbosa Monteiro. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.) Ibidem. p. 139.

³⁸⁹ Memórias de José Barbosa Monteiro. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.) Ibidem. p. 139

relacionando com a esposa. Mas, a sua condição social não permitiu e a partida ao exílio foi solitária.

Também foi escutado, ao longo da pesquisa de campo que alguns casais foram desfeitos em virtude da separação física, devido ao deslocamento do exílio. Muitos narraram que ao saírem do Brasil, alguns homens deixaram as suas esposas ou em outras situações algumas esposas não quiseram acompanhar os seus maridos, escolhendo permanecer no Brasil. Ademais, algumas crianças foram deixadas com avós e avôs maternos ou paternos em virtude da militância e, posterior, exílio. Infelizmente, para esta pesquisa, não foram encontrados muitos depoimentos de pessoas que viveram essa situação de forma a alargar a compressão. Desta forma o recorte dos sujeitos se restringiu somente aos adultos.

Nessa perspectiva, de pessoas que partiram para o exílio sozinho, Fernando Gabeira apresenta no livro *O Crepúsculo do Macho*, publicado em 1980, as suas experiências, desde a sua chegada na Argélia até o seu retorno ao Brasil após a Anistia³⁹⁰. Mas, o retorno em si é alvo de outro livro denominado *Entradas e Bandeiras*, que não será utilizado nessa pesquisa. Gabeira foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e teve participação no sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, que narrou na obra *O que é isso companheiro?*. Ele foi preso e banido em 1970, e contou que: “Fomos trocados pelo embaixador alemão, sequestrado numa rua de Santa Tereza, no Rio de Janeiro. Éramos quarenta pessoas paradas no Aeroporto de Argel, posando para fotógrafos de todo o mundo”³⁹¹.

Fernando Gabeira era jovem, tinha aproximadamente 29 anos, e não era casado (ou ao menos não contou nada a respeito) quando foi preso e banido. Saiu em um grupo de banidos/as, excluído e sem documento, mas desacompanhado. Ele certamente deixou para trás os seus familiares e não narrou nenhum reencontro no exílio. Além da Argélia, Gabeira passou por vários países, como Chile e Suécia (lugar em que viveu o maior tempo do seu exílio).

Alfredo Sirkis também era muito jovem quando deixou o Brasil. Tinha aproximadamente 21 anos, desde os 17 já militava no movimento estudantil e, posteriormente, na luta armada. Saiu legalmente (com seu passaporte) através do Aeroporto do Galeão³⁹², já que sua militância

³⁹⁰ GABEIRA, Fernando. **O crepúsculo do macho**: depoimento. 17. Rio de Janeiro (RJ): Codecri, 1981

³⁹¹ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 12

³⁹² SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.p. 351

havia sido em grande maioria clandestina, exceto pelos anos de 1967 até 1969 quando militou com o seu próprio nome no Movimento estudantil. Alfredo, para deixar o país, solicitou o seu desligamento da VPR³⁹³ e após autorização da organização³⁹⁴ partiu em 05 de maio de 1971³⁹⁵ com o intuito de continuar militando no exterior.

Alfredo Sirkis não era casado, ou pelo menos não contou nada a respeito, e em sua narrativa sobre a saída, só diz que enquanto estava no avião “havia um amontoado de gente acenando e à esquerda, junto ao muro, mamãe”³⁹⁶. Alfredo também deixou o Brasil sozinho, por sua militância e os problemas que estava enfrentando com relação a ela, deixando para trás sua família e exilando-se, primeiramente, no Chile e depois na Argentina, França e Portugal.

Tanto nas memórias de Fernando Gabeira quanto nas de Alfredo Sirkis, não foi narrado sobre o fato de saírem acompanhados de parceiras afetivas. Mas, com o desenrolar das narrativas e os relatos sobre as aventuras amorosas vividas por ambos, que serão analisadas no terceiro capítulo, deixam evidente que eram solteiros. Na situação de Fernando Gabeira, o deslocamento foi realizado por meio da própria ditadura brasileira, já que saiu banido e trocado pelo embaixador. Já Alfredo Sirkis saiu do Brasil por autoexílio, a partir de autorização da organização da qual fazia parte, levando consigo a marca do ‘desbunde’ narrado já no início da sua obra (e analisado no primeiro capítulo).

Cabe comentar que as obras autobiográficas desses dos dois exilados supracitados devem ser consideradas também como produções para a promoção de um marketing pessoal e de uma construção de ‘si’ positivada através dessas produções. Construção e marketing que conseguiram atingir seu êxito, uma vez que todas as obras escritas e publicadas por eles atingiram uma alta quantidade de edições, um reconhecimento muito alto e, hoje, são facilmente lembrados como produções importantes sobre o período.

Outro exilado que saiu sozinho foi Geronimo W. Machado. Geronimo deixou o Brasil através de bolsa de estudos, com passagem aérea paga pelo governo francês e através do aeroporto do Rio de

³⁹³ SIRKIS, Alfredo. *Ibidem*. p. 332

³⁹⁴ Alfredo Sirkis também publicou na sua autobiografia a carta que recebeu de Carlos Lamarca para poder deixar o país de forma tranquila. SIRKIS, Alfredo. *Ibidem* p. 351

³⁹⁵ SIRKIS, Alfredo. *Ibidem*. p. 354

³⁹⁶ SIRKIS, Alfredo. *Ibidem*. p. 354

Janeiro³⁹⁷. Em entrevista concedida para essa pesquisa, em março de 2015, ao ser perguntado se estava casado e/ou com quem ele morava, Geronimo narrou que:

GM: Aqui minha filha depois as coisas vão se aclarando [risos]

ER: [risos].

GM: Mas eu sempre fiz umas estripulias viu. [risos]

ER: [risos]

GM: A rigor, a rigor, quando eu saí daqui eu não era casado com ninguém, mas eu já tinha três filhos.

ER: Três filhos.

GM: Com três mães diferentes. Olha... [risos]

ER: [risos]

GM: Aí quando eu cheguei em Paris, um tempo depois, eu tinha ficado noivo, com uma pessoa aqui e tal, mas também não deu nada certo. E quando eu cheguei em Paris ela manda me avisar que estava grávida. Tu vê só, mais um. Quer dizer, teoricamente, eu tenho quatro filhos e é tudo dessa época. De modo que quando eu cheguei em Paris, quer dizer, legalmente eu estava solteiro, sozinho, aí cheguei em Paris e tal, aí vou me virar lá, vou fazer as minhas coisas lá, vou estudar na verdade.³⁹⁸

Geronimo ainda contou que deixou os/as filhos com as mães e que no período em que estava no exterior não teve condições de ajudá-los. Mas, que “na medida em que fez possibilidades”³⁹⁹ foi tentando contribuir. Ele saiu sozinho e deixou para trás sua família e as ex-namoradas com os/as filhas/os. Saiu sozinho e não assumiu a responsabilidade com as crianças e também não se sentiu culpado ou com qualquer (res)sentimento por ter deixado a família, a noiva, ou os/as filhos/as. Geronimo seguiu a vida, permanecendo em Paris até 1978, quando do término da bolsa de estudos e do retorno ao Brasil⁴⁰⁰.

³⁹⁷ MACHADO, Geronimo W. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 17/03/2015. Acervo do LEGH.

³⁹⁸ MACHADO, Geronimo W. Ibidem.

³⁹⁹ MACHADO, Geronimo W. Ibidem.

⁴⁰⁰ MACHADO, Geronimo W. Ibidem.

O fato de ter deixado para trás as crianças pode ser considerado com um indicativo das relações de gênero construídas na época, já que como um sujeito identificado como masculino (em seu não-dito) parece encontrar-se que não cabia a ele a responsabilidade das crianças e, por isso, pôde deixar o Brasil sem maiores problemas. Foi a prescrição de uma masculinidade que fez com que Geronimo se exilasse de forma tranquila e, na sua narrativa, mesmo mediada por mim, nesse momento da entrevista (já que em outro ele expôs um pouco os dilemas que viveu por conta disso) contou a situação de ter se exilado e deixado quatro crianças para trás sem maiores perturbações.

Mesmo não sendo casado, mais uma vez a questão da instituição do casamento estava presente. Enquanto outros se sentiam responsáveis pelos seus familiares por serem casados, Geronimo não se sentia na obrigação com a família, talvez, porque eram apenas namorados. O fato de ser um sujeito masculino se relaciona ao se identificar como solteiro e como tal não possuir responsabilidades com relação às crianças. Por isso, na situação dele, a instituição casamento não delimitou as responsabilidades e os laços afetivos com os/as filhos/as.

As entrevistas de Carmem Maria Craidy, Elizabeth de Vargas e Silva, Vilson Rosalino da Silveira e Angela Muniz, realizadas para essa pesquisa, também se aproximam nesse aspecto. Todas (exceto por Vilson Rosalino que era do PCB) militavam em organizações da ‘nova esquerda’, eram da geração de 68 e deixaram o país por conta da militância política e a repressão vivida: Carmem Maria Craidy por militância e apoio a sujeitos que estavam clandestinos; Elizabeth de Vargas e Silva por sentir que estavam cada vez mais perto de prendê-la; Angela Muniz depois da prisão e tortura; e Vilson Rosalino fugindo da Operação Barriga Verde. Apesar de terem envolvimento afetivos, saíram sozinhos/as do Brasil. São memórias aqui utilizadas de forma a aumentar a complexidade com relação às saídas.

Carmem Maria Craidy militava desde os 14 anos⁴⁰¹, tendo integrado os movimentos de juventude ligados à Igreja Católica. Após sua militância na JUC e na AP, se mudou de Ijuí, interior do Rio Grande do Sul, para São Paulo⁴⁰², onde passou a participar do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT)⁴⁰³. Quando teve que deixar o Brasil morava na cidade de São Paulo, com mais duas amigas, onde

⁴⁰¹ CRAIDY, Carmem Maria. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo do LEGH.

⁴⁰² CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴⁰³ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

acolhiam muitas pessoas clandestinas (uma espécie de grupo de apoio), tendo um emprego legal na Editora Abril até 1969⁴⁰⁴.

Com a prisão de uma amiga, entrou em contato com algumas pessoas da luta armada para tentar tirá-la a partir de algum sequestro que viesse a ser realizado⁴⁰⁵. Na tentativa de prender o grupo de luta armada que ela contactou, Carmem passou a ser procurada pela polícia para que entregasse os contatos dessa organização⁴⁰⁶. Por isso, fugiu de São Paulo para Porto Alegre em 1969⁴⁰⁷, onde se escondeu na casa da irmã⁴⁰⁸ por um tempo até sair pela fronteira com o Uruguai⁴⁰⁹. Sobre a passagem da fuga de Porto Alegre pela fronteira, realizada de forma clandestina, ela contou que:

Bom, daí eu fiquei 40 dias nessa situação até que meu cunhado, meu então cunhado, foi me levar no Uruguai no carro dele, na época não tinha ditadura no Uruguai. Ele saiu da casa com a minha irmã dizendo que ia... ia passear, que ia fazer uma viagem de turismo no Uruguai. A minha irmã ficou na casa de uns amigos escondida e eu fui com os documentos dela, que ela tinha mudado de nome quando casou. Aí eu fui com [o] marido dela e com os documentos dela. [...] Aí eu fui para... meu cunhado me levou com os documentos da minha irmã, passamos fácil na fronteira porque era carro de Porto Alegre, na época trânsito era muito fácil com o Uruguai. E eu com os documentos da minha irmã, eu nem saí do carro, meu cunhado saiu mostrou os documentos dele e da esposa que estava no carro e entramos no Uruguai.⁴¹⁰

Carmem saiu do Brasil em junho de 1971, exilando-se na França e, posteriormente, em Moçambique. Somente retornou ao Brasil em

⁴⁰⁴ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴⁰⁵ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴⁰⁶ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴⁰⁷ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴⁰⁸ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴⁰⁹ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴¹⁰ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

janeiro de 1979⁴¹¹. Sua saída se deu de forma clandestina em função da perseguição que estava sofrendo e na qual utilizou de sua identidade de gênero para facilitar a fuga. Saiu fingindo ser a irmã, em uma situação em que jogou com o fato de que, era muito comum, mulheres acompanharem seus maridos e que eram eles os responsáveis por apresentar a documentação necessária para a travessia da fronteira. Carmem utilizou-se dos jogos de gênero para facilitar a sua saída⁴¹².

Carmem Craidy, ainda sobre essa passagem, contou que “era um carro de Porto Alegre, um advogado, com a esposa, passeando no Uruguai, não tinha ditadura no Uruguai, a coisa passou fácil”⁴¹³. Ao escutar a narrativa de Carmem, percebe-se o cruzamento de gênero e camada social, da qual fingia fazer parte, utilizada como forma de facilitar ainda mais no jogo de gênero de sua saída. O fato de ela estar em um carro, fingindo ser a esposa de um advogado atravessando a fronteira foi um mecanismo facilitador da sua saída, garantido pela instrumentalização do gênero e a condição social de forma simultânea.

Por último, ao sair para o exterior, ela ainda lembrou que se sentiu muito arrasada por ter deixado o ex-noivo, que estava preso e com quem tinha reatado⁴¹⁴. Segundo ela “eu não queria deixá-lo de jeito nenhum, porque ele estava preso e eu era muito ligada a ele, sofri muito com isso e, fui para o exterior, muito arrasada. Mais arrasada por deixá-lo preso do que por ir para o exterior”⁴¹⁵. Carmem saiu sozinha e não se reencontrou com o noivo no exterior, mas como tantos outros/as

⁴¹¹ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴¹² Cabe comentar que os jogos de gênero não fizeram parte somente das saídas clandestinas do Brasil, mas, também, de todo o aparato performático da clandestinidade, conforme pode ser visto em: PEDRO, Joana Maria; ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. *Relações de Gênero na Clandestinidade no Cone Sul (1960-1990)*. In: Congrès “Femmes dans les Amériques” – Aix – Marseille Université - França, Dezembro, 2013; PEDRO, Joana Maria. *La question du genre dans la clandestinité au Brésil (1960-1980): usages et mémoires*. Texto apresentado no COLLOQUE INTERNATIONAL 1964: LA DICTATURE BRÉSILIENNE ET SON LEGS - Paris, 11-13 juin 2014 - EHESS – BROWN UNIVERSITY; e PEDRO, Joana Maria; SANTOS, Musa. *Os usos do gênero na clandestinidade do Brasil*. In: *Anais do XV Encontro Estadual de História da ANPUH-SC – Florianópolis, 11 a 14 de agosto de 2014 – UFSC*.

⁴¹³ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴¹⁴ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁴¹⁵ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

exilados/as ela queria ficar; não para continuar a lutar, contudo, mas para continuar a relação de afeto que foi rompida por conta do exílio.

De forma parecida, a narrativa de Carmem Craidy encontra-se a de Elizabeth de Vargas e Silva. Elizabeth Vargas nasceu no Rio Grande do Sul e iniciou a sua militância no movimento estudantil em Porto Alegre junto ao Partido Operário Comunista (POC). Posteriormente, mudou-se para São Paulo onde passou a militar clandestinamente ainda na mesma organização. Elizabeth Vargas contou que quando se deu o início da sua militância, ela também começou a namorar um companheiro da mesma organização. A relação com o companheiro e a militância se misturava em seu cotidiano, apesar de relatar que o casal atuava em bases diferentes⁴¹⁶.

Elizabeth narrou em sua entrevista que achava que a situação estava se complicando cada vez mais e, por isso, disse que começou a “encher o saco, porque eu achava que tinha que dar um tempo ‘estão cada vez chegando mais perto e não temos dinheiro, infra-estrutura, não somos daqui, estamos em outro território’”⁴¹⁷. Depois de um tempo, segundo ela, finalmente concordaram com a sua saída, sem ser expulsa da organização (que era uma prática muito comum aos considerados ‘desbundados’), mas desde que ela ‘se virasse’⁴¹⁸, isto é, organizasse a sua saída e com o seu próprio dinheiro.

Após a decisão a sair, Elizabeth Vargas partiu escondida para Porto Alegre com um documento falso e de lá deixou o Brasil sozinha em maio de 1971⁴¹⁹. Sobre a sua saída de forma clandestina, ela contou que:

Aí meu pai descolou um amigo caminhoneiro, que tinha um caminhão que levava... Um caminhão imenso, daqueles gigantesco. Ele saía de não sei onde atravessada a fronteira em Uruguiana e o cara topou me levar eu e uma outra. Junto comigo saiu uma outra gaúcha também, América que cujo o marido estava, veio, acho que eles era casados inclusive. Ela quis sair também. Saímos. Fomos para Porto Alegre de lá a gente tomou um ônibus até Uruguiana. Encontramos o cara no posto de

⁴¹⁶ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 07/04/2015. Acervo do LEGH.

⁴¹⁷ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

⁴¹⁸ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

⁴¹⁹ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

gasolina lá. E como ele entrava e saía, ele conhecia os guardas da fronteira, então, ter mulher no caminhão era comum. Então, ele tinha um trato lá com a polícia, ele nos deixou na Rodoviária de Paso de los Libres. A gente tomou um ônibus e fomos para Buenos Aires⁴²⁰.

Elizabeth Vargas também saiu pela fronteira do Rio Grande do Sul, mas por Uruguaiana, através da Argentina e com destino ao Chile. Do mesmo modo que Carmem Craidy, ela se utilizou da sua identidade de gênero para viajar (um pequeno trecho) juntamente com um caminhoneiro e atravessou facilmente a fronteira. Elizabeth narrou que ela e sua amiga jogaram com suas identidades de gênero e interpretaram serem acompanhantes de um caminhoneiro, muito provavelmente fingindo ser prostitutas, já que parecia ser uma prática muito comum naquele momento e circunstância.

Apesar de ter saído sem o seu companheiro, Elizabeth Vargas, quando no Chile, recebeu a notícia de que ele havia sido preso⁴²¹ e o reencontrou após a sua soltura e, respectiva, ida a esse mesmo país. Com o golpe em 1973, do Chile, Elizabeth Vargas foi para a Suíça aonde conseguiu asilo político⁴²². Frequentou a universidade, e passou a ser representante do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria Chileno* (MIR)⁴²³. Em 1975, mudou-se para Paris, onde continuou militando no MIR e passou a ter um maior envolvimento com o movimento feminista, assunto esse que marcou a sua vida e toda a perspectiva da sua entrevista⁴²⁴.

As narrativas de Carmem Maria Craidy e de Elizabeth de Vargas e Silva fazem pensar de que maneira essas mulheres, que viajavam sozinhas (rompendo muitas vezes os padrões comportamentais da época), instrumentalizaram suas identidades de gênero para facilitar sua saída do Brasil. Tanto Carmem como Elizabeth jogaram com as interpretações das atribuições de gênero e conseguiram, a partir de suas encenações, ganhar a pequena batalha contra a ditadura a partir do momento que conseguiram realizar suas respectivas fugas clandestinas. No entanto, também reforçaram padrões comportamentais e exibiram práticas discursivas ligadas as suas identidades de gênero.

⁴²⁰ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

⁴²¹ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

⁴²² SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

⁴²³ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

⁴²⁴ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

Vilson Rosalino da Silveira também saiu pela fronteira física entre Uruguai e Brasil. Apesar de se reencontrar no exterior com a sua namorada, a travessia pela fronteira e a entrada no país em que transitou até chegar ao destino final (que foi a França) se deu sozinho⁴²⁵. Vilson contou que, quando saiu fugindo da Operação Barriga Verde⁴²⁶, ele permaneceu um mês em Porto Alegre e, depois, com um esquema dos gaúchos saiu através do Uruguai⁴²⁷. Ele narrou:

[...] os gaúchos tinham um esqueminha, porque eles tinham, para tirar a gente do Brasil quando precisassem, como eles estavam mais próximos do Uruguai, e tinham uns figurões ali no Uruguai, como o Jango, umas figuras mais... eles tinham um pouco mais de... de... esquema. Depois que deles me guardaram um tempo, e que decidimos que eu ia sair, daí eles me puseram em um ônibus, eu tinha que ir em um ônibus meio pinga-pinga assim, até passava por Santa Maria, em Santa Maria pegava um outro ônibus para ir até Santa Vitória do Palmar que é a cidadezinha brasileira antes do Chuí. Chuí no Uruguai e Santa Vitória do Palmar no Brasil. E eu tinha que chegar lá, alguém ia me esperar, que eu não conhecia, um senhorzinho que deram um apelido para ele, muito simpático, chapeuzinho [inaudível], enfim. Eu desci do ônibus ainda meio assustado ainda, a viagem durou o dia inteiro, de Porto Alegre até lá na... cheguei no final da tarde, saí de manhã de Porto Alegre e cheguei no final da tarde lá em Santa Vitória do Palmar no Chuí. Aí esse senhorzinho me perguntou quem eu era, eu tinha um apelido, não sei qual eu usei agora, ele tinha um, “ah, então somos nós”. Me pôs em um táxi, botei a minha maletinha no táxi, quando dei umas voltas lá, daí ele tinha esquema com o motorista lá “pega, pega pela praia”. Ele vai pela praia, quando chega perto do rio ali onde faz a divisa,

⁴²⁵ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. Op. Cit.

⁴²⁶ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. *Ibidem*.

⁴²⁷ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. *Ibidem*.

ele pede para o taxista acelerar, pega ponte, passa para o outro lado, me deixa do lado Uruguai⁴²⁸.

Apesar de já terem um esquema mais organizado pelo PCB do qual Vilson usufruiu, o interessante de sua narrativa é que ele não necessitou encenar ou jogar com sua identidade de gênero, mesmo transitando pelo mesmo espaço que foi narrado por Carmem Craidy. Certamente, o esquema facilitou muito a sua saída. No entanto, esse mesmo esquema não se pautava em um reforço de sua identidade de gênero como nas saídas de Carmem e Elizabeth. É provável, já que muitas vezes o masculino é considerado como universal, que Vilson não precisasse reformar padrões comportamentais para atravessar a fronteira sozinho, uma vez que um sujeito de identidade de gênero masculino desacompanhando na travessia da fronteira, talvez, não chamasse tanta atenção.

Por último, apresento ainda a entrevista de Angela Muniz. Ela contou que conheceu o seu atual marido⁴²⁹ quando tinha 14⁴³⁰ e, aos 18 anos⁴³¹, entrou na política militando, primeiramente, no movimento estudantil e, depois, no MR-8⁴³². Em 1971, quando estava com 24 anos, foi presa por dez meses e barbaramente torturada⁴³³. Saiu da prisão em 1972 e pouco depois conseguiu fugir para o Chile onde se reencontrou com o seu marido, que já a esperava nesse país e que havia saído antes com os que sobreviveram àquele momento⁴³⁴. Com o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende no Chile, Ângela e o marido obrigaram-se a se exilar em um novo país, a França⁴³⁵.

Ângela não deu muitas informações sobre a saída do Brasil. Suas poucas falas a respeito enfatizam que saiu sozinha e com documentos que uma pessoa, muito parecida com ela, emprestou⁴³⁶. Em virtude disso, ainda segundo ela, teve que cortar os cabelos no ombro para se

⁴²⁸ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. *Ibidem*.

⁴²⁹ Tratava-se de Carlos Alberto Muniz, militante do movimento estudantil no Rio de Janeiro e do MR-8.

⁴³⁰ MUNIZ, Ângela. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo do LEGH.

⁴³¹ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

⁴³² MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

⁴³³ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

⁴³⁴ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

⁴³⁵ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

⁴³⁶ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

parecer com a foto⁴³⁷ e saiu em um ônibus, com dinheiro - ajuda financeira - de sua família e do seu sogro, com destino à Argentina e, depois, ao Chile⁴³⁸. Ângela também instrumentalizou com o seu corpo para fingir ser outrem e sair tranquilamente do país.

Apesar de Ângela ter contado que iniciou a sua militância em decorrência do namoro, ambos militavam e, por forte perseguição, deixaram o Brasil. Saiu sozinha, após a tortura, para reencontrar o marido que já havia fugido para o exterior. A situação de Ângela parece um pouco distinta de todas até aqui apresentadas, já que pareceu não ter sido menos influenciada por relações de gênero e laços conjugais para deixar o país. No entanto, sua narrativa, mesmo realizada através da entrevista de história oral, não teve muitos detalhes, o que deixou a sensação de que certas temáticas e vivências não estavam muito presentes.

Um aspecto importante que se percebe nessas situações dos exilados/as que deixaram o Brasil sozinhos é que estes acabaram não sendo influenciados pelos laços conjugais como motivadores para a saída do Brasil. Da mesma forma que o reencontro familiar no exílio se deu somente por companheiros que também se encontravam na mesma situação de perseguição direta. Mas de outras maneiras as relações de gênero, de afeto e familiar se mostraram presentes nos relatos, já que foram deixadas no Brasil pessoas queridas e houve rompimentos em função do deslocamento exilar.

Nesse sentido, foi interessante perceber que Carmem Craidy e Elizabeth Vargas jogaram com o gênero para deixar o Brasil. Encenaram com a ideia de normalidade de sujeitos femininos serem acompanhantes (quer seja acompanhante do marido ou como prostituta), fortalecendo modelos tradicionais, mas se utilizando da instrumentalização de suas identidades para obter o que necessitavam naquele momento. Por outro lado, Vilson Rosalino que saiu pelo mesmo local, não necessitou utilizar-se desses mecanismos, já que estava resguardado pelo PCB, que por sua vez não precisou utilizar-se de reforços de gênero para atravessar a fronteira.

Ao longo dos dois subtópicos foram vistos vários depoimentos, organizados e selecionados a partir do corpus dessa pesquisa, que foram construídos a partir de versões do passado elaboradas por cada um/a dos exilados/as em suas autobiografias e entrevistas. Apesar de fontes muito diferentes, já que nas entrevistas o resultado é a interação entre a

⁴³⁷ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

⁴³⁸ MUNIZ, Ângela. *Ibidem*.

historiadora e as entrevistados/as⁴³⁹, as memórias foram vistas aqui, a partir das explicações dadas por Alessandro Portelli, como um “processo individual que ocorre em um meio social e dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”⁴⁴⁰.

Por isso, foi considerado como processo individual a partir de duas formas: a primeira como memórias de múltiplas experiências vividas nos deslocamentos exilares; e a segunda como as diferentes maneiras de cada sujeito em relatar sobre suas vivências (que ainda será objeto de análise dos próximos subtópicos). Já, no que diz respeito ao meio social, foi interpretado a partir da mediação por diferentes grupos geracionais de exílio, pela constatação de questões contextuais ligadas a ambiguidade do momento, onde novos e velhos comportamentos coexistiam, com as semelhanças existentes entre algumas experiências e as dinâmicas atreladas a elas.

As memórias são um material produzido, filtrado, e selecionado⁴⁴¹, e por isso o dito e o não-dito nas memórias também devem ser instrumentos de análise, principalmente, tendo em vista que muitas pessoas não falaram nada sobre os laços conjugais e influência familiar (conforme pode ser vistos nas Tabelas 1 e 2) Assim, no próximos subtópicos será discutido sobre os silêncios nas memórias a respeito dessa temática e o (res)sentimento de culpa a respeito dos deslocamentos exilares e as relações de gênero. A minha perspectiva parte da ideia de que existem nas memórias alguns silêncios e eles devem ser analisados, de forma oposto ao que foi sinalizado por Alessandro Portelli em Civitella onde o indizível foi dito⁴⁴².

3.1.3 Deslocamentos e (res)sentimentos de culpa

Ao ler os livros de memórias publicadas e ao realizar as entrevistas para esta pesquisa, uma coisa que chamou muito atenção foram os sentimentos sinalizados no dito e o não-dito a respeito de

⁴³⁹ PORTELLI, Alessandro. Conferências: Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História**, v. 15, p. 13-49, 1997.

⁴⁴⁰ PORTELLI, Alessandro. *Ibidem*. p. 16

⁴⁴¹ POLLAK, Michel. *Op. Cit.*

⁴⁴² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

determinados assuntos. Como esse capítulo se preocupa com os deslocamentos e as chegadas, este subtópico tem como objetivo analisar, a partir dos relatos, os (res)sentimentos de culpa, por parte dos homens e mulheres que narraram sobre o fato de terem decidido/levado os seus companheiros e familiares ao exílio. Por se tratar de memórias, a pergunta que norteia esse subtópico foi levantada por Pierre Ansart no texto *História e Memória dos Ressentimentos*: “Que memória conserva o indivíduo dos seus próprios ressentimentos?”⁴⁴³. Mas, para além dessa pergunta pensar que construção cultural faz com que determinados sujeitos se sintam culpados e, por sua vez, relatem os seus (res)sentimentos em suas memórias com relação à saída do Brasil?

O termo (res)sentimento de culpa criado aqui é a reunião de duas palavras a partir de uma leitura do que foi expresso nas memórias. A partir do ressentir-se do passado vivido, no momento da elaboração das memórias, sentimentos de culpa emergiram em algumas situações. Nesse sentido, como já citado, (res)sentir é um importante elemento, presente nas memórias dos sujeitos de exilados que a partir da sua constituição no presente vivido acabaram se manifestando. Como visto, anteriormente, o (res)sentimento esteve presente na memórias das mulheres que não se sentiram agentes de suas vidas. Já, neste subtópico ele encontra-se associado a uma ideia de culpa. A culpa é pensada aqui não como algo patológico, a partir da psicologia freudiana (um dos principais estudiosos deste sentimento), mas como algo histórico, datado em função do tempo vivido e da construção (espontânea ou não) de memórias aqui analisadas. A expressão desse sentimento é importante, uma vez que ocupa um lugar fundamental na vida individual e coletiva e existe em função da formação cultural das sociedades, que por sua vez, está relacionando a um tempo⁴⁴⁴.

Como visto nos tópicos anteriores, os laços conjugais foram determinantes para que várias mulheres deixassem o Brasil em função das militâncias políticas de seus companheiros. Esta situação fez com algumas delas (muitas vezes em virtude de questionamentos que tiveram em função do contato com o feminismo) percebessem as suas situações e ressentissem a ausência de agência ligada a saída do Brasil. Além, de explicitar a existência de uma hierarquia exilar, que colocava estas mesmas mulheres abaixo na escala exilar, também foi explicitado a

⁴⁴³ ANSART, Pierre. Op. Cit. p. 30.

⁴⁴⁴ Conforme: PORTELLI, Alessandro. Op. Cit. e GELLIS, André; HAMUD, Maria Isabel Lima. Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente. *Psicol. Usp*, São Paulo, v. 22, n. 3, p.635-653, Jun/2011.

ambiguidade em que novos e velhos comportamentos (com suas atribuições ligadas ao gênero) estavam presentes no período. Neste contexto de contrastes, outra forma de (res)sentimento também foi expresso nas memórias, que foi a noção de culpa.

Por isso, a partir dos ditos e não-ditos nas memórias, com relação a este período vivido, pode-se pensar que as formas de elaborar discursivamente os relatos sobre exílio estão atreladas às construções de masculinidades e feminilidades vividas por estes sujeitos. Com as situações de José Maria Rabello, Francisco Julião, Vânia, Ferreira Gullar, e Anônima 3, é possível visualizar o que parecia mais aceito (em relação as atribuições ligadas ao gênero) com relação o deslocamento do exílio e a construção das memórias desses sujeitos.

No livro *Memórias do Exílio*, como já previamente comentado, as únicas narrativas encontradas que expressaram sobre a companhia de suas respectivas esposas e familiares foram de José Maria Rabêlo e Francisco Julião. No entanto, o fato de terem ocasionado a saída do Brasil de suas companheiras não foi objeto de (res)sentimentos de culpa, ou ainda, não foi relatado nada a respeito, já que poderiam ter havido esses sentimentos, mas preferiram não narrarem a respeito. O fato de alguns não relatarem seus (res)sentimentos, não significa que a sentimentos não existiram, mas apenas que algumas pessoas não expressaram (ou não conseguiram expressar) melhor esta dor com relação a influenciar a vida de outrem.

No caso de Ferreira Gullar, narrado em *Rabo de Foguete*, o (res)sentimento também não está presente. Gullar deixou o Brasil e a família em 1964, e enquanto estava no exílio a sua esposa e filhos foram encontrá-lo: a esposa encontra-o em Paris, Santiago, Buenos Aires e Lima; e as crianças somente em alguns lugares como Buenos Aires e Lima⁴⁴⁵. Em nenhum momento, ele relatou qualquer (re) sentimento de culpa pelo deslocamento familiar. Apesar de demonstrar sempre saudade da esposa e filhos e explicar que a mudança para Lima era vontade dos filhos, já que “era hora de fazer alguma coisa que agradasse a eles”⁴⁴⁶.

A narrativa de Gullar é um pouco diferente por isso. Ele não apresentou de modo direto nenhum (res)sentimento com relação a sua esposa e filhos, mas, muito possivelmente, agradar os/as filhos/as e escolher como lugar de exílio o Peru (um lugar que sequer era destino de brasileiros/as naquele período) foi uma tentativa de reparar algum

⁴⁴⁵ GULLAR, Ferreira. Op. Cit.

⁴⁴⁶ GULLAR, Ferreira. Ibidem. p. 192.

tipo de (res)sentimento, que talvez, o assolava. Sair de Buenos Aires com destino a Lima, mesmo quando não-dito, se tratar de um (res)sentimento de culpa e foi uma atitude mediada pelo desejo de agradar o que parecia estar desagradado.

Gullar se diferencia das demais narrativas, porque mesmo marcado por uma masculinidade construída e pelas tomadas de decisão familiar, nesse momento, parece tentar negociá-las. No entanto, diferentemente das duas falas retiradas do livro *Memórias do Exílio*, a construção de sua narrativa a respeito da sua influência no exílio da família se deu muito tempo depois do momento vivido. Este fato pode ter pesado na busca em querer contar sobre a situação vivida enquanto uma forma de reparar as dores que causou aos seus filhos/as e esposa.

No livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, por outro lado, só foi possível encontrar um relato que diz ter ‘decidido’ sobre a saída para o exílio e levado o marido, que é o de Vânia, com apenas o seu primeiro nome. Vânia e seu marido eram militantes de uma organização da qual não cita o nome. Exilaram-se, primeiramente, no Chile e, posteriormente, de forma separada para outro país que não mencionou. No seu relato, ela fala que a decisão final de sair foi dela, porque “estava muito assustada...”⁴⁴⁷. Vânia, a respeito da decisão de sair, contou que:

Na verdade, vem quem quer, mas você analisa, não lembra que não botou nenhum revolver em cima de ninguém. Eu disse: vou embora, e é claro que queria que meu companheiro viesse comigo. Mas eu dizia: você quer ficar, você fica, eu estou doente, estou isso e aquilo, mas tenho condições de sair. Ele nunca me dizia ‘você foi culpada’. Mas pros outros dizia: ‘ela estava doente e eu vim trazê-la’, quer dizer, ele não ‘desbundou’, quem ‘desbundou’ fui eu.⁴⁴⁸

Vânia pareceu conservar muita dor dos sentimentos vividos pela ‘decisão’ de sair. Ela narrou que de fato foi dela a vontade de sair, pois já não aguentava mais a situação do Brasil. Durante boa parte de sua

⁴⁴⁷ Memórias de Vânia. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 111

⁴⁴⁸ Memórias de Vânia. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 116

narrativa, a sua memória é permeada pelo (res)sentimento de culpa, por ter sido a motivadora do deslocamento do seu marido, já que tinha saído do Brasil, e havia sido ela que ‘desbundou’⁴⁴⁹ e que “havia arrastado o bonzinho”⁴⁵⁰. Mais uma vez os laços conjugais estão presentes na vidas destes sujeitos que deixaram o Brasil. Vânia, a partir da sua possibilidade de escuta oferecida pela iniciativa do livro, de certa forma, aproveita para expressar todos os seus (res)sentimentos e parece colocar para fora tudo o que a magoou a respeito do processo vivido pelo casal.

Os (res)sentimentos vividos por ela são ainda maiores, uma vez que enquanto militante o casal teve que se confrontar com a hierarquia exilar. Vânia e o marido faziam parte do grupo dos ‘abaixo’. Ela saiu, abandonou a luta, e levou junto o seu companheiro. Muito provavelmente essa hierarquia pesou sobre ela, que se sentiu responsável pelo ‘desbunde’ do casal. O processo resultou, segundo ela, em uma retratação constante junto ao grupo social de brasileiros/as no Chile⁴⁵¹ e uma autopunição de não estudar e não construir uma profissão⁴⁵² a fim de que o companheiro tivesse a possibilidade.

Da mesma forma, Anônima 3 contou que deixou o país em 1972 para encontrar a pessoa com que estava namorando e que seria o seu marido. O namorado, que não se considerava como exilado, havia partido para trabalhar no Chile, com outro exilado expurgado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁴⁵³. Anônima 3 contou que ficou algumas semanas no Chile e logo foi chamada para uma bolsa de estudos na França. Em virtude do que considerava ser uma boa oportunidade, mudou-se para Paris e o marido a acompanhou. Em dezembro de 1972, ambos já estavam vivendo em Paris⁴⁵⁴. Segundo ela,

⁴⁴⁹ Memórias de Vânia. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

⁴⁵⁰ Memórias de Vânia. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

⁴⁵¹ Memórias de Vânia. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*.

⁴⁵² Memórias de Vânia. COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 117.

⁴⁵³ ANÔNIMA 3. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 16/03/2015. Acervo da autora.

⁴⁵⁴ ANÔNIMA 3. *Ibidem*.

quando comunicou no Chile da sua decisão de deixar o país, o marido “não gostou da história”⁴⁵⁵, mas ela levou adiante porque “tinha aquela história, nunca aposte tudo em uma pessoa”⁴⁵⁶.

Ao falar sobre a relação, ela comenta que era uma situação muito difícil, “já que ele já foi deprimido, porque a decisão tinha sido minha”⁴⁵⁷. Assim como algumas mulheres no início do capítulo se ressentiam por não terem decidido por elas mesmas. Isso, para ela tinha a ver com o fato de que no Chile ele tinha uma situação (de trabalho, talvez, a entrevistada não deixa claro) e em Paris ele “caiu no zero”⁴⁵⁸. O marido já estava vivendo no exterior, e não se sentia um exilado, portanto parece que a aflição aqui se dava pelo fato dele não querer estar em Paris ou pelo fato de que era ela que o mantinha financeiramente. Ou ainda pelo fato de que ele havia perdido os seus vínculos de trabalho no Chile e, em virtude da escolha dela, estava em um lugar desconhecido, acompanhando-a.

Anônima 3, ao ser perguntada durante a entrevista, se de alguma forma o seu ex-marido atribuiu alguma ‘culpa’ a ela com relação ao deslocamento para a França, deu a seguinte resposta:

Olha, eu não me lembro que ele tenha dito verbalmente, mas eu me lembro que ele disse aquilo lá no Chile, quando eu disse que eu ia, que a coisa que ele sabia, se a bolsa saísse eu ia, [mas] ele achou que eu não apostava tudo nele, e era verdade. E é verdade, era isso mesmo, ele ficou sentido. E... quer dizer, é típico, ver uma coisa e não ver outra, [não] ver que eu tinha deixado o meu pai e a minha mãe que mais. Que maior escolha do que essa, deixa o pai, a mãe, a casa, e o trabalho. Mas ele não via isso, ele só via o não deixar [de ir para a] França para ficar com ele. Eu acho que ele me culpou sim, mas eu culpada não me sentia, era estressante, isso era, por todos os motivos, [e] não só por isso, era, como se diz hoje, estressante. Mas eu acho que culpada eu não [me sentia] propriamente não, eu acho que um que outro detalhe sim. Mas eu também compreendo a minha posição, tu vê, tu

⁴⁵⁵ ANÔNIMA 3. Ibidem.

⁴⁵⁶ ANÔNIMA 3. Ibidem.

⁴⁵⁷ ANÔNIMA 3. Ibidem.

⁴⁵⁸ ANÔNIMA 3. Ibidem.

estás em uma situação que também não é fácil: com a chegada lá - não era uma coisa fácil - eu tinha que fazer a vida [em] uma situação que não era totalmente precária, [mas] que não era fácil, eu também tinha que aprender tudo e etc. Eu não sei se eu tenho culpa disso, acho que não, porque eu, a gente sente [pelo outro], é claro que sente, mas por outro lado eu acho que eu tenho que compreender também a minha parte. Claro que eu estava morta de feliz porque eu estava em Paris, e [era] aquilo que eu te digo: um descompasso, era um descompasso muito grande.⁴⁵⁹

Diferentemente de Vânia, essa não foi uma situação de ‘desbunde’, mas uma oportunidade de deixar o país com garantias melhores, de estudo e de liberdade de expressão. Pelo que foi visto, com relação ao (res)sentimento do passado vivido, a resposta de Anônima 3 parece caminhar em dois sentidos, ter ou não ter o (res) sentimento de culpa. Para ela, nunca pareceu que foi atribuído uma culpa de forma verbal por parte dele, apesar de considerar que ele muito provavelmente (em seu interior) a culpou. Mas ela, ao mesmo tempo, tentou se justificar e dizer que não se sentiu culpada apesar de considerar ter alguns (res)sentimentos a respeito, já que era uma situação complicada que a afligia: o fato do marido estar deprimido.

O interessante em toda a entrevista de Anônima 3 diz respeito à emoção exposta no momento em que narrou esta situação do conflito vivido em relação ao todo da sua entrevista. Antes desse momento, a entrevista foi desarmônica, faltando o diálogo esperado em uma entrevista de história oral, conforme proposto por Alessandro Portelli. Mas, a partir do momento em que a questioneei e possibilitei a escuta de sua narrativa uma relação se estabeleceu. tocar neste sentimento que parece estar ainda muito presente em sua vida, e que foi muito forte para a entrevistada, e fazê-la (res)sentir (em todos os sentidos) fez com que o diálogo passasse a ser mais fluído no restante da entrevista.

Encontrei narrativas de duas mulheres carregadas de (res)sentimentos com relação ao fato de terem influenciado a saída de seus companheiros ao exílio. Na qual Vânia sentiu-se obrigada a retratação ao grupo social do qual o casal fazia parte, a fim de justificar o ‘desbunde’, e na narrativa de Anônima 3 foi mencionada a depressão vivida e a sua relação à ausência de ‘decisão’ do deslocamento do exílio.

⁴⁵⁹ ANÔNIMA 3. Ibidem.

Já, por outro lado, estas questões não foram expressas nas três únicas narrativas masculinas que disseram terem levado a família e a companheira ao exílio.

Se na situação de Francisco Julião e José Maria Rabêlo estes (res)sentimentos não foram narrados, por sua vez, Ferreira Gullar (com sua narrativa escrita quase 30 anos depois) contou que em virtude da interferência que causou decidiu acolher em um determinado momento a opinião de seus filhos/as. Por outro lado, para Vânia que relaciona ‘desbunde’, gênero e militância política (existente no Brasil) a influência que teve foi considerada por ela como a necessidade da retratação social ao meio que construiu este tipo de ‘culpa’. Por último, para Anônima 3 este (res) sentimento encontrava-se de maneira ambígua, já que ela não diz que sofreu a respeito, mas ao dar ênfase em sua entrevista (mesmo proporcionado pela minha interlocução) esta situação ainda era muito presente com relação ao passado.

As memórias conservadas e expostas por essas duas mulheres parecem estar carregadas de dores e (res)sentimentos com relação aos seus companheiros, que não entenderam as suas necessidades e vontades. Independentemente disso, as situações aqui analisadas expressam relações de gênero construídas para o período, em que para alguns homens não havia problemas decidirem sobre as suas famílias e parceiras. Mas ao mesmo tempo, quando isso partiu de mulheres, alguns conflitos surgiram e memórias (res)sentidas foram narradas com relação ao passado vivido.

As relações de gênero não estiveram presentes somente no Brasil e/ou nos deslocamentos, mas também nas chegadas e nos destinos de exílio. Para tanto, no próximo tópico irei iniciar a exposição a respeito das transformações no que se refere às relações de gênero. Para tal, a respeito das chegadas ao exílio, serão discutidos alguns pequenos estranhamentos, a respeito das relações de gênero, vivenciados e narrados por exilados/as. Mas antes disso, é necessário analisar os silêncios das memórias a partir das temáticas delimitadas neste capítulo.

3.1.4 Silêncios

Apesar da variedade de memórias, construídas em momentos e por estratégias diferentes, foram encontrados muitos silêncios acerca da temática recortada para este capítulo por parte dos sujeitos com identidade de gênero masculina. Tendo em vista que a grande maioria das autobiografias publicadas sobre o período são de homens, conforme pode ser visto nas *Fontes* desta dissertação, esta questão se tornou

pertinente, uma vez que de forma espontânea o deslocamento exilar e presença da família quase não foram mencionados. Além da já citada diferença entre as duas obras do *Projeto Memórias do Exílio*, algumas outras questões devem ser levantadas e consideradas com relação a este material.

A ausência nas narrativas dos homens sobre os/as filhos/as e as esposa os terem acompanhando no exílio pode ter acontecido porque não consideraram como algo importante a ser narrado no livro *Memórias do Exílio* diante de outras questões que pareciam mais pertinentes para a época em que viviam, como priorizar a denúncia da ditadura e dos crimes cometidos. No entanto, as denúncias da ditadura não foram os únicos argumentos narrados, já que a temática da autoanálise do processo político e do golpe do Chile de 1973 (que muitos viveram) foram, certamente, as temáticas mais encontradas nas memórias do livro. Este aspecto é explicado com relação a este livro por sua publicação ter acontecido ainda durante a ditadura, quando muitos sujeitos se engajaram em denúncias da ditadura e a publicação destas memórias, certamente, fez parte.

Mas tanto para esta obra quanto para outras autobiografias outros ângulos podem e devem ser considerados. Um primeiro diz respeito ao fato de que as ausências podem ter acontecido porque estes homens que narraram e contaram suas vidas não levaram a respectiva esposa e filhos. Além disso, outras tantas autobiografias foram publicadas a partir dos anos 80, período no qual estes sujeitos buscavam expor publicamente sobre um passado que parecia desconhecidos a muitos brasileiros e também fomentar suas militâncias de resistências em oposição a uma leitura mais oficial da ditadura⁴⁶⁰.

Mas outras possibilidades devem ser levantadas. Um deles diz respeito ao modelo de masculinidade hegemônica da qual esses sujeitos, com identidade de gênero masculina, foram construídos e ensinados culturalmente. Como tal, de acordo com a construção para o período, eram encarregados de prover o sustento da família; por isso, não conseguiram perceber como algo negativo o fato de terem definido a partida de esposas ou filhos e filhas, já que as decisões familiares foram sempre mediadas por eles e sequer cogitaram que deveriam relatar sobre a temática, deixando-a de lado.

⁴⁶⁰ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. João Roberto Martins Filho (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91.

Nesse sentindo ainda, por serem considerados ‘homens’, fortes e viris, militantes da esquerda, não precisavam narrar sobre os laços conjugais e os/as filhos/as, já que estas eram as ocupações consideradas e encaradas por eles como responsabilidades das mulheres na sociedade brasileira. E eles, enquanto ‘homens’, não quiseram mencionar sobre o assunto, visto que consideravam como naturais estas práticas. Também porque, por serem sujeitos conhecidos por suas militâncias políticas, preferiram se ocupar com o debate restritamente das questões que eram consideradas (e também construídas) por eles como públicas, e ao se aproximar das práticas atribuídas às mulheres, talvez, não fosse muito bem recebido pelos seus pares, também homens.

Entretanto, é importante ressaltar que a possibilidade levantada não tem a intenção de reafirmar esse comportamento como uma característica natural e muito menos dizer que isso é um padrão absoluto, já que na atualidade pode-se perceber uma transformação a respeito. Mesmo para o período foi possível encontrar homens que não seguiam estas prescrições e que, mesmo avaliando retrospectivamente, perceberam a influências de suas ações (como foi visto em algumas situações levantadas no tópico anterior). Além disso, ter uma atribuição, ligada ao gênero, de ser o encarregado das decisões da família não é uma tarefa fácil, já que em outras palavras significa muito empenho e trabalho.

Ainda cabe pensar acerca dos não-ditos dos sujeitos que influenciariam a saída de suas companheiras e familiares e não expressaram qualquer sentimento de culpa a respeito. Se os sentimentos de culpa só existem em relação a alguém em função de alguma coisa, porque é que esses sujeitos não expressaram (res)sentimentos? Pensando essa pesquisa, no que diz respeito às relações de gênero construídas, para esses homens pareceu aceitável e “natural” levarem as suas respectivas esposas, decidindo dentro dos seus respectivos contextos sobre o deslocamento familiar, e não se (res) sentirem culpados ao elaborarem as suas memórias.

Não narrar sobre alguns aspectos considerados como privados, como os (res)sentimentos em relação a algo, pode dizer respeito ao fato de que sujeitos, construídos como masculinos, ao falar sobre esses assuntos poderiam ser questionados em suas noções de masculinidades. No entanto, estes (res) sentimentos estiveram presentes em suas vivências, mas foram ocultados por serem extremamente dolorosos ou por considerarem que por serem tão íntimos não os queriam publicá-los em suas autobiografias.

Obviamente, a questão não foi unânime, como pode ser visto na autobiografia de Ferreira Gullar e nas memórias de Francisco Julião e José Maria Rabêlo no extraídas do livro *Memórias do Exílio*. Se nas memórias de Julião e de José Maria os detalhes foram poucos, por outro lado Ferreira Gullar elucidou questões muito importantes para esta pesquisa, como aquelas de considerar a opinião dos/as filhos/as para a escolha do lugar de destino. Conforme já mencionando, aqui a temporalidade da produção das memórias teve grande importância para estas diferenças.

Ainda nesse sentido, também não encontrei memórias de homens que narraram sobre a participação ativa das suas companheiras e a respeito de uma militância do casal e, portanto, saída conjunta do Brasil em virtude da militância. Talvez, a partir de outra posição, se poderia ter uma perspectiva diferenciada e ampliada a respeito. Possivelmente, a ausência de narrativas de homens sobre as militâncias das companheiras podem ter acontecido porque não as consideravam como importantes a tal ponto de serem narrados em suas memórias ou ainda porque colocaram as atividades dessas mulheres como subalternas em relação as suas. Além de que, em virtude do caráter definidor do exílio ser o aspecto estritamente político associado à virilidade, muitas mulheres, embora, participes e militantes foram excluídas de suas agências.

Por último, é importante falar que as memórias analisadas neste capítulo foram de casais heterossexuais, já que não foram encontradas muitas situações de homossexuais que narraram sobre os deslocamentos. Uma dessas narrativas de homossexuais que apresentou um pouco sobre a saída é a de Herbert Daniel que contou ter atravessado a fronteira argentina com os passaportes falsos, juntamente, com Cláudio⁴⁶¹. No entanto, mesmo narrando, é difícil precisar a relação estabelecida entre Cláudio de Hebert, já que os detalhes sobre a saída e a relação não foram apresentados de maneira descritiva.

Além disso, sabe-se que certamente existiram outras relações e descolamentos que também foram vividas por casais homossexuais. Albertina de Oliveira Costa, em depoimento concedido no I Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, contou que ao compor o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, tiveram um

⁴⁶¹ DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro. Codecri, 1982. p. 143.

depoimento diferente para a publicação⁴⁶², tratava-se de um homem, “um ator de teatro, que saiu para acompanhar companheiro”⁴⁶³. No entanto, o depoimento não foi publicado, o que é uma pena já que certamente poder-se-ia ampliar alguns questionamentos e debates a respeito dos deslocamentos e as relações de gênero, saindo dessa lógica binária e heteronormativa.

3.2 CHEGADAS E ESTRANHAMENTOS

As sociedades elaboram e reelaboraram ao longo dos tempos quais são as condutas aceitas ou não para cada pessoa com relação ao que é praticado cotidianamente. Mas, quando as pessoas se deslocam e passam a se colocar diante de outros comportamentos? Esse será o tema desse tópico, isto é, discutir como são narrados e o que é contado a respeito dos primeiros estranhamentos sobre as relações de gênero na chegada ao exílio. Serão discutidos somente estranhamentos ligados a ideia de nacionalidade, já que a vida cotidiana no exílio estará centrada no terceiro capítulo.

Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, no texto *Carro-Zero e Pau-de-Arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*, falam que “a modernização da sociedade apresentou também mudança dos padrões de conduta privada”⁴⁶⁴, que foi a marca registrada dos anos 60⁴⁶⁵. Da mesma forma que se viveu um forte autoritarismo e as práticas políticas se limitavam a solidariedade e debates a portas fechadas, a vida e a militância estudantil (da qual fazia parte essa segunda geração) se entrelaçavam às relações afetivas e amorosas, onde comportamentos tidos como tradicionais e transgressores se confundiam e eram justificados⁴⁶⁶.

Anette Goldberg, em seus estudos sobre os feminismos no Brasil, ao fazer um panorama sobre o tornar-se moderno nos anos 60, comenta que neste período emergiu uma série de transformações da mentalidade que se interligaram a novos comportamentos, como ao Novo estatuto da

⁴⁶² COSTA, Albertina de Oliveira. Exílio e Gênero. IN: CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2009b. DVD.

⁴⁶³ COSTA, Albertina de Oliveira. *Ibidem*.

⁴⁶⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Op. Cit.* p. 333.

⁴⁶⁵ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Ibidem*. p. 333.

⁴⁶⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Ibidem*. p. 369.

mulher casada, a publicação da Revista Cláudia⁴⁶⁷, entre outros. Para ela, os comportamentos foram avaliados como uma ‘modernização relativa’, já que as mudanças foram extremamente rápidas, e como não houve tempo para mudanças subjetivas; elas teriam trazido simples substituição das normas simbólicas⁴⁶⁸. O que significou que, para aquele período, “ser moderno tornou-se automaticamente sinônimo de transgredir”⁴⁶⁹. Segundo ela, a geração que viveu esse período pode ser definida como ‘geração sanduíche’, uma vez que se encontrava em um momento transitório de novos e velhos comportamentos⁴⁷⁰.

As transformações dos comportamentos influenciaram e se colocaram nas relações de gêneros vividas por ambas as gerações do exílio, já que, como dito, alguns as viveram no Brasil e as estenderam ao exílio e outros que saíram logo em 64 viveram somente no exílio. Mas, como se tratava de algo subjetivo foi vivido de maneira muito diferente pelos diferentes sujeitos. Nesse sentido, alguns pequenos estranhamentos aconteceram nas chegadas ao exílio, como os que foram narrados por Fernando Gabeira e por Elizabeth Vargas e Silva. Ambos eram mais jovens e foram ligadas às organizações da ‘nova esquerda’, que ‘compactuavam’ com novos comportamentos.

Fernando Gabeira abriu o seu livro *O Crepúsculo do Macho* contando sobre a sua chegada à Argélia. Nessa passagem contou que passou a ter uma relação de afeto com uma companheira de organização que se chamava Vera⁴⁷¹. Eles estavam no mesmo grupo de banidos que haviam chegado nesse país. Segundo ele, a relação se tornou um

⁴⁶⁷ GOLDBERG, Anette. Op. Cit. p.18.

⁴⁶⁸ GOLDBERG, Anette. Ibidem. p. 20.

⁴⁶⁹ GOLDBERG, Anette. Ibidem.

⁴⁷⁰ GOLDBERG, Anette. Ibidem. p. 26.

⁴⁷¹ Vera é o primeiro nome de Vera Sílvia Araújo de Magalhães, que militou no DI-GB e MR-8. Foi presa em 1970, levou um tiro na cabeça e foi barbaramente torturada. Permaneceu presa por aproximadamente 4 meses, de onde saiu diretamente para o exílio. Banida em 1970, deixou o Brasil quando trocada pelo embaixador alemão no Brasil, Ehrenfried von Holleben, juntamente com outros 39 presos políticos, entre eles Fernando Gabeira. Infelizmente, só tive acesso à entrevista de Vera Sílvia que foi concedida para o programa *Memória Política* da TV Câmara em que não comentou sobre essa situação. Para maiores informações sobre ela ver: MEMÓRIA Política. Direção de Ivan Santos. Brasília: Tv Câmara, 2003. P&B. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/MemoriaPolitica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes>>. Acesso em: 19 out. 2015.

escândalo tanto para o grupo de brasileiros quanto para os argelinos. Em um primeiro momento, ainda em sua narrativa, foram vistos de mãos dadas em um jardim e para ele isso já serviu para escandalizar, já que “era proibido andar de mãos dadas”⁴⁷² e na Argélia “um país fortemente moralista”⁴⁷³, muçulmano, era necessário seguir as regras⁴⁷⁴.

A situação ficou ainda mais séria quando Vera e Fernando dormiram juntos⁴⁷⁵. Segundo Fernando, Vera era viúva de um militante da mesma organização dos vários banidos, e por isso todos eles “esperavam que ela sofresse com a morte do companheiro nas guerrilhas urbanas do Rio”⁴⁷⁶. Não se sabe se Vera estava sofrendo ou não, mas teve que aguentar o julgamento moral dos companheiros que também eram militantes⁴⁷⁷. A tal ponto, segundo Fernando, que:

Na manhã seguinte à que fomos surpreendidos dormindo juntos, enfrentamos as primeiras pressões. Uma comissão de companheiros da ALN veio procurar o MR-8, organização à qual pertencíamos, para apresentar a crítica. Nosso comportamento moral era comprometedor diante dos argelinos. Sem nenhuma preparação, assim de repente, já estávamos dormindo juntos. Algumas pessoas nos viram de mãos dadas pelos jardins e isso não era recomendável, de acordo com nossos anfitriões.⁴⁷⁸

Não se sabe se foi de fato uma pressão dos próprios argelinos, que receberam os brasileiros, ou por iniciativa dos brasileiros, utilizando-se como justificativa as diferenças culturais existentes entre eles (que consideravam uma maior liberdade sexual enquanto que os

⁴⁷² GABEIRA, Fernando. Op. Cit. p. 17

⁴⁷³ GABEIRA, Fernando. Ibidem.

⁴⁷⁴ GABEIRA, Fernando. Ibidem.

⁴⁷⁵ GABEIRA, Fernando. Ibidem.

⁴⁷⁶ GABEIRA, Fernando. Ibidem. p. 18

⁴⁷⁷ Vera Sílvia Araújo de Magalhães, no programa *Memória Política* da TV Câmara, até narrou sobre os seus sentimentos com relação ao marido que foi morto pela ditadura. No entanto, sua narrativa foi geral e não detalhou sobre a situação específica daquele momento. Da mesma forma que não falou nada sobre o novo envolvimento com Fernando Gabeira no exílio. In: MEMÓRIA Política. Op. Cit.

⁴⁷⁸ GABEIRA, Fernando. Op. Cit. p. 21

muçulmanos foram considerados com um modelo mais tradicional), que fez com que o conflito emergisse. No entanto, o que Gabeira narrou foi uma repressão do envolvimento, com um julgamento moral do ato e, também, determinação do comportamento que o novo casal deveria assumir em um novo país. Além disso, a partir do relato de Fernando Gabeira, é possível afirmar que o ato foi reprovado pelo grupo de banidos e a organização recolheu a crítica, mas nunca chegaram a discutir a questão⁴⁷⁹.

A entrevista de Elizabeth Vargas e Silva também traz uma questão muito próxima a isso. No período em que permaneceu em Santiago, no Chile, entre 1971 até 1973⁴⁸⁰, ela contou que:

Até cheguei a... fui com uns amigos, a Universidade do Chile tinha um clube onde nos encontrávamos, todos. Aí conheci os cariocas, aquele festival de brasileiros, os brasileiros mudaram completamente a cara do clube, ensinaram a fazer caipirinha de pisco, as mulheres brasileiras, eu inclusive, usava um biquíni, as chilenas usavam uns maiôs horríveis. E a gente fazia muita algazarra⁴⁸¹.

Tratavam-se de jovens brasileiros/as vivendo no Chile em seu momento de lazer construído como ‘natural’ no Brasil, com toda a sua euforia e entusiasmo como um possível advento da tão esperada revolução comunista. Esta cena foi percebida como algo estranho no novo espaço em que estavam se inserindo, onde deveria praticar determinados comportamento e utilizar, por parte das mulheres, limitados trajes de banho. Talvez, o biquíni e as festas realizadas também pudessem causar certos estranhamentos no Brasil, já que o cotidiano ainda estava se alterando com relação aos comportamentos. Mas, é interessante notar que estes comportamentos chocavam em outro lugar e que se entrelaçou com a ideia de nacionalidade brasileira.

Em suas palavras Elizabeth afirmou que os brasileiros eram mais divertidos e faziam muita algazarra, isso se deu por uma comparação com os chilenos que, segundo ela, eram muito comportados. A relação estabelecida entre a sua identidade de gênero e a nacionalidade exibiu

⁴⁷⁹ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*.

⁴⁸⁰ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Op. Cit.*

⁴⁸¹ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

uma nova situação vivida com o exílio. Elizabeth, em contato com outro e ao comparar-se, reconstruiu a sua identidade, em que ligou o seu gênero a sua nacionalidade. Em sua narrativa, concebeu o que significava para ela ser mulher brasileira em oposição a uma ideia de mulher chilena, na qual revelou uma definição de feminilidade brasileira atrelada ao biquíni, às festas, e à caipirinha⁴⁸².

Por último, ao ser perguntada se teve alguma outra situação com relação às roupas que usava naquele período, Elizabeth explicou que em momento algum foi hostilizada, mas que considerava que “as mulheres achavam que a gente era puta, uma ameaça, não, ficavam olhando”⁴⁸³. Elizabeth narrou o estranhamento daquilo que parecia não ser uma prática cotidiana das mulheres chilenas, ou ainda aquilo que para ela representava a situação do clube, biquíni, e o contato com práticas e normas diferentes. Por isso, o grupo de brasileiros/as achavam incomum a situação e acabavam “tirando muito sarro disso”⁴⁸⁴.

As duas narrativas apresentadas aqui (de Fernando Gabeira e Elizabeth de Vargas e Silva) dispõem situações em que se narraram conflitos em que nacionalidade e práticas cotidianas, permeadas pelas relações de gênero, se entrelaçaram. Nelas, foram (re) construídas identidades, demonstrados modelos e rupturas de comportamento que deveriam ter sido seguidos em função de suas identidades nacionais. Além disso, ofereceram narrativas que trazer alguns estranhamentos iniciais, ligados às experiências desses jovens, que abre o caminho para o capítulo seguinte dessa dissertação em que se pretende tratar sobre o exílio em seus diversos destinos e as transformações ocorridas.

Para a situação de Fernando Gabeira, tanto o estar em um país novo quanto a utilização por parte do grupo dos banidos das possíveis diferenças, passam por compreensões de modelos atribuídos a cada nacionalidade. Por isso, a determinação que teve foi de seguir os

⁴⁸² São várias as pesquisas sobre as migrações mais atuais de brasileiras problematizam a situação vivida por Elizabeth Vargas e Silva, como as seguintes: ASSIS, Gláucia de Oliveira. Op. Cit; BENEDUZI, Luis Fernando; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Narrativas de Gênero: Relatos de História Oral.** Vitória: EDUFES, 2014; entre outras. No entanto, seria a-histórico sobrepor a situação vivida por Elizabeth Vargas e Silva e Fernando Gabeira às situações atuais, já que a narrativa dela refere-se aos anos 70, período no qual a e/í migração de brasileiros/as para o exterior ainda não estava consolidada. Porém, por se tratar de uma narrativa realizada no presente, pode-se pensar que as temporalidades se misturaram em suas memórias.

⁴⁸³ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Op. Cit.

⁴⁸⁴ SILVA, Elizabeth de Vargas e. Ibidem.

comportamentos daquele destino, ao romper a partir daqueles que considerava comum em seu cotidiano. Já a situação da vestimenta para Elizabeth de Vargas e Silva, que poderia ser considerado algo corriqueiro para ela e para o Brasil da época, chamou muita atenção. A sua identidade de gênero feminina atrelada ao fato dela ‘ser brasileira’, em contato com outros sujeitos (de outras identidades nacionais), fez com que a prática fosse relevante no cotidiano vivido.

Por último, ainda nesse sentido, ao articular gênero e identidade nacional, as duas narrativas aqui explicitadas apresentam aspectos mais profundos presentes na vida cotidiana dos/as exilados/as. Esta perspectiva deixa de oferecer uma leitura sobre o exílio pautado somente nas militâncias políticas, na construção das identidades nacionais, e nos aspectos das transformações para as militâncias que ocorreram no exílio. Ao contrário, abre caminho para pensar as experiências proporcionadas e o que foi vivido cotidianamente no exílio em seus aspectos mais comuns (como nas duas narrativas apresentadas).

Os estranhamentos, percepção do outro (com outros comportamentos e práticas cotidianas) e de si fazem dos deslocamentos transformadores sociais⁴⁸⁵. As transformações sociais se dão tanto nos lugares de destinos quando nos de partida, e também dos sujeitos da ação de deslocamento. Essas transformações são variadas, podem ser positivas ou negativas, mas existem e devem ser compreendidas, sobretudo, porque, como lembra Michele Perrot, as viagens podem ser um meio de emancipação⁴⁸⁶. A partir das chegadas às sociedades de destino, novas identidades se constituíram e se dissolveram, e novas relações de gênero foram estabelecidas. Desta forma, a partir de algumas temáticas que foram delimitadas, as transformações serão alvo do próximo capítulo.

⁴⁸⁵ A ideia de transformação social pode ser vista em: SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2002.

⁴⁸⁶ PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. p. 279-316.

4. CAPÍTULO 3: NO EXÍLIO: CONFLITOS E REARRANJOS FAMILIARES

*A veces quisiera desaparecer del mapa
Volver donde yo nací, pero no es tan papa
me achaca, las duda no se saca es ta pegá
Como laca, el peso a lapa makiza es mi capa,
A veces quisiera tener alas como pájaro
Volar por el tiempo donde estuvo Lautaro
Y olvidar yo, por un tiempo que la mitad
de mi familia esta muy lejos⁴⁸⁷*

*Hallas hermanos, pero no es tu sangre
Eres como un fantasma avergonzado
De no amar mas a los que tanto te aman
De no amar mas a los que tanto te aman
Tanto te aman...⁴⁸⁸*

Sair do Brasil e chegar a um lugar desconhecido, com outra língua, outras comidas, outra cultura e outro sistema de referências, foram situações vividas por todos/as os/as exilados/as da ditadura brasileira. Sujeitos desenraizados que entraram em contato com o novo e passaram a reconstruir as suas identidades e suas trajetórias, mesmo quando as vivências foram múltiplas. Como visto até aqui, se depararam (e provocaram) com uma construção hierarquização em função das situações de saída do Brasil, sofreram e (res)sentiram sobre a partida e as várias dinâmicas ligadas ao gênero, e viveram em terras diferentes as sensações de ser um/a estrangeiro/a.

Apesar de ter havido grandes sofrimentos com a ruptura a partir do exílio, seja ele para quem partiu ou para quem permaneceu no Brasil em suas mais diversas circunstâncias, como lembrou Tzvetan Todorov nem toda ruptura e toda cisão são uma fatalidade⁴⁸⁹. Com o encontro, mesmo muitas vezes marcados pelas situações de desvantagem e com dificuldade de adaptações, sujeitos exilados em seus lugares de destino fizeram emergir novas subjetividades, juntamente, com novas práticas e

⁴⁸⁷ TIJOUX, Anita. La rosa de los Vientos. In: Aerolíneas Makiza, Sony Music, 1999.

⁴⁸⁸ GARCIA, Manuel. Exilio. In: Desconhecido, s/d.

⁴⁸⁹ TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Editora Record, 1999.p. 23

rearranjos cotidianos, compreensões de si e dos outros, e percepções de mundo.

Para exemplificar, durante a realização das entrevistas para essa pesquisa a última pergunta que sempre realizei foi questionar aos exilados/as se consideravam que o exílio havia modificado a sua vida. Ao analisarem o passado vivido, a partir da minha interferência, todos/as os/as entrevistadas/os ofereceram uma resposta positiva, mesmo quando explicada e exemplificada das mais diversas maneiras. Infelizmente, as análises com relação a essas respostas ficarão para um trabalho futuro, já que para esse capítulo, em função da afirmação de Todorov, preocupo-me em analisar duas questões: as rupturas e reforços das relações de gênero que aconteceram no exílio da ditadura brasileira.

Os jovens dos anos 60 e 70 rompiam com as exigências e conselhos que atingiam os seus comportamentos afetivos e emocionais. A partir desse rompimento, buscavam alternativas mais imediatas de relacionamentos que eram diferentes das gerações anteriores e das que existem hoje⁴⁹⁰. Rompimentos como em relação à virgindade, à pílula, às separações, às resistências em novos moldes e novos espaços, questionamentos morais, entre outros, já citados no capítulo 2. Embora com uma dinâmica diferente, o final dos anos 60 e os anos 70, no Brasil, apesar de viver sob ditadura, foi um momento de transformações e questionamentos pela juventude dos padrões morais vigentes, mas não por todos os sujeitos exilados que possuíam as mais diversas situações e idades.

Segundo pesquisadores, foi no exílio que várias transformações aconteceram ou, ainda, se tornaram mais perceptíveis⁴⁹¹. Maria Lygia Quartim de Moraes, por exemplo, a respeito das transformações vividas pelos jovens que militavam no movimento estudantil ou na esquerda armada, explicou que:

Foi no exílio que muitos [jovens] criaram família e onde se acirrou a contradição de gêneros. As

⁴⁹⁰ Zygmunt Bauman no livro *Amor Líquido* explica que hoje vivemos em um mundo marcado por conexões, onde relações mais frágeis e imediatas são estabelecidas. A marca do tempo presente se dá justamente pela estabilidade da sociedade e de cada indivíduo. Conforme: BAUMAM, Zygmunt. **Amor Líquido**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2004.

⁴⁹¹ Conforme poder ser visto em: ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit; ABREU, Maira Luisa Gonçalves De ABREU; MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Deslocamentos geográficos, Experiências subjetivas: Brasileiras no exílio**. IFCH/Unicamp, Coleção Primeira Versão, 2012; entre outras.

queixas das ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do normal das mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, ante o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada foi uma enorme ruptura com relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens⁴⁹².

Maria Lygia Quartim de Moraes exemplificou aqui algumas das transformações vividas pelos exilados/as no exterior, como, os questionamentos das relações de gênero e das divisões de tarefas, as críticas partidárias, e o esclarecimento de uma ruptura já vivida pelas mulheres que participavam da luta armada. Mas, o quadro é muito mais amplo, uma vez que foi no exílio que muitos exilados/as mudaram as suas posições e fizeram novos questionamentos sobre suas identidades⁴⁹³ e seus projetos. Mudanças tais como: dos projetos individuais e coletivos, em função da derrota política materializada com o exílio⁴⁹⁴; das análises e das percepções a respeito das experiências dos países socialistas e comunistas no mundo⁴⁹⁵; do cotidiano, a partir do contato com os vários movimentos feministas e seus questionamentos, principalmente, francês⁴⁹⁶ e italiano⁴⁹⁷.

Neste sentido, em função do último ponto levantado, busco pensar de que maneira determinados aspectos da vida cotidiana modificaram? Como se constituíram os arranjos familiares e laços afetivos para os sujeitos que permaneceram no exílio? As perguntas levantadas aqui são algumas das questões que norteiam esse capítulo, onde procuro analisar as transformações vividas pelos/as exilados/as, a

⁴⁹² MORAES, Maria Lygia Quartim de. Op. Cit.

⁴⁹³ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit p. 131

⁴⁹⁴ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit p. 132

⁴⁹⁵ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit p. 141-143.

⁴⁹⁶ Conforme ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. **Feminismo no Exílio:** o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010; e PEDRO, Joana Maria; Wolff, Cristina Scheibe. Op. Cit.

⁴⁹⁷ Como pode ser visto em: PAIVA, Mauricio. **Companheira Carmela:** a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro, Mahuad, 1996 e BACK, Lilian. Op. Cit.

partir de suas narrativas no que diz respeito às relações de gênero. Em virtude da quantidade de temáticas possíveis, estas serão restritas: às mudanças de práticas com relação à sexualidade e aos relacionamentos afetivos no exílio; aos rearranjos familiares; e ao trabalho doméstico.

A partir das chegadas às sociedades de destino, brasileiros/as exilados/as estabeleceram novas relações de gênero, com transformações que passam por uma nova construção de masculinidade e de feminilidade, como as novas práticas de afeto, os rearranjos familiares e o trabalho doméstico. Por isso, nos tópicos que seguem, busco responder também as seguintes questões: De que maneira exilados/as (nas entrevistadas e nos livros) focalizam as transformações das relações afetivas? A maneira de narrar sobre as vivências ligadas aos afetos, família e trabalho doméstico, foi diferente? De que modo ocorrem mudanças com relação a essas três temáticas?

É importante esclarecer que as temáticas relacionadas às novas práticas de afeto, os rearranjos familiares e o trabalho doméstico foram escolhidos aqui em virtude das poucas análises realizadas e pela importância na vida cotidiana dos sujeitos exilados. No entanto, outras poderiam ser selecionadas e analisadas, mas em virtude do tempo e prazos irão ficar fora da dissertação, como: as diferentes inserções em trabalhos remunerados e nas novas militâncias políticas no exterior, as transformações das práticas e projetos políticos, os vínculos estudantis e as suas possibilidades em função do exílio, entre outras questões.

Cabe explicar que com o capítulo não pretendo reforçar uma subordinação dos homens e das mulheres somente às relações familiares (mesmo com suas transformações). Mas, sobretudo, pensar a partir da reorganização das famílias exiladas as transformações subjetivas ocorridas e re-significadas nas memórias que estão atreladas às construções culturais de gênero. Além disso, é necessário dizer que analisar as rupturas e os rearranjos ocorridos possibilitam pensar transformações no caráter subjetivo que constituiu uma época e que, de um modo geral, hoje parecem mais bem consolidados.

Por último, realizar entrevistas sobre as temáticas delimitadas para esse capítulo também foi um processo de aprendizagem muito grande, já que muitas vezes as perguntas realizadas nas entrevistas passavam pelo íntimo e por isso algumas respostas foram difíceis de obter. Primeiro, porque mesmo aceitando conceder entrevista, algumas pessoas não esperavam certas perguntas dado que estavam acostumadas a contar sobre outros aspectos do exílio. A segunda questão é que as narrativas são mais sinalizações, sem muitos detalhes pessoais, onde

cada sujeito elaborou e atribui significados a partir de suas vivências (passadas e presentes) em função da entre/vista.

4.1 NOVAS PRÁTICAS DE AFETO NO EXÍLIO

Mabel Moraña, em seu texto *El afecto en la Caja de herramienta*, entre outras questões, levanta que o nomadismo produzido pelos exílios e migrações obrigam os sujeitos a elaborar estratégias de reinserção e pertencimento.⁴⁹⁸ Dessa forma, para a historiadora, isso coloca sobre “o tapete o fator do afeto como temática inevitável para os estudos das formas com frequência inorgânicas e descontínuas a partir das quais se manifesta e expressa o social”⁴⁹⁹. Segundo ela, permeando as relações intersubjetivas, a órbita da domesticação, e da intimidade, e entrando em todos os níveis da esfera pública, o afeto modela a relação das comunidades com o seu passado, presente e futuro⁵⁰⁰. Essa questão certamente é muito importante, já que, como ainda esta pesquisadora afirma em seu texto, seria impossível e irreal excluir os afetos:

Como entender, sem incorporar o tema do afeto, formas de subjetividade tão diferentes como as do sujeito migrante, a transexualidade, a cultura de fronteira, as diversas formas de hibridação social que se desviam das formações de identidades lineares e plantam alternativas intermediárias que despertam assombro, desconcerto, temor porque alteram as formas já naturalizadas de conceber a relação do indivíduo com o território, com o

⁴⁹⁸ MORAÑA, Mabel. El afecto em la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) **El lenguaje de las emociones**. Madrid: Iberoamerican, 2012. p. 313-338.p. 314. Tradução nossa: “el nomadismo producido por exilios y migraciones que obligan al sujeto a elaborar estrategias de reinserción y pertencia [...]”

⁴⁹⁹ MORAÑA, Mabel. Ibidem. Tradução nossa: “ponen sobre el tapete el factor del afecto como un nivel ineludible para el estudio de las formas con frecuencia inórganicas y discontinuas a partir de las cuales se manifiesta y expresa lo social”.

⁵⁰⁰ MORAÑA, Mabel. Ibidem. p. 315. Tradução nossa: “ Permeando las relaciones intersubjetivas, la órbita de la domesticidad y de la intimidad y adentrándose en todos los niveles de la esfera pública, el impulso afectivo [...] modela la relación de la comunidad con su pasado, las formas de lectura de su presente y la proyección hacia el futuro posible.”

gênero, com o que tradicionalmente entendemos como ‘natureza humana’?⁵⁰¹

Por isso, a temática do afeto deve ser incorporada às pesquisas, sejam elas objetos de estudos em si seja como forma de complementar as análises sobre as experiências vividas. Em função disso, o afeto é entendido aqui como a capacidade de afetar e de ser afetado, sendo que as relações de afeto mudam de acordo com cada cultura e são historicamente datadas. A partir disso, buscarei com este capítulo, perceber as transformações subjetivas atreladas às relações de gênero de sujeitos que se colocaram em contato com as diversas culturas e romperam com valores tradicionais de família, questionando práticas tidas como naturalizadas, a partir da adaptação no novo destino.

Da mesma forma que, ainda segundo Moraña, a partir das explicações dadas por Melissa Gregg e Gregory Seighworth, o “afeto marca o pertencimento do sujeito com relação ao mundo de encontros e desencontros que habitamos e que a sua vez, de diversas maneiras, nos habita”⁵⁰². Portanto, os afetos, influenciam todos os sujeitos e se manifestam nas práticas, nos comportamentos, nas maneiras, nas ações, entre outras, das relações entre as pessoas; e são nas relações de afeto que estão presentes as relações de gênero com suas construções de masculinidades e feminilidades. Masculinidades e feminilidades são modelos criados discursivamente em cada época, como esses em tempos de ditadura, e expressos nas narrativas de cada sujeito exilado. São importantes porque tanto os homens quanto as mulheres foram marcados por ideais de masculino e de feminino. E esses modelos estão presentes nas subjetividades ligadas às relações de afetos, mesmo quando rompidos e subvertidos.

As primeiras narrativas que trago neste sentido, das relações de afetos, apresentam rupturas sobre as práticas ligadas à sexualidade e a

⁵⁰¹ MORAÑA, Mabel. *Ibidem*. p. 324. Tradução nossa: ¿cómo entender, sin incorporar el tema del afecto, formas de subjetividad tan dispares como las del sujeto migrante, la transexualidad, las culturas de frontera, las diversas formas de hibridación social que se apartan de las formaciones identitarias lineares y plantean alternativas intermedias que despiertan asombro, desconcierto, temor, porque alteran las formas ya naturalizadas de concebir la relación del individuo con el territorio, con el género, con lo que tradicionalmente entendemos como “naturaleza humana”?”.

⁵⁰² MORAÑA, Mabel. *Ibidem*. p. 318. Tradução nossa: “[...] el afecto marca la pertenencia del sujeto con respecto al mundo de encuentros y desencuentros que habitamos y que a su vez, de diversas maneras, nos habita.”

partir delas é possível perceber algumas transformações subjetivas com relação ao exílio. Trata-se da autobiografia de Herbert Daniel, das memórias de Maria do Carmo Brito publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, das entrevistas de Sandra Macedo e Vilson Rosalino, e da trajetória de Carmela Pezzuti (que foi escrita por Mauricio Paiva).

Conforme visto no Capítulo 1, a partir das pesquisas realizadas pela historiadora Cristina Scheibe Wolff, o gênero assumido pelos grupos de esquerda armada era de uma virilidade imputada, em que homens mais maduros eram transformados em heróis⁵⁰³. Para tanto, como muitos estavam preocupados com os ideais de revolução, em diversos casos, ou na maioria, acabava-se sacrificando os desejos sexuais e fingindo que concordavam com tais práticas/atribuições de masculinidade e feminilidade, conforme poderá ser visto no livro autobiográfico de Herbert Daniel⁵⁰⁴. Cabe lembrar, que em outros casos, homens ou mulheres que não estavam dispostos a assumir (total ou parcial) os comportamentos atribuídos dentro das organizações de esquerda (como da virilidade) eram facilmente rotulados como pessoas com atitude ‘pequeno burguesa’⁵⁰⁵.

Nesse sentido, encontrava-se Herbert Daniel, guerrilheiro da POLOP, COLINA, VAR-Palmares e VPR, que exilou em 1974 em Lisboa e Paris (onde permaneceu maior tempo). Herbert narrou em seu livro autobiográfico chamado *Passagem para o próximo sonho*, que foi publicado em 1982, desde sua militância até o retorno ao Brasil com a Anistia. Nesse livro, o militante retrata que tinha problemas ‘pequeno-burgueses’ que o preocupavam para se tornar um bom revolucionário⁵⁰⁶, entre eles estava “a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade”⁵⁰⁷. A respeito disso Herbert ainda narrou que:

Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual

⁵⁰³ WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria Wolff, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

⁵⁰⁴ DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro. Codecri, 1982.

⁵⁰⁵ Conforme pode ser visto: SILVA, Elizabeth de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 07/04/2015. Acervo do LEGH e DANIEL, Herbert. *Ibidem*.

⁵⁰⁶ DANIEL, Herbert. Op. Cit. p. 96

⁵⁰⁷ DANIEL, Herbert. *Ibidem*. p. 96

regular – e transformada, secreta e absurda, isto é, ‘puramente pequeno-burguesa’, para não dizer ‘reacionária’, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria ‘esquecer’ minha sexualidade.

O *sexo* não era uma grande preocupação política, achávamos. Militantes, tínhamos outros assuntos a abordar. Sexo era uma questão pessoal. E foi sempre assim. Como problema íntimo, só discuti tal matéria com amigos chegados.⁵⁰⁸

Herbert, como um militante de esquerda, queria muito ser um bom revolucionário, e isso acabava colocando-o em um conflito, já que manifestar publicamente a sua sexualidade não correspondia aos padrões de comportamentos aceitos por esse grupo. Por isso, para ele, o exílio teve o significado do rompimento do conflito vivido, já que a sua militância de luta armada deixou de existir e ele não precisava mais submeter uma coisa em detrimento da outra. Em outras palavras, apesar das dificuldades vividas, o exílio foi a oportunidade de não ter mais que ‘esquecer’ a sua sexualidade e significou a possibilidade de vivê-la em um novo país. Nesse sentido, ele conta que já não interessava mais fazer ‘política’,⁵⁰⁹ e sobreviver na fumaça das reuniões fechadas⁵¹⁰, tendo a possibilidade de fazer/viver de outro modo:

Estava decidido a encontrar soluções para certos problemas que a coerência me impedia de chamar de pessoais, mas que a prudência me aconselhava a não chamar de políticos. Sendo, porém políticos, pessoais e intransferíveis, pensei em dar um salto, uma fuga, um corte. Resolvi que precisava me resolver e às minhas dúvidas.

O homossexualismo [sic] era ainda a pendência. Comecei – no exílio – a conhecê-lo, e suas regras. Ferozes. O cerco. O círculo.

Desde sempre me dava conta duma armadilha. E me dizia: se escapei da seita, não foi para cair no gueto⁵¹¹.

⁵⁰⁸ DANIEL, Herbert. Ibidem. p. 96

⁵⁰⁹ DANIEL, Herbert. Ibidem p. 154.

⁵¹⁰ DANIEL, Herbert. Ibidem. p. 154.

⁵¹¹ DANIEL, Herbert. Ibidem. p. 155.

Como visto, a decisão significou a possibilidade de conhecer mais sobre a sua ‘pendência’ ligada à homossexualidade, já que para ele essa questão era pessoal, política e intransferível, e, por isso, necessária de serem resolvida. Por outro lado, Herbert dava-se conta que, explicada a partir da utilização das palavras metafóricas, escapou de uma ‘seita’ ligada a sua militância, mas não queria cair no ‘gueto’, no qual viviam os homossexuais, grupo do qual passou a fazer parte. Por último, nota-se em sua fala, talvez de forma intencional ou não, a utilização do termo ‘homossexualismo’, que trazia uma ideia muito difusa na época de que a homossexualidade era uma patologia. Obviamente, isso não significava que ele via a sua vivência como tal.

Cabe notar também que é perceptível na fala dele uma espécie de crítica à divisão das esferas pública e privada historicamente construídas e muito questionadas pelos movimentos feministas. Na citação anterior, Herbert, ao fazer uma leitura sobre o passado a partir de uma nova perspectiva adquirida no exílio, diz que o *sexo*, por ser considerado algo privado, deveria estar submisso à militância, que era considerada como mais importante. Já na última, o ex-militante joga com as palavras na frase “soluções para certos problemas que a *coerência* me impedia de chamar de *pessoais*, mas que a *prudência* me aconselhava a *não* chamar de *políticos*”.

A autobiografia de Herbert, publicada após o exílio, é muito marcada pelo contexto dos anos 60 e 70 e por suas vivências em Paris, onde certamente estabeleceu contato com os movimentos feministas e de homossexuais, que o fizeram repensar sobre as sua trajetória no Brasil. Verifica-se ao longo da sua narrativa a não distinção do pessoal e do político, temática essa muito abordada pelo feminismo de segunda onda e por movimentos homossexuais da época. Ainda nesse sentido, ao analisar o passado vivido, Herbert Daniel diz que “Minha vida era um livro aberto. Só eu, entretanto, sabia ler nas entrelinhas”⁵¹². Com a afirmação de Herbert, observa-se uma plena consciência da sua autoanálise, com a demarcação temporal da construção da narrativa, e a sua preocupação em deixar claro que se tratava de uma análise retrospectiva. Além disso, ironiza com a ideia de ‘sair do armário’ aos explicitar na sua vida/livro somente ele entenderia as entrelinhas.

A narrativa de Herbert Daniel abre caminho aqui para assinalar as revoluções dos costumes que foram vividas na segunda metade do

⁵¹² DANIEL, Herbert. *Ibidem*. p. 97

século XX⁵¹³ por muitos/as exilados/as, onde pautas do feminismo de segunda onda estavam presentes, como o prazer sexual, o direito ao corpo e ao aborto, os debates acerca do ‘amor livre’, o questionamento das separações das esferas e da distinção entre o privado e o político, as críticas às desigualdades salariais, e os debates sobre o trabalho doméstico, entre outros⁵¹⁴. As pautas feministas, que foram vividas e discutidas por homens e mulheres durante o exílio, principalmente, para aqueles sujeitos que se encontravam na França, se tornaram questões de autoanálise das suas vivências do passado e rupturas com relação ao presente, uma vez que ainda tinham a possibilidade de modificá-lo.

Maria do Carmo Brito, que teve suas memórias publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, saiu banida em 1970 no grupo que foi enviado para a Argélia, trocado pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, também se aproxima desta ideia. Maria do Carmo passou pela POLOP, COLINA, VPR e VAR-Palmares. Após ser barbaramente torturada, exilou-se com 27 anos na Argélia, Chile, Bélgica, Portugal e, por último, em Angola. Em suas memórias, recolhidas em março de 1977 e junho de 1979, contou que era casada durante a sua militância no Brasil e que a saída do Brasil coincidiu com a sua viuvez, já que seu marido havia sido morto pela ditadura.

Maria do Carmo contou que sua perspectiva modifica-se a partir do conhecimento de novas relações e práticas ligadas à sexualidade⁵¹⁵. Nesse sentido, ao analisar retrospectivamente durante o exílio a sua vida e as suas relações de afeto anteriores, Maria do Carmo narrou que:

Durante muito tempo me sentia no direito de cagar em cima da cabeça das outras mulheres todas e de fazer julgamentos morais da vida das outras pessoas, e fazia mesmo, fui demasiado intolerante. Claro que sei a razão disso. Pra mim não se colocava a questão, a minha primeira relação era excelente e era com uma pessoa de

⁵¹³ PRADO, Danda. **Ser esposa a mais antiga profissão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

⁵¹⁴ Conforme: ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. **Op. Cit.**; PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”–corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

⁵¹⁵ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) **Op. Cit.** p. 76.

origem protestante pra qual não existia ninguém mais no mundo além de mim; fui a primeira e única namorada na vida dele e ele não foi o meu primeiro namorado, mas foi a primeira pessoa com que tive relações sexuais e sempre foi com ele. A coisa tinha sido toda muito fácil, a monogamia era natural, baseada no amor e tudo o mais. Eu não tinha sofrido ainda, a esse nível, não tinha sido provocada, não tinham me feito de objeto, ninguém. Então era muito fácil cagar na cabeça de todo mundo, as outras mulheres eram todas levianas. É uma palavra cretina, que eu não empregaria, mas não acho outra que dê a ideia.⁵¹⁶

Maria do Carmo diz ter mudado as suas perspectivas no exílio, e começou a perceber a forma hierárquica com que ela tratava as mulheres ao fazer julgamentos morais. Segunda sua explicação, isso se dava pela sua construção, pautada em uma monogamia e a ausência de experiências negativas, já que para ela o casamento que tinha no Brasil era excelente. No entanto, Maria do Carmo partiu do Brasil sozinha e viúva, casou-se novamente no exílio e ainda contou que foi levada a outras relações⁵¹⁷, que a fizeram ficar como as ‘outras mulheres’⁵¹⁸. A partir da sua transformação, em função do exílio e de novos relacionamentos, Maria do Carmo mudou a sua percepção e reavaliou a sua vida e suas dores e passou a reconsiderar as suas críticas ligadas à sexualidade das outras mulheres.

Maria do Carmo rompeu e constituiu novas relações de afeto com o exílio, foi marcada pela viuvez, mas também por um novo casamento (que será alvo de análise no próximo tópico)⁵¹⁹. Além disso, narrou que,

⁵¹⁶ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 75.

⁵¹⁷ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 75.

⁵¹⁸ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 75.

⁵¹⁹ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 75.

a partir da separação do segundo casamento, é que conseguiu perceber a sua dependência e descobrir a sua sexualidade:

Sofri muito quando separei, sofri muito por causa dessa dependência, mas sofri muito menos do que se ainda tivesse dado o tal passo, quer dizer, descobrir que a felicidade sexual era possível fora do casamento. A descoberta da minha sexualidade foi o que me ajudou a não ficar dependente, foi o que me salvou de dar um tiro no ouvido quando ele foi embora de casa, porque eu não queria, queria manter⁵²⁰.

Ela considerava sua vida sexual como possível somente com o casamento, e a partir da separação ela percebeu, no exílio, que isso também era praticável fora dele. A ruptura dessa percepção do casamento é certamente uma marca de um tempo em que determinava às mulheres práticas sexuais somente dentro de uma relação como essa. Romper com isso, para Maria do Carmo, significou a ideia de uma felicidade sexual permitida fora do casamento e não mais a submissão da vida sexual ligada a um laço matrimonial. Ainda nesse sentido, Maria do Carmo fez uma avaliação em dois aspectos: o primeiro relacionado ao fato de que se no Brasil não teria sido mais fácil; e o segundo relacionado ao grupo de brasileiros no Chile.

Maria do Carmo supôs que a descoberta da sua sexualidade teria sido muito mais fácil no Brasil⁵²¹. A explicação se deu a partir da leitura da carta da irmã, que estava se separando no Brasil, e que dizia que deveria sair por aí e ir aprendendo⁵²². No entanto, sua construção é ambígua, já que ao mesmo tempo em que avaliou viver em uma ilhazinha (que pode ser pensando como a militância e as organizações de esquerda na qual participava) considerou que tinha “sido mais fácil

⁵²⁰ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 76.

⁵²¹ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 76.

⁵²² Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 76.

fazer essa tipo de descoberta no exílio”⁵²³. Mais fácil justamente em virtude da ausência de controle ou vigilância do seu grupo social existente no Brasil.

Se de fato seria mais tranquilo no Brasil ou no exílio, é difícil de avaliar. Apesar de estarem acontecendo várias transformações no que diz respeito aos comportamentos e a liberdade sexual, por se tratar de uma questão altamente subjetiva, a vivência iria depender de um conjunto de fatores e do agenciamento da própria Maria do Carmo. Além disso, no que diz respeito ao exílio, as transformações dependeriam do contexto em que cada sujeito estava inserido, das suas próprias concepções e construções, e da capacidade de emancipação frente às concepções mais tradicionais que possivelmente enfrentaria.

A segunda percepção de Maria do Carmo, relacionada ao Chile, um dos lugares de contexto do exílio que ela passou, traz a avaliação de algo que a ajudou bastante na compreensão e na descoberta da sua sexualidade, que foi:

ambiente bastante aberto, onde havia muita gente, estilos de vida diferentes, era possível um relacionamento diversificado, e onde as pessoas tinham uma participação política, tinham amigos, estavam integrados dentro daquele sistema. Para mim, romper com um certo número de coisas significava romper com uma estrutura de família e tudo que te pode segurar numa formação tradicional. Isto estava personificado na minha mãe, que estava dentro de casa, ao meu lado. Num lugar isolado, mais fechado, não teria sido possível. Você se imagina conseguindo fazer esse tipo de libertação e descoberta com a tua mãe na Bélgica, ou na Suécia, onde tem aquele pinguinho de gente com quem você se relaciona? Não dá.⁵²⁴

Maria do Carmo avaliou as suas transformações, ligadas ao contexto chileno, considerando as possibilidades de estabelecer novas

⁵²³ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 76.

⁵²⁴ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 76.

relações a partir da visualização de outras formas de relações. No entanto, considerou que descobrir a sua sexualidade parecia ser uma mistura entre um contexto propício e romper com uma ideia de família que estava personificada pela sua mãe, pois em determinado contexto e lugar de exílio vivia com ela. Ela então considerou que isso não dependeria somente de si própria, mas a partir de uma possibilidade oferecida por um lugar de destino com maior circulação de pessoas e que não tivesse a influência da mãe.

Separação, ruptura de uma família tradicional, e liberdade sexual são as sinalizações realizadas pelas exiladas e as rupturas vividas de modo subjetivo com o exílio. Foram rompimentos com ideias de comportamentos que carregavam subjetivamente da sua sociedade de origem e das redes de relações com quem conviviam no Brasil antes da partida. Traduziram-se em suas memórias como uma redescoberta de si e como modificações das suas relações de gênero, tanto com as mulheres (com o próprio questionamento dos seus julgamentos morais), quanto com os homens (com a percepção de outras maneiras de relacionamentos de afetos mais abertos e menos dependentes em função do casamento).

A avaliação retrospectiva que considerou o contexto e a comparação entre o Brasil e o lugar de destino não é exclusividade de Maria do Carmo Brito. Ela poderá ser vista também nas memórias de Sandra Macedo. Em sua entrevista, feita por mim para essa pesquisa, em abril de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, ao ser perguntada, como ela (enquanto expectadora) via as separações e as reconfigurações familiares e dos afetos, contou que:

Sabe que eu, aí eu não sei se é uma coisa que eu estou, só estou pensando em uma questão, que é um pouco que eu falei antes, eu acho que a gente vivia em um momento, e eu acho que não tem muito a ver com o grupo de brasileiros, ou de exílio. Era um momento em que os jovens da época, vinte e poucos anos, que era o que a gente tinha, estavam vivendo uma certa euforia pós-68. Então isso se traduzia também nas relações mais abertas, que por sua vez, eu vou te falar, tinha resultados às vezes contraditórios, às vezes muito conflito, muito sofrimento. Então o que eu me lembro dos brasileiros era um pouco isso, às vezes as mulheres desesperadas chorando, mortas de ciúmes porque os maridos estavam transando com

outras pessoas, elas próprias transando com outras pessoas, entendeu. Então tinha isso, que era, que eu acho que era parte de um momento cultural, da época pós-68 na França, não sei exatamente no Brasil se não era igual, mas lá tinha essa coisa de... de se aproveitar muito uma certa liberdade, mas para a qual a gente não tinha assim muita estrutura digamos. Eu me lembro que eu tinha uma amiga, que até eu encontrei com ela ontem, dessa turma, que ela dizia assim, o namorado dela, marido, sei lá, estava namorando outra moça e tal, e ela estava desesperada de ciúmes, às vezes eram pessoas do próprio Círculo das Mulheres, era um problema. E aí ela dizia assim, olha, lá na época ela dizia assim “não dá, ou a gente para de dizer o que a gente diz sempre, que ninguém é de ninguém, todo mundo tem direito, não sei o que, ou a gente para de sofrer” [risos]⁵²⁵

Para Sandra, hoje, passadas algumas décadas de seu exílio, estava claro que aquele período era momento de transformação e que não se tratava somente de uma situação vivida pelo grupo de brasileiros/as exilados/as, mas estava relacionado com uma espécie de euforia ligada à liberdade sexual do contexto da época. Porém, em sua análise isso se tornava uma contradição, já que os/as brasileiros/as não estavam preparadas para essa maior liberdade, o que gerava muitos conflitos a partir de outros sentimentos, como ciúmes e sofrimento. Certamente, essa é uma reflexão atual, mediada por mim, que fez pensar a respeito, mas também traz à tona sua percepção enquanto feminista e militante do Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris.

No decorrer da entrevista, ainda a respeito dessa temática, Sandra, ao ser questionada se essas novas práticas foram vividas e eram possíveis somente na França, explicou que “Não sei se nessa época, anos 70, eu acho que já tinha uma certa... Era a época da liberdade sexual”⁵²⁶. Nessa mesma fala, para ela, isso “variava de família para família, de casal para casal, mas tinha um discurso oficial dentro do movimento feminista, dentro da esquerda, dentro das vanguardas digamos assim, que não pode ser possessivo, o que é isso, entendeu.”⁵²⁷.

⁵²⁵ MACEDO, Sandra. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo da autora.

⁵²⁶ MACEDO, Sandra. *Ibidem*.

⁵²⁷ MACEDO, Sandra. *Ibidem*.

A partir da narrativa de Sandra Macedo, percebe-se a confirmação do que já foi apresentado anteriormente, principalmente pela historiadora Cristina Scheibe Wolff, que nas organizações de esquerdas já se admitia a existência de outra moral, considerada ‘mais avançada’⁵²⁸, pautando ideias de transformação de comportamentos como o ‘novo homem’, que não poderia conceber as mulheres e os filhos como propriedades⁵²⁹. Como citado no capítulo anterior, isso estava mais atrelado à geração associada à luta armada⁵³⁰, que era em sua grande maioria oriunda do movimento estudantil, como na situação de Sandra Macedo que era mais jovem e no Brasil militava no movimento estudantil.

Apesar disso, o que parece é que mesmo que no Brasil algumas situações já estivessem sendo mais questionadas e debatidas pelas organizações de ‘nova esquerda’ (como aquelas de luta armada), por outro lado outras ainda se encontravam submersas, como na situação de Herbert Daniel. Óbvio também comentar, que por se tratar de uma questão muito subjetiva e de múltiplas experiências, nem todos os sujeitos viveram no Brasil e no exílio da mesma forma. Ainda assim, parecem significativas as rupturas vividas no exterior e relatadas nas memórias com seus mais diversos significados pelos/as exilados/as, como no caso de Vilson Rosalino.

O catarinense Vilson Rosalino, que vivia em Florianópolis e também se exilou em Paris, ao ser questionado em sua entrevista se teve namoradas durante o exílio, contou brevemente que:

VR: Ah!! Sim!!

ER: [risos]

VR: [risos] Aliás, eu acho que se eu posso te dizer alguma coisa, eu acho que por conta, pelo menos na cidade universitária onde havia uma disponibilidade muito grande de material humano masculino e feminino, muitas festas, então eu acho que pouco casamento resistiu àquela tentação.⁵³¹

⁵²⁸ WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit. p. 143.

⁵²⁹ WOLFF, Cristina Scheibe. Ibidem. p. 145.

⁵³⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. Ibidem. p. 149.

⁵³¹ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 06/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

Ao falar sobre este assunto, Wilson apenas emitiu um “sim” com muita segurança e não deu muitos detalhes a respeito. Embora se trate de uma entrevista e tendo sido interpelado por mim, o aspecto relacional talvez não tenha alcançado todo o objetivo. No entanto, nos poucos detalhes que o exilado ofereceu, ele associou as várias namoradas que teve a uma maior variedade vivida em decorrência da cidade universitária (lugar onde estudava), e definiu que foram poucos os casamentos que resistiram à ‘tentação’ oferecida pelo grande disponibilidade de pessoas no centro urbano.

Wilson morava em Florianópolis antes de partir para o exílio e mesmo que algumas transformações das relações já tivessem acontecido, a cidade ainda era imensamente menor do que Paris, o que de certa forma possibilitou maiores contatos com outras pessoas e possibilidades de constituição de novos relacionamentos em suas várias maneiras. Sair de Florianópolis e exilar-se em Paris significou muito para o exilado, e em sua autoanálise, a partir do presente, no final de sua entrevista, diz que se tivesse que repetir a experiência faria novamente porque não gostaria de abrir mão das coisas boas e enriquecedoras que teve⁵³².

A última narrativa que apresento aqui é sobre Carmela Pezzuti. Carmela não escreveu uma autobiografia e muito menos se encontra viva para conceder uma entrevista. A sua trajetória foi narrada no livro *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*, escrita pelo jornalista e companheiro de militância Maurício Vieira de Paiva⁵³³. Trata-se de uma fonte muito diferente das utilizadas até o momento, já que não é uma escrita de si, mas uma vida narrada por outra pessoa exilada. Apesar disso, a trajetória de vida de Carmela é muito interessante e, mesmo que relatada por outrem, merece atenção.

Carmela nasceu em 1926 em Araxá, Minas Gerais, onde casou-se muito jovem e teve dois filhos⁵³⁴. Com 36 anos de idade se separou e,

⁵³² SILVEIRA, Wilson Rosalino da. *Ibidem*.

⁵³³ Maurício Vieira de Paiva foi dirigente do movimento estudantil de Belo Horizonte, participou da luta armada militando na COLINA, e foi preso em 1969. Após um ano e meio da prisão, foi trocado pelo embaixador alemão, e banido. Exilou-se na Argélia, Cuba, Chile, Argentina e Portugal (onde permaneceu mais tempo).

⁵³⁴ PAIVA, Maurício. **Companheira Carmela**: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro, Mahuad, 1996. p. 15

em meados dos anos 60, passou a militar pela COLINA e, posteriormente, na Var-Palmares⁵³⁵. Seus dois filhos, Ângelo e Murilo, ambos também militantes da COLINA, foram facilitadores de sua entrada na militância de resistência à ditadura⁵³⁶. Em 1969, Carmela foi presa e em 1970 saiu da prisão banida e trocada pelo embaixador alemão. Carmela passou pela Argélia, Chile, e Itália, sendo que neste último país, por ter cidadania, teve algumas facilidades e foi onde permaneceu a maior parte do tempo de seu exílio.

Maurício Paiva, ao narrar sobre Carmela, trouxe várias informações sobre a sua vida e militância tanto no Brasil quanto no exílio. Mas, uma passagem específica se destaca sobre a temática aqui analisada. Em meio a idas e vindas de Carmela, entre Paris (onde os seus filhos se encontravam exilados também) e Roma (onde ela vivia), e após a morte de Ângelo, Paiva narrou que:

[...] Tudo ia bem por Paris, afinal, e parece que a moda por lá era, agora, o *relacionamento aberto*.

Ela, Carmela, retornada de Paris com ânimo renovado. E, para melhorar as coisas, as rezas da *nonna* estavam dando certo. Pena que só metade certo. Porque o namorado que arranjou era mais velho e tinha lá os seus compromissos com uma uruguaia.

Foi pelos bons ofícios do ítalo-brasileiro Tullo Vigevani que Carmela conheceu e começou a namorar o Francisco, exilado brasileiro desgarrado, que chegara tardiamente a Roma. Ligado ao Partidão nos anos anteriores a 1964, época em que ser do Partidão era currículo, além de abrir boas portas [...].

Francisco era, de fato, casado com uma uruguaia, que ficara em seu país enquanto tentava se ajeitar na Itália. [...] ⁵³⁷

Paiva criou uma narrativa em função de algumas informações das quais não se tem certeza se aconteceram, já que não explicou como é que teve acesso a todas as referências e as cartas que publicou ao longo do livro. Além disso, por saber que ele não estava exilado no mesmo

⁵³⁵ PAIVA, Maurício. *Ibidem*.

⁵³⁶ PAIVA, Maurício. *Ibidem*.

⁵³⁷ PAIVA, Maurício. *Ibidem*. p. 204.

lugar que Carmela, não poderia ser ao mesmo tempo em que não expõem ser um expectador da vida de sua heroína. Paiva, muito provavelmente, capturou parcialmente algumas informações e criou uma narrativa em função de suas próprias opiniões e concepções.

No decorrer dessa passagem, Mauricio Paiva, ao continuar a narrativa sobre essa situação vivida por Carmela, contou ainda que Francisco gostaria de se separar da esposa uruguaia e casar-se com ela, mas que ela “feminista formada na escola de Roma”⁵³⁸ não poderia prometer viver com ele por toda a sua vida, no máximo “até que a vida [n]os separe”⁵³⁹. O desfecho da narrativa com relação ao episódio foi de que Carmela não continuou o seu relacionamento afetivo com Francisco e que isso aconteceu em virtude do pedido de casamento.

Embora se trate de memórias não escritas em primeira pessoa, é muito interessante perceber como Mauricio Paiva tem uma preocupação em falar sobre algumas questões presentes no contexto da época. Por isso, a construção narrativa da vida de exílio de Carmela se torna interessante, uma vez que explicita as vivências cotidianas relacionadas a questões contextuais. O narrador, nas duas páginas (que tiveram seus trechos extraídos e citados aqui), ao falar sobre a situação de Carmela, sinalizou sobre a ‘moda’ do relacionamento aberto em Paris, a ‘escola’ feminista da qual Carmela tinha sido ‘formada’, e o relacionamento afetivo que a heroína estava estabelecendo. Além disso, o narrador, a partir da sua narrativa construída posteriormente, ofereceu o entrelaçamento de todos esses aspectos mesmo que dando um efeito direto entre uma coisa e outra.

Liberdade sexual, feminismo de segunda onda, revolução sexual, pílula, maio de 68, eram os contextos da época, que certamente marcaram as subjetividades dos exilados/as que estiveram na França, mas também se construíram no tempo e pelo tempo. Não propiciaram uma situação nova somente nesse local de destino, mas para os/as exilados/as que saíam de uma ditadura civil-militar e estavam envolvidos com organizações de esquerda, vivendo sob toda a pressão, perseguição e medo, em suas memórias narradas/escritas, o momento teve um significado muito importante: de novas expressão dos seus afetos que abriram caminho para novas relações de gênero. Uma dessas expressões está refletida nas separações e rearranjos familiares que serão analisados no próximo tópico.

⁵³⁸ PAIVA, Mauricio. *Ibidem*. p. 205.

⁵³⁹ PAIVA, Mauricio. *Ibidem*. p. 205.

Novas subjetividades estavam sendo construídas no exílio a partir das novas vivências que se estabeleceram. Entretanto, como se tratava de algo subjetivo, isso não foi geral e não pode ser visto como uma relação entre causa e consequência, uma vez que as vivências foram múltiplas. As transformações das subjetividades com a tônica dos afetos significaram grandes mudanças comportamentais ligadas às novas práticas da sexualidade onde o ‘ser homem’ ou ‘ser mulher’, em seus lugares de destinos, assumiu uma nova configuração. Se para Herbert Daniel o exílio significou a possibilidade de viver a sua homossexualidade, já para Maria do Carmo Brito foi a ruptura do casamento no exílio que a fez descobrir novas maneiras de relacionar-se e expandir a sua sexualidade. Por sua vez, Vilson Rosalino via com o exílio a disponibilidade de muitas pessoas e a consequente incontinência dos casamentos, e Sandra Macedo considerou o momento de euforia pós-68, para o qual as brasileiras não estavam preparadas.

4.2 REARRANJOS FAMILIARES: CONSTRUINDO NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES NO EXÍLIO

O exílio deixou marcas profundas nas formas como cada sujeito constituiu as suas relações familiares. Essas relações familiares transformadas significaram grandes rupturas a modelos mais tradicionais (famílias constituídas pela relação entre um homem, uma mulher e os/as filhos/as) vividos anteriormente por esses mesmos sujeitos, além de significar um indicativo de uma época. Por isso, a partir das narrativas dos exilados, nesse tópico pretendo refletir sobre as rupturas e reestruturações com relação às famílias no exílio, pensando que questões estavam em jogo no que diz respeito às reconfigurações familiares no exílio. Trata-se de um aspecto importante, uma vez que as mudanças subjetivas interferiram no conceito de família utilizado até então pelos exilados/as.

Ana Silvia Scott, ao analisar as variações sobre os arranjos familiares no Brasil do final do século XIX até o século XX, considerou que durante os anos 60 e 70 um conjunto de mudanças ocorridas no Brasil permitiram às mulheres colocarem em causa os valores de igualdade⁵⁴⁰, como o aumento da participação feminina no mercado de

⁵⁴⁰ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012 p. 24.

trabalho, o maior acesso à educação formal, a possibilidade de decidir sobre se e quando ser mãe, e a instituição do divórcio em 1977⁵⁴¹. Ao avaliar a situação hoje, apesar de grandes ressalvas e muitas coisas a ser conquistadas, em seu quadro comparativo essa mesma autora considera que:

Apesar de persistentes diferenças sociais entre homens e mulheres, hoje estamos diante de famílias que tendem a compor uma relação mais igualitária entre os parceiros, na medida em que, por exemplo, ambos contribuem financeiramente para a manutenção da unidade doméstica e de seus membros. Tal mudança conferiu maior ‘poder’ para as mulheres dentro das famílias, rompendo o antigo ciclo de dependência e da subordinação. De uma família constituída em fortes bases hierárquicas passamos para uma família mais democrática, tanto no que diz respeito à relação entre homem e mulher, como também no que diz respeito ao relacionamento entre pais e filhos, e, especialmente, à valorização das filhas⁵⁴².

A historiadora avaliou como positivas as mudanças ocorridas desde o início do século até o tempo presente e considerou que elas foram extremamente significativas nos anos 60 e 70. Mas, como a autora explica, no Brasil essas transformações não eram vividas de forma homogênea e por todos os sujeitos ao mesmo tempo, já que as implantações dos supracitados valores de igualdade atingiram, principalmente, os setores médios e urbanos da sociedade.

As transformações na concepção de família não faziam parte do cenário brasileiro somente. Por exemplo, de acordo com o sociólogo François de Singly, ao analisar a família francesa, que corresponde ao lugar de destino da grande maioria das memórias levantadas para esse tópico, explica que nos anos 60 e 70 aconteceram várias transformações resumidas em alguns aspectos: a diminuição de casamentos, o aumento de divórcios, o crescimento das famílias monoparentais, o aumento do

⁵⁴¹ SCOTT, Ana Silvia. *Ibidem*. p. 24.

⁵⁴² SCOTT, Ana Silvia. *Ibidem*. p. 25.

número de nascimentos de filhos/as fora do casamento, e o aumento do trabalho assalariado das mulheres⁵⁴³.

Além disso, como a questão aqui analisada é sobre as separações e os casamentos, e suas decorrentes transformações nas famílias, certamente um ponto importante passa pela possibilidade do divórcio já existente na França desde 1905, enquanto que no Brasil aconteceu somente em 1977. Portanto, na maioria das memórias aqui analisadas, no momento que esses sujeitos deixaram o Brasil o casamento ainda era indissolúvel de acordo com a legislação. Embora que só um aparato legal, a possibilidade legislativa proporcionou a transformação social do lugar de destino e afetou de forma direta nas construções subjetivas (mesmo que vividas de forma diferente), facilitando uma possibilidade real da dissolução do casamento e realização de novos caracterizados pela informalidade jurídica.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, é necessário fazer uma ressalva. É óbvio que antes da instituição do divórcio no Brasil os casais se separavam, muitas vezes, talvez, não expressando à sociedade da qual fazia parte ou, ainda, realizava o desquite que havia sido instituído em 1942 no Código Civil, mas que por sua vez não dissolvia o vínculo matrimonial. Contudo, apesar de ter ocorridos mudanças nas famílias e da instituição do divórcio no Brasil, é no exílio que os rearranjos familiares parecem ser muito maiores. Definidas por uma já consolidada possibilidade de separação (em função do tempo) e do contexto de rupturas de uma época com os questionamentos proporcionados pelos movimentos feministas, pós-maio de 68 francês, entre outros já citados.

Outra questão importante é que, tanto os homens quanto as mulheres, em virtude dos seus desenraizamentos, além de questionarem suas construções culturais no contato com o outro, também foram desobrigados (mediante a sua sociedade de convívio, que possuíam no Brasil) a permanecer em uma relação matrimonial na qual não gostariam mais de estar. Nesse sentido, Denise Rollemberg comenta que as separações foram muito comuns e as associa diretamente em virtude das destruturações emocionais causadas pelo exílio⁵⁴⁴, da mesma forma que levanta que a necessidade de preservar algo estável causou o efeito contrário, isto é, a manutenção de casamentos⁵⁴⁵.

⁵⁴³ SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 127.

⁵⁴⁴ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 137.

⁵⁴⁵ ROLLEMBERG, Denise. Ibidem. p. 137.

Entretanto, considerar as separações como causas únicas e diretas do desenraizamento e das instabilidades emocionais causadas pelo exílio me parece deixar de perceber o quão complexo foi o contexto vivido pelos/as brasileiros/as no exterior, principalmente, para àqueles que estiveram na França. Bem como ao adotar essa abordagem de forma direta se estabelece um efeito de causa e consequência a uma situação subjetiva, o que daria um caráter objetivo e racional que não parecia estar presente, como será visto nas primeiras narrativas apresentadas abaixo.

Nesse tópico, inicio a análise das memórias a partir dos trechos da narrativa de Ângela Xavier de Brito, publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, e da sua entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro em 2005. Além dela, também, utilizo as entrevistas de Angela Muniz e Carmem Maria Craidy. O objetivo inicial aqui é perceber como as transformações no que diz respeito as separação e aos rearranjos familiares foram vividas em seus exílios e de que maneira são narradas.

Ângela Xavier de Brito, já mencionada anteriormente, nas memórias que se encontram na parte *Círculo* no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, recolhidas conjuntamente em julho de 1978 e publicadas no livro em 1980, relatou que:

Um fenômeno de exílio interessante é que a maioria das pessoas que chegaram casadas no Chile ou mesmo aqui na França, viveram uma desestruturação do casal. Essas crises são às vezes inevitáveis quando a gente chega num país estranho. Os casais às vezes têm contradições que podem ser atenuadas se ambos estão integrados socialmente. Num país novo, em que muitas vezes tudo é hostil, tudo é difícil, em que as pessoas têm que se adaptar, as contradições do casal tendem a se agudizar. Eu vivi isso. No Chile, as rupturas dos casais foram, muitas vezes, por razões inversas. Muitos casais que chegavam lá, recém-saídos da clandestinidade no Brasil, de situações desgastantes, com pouco contato social, encontraram todo o mundo falando e discutindo política. Havia muitas oportunidades para conhecer gente nova, interessante, e então as pessoas começavam a sair do burquinho em que estavam, começavam a se despreimir. Isso foi fatal para muitos casais: foi a primeira leva das

separações. Mas houve casais que sobreviveram, claro.⁵⁴⁶

Ângela, em sua narrativa, analisou o que considerava ser uma vivência de muitos casais exilados, que associa a chegada a um país estranho, com hostilidades e dificuldades vividas, onde os conflitos começaram a surgir, vividos tanto no Chile quanto na França. Para ela, essas hostilidade e dificuldades foram influências que fizeram emergir as contradições e as possíveis separações. No decorrer da sua fala, ela ainda explicou que com o golpe no Chile muitos brasileiros/as tiveram como destino a Europa, lugar onde aconteceu o que considerou ter sido a “segunda leva das separações”⁵⁴⁷.

Ângela avaliou de um modo geral a situação vivida pelos/as exilados/as a partir justamente das suas vivências. Nesse sentido, para ela, que também viveu esse fenômeno da ‘desestruturação’ do seu casamento, o Chile foi um momento de libertação das situações desgastantes do Brasil e por isso uma oportunidade para se ‘desreprimir’. Os significados que foram atribuídos por ela sobre a situação foram de ‘agudizar’, a partir de dificuldade e hostilidades, e ‘desreprimir’, em função de uma maior liberdade que não era vivida no Brasil e passou a estar presente no Chile e na França.

Por outro lado, em sua narrativa publicada no livro os detalhes oferecidos, nessa parte, não são muitos. Ângela fez considerações gerais, dizendo-se partícipe, mas explicando a situação mais ligada ao contexto exilar e pensando as vivências coletivas dos/as exilados/as. A sua fala está marcada pela constituição da narrativa realizada através de depoimento conjunto de dez mulheres do Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris, conforme explicação concedida no início da situação dos trechos recortados e editados no livro⁵⁴⁸.

No entanto, em outro trecho explicitou melhor a situação que viveu e os seus (res) sentimentos com relação ao ex-marido e à separação:

⁵⁴⁶ Memórias do Círculo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 431.

⁵⁴⁷ Memórias do Círculo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 432.

⁵⁴⁸ Memórias do Círculo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 411.

Sinto que vivi dois processos de ruptura diferentes: um de ruptura política, em que me afastei da família porque eles não me acompanhavam politicamente. Mas não há uma ruptura da minha estrutura mental. E o que acontece é que vou repetir com o meu companheiro exatamente tudo o que vivi na minha casa, embora com uma política diferente. Só muito mais tarde – eu não consigo situar bem quando – é que senti a necessidade de romper com esses valores. Não foi quando adquiri uma consciência feminista, pois a necessidade, embora vaga e difusa, de uma ruptura nesse nível já vinha de antes. Por exemplo, me separar do meu marido, que era algo impensável do ponto de vista da família, eu já imaginava como algo possível. Eu me dizia às vezes: bom, não tem nada pra segurar nessa relação, eu estou vivendo com esse cara, mas... porquê? O que é que estou fazendo aqui? A gente não se gosta mais, a gente não tem mais nada em comum, ele está visivelmente querendo ir para um lado, eu estou visivelmente sem saber para onde quero ir, ele sabe, mas eu, mais uma vez, não sei. Comecei a me dar conta da minha solidão. Eu não era eu, não existia enquanto pessoa, era a mulher do fulano, meus amigos do fulano, tudo passava por ele e era uma merda, senhores! Mas só comecei a elaborar melhor tal necessidade difusa quando percebi que o problema não era só meu, que várias outras mulheres também sentiam isso, só que não falávamos disso, tínhamos vergonha. O grau de lealdade que eu tinha em relação à pessoa com quem vivia era tão grande que para mim, chegar aqui, fazer críticas a ele, me parecia uma traição. Eu estava de fato traindo a mim mesma, na medida em que eu não assumia determinadas coisas que estava sentindo⁵⁴⁹.

⁵⁴⁹ Memórias do Círculo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) *Ibidem*. p. 417.

Angela Xavier de Brito acabou trazendo mais detalhes sobre a sua separação e o que diz ter sentido naquele momento. Para ela, foi uma segunda grande ruptura em sua vida, mas pensada a partir dos dilemas com os quais estava vivendo, de solidão, de ser a ‘mulher’ do fulano, etc. Suas rupturas familiares e do casamento foram consideradas por ela como dois momentos significativos de transformação e de questionamento de sua vida. Foi acima de tudo uma ruptura de concepção mental de um modelo que ela possuía e se desvinculou a partir do exílio.

Mas, o interessante também em sua narrativa é que para ela o processo de separação, ao refletir sobre isso, foi considerado de maneira diferente da primeira ruptura. Ela assinalou ter sofrido um rompimento de uma estrutura mental, dos valores, e de uma estrutura familiar tradicional. Embora participando do *Círculo de Mulheres Brasileiras* em Paris, naquele momento, segundo ela, as motivações das rupturas vinham de aspectos anteriormente já presentes e não do momento em que estava vivendo (por exemplo, da descoberta e tomada de consciência feminista).

No início da subdivisão *Círculo* foi ressaltado que as entrevistas não representavam o pensamento do *Círculo de Mulheres Brasileiras* em Paris como um todo, mas que refletiam apenas algumas experiências, e que o conjunto de memórias não estava centrando somente em uma narrativa (como a de Ângela). Embora indicado este ponto na abertura das memórias recolhidas, Ângela contou detalhes importantes sobre o momento vivido. Se no primeiro trecho sinalizou aspectos mais gerais, caracterizando-o pela sua ‘desestruturação’, que é uma questão que remete a si; na segunda parte selecionada apresentou detalhes e atrelou a sua separação à ideia de ruptura de valores, não ao feminismo, mas a um caráter subjetivo em função do que estava vivendo e percebendo.

Essa situação se difere na entrevista de Ângela concedida à professora Joana Maria Pedro no ano de 2005, em Paris. A entrevistadora Joana Maria Pedro, dentro do projeto *Feminismos, Gênero e Ditaduras no Cone Sul* e com a pesquisa intitulada *Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*, ao realizar a entrevista teve a intenção de constituir uma narrativa histórica sobre o movimento feminista que se deu a partir dos anos 70 no Brasil. O objetivo de certa forma se torna claro ao longo da entrevista, já que muitas das perguntas e falas estão ligadas ao feminismo e ao *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris*.

Por se tratar de uma entrevista, Ângela deu mais detalhes sobre a sua trajetória de vida, diferentemente do primeiro depoimento (que não

tenho maiores detalhes como se deu a elaboração) no qual deu mais ênfase ao exílio e a sua relação com o *Círculo*, já que era isso que se pretendia com aquele material. Ao ser perguntada sobre o contato com feminismo em Paris, Ângela contou que:

Foi muito engraçado. Eu cheguei em novembro de 73 aqui em Paris. Em Abril de 74 eu estava separada, meu casamento durou seis meses aqui em Paris. De repente eu olho pra aquele cara, e não tinha mais o véu da política entre nós. Me deu a impressão de que eu nunca tinha visto aquela pessoa, que eu tinha casado com uma pessoa e que na verdade não tinha nada que ver.⁵⁵⁰

Se nas memórias anteriormente narradas Ângela associava aspectos mais gerais e contextuais ligadas às dificuldades vividas com o exílio e a questões que consideram vir de antes, na entrevista realizada quase 30 anos depois outro aspecto parece ser combinado. A pergunta era sobre o contato com o feminismo em Paris, mas a resposta direcionou-se para aspectos da chegada e a separação que aconteceu seis meses depois. Ângela combinou, mesmo que talvez de modo inconsciente e diferentemente de seu outro argumento, a pergunta sobre feminismo e a sua chegada e a separação, dando a entender que em sua trajetória de vida esses aspectos estavam estritamente relacionados.

De um modo geral, se torna difícil tentar justificar a separação de Ângela com uma ou outra questão, uma vez que se tratava de algo extremamente marcado pela subjetividade no que diz respeito à manutenção de afetos e as escolhas, que por sua vez não podem ser consideradas unicamente como racionais. Além da reconstrução de si em detrimento do contato com outros sujeitos (como pode ser visto no final da memória recortada de Ângela), tratava-se de explicação que combinava a dimensões do contexto do período (como o feminismo e as dificuldades e hostilidades do exílio) com a construção da narrativa que fez em função da entrevista.

Ao escutar o áudio (e ler a transcrição) como um todo, percebe-se que a entrevista de Angela Xavier de Brito à Joana Maria Pedro estava marcada por algumas aproximações que puderam facilitar uma maior comunicação nesse encontro, que foram: geração, gênero, e

⁵⁵⁰ BRITO, Ângela Xavier de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassette). Paris, 28/11/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

identificação profissional. Tanto Ângela quanto Joana possuíam idades próximas (Ângela com 63 anos e Joana com 55 anos) no momento da realização da entrevista; são mulheres que questionam as práticas cotidianas, se identificando como feministas; e possuíam aproximação ligada à identificação profissional da qual pertenciam, já que ambas são pesquisadoras.

A segunda narrativa, em que Ângela relaciona o feminismo e a separação, se deu justamente porque o objetivo de análise da professora Joana Maria Pedro era de analisar o movimento feminista, onde a intencionalidade da pesquisadora e a relação estabelecida pela presença de igualdade refletiram diretamente na construção narrativa da entrevistada. Este aspecto da igualdade, negociado no momento da entrevista, fez justamente com que detalhes que não foram obtidos em outro contexto emergissem, como o que diz respeito ao trabalho do marido (que será visto a seguir).

Ainda nesse sentido, da separação, no decorrer das seguintes perguntas da entrevista, Joana Maria Pedro questionou se o ex-marido havia conseguido trabalhar quando chegaram a Paris, e Ângela por sua vez explicou que:

Não, não, ele ficou fazendo política até o máximo que ele pode, mas você sabe que eu tenho uma teoria nessas coisas, né, Joana, a gente é que não dá espaço, eu sempre fui uma mulher muito forte, de me meter nas piores situações, mas eu resolvo, e eu tenho impressão que eu não dei muito espaço para ele. [*J - Por exemplo*] Eu acho que se eu tivesse dado espaço, ele tinha arranjado um trabalho.

J - Tu aceitaste que ele fosse fazer política ou ele tomou essa iniciativa?

A - É, eu aceitava, eu achava nobre que ele fizesse política, ele fazia política melhor do que eu.⁵⁵¹

A fala de Ângela traz demarcada a hierarquia denunciada por algumas mulheres, e sinalizada no primeiro capítulo, em que os homens eram considerados militantes e exilados e as mulheres permaneciam nas sombras deles. Ao mesmo tempo Ângela valoriza a sua força de ação mediante as circunstâncias que passaram a viver com o exílio, ela considerou que a militância política do ex-marido era melhor que a sua.

⁵⁵¹ BRITO, Ângela Xavier de. *Ibidem*.

Desta forma, possibilitou e aceitou que, durante o período em que ainda estava casado, ele continuasse suas atividades enquanto ela trabalhava. Ângela trabalhou e contou ter continuado (já que no Brasil, antes do exílio, ela também fazia isso) a sustentar a casa até o máximo que pode e atrelou essa situação a sua autonomia e dificuldade de dar espaço para ele realizar a atividade.

Por outro lado, Ângela não relacionou a ausência do trabalho do marido como motivo para a separação, já que a sua explicação sobre o marido e a falta de trabalho dele se deu somente como uma resposta à pergunta realizada pela entrevistadora. Embora, certamente, esta questão pudesse estar presente nessa tomada de decisão e no seu cotidiano, mas que não poderei explicitar em virtude das ausências de sua fala a respeito. O que também me faz pensar que algumas perspectivas na sua dimensão de autoanálise, marcadas pelo contexto da entrevista e da relação estabelecida entre entrevistadora e entrevistada, estavam mais presentes do que outros aspectos.

Enquanto Ângela Xavier de Brito associou a separação às dificuldades do exílio, ao feminismo e às novas possibilidades, por outro lado Carmem Maria Craidy se utiliza de um argumento parecido no âmbito das dificuldades para esclarecer justamente o oposto: a realização do seu casamento. Na entrevista realizada por mim, onde a entrevistada sabia (por meio da enunciação antes da entrevista) que eu estava buscando entender os rompimentos ocorridos no exílio, ao ser pergunta sobre as separações explicou que:

Não, eu acho que esse abalo enorme da gente sair e perder tudo, ficar sem chão, ficar sem nada, perder as relações, perder a família, isso abala emocionalmente. Eu acho que teve muita gente que não aguentou, muitas relações que não aguentaram a isso e muitas relações que se refizeram no exílio, eu acho que o componente afetivo é um dos componentes dessas rupturas. Eu particularmente refiz minha vida afetiva lá, mas muito aos trancos também, não era na intenção de refazer, era o que a gente conseguia, até que acaba refazendo. Acaba refazendo a vida, e a gente tem necessidade de um apoio afetivo e tal no exterior,

então, a tendência é se agrupar, encontrar companheiro⁵⁵².

Para Carmem, a ausência do afeto familiar, com a perda de uma relação mais próxima, abalou os seus vínculos emocionais e, por isso, explicou que tentou refazer sua vida e relações no exílio. Carmem utiliza-se da mesma ideia de dificuldades explicitadas por Ângela com suas mudanças vividas, mas, de forma contrária, diz ter buscado a partir das dificuldades se estabelecer. Foi a partir disto que esclareceu a realização do casamento, já que quando na França conheceu uma pessoa com quem se casou e teve um filho e uma filha.

É interessante perceber que o significado atribuído foi de ‘refazer’ a vida em função de uma necessidade afetiva. Por outro lado, outras questões contextuais foram deixadas de lado, como a relação, por exemplo, com o período pós-68 e o movimento feminista. Isso se deu porque, a própria entrevistada considerava estes movimentos na época vivida que: “eu achava meio frescura, achava que eu era independente, dona do meu nariz, não tinha nada que... Hoje até eu reconheço todo valor que o feminismo teve, mas na época eu achava que era frescura, nunca militei em movimento feminista”⁵⁵³. Sua perspectiva de refazer a vida não estava relacionada à participação de grupos de consciência ou feministas.

Anteriormente citada, Maria Lygia Quartim de Moraes afirmou que foi no exílio onde muitos jovens constituíram família e tiveram muitas discussões a respeito das relações de gênero (mesmo quando se tratando de questões que faziam parte do cotidiano no Brasil). Ângela e Carmem possuíam a mesma idade, se exilaram em Paris e ambas tiveram passagem pelo movimento estudantil. Enquanto a primeira saiu casada do Brasil e se separou assim que chegou ao exílio, a segunda saiu solteira do Brasil e casou-se no exílio. Com essas situações, perceber-se que arranjos familiares se constituíram e se romperam com o exílio, oferecendo a essas transformações uma dinâmica maior do que as pensadas antes da realização da entrevista com Carmem Craidy, que somente pensava as separações no exílio.

Ainda no intuito de esclarecer e complementar o seu argumento, Carmem Maria Craidy expõe que:

⁵⁵² CRAIDY, Carmem Maria. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

⁵⁵³ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

Eu tinha amigos que foram casais e permaneceram casados o tempo inteiro, que não se desfizeram, os meus amigos mais próximos eram casados, e ficaram casados, e estão casados até hoje, os amigos mais próximos que eu tive lá e que eram amigos já daqui, que era esse antigo pessoal de JUC e tal não é, então eu acho que todos permanecem casados até hoje, não, quase todos, têm uns que não.⁵⁵⁴

A partir de sua perspectiva atual, mesmo ela tendo se separado após o retorno ao Brasil, nem todas as pessoas se separavam no exílio, o que trouxe aqui uma dinâmica maior com relação aos rearranjos familiares. Não só de separações constituiu-se o exílio, mas em suas múltiplas experiências foi vivido de maneiras muito diferentes. As vidas foram ressignificadas e rearranjadas no exílio, como no caso de Carmem, que constituiu uma nova uma família, o que não é o mesmo que levar uma família toda para o exílio, mesmo que tenha vivido na situação de angústia de um retorno ao país.

Sua constituição narrativa estava atrelada ao fato de que no momento da realização da entrevista de Carmem, a interpelação realizada por mim buscava somente entender as separações. Embora sua vivência tenha sido diferente, as suas explicações se deram para esclarecer o meu argumento prévio, apresentando antes e durante (com as perguntas) da entrevista. Em virtude disso, muito provavelmente buscou explicar melhor a situação ao dizer que não foi a única. Por isso, apresentou o fato de que para ela alguns casais saíram juntos e permaneceram até a atualidade à medida que também exemplifica com outras situações a complexidade dos rearranjos a partir de suas continuidades no exílio e no retorno ao Brasil.

Por último, é necessário sinalizar um aspecto importante do seu casamento. Conforme ela contou, embora casando-se durante o exílio, a cerimônia foi realizada por um padre operário que “deu uma bênção e aquilo foi o casamento”⁵⁵⁵, com a participação de amigos, do pai e do irmão. Ainda segundo ela, o pai “dizia assim: ‘tão me enrolando, isso não é casamento coisa nenhuma’”⁵⁵⁶, e hoje ao reavaliar a cerimônia narrou que o “casamento religioso, foi uma encenação mesmo”⁵⁵⁷

⁵⁵⁴ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁵⁵⁵ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁵⁵⁶ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁵⁵⁷ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

porque ela queria ter filhos e não gostaria de deixar a família mais tumultuada⁵⁵⁸. Em outras palavras, apesar de estar realizando o casamento, que foi mediado por uma situação de união, a cerimônia não correspondia mais aos modelos tradicionais, rompendo com os significados e simbologias ainda presentes na época.

O que Carmem sinalizou anteriormente foi a situação vivida e relatada por Angela Muniz. Angela, que exilou-se no Chile e em Paris, saiu casada e permanece casada até hoje com a mesma pessoa. Em sua entrevista, concedida a mim para essa pesquisa, Angela explicou que a vida no exílio foi difícil⁵⁵⁹, apesar dela se considerar muito positiva com relação ao que viveu⁵⁶⁰. Ao ser perguntada sobre as separações que eram comuns entre os exilados/as contou que:

É verdade que alguns exilados tinham mais ajuda da família do que outros e as dificuldades eram grandes... Voltando a sua pergunta, eu conheço mais um casal que está como a gente há muito tempo, nem sei como eles vivem porque eu sou até mais distante deles, viveram depois na Alemanha, não ficaram tanto tempo na França, mas todos separaram, você vai encontrar todo mundo separado e vão te falar: “a Angela e o Muniz ficaram juntos”. Então nós somos meio que ETs, por termos ficado juntos. Eu acho que a gente sempre porque teve uma vida muito difícil, eu fui presa, fiquei longe dele um ano, aí teve nosso reencontro, teve o golpe, o meu marido viajava muito, porque era um cara que militava. Então eu acho que era muito difícil. Se é difícil ficar casada hoje imagina no exílio onde as dificuldades são grandes, porque não dá para fantasiar, foi maravilhoso na minha vida ter vivido na França porque foi inevitável estar ali mas... [...] Eu vivi aquilo, vivi situações terríveis e construí o desejo de ser feliz. Então para mim é isso e era com o meu marido que queria ser feliz, por isso acho que estamos juntos até hoje.⁵⁶¹

⁵⁵⁸ CRAIDY, Carmem Maria. *Ibidem*.

⁵⁵⁹ MUNIZ, Angela. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

⁵⁶⁰ MUNIZ, Angela. *Ibidem*.

⁵⁶¹ MUNIZ, Angela. *Ibidem*.

Para Angela, em sua perspectiva atual, marcada pela não separação, as separações de outrem estavam atreladas às dificuldades do exílio, que narrou serem muito grandes. De um modo geral, ela também assinala que eles tiveram muitas dificuldades, separações provisórias em virtude das idas e vindas vividas pelo casal, mas que o fato dela ter sido positiva frente aos problemas e ter tentando ser feliz fez com que as dificuldades fossem superadas. Angela também participou do Círculo de Mulheres de Paris, teve um forte contato com o feminismo francês (que segundo ela influenciou fortemente a sua perspectiva de vida⁵⁶²), mas não relacionou nada ao contexto vivido em decorrência do exílio, deixando somente as suas dificuldades a fundamentação de significação do vivido.

Como se trata de um depoimento atual com relação ao passado, o seu argumento está relacionado ao sucesso do casamento, que não teve um fim. Angela avaliou retrospectivamente, em decorrência da entrevista, a sua trajetória de vida com relação ao casamento, e por se tratar de uma situação diferente das demais conhecidas do grupo de exilados, ela considerou que o casal era 'ETs'. Sua avaliação de positividade com a vida aparece como uma justificativa para a manutenção e continuidade do casamento, mas ela só ocorreu justamente em virtude do êxito da relação e a partir de sua avaliação atual de referência ao passado.

Sandra Macedo, por sua vez, separou-se do marido que tinha, quando da partida do Chile para a Europa (Bélgica e, posteriormente, França). Na França, após a separação, casou-se novamente com outro exilado, com quem permaneceu casada durante o restante do período do exílio até depois do retorno. Em entrevista também realizada para essa pesquisa, ao ser perguntada sobre a separação do primeiro marido durante o exílio, Sandra contou que:

Eu acho que foi uma... uma... como é que eu vou te dizer, eu acho que sair do Brasil foi uma coisa que até nos permitiu nos separar, porque no Brasil a gente tinha uma família muito, uma família meio patriarcal, não a nossa, mas tinha a família do meu pai, a família da minha sogra. Então eu acho que eu nem pensava que seria possível me separar sem ter uma razão assim. E..., mas a

⁵⁶² MUNIZ, Angela. *Ibidem*.

relação já estava muito ruim também, sobre o ponto de vista assim de marido e mulher, entendeu, a gente era companheiro mas não tinha paixão, não tinha tesão. E quando fomos para o Chile, aí depois de algum tempo a gente conseguiu dizer “bom, vamos nós separar e tal”. Aí nós separamos, foi meio difícil nos primeiros tempos e tal, mas depois, aí teve essas novas vidas juntos, por causa dessas coisas mais conjunturais, ligadas à política e à organização. E depois quando chegamos na França, depois que eu encontrei com ele na Bélgica eu fui para a França, ele foi também morar na França, aí já não tinha mais dúvida que a gente estava separados. As crianças sofreram e tal, mas não tinha mais volta e nem ressentimento nenhum assim.⁵⁶³

Sandra autoavaliou que a separação do marido só foi possível em função do exílio, uma vez que nos lugares de destino eles não possuíam as pressões familiares que interfeririam na relação. Para ela, o relacionamento não estava bom e já haviam tido vontade de separar-se, mas que as dimensões conjunturais impossibilitaram momentaneamente, como o golpe no Chile. Com a estabilização dos problemas vividos no Chile e quando da chegada na França, sem as pressões familiares, a separação foi efetivada e Sandra seguiu a sua vida.

O exílio muito provavelmente em sua vida possibilitou a separação, já que não ter as pressões familiares e ter a possibilidade de fato a oportunizou. No entanto, a autoanálise que foi realizada retrospectivamente, ao ser questionada em função da entrevista, exprimiu ausência de (res)sentimentos presentes naquele momento, que por sua vez parecem ser muito mais uma marca do tempo atual, da mesma forma que explicitou o conceito de ‘família patriarcal’, que parece ter sido apreendido e debatido durante o exílio, em função de sua participação no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, e incorporado a sua vida cotidiana.

O exílio brasileiro foi de perda de raízes (desenraizamento de sujeitos, como aqui apresentado através das memórias de Sandra Macedo), ao mesmo tempo em que foi um momento de refazer as identidades e das transformações subjetivas. Uma vez que as histórias sobre o cotidiano vivido no exílio descrevem momentos de choques

⁵⁶³ MACEDO, Sandra. Op. Cit.

culturais, mal estar em relação ao outro e em relação a si (que se estava descobrindo naquele momento e se reconstróem nas narrativas analisadas), dificuldades, hostilidades e necessidade de refazer a vida. Dentre as várias questões que podem ser analisadas sobre as identidades refeitas, encontram-se os rearranjos familiares vividos pelos/as exilados/as.

Ser afetado e afetar estavam presentes na vida desses sujeitos, tanto com rupturas, reestruturações ou continuidades dos laços afetivos, que estão refletidas em novos arranjos familiares e novas práticas ligadas à sexualidade (analisadas no primeiro tópico). Foram expostas nas memórias das exiladas até aqui analisadas, em função de cada conjuntura das suas elaborações, relacionadas aos termos como ‘agudizar’, ‘desreprimir’, ‘refazer’, ‘dificuldades’, ‘hostilidade’, ‘resolver-se’, ‘feminismo’, ‘permitir-se’, entre outros.

Durante o exílio, Carmem Craidy se casou e Angela Muniz manteve o seu casamento. Já por outro lado, Maria do Carmo Brito, mesmo tendo a sua narrativa constituída por suas rupturas após a separação do segundo casamento e tendo uma perspectiva mais questionadora com relação as suas práticas e julgamentos realizados no passado, a respeito da realização do seu segundo casamento que aconteceu no exílio no ano de 1972, contou que:

Por outro lado, eu me casei já grávida, e casei porque estava fora do Brasil. Dentro não teria casado. Mas simplesmente você está fora, é um estrangeiro indo pra maternidade, mãe solteira, no meu caso mãe viúva, diziam que às vezes tratavam mal... Casei por isso, segurando a minha augusta barriguinha. Tenho até foto.⁵⁶⁴

Ainda que tivesse mudado a sua percepção com relação ao passado e estar narrando retrospectivamente, Maria do Carmo contou que o novo casamento aconteceu em virtude da gravidez e considerou que isso era uma atitude importante a ser realizada em função de ser uma estrangeira. Maria do Carmo era viúva do primeiro casamento e considerou um segundo em virtude da gravidez. Em sua compreensão, as somas entre ser uma estrangeira, mãe solteira e viúva iriam fazer com

⁵⁶⁴ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 74

que ela não fosse bem tratada na maternidade, no momento do parto, e por isso deveria garantir-se com um novo casamento.

Antes disso, Maria do Carmo narrou que já havia ficado grávida outras duas vezes no exílio. Na primeira, no momento em que estava na Argélia, em virtude das pressões políticas e da possibilidade eminente da volta ao Brasil fez o seu primeiro aborto, já que, como já dito, ter filhos/as durante a clandestinidade não era muito aceito pelas organizações. E, na segunda vez no Chile, porque “naquela altura achei que eu é que não queria”⁵⁶⁵, e, por isso, escolheu realizar um aborto escondida e sozinha. Na terceira gravidez, que diz ter sido o motivo do seu casamento, falou que “ia ter contra ventos e marés”⁵⁶⁶.

No relato de Maria figura que a realização do segundo casamento se deu pela necessidade de cumprir às pressões culturais que ela carregava e àquelas existentes no Chile (lugar onde estava quando engravidou), onde ser mãe solteira não era muito bem visto e casar-se era uma boa saída a fim de evitar problemas. Embora, o período fosse de transformações, que ela parece ter vivido mais tardiamente, ser mãe solteira ainda era um inconveniente com opiniões e julgamentos controversos, tal como a obrigatoriedade do pai assumir um filho/a fora de um casamento ainda não existia e era incomum.

A construção da narrativa com relação à gravidez e o seu casamento se deram após os rompimentos ligados à sexualidade, mas Maria do Carmo não se questionou sobre a realização de um casamento como forma de responder às pressões vividas por ser mulher, da mesma forma que não relatou nenhum (res)sentimento quanto a isso. Todavia, ao explicar que o casamento aconteceu porque engravidou e contar que quis manter a gravidez (embora tenha realizado dois abortos), ela buscou esclarecer as suas motivações que, possivelmente, foram percebidas no momento em que narrou a respeito.

Na situação de Maria do Carmo Brito o casamento aconteceu em virtude da gravidez. Por sua vez, na entrevista de Geronimo Machado e nas memórias de Sonia e Angelina, recolhidas e publicadas conjuntamente no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, o aspecto da reconfiguração da camada social é que foi presente para a união de

⁵⁶⁵ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 72.

⁵⁶⁶ Memórias de Maria do Carmo Brito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Ibidem. p. 72.

pessoas. Geronimo Machado, que exilou-se em Paris e também era de Florianópolis, em entrevista realizada para essa pesquisa, ao ser perguntado sobre a constituição de novos relacionamentos no exílio explicou que:

Mas enfim, aí as possibilidades de relacionamento também são muito grandes. Aí a prática da vida é outra. Paris é uma cidade livre. As pessoas... quem estava lá todo mundo já com experiência e tal, todo mundo com controle de emoções dessa coisas, a vida... já na época a vida sexual, todo mundo com experiência nas suas vidas, na cidade em que essas coisas são vistas diferentes. Lá é cada um é cada um, e lá tu tens que te virar, tu namora se tu quiseres e tu não namoras se tu não quiseres. Tu namora com homem, com uma mulher, com quem tu quiseres, problema é teu. Quer dizer, então, aí já a vida é completamente diferente, porque é uma metrópole mundial. Eu já não estou mais na provinciazinha de Florianópolis, aí o mundo já é outro. E quem está lá todo mundo é adulto, casado ou não, vai casar ou não vai casar, vai dormir junto ou não vai, faz do jeito que quiser. Lá tu vai dormir, tu vai ficar com uma mulher por questões econômicas, que é para poder sobreviver, os dois juntos pagam um aluguel só. Cada um em um aluguel fica caro para os dois. Quer dizer, então tem um monte de coisas que a vida resolve de outro modo. Então isso oblitera completamente morais e conceitos morais e coisas da vida. Porque é preferível dois homens ficarem juntos no quarto lá e tal que é para reduzir o valor do aluguel, duas mulheres, um homem e uma mulher e tal, porque isso convém, convém a ambos. Agora, se vai dar alguma coisa ou não vai dar é outra história. Pode dar ou não. Ou pode fazer isso porque quer que dê, dê certo. Então, aí as coisas da vida assumem necessariamente outras coisas. No meu caso, eu conheci a Vera lá na casa lá e tal.⁵⁶⁷

⁵⁶⁷ MACHADO, Geronimo W. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 17/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

A fala de Geronimo se aproxima da ideia já mencionada dos diferentes contextos vividos na origem e no destino do exílio. Tanto ele quando Wilson Rosalino, já mencionado, saíram de Florianópolis e viveram em Paris durante os seus exílios. Geronimo analisou de forma retrospectiva que a dinâmica vivida naquela cidade foi muito diferente daquela em Florianópolis, e explicou que as possibilidades eram maiores, já que considerava que existia uma maior liberdade. Ele associou a ideia de uma maior liberdade a uma percepção de que pelo fato em que estava em uma cidade maior, as coisas eram diferentes do que havia vivido na ‘provinciazinha’ de Florianópolis. Da mesma forma que combinou com a ideia de que as pessoas eram adultas, logo já possuíam experiências afetivas anteriores, então não existiram maiores problemas a respeito.

No entanto, o que mais interessa aqui é o fato dele levantar a condição econômica como um fator importante para a constituição de novas formas de relacionamentos. Se no Brasil a situação econômica não era um problema, em Paris, uma cidade muito maior, o pagamento do aluguel parece desempenhar um papel fundamental. Uma vez que a perda da condição aconteceu com o exílio, viver com outra pessoa para ter despesas mais baixas se tornava uma saída aceitável e muito praticada pelos casais de namorados que se encontravam no exterior.

Na situação de Geronimo Machado, que era um sujeito de camadas médias urbanas, com bolsa de estudos do governo francês, viver com outra pessoa se tornou uma alternativa interessante para manutenção de seus custos de vida na grande metrópole. No entanto, Geronimo não contou que isso de fato aconteceu com ele e uma pergunta a respeito acabou não sendo realizada. Mas, relatou que foi nesse contexto que conheceu Vera, a sua companheira, com a qual passou a conviver e continuaram a conviver⁵⁶⁸, sem nunca ter casado com cerimônia religiosa ou jurídica.

A respeito da entrevista de Geronimo, em aspectos gerais, a obtenção de alguns detalhes diferente das demais memórias analisadas nessa dissertação, mesmo o entrevistado evitando responder determinadas perguntas, se deu a partir de um momento específico. Após muito circular com diversas maneiras de realizar a mesma pergunta para atingir uma resposta, o entrevistado entrou em pequena contradição, que foi questionada. Por sua vez, após explicar-se a partir desse momento da entrevista acabou sempre trazendo mais informações acerca dos relacionamentos afetivos e familiares, uma vez que antes

⁵⁶⁸ MACHADO, Geronimo W. *Ibidem*.

disso a sua fala estava mais pautada nas narrativas das suas agências de militância.

Angelina e Sonia em seus *Diálogos de exiladas num subúrbio em Paris*, publicado no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, apresentam uma dimensão parecida com a explicada por Geronimo Machado. Onde tiveram uma configuração de vivência doméstica muito interessante e diferente das demais. Na parte denominada *Cotidiano*, lê-se Angelina e Sonia sendo questionadas por Maria (que não sei de quem se trata) de suas convivências e a relação estabelecida no cotidiano:

Maria – Como é que vocês ficaram amigas? É uma relação pouco comum, na medida em que as filhas de vocês são do mesmo pai, uma de vocês vive com ele e estão todos temporariamente dividindo a mesma casa. Geralmente em situações semelhantes dá muito bode, não?

Angela – Eu não me imagino vivendo com o meu ex-marido e com a *nana* dele, *pás question!* (risos)

Sonia – Depende da relação que a gente tem com eles depois da separação... Depois eu e ela já nos conhecíamos antes deles virem aqui em casa, a gente se via sempre.

Angelina – A gente no Chile se conhecia pouco, de vista. Aqui na França é que começamos a nos ver mais desde que eu comecei a transar com T. A gente se via muito em função da sua filha, mas só ficamos amigas mesmo depois que viemos morar na sua casa por um tempo. Mas sempre tivemos uma relação tranquila.

Sonia – É tranquila.

Angelina – Havia a menina, a Sonia era mãe dela, entende?

Maria – Eu acho pouco comum.

Angelina – A separação deles, a relação deles já era negócio resolvido entre eles quando eu apareci.

Sonia – A minha transa com o T. era tranquila depois da separação. A gente se via, ele ia ver a menina. Teve uma fase pequena em que eu estava com um cara, não tava muito legal, a menina era pequena, a separação recente, o T. queria ver a menina, dava uns palpites e eu tive uma certa... resolvi assumir a menina. Achei que, puxa, ele

não tinha que se meter na minha vida, mas era ainda resto da reação que a gente sempre tem depois da ruptura, sempre há um pouco de agressividade, não é? Agora tenho uma visão crítica porque o efeito recaiu na criança que não tem porra nenhuma a ver com isso. Mas depois a minha relação com o T. ficou tranquila. Vez por outra a gente discute, ele me critica sobre a educação da menina, a gente conversa, não é agressivo... Aqui em casa jamais tivemos uma discussão violenta. Quando há problemas domésticos em geral é tanto com o T. como com o meu companheiro.⁵⁶⁹

Em outras palavras, Sonia era casada com o T., e algum tempo após a separação, quando o T. estava tendo uma relação estável com Angelina e teve uma filha com ela, o casal é convidado a viver com Sonia e seu atual companheiro na mesma casa em Paris. A reconfiguração familiar que estava presente na casa era muito diferente das demais. Rompia bastante com o modelo de família tradicional, não somente pela separação, mas o conjunto da situação, que era de ter em um mesmo espaço os dois novos casais, com os respectivos companheiro/a, e as filhas que eram todas de T.

Segundo as memórias de ambas as mulheres, tratava-se de uma nova configuração familiar vivida de modo tranquilo e não alimentada com (res)sentimentos, uma vez que relataram que as situações anteriores estavam resolvidas. Contudo, a construção dessas memórias se deu no calor do momento, oito meses após a estadia conjunta dos casais e das crianças. O que me faz pensar que naquele momento a situação constituída estava sendo vivida sem problemas maiores, mas não foram fornecidas maiores informações, desta forma não se têm uma narrativa de como a questão se desdobrou com o passar nos anos.

Ainda que se tratasse de uma situação provisória, o que é importante analisar são as motivações que a fizeram acontecer. Antes dessa passagem, Angelina e Sonia foram interpeladas no diálogo estabelecido com a interlocutora Angela (da qual também não sei de quem se tratava especificamente), com relação à perda da condição econômica ocorrida com o exílio. Sonia se classificava no Brasil como

⁵⁶⁹ Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Op. Cit. p. 252.

da ‘pequena burguesa baixa’, uma vez que trabalhava e estudava ao mesmo tempo⁵⁷⁰, mas não tinha uma situação economicamente ruim. Angelina por sua vez explicou que a definição de classe média alta ou baixa não fazia diferença naquele contexto já que era fato que a sua vida estava dura em Paris porque nunca havia tido no Brasil a responsabilidade de um trabalho regular⁵⁷¹.

O exílio de ambas, como de muitos/as outros/as exilados/as em Paris, significou uma reconfiguração e a perda de suas condições econômicas e sociais. Foi em função dessa perda que aconteceu uma nova composição familiar, conforme pode ser visto abaixo:

Maria – Vocês acham que a consciência feminista contribuiu para terem uma relação tranquila?

Angelina – A gente se deu bem, puxa. Começamos a nos dar mais porque eu e o T. estávamos numa situação difícil e a Sonia disse: venham cá pra casa. Era uma situação meio estranha, a gente não se colocou esse problema. Damos risada porque as pessoas acham a situação estapafúrdia, ficam chocadíssimas, principalmente os franceses.

Sonia – O relacionamento se processa a nível pessoal, normal, comum, corrente, afetivo, sem organização político-militar no meio. Acho que o elemento básico pro nosso bom entendimento, mais que uma consciência feminista e a solidariedade entre as mulheres, deve-se a algumas coisas que aprendemos. É ser capaz de afetividade, de gostar das pessoas, sei lá. [...]

Angelina – Pra mim foi muito importante quando a Sonia chamou a gente pra vir pra cá pelo tempo que precisássemos porque estávamos em dificuldade, foi um negócio realmente porreta. Desde que me vi metida na esquerda, jamais tinha visto uma coisa assim: uma pessoa que não tinha responsabilidade nenhuma em ralação a nós, em relação a nada, nos chama pra vir pra dentro da

⁵⁷⁰ Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 241.

⁵⁷¹ Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 241.

casa dela, onde estamos a oito meses, nos ajuda sem ser por uma razão política, ideológica, simplesmente porque gostava da gente e porque éramos pessoas que estavam precisando de uma determinada ajuda. [...]⁵⁷²

Angelina explicou que a situação toda se deu porque estavam em uma situação economicamente difícil e que, por conta disso, Sonia os convidou para morar com ela e o atual companheiro pelo tempo que fosse necessário. Sonia vivia em um apartamento atribuído pela Universidade *Saint Denis*, onde possuía vínculo empregatício, e parecia estar com uma situação mais estável⁵⁷³. Como foi mencionando por Geronimo Machado, o custo de vida ocasionado pela vida numa grande metrópole, como Paris, foi o mediador que contribuiu na constituição circunstancial de uma nova forma de convívio familiar vivida no exílio. Angelina ainda ressaltou que isso foi muito importante para o casal e que mesmo convivendo com militantes de esquerda a atitude de Sonia foi muito legal, já que ela não tinha nenhum tipo de responsabilidade em ajudá-los.

Nesse sentido Sonia considerou que “estamos praticamente na mesma situação, não só nós duas, mas também os nossos companheiros. Todo mundo trabalha, participa da casa, participa na educação das crianças [...]”⁵⁷⁴. Uma nova família, em um novo espaço, se configurou, fundamentada a partir de uma nova vivência pautada nas condições econômicas dos/das exilados/as. Essa família teve uma ruptura muito grande dos modelos mais tradicionais, chocando a todos os sujeitos que pareciam estar vivendo de maneira mais liberal esse mesmo contexto (conforme pode ser visto pela reação das interlocutoras).

Por último ainda, Maria questionou um aspecto importante a ser considerado nessa conjuntura. Estava presente o fato de que Sonia e Angelina participavam de algum grupo de consciência feminista em Paris e Maria indagou se a facilidade de convivência foi por conta da

⁵⁷² Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 253-4.

⁵⁷³ Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 238

⁵⁷⁴ Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 254.

experiência feminista que estavam vivendo. Se, por um lado, a resposta das duas não foi afirmativa com relação à pergunta de Maria, dando a entender que se tratava de algo maior do que uma consciência feminista ou solidariedade entre mulheres, por outro lado também não negaram como um ângulo possível.

Embora não tendo uma resposta clara das duas mulheres, a uma nova percepção de empatia e solidariedade entre as mulheres, proporcionada pelo feminismo que tiveram maior contato em Paris, parece ter favorecido uma relação que rompia com as ideias de rivalidade, competição e hierarquias entre as mulheres. O que fez com que a interlocutora lançasse a questão ao debate para as duas entrevistadas do livro e, assim, tenta-se buscar em suas falas uma aproximação a respeito. Nesse sentido, mesmo com uma ausência nas respostas de ambas as falas que demonstrasse que a solidariedade transcendia a questão das organizações políticas e das militâncias feministas, é impossível dissociar destes aspectos contextuais que marcavam o presente vivido destas mulheres.

Até aqui foi visto que os sujeitos exilados/as reconfiguraram suas vidas familiares a partir de casamentos, separações, novos casamentos, relacionamentos abertos, ‘conviver’ juntos, entre outras situações. No entanto, por sua vez, Thereza Rabêlo que saiu casada com José Maria Rabêlo, narrou que:

A gente vai levar, também daqui, imensas saudades. Mesmo porque, os meninos já sendo grandes, foi aqui que tivemos mais que nunca a ideia de amizade e da união que – graças a Deus! – imperaram na família. Pois este é o meu maior orgulho: apesar da dureza do exílio, subemos manter a família perfeitamente integrada, com relações muito abertas, muito críticas, de amizade e companheirismo.⁵⁷⁵

Se, para algumas pessoas, as separações e a possibilidade de novas formas de relações traduziram-se em rupturas dos modelos comportamentais vividos em seus lugares de destino, para Thereza isso não aconteceu. Thereza e José Maria permaneceram casados durante todo período do exílio e do retorno do exterior. Dessa forma, em suas

⁵⁷⁵ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 198.

memórias, Thereza Rabêlo avaliou, momentos antes do retorno ao Brasil, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas por eles uma coisa importante que aconteceu é que a família conseguiu manter-se integrada. Mas mesmo considerando a permanência de uma família unida atribuindo a uma ideia positiva, ela a relacionou a uma composição mais aberta ao diálogo e companheirismo. O que por sua vez faz considerar que ela sentia-se orgulhosa da constituição familiar que teve e que esta estava em contraposição a sua “família conservadora, quase reacionária”⁵⁷⁶ (que anunciou na abertura de suas memórias).

Até o momento, a maioria das memórias apresentadas aqui no capítulo 3 foram de mulheres, uma vez que as rupturas ligadas à liberdade sexual e a separação parecem ter afetado mais diretamente elas. A prevalência com relação aos depoimentos dos sujeitos com identidade de gênero masculina é a do silêncio, que será alvo do último tópico deste capítulo. No entanto, três autobiografias são destaques aqui, pelas suas singularidades e semelhanças nas narrativas, são elas: *No rabo de foguete* de Ferreira Gullar, *Roleta Chilena* de Alfredo Sirkis e *O crepúsculo do macho* de Fernando Gabeira.

Ferreira Gullar em sua autobiografia *Rabo de Foguete: os anos de exílio*, narrou os vários relacionamentos de afeto que manteve enquanto estava no exílio. Ao que demonstrou em sua narrativa do livro, Ferreira Gullar não se separou formalmente da esposa que tinha antes do exílio, mas a deixou no Brasil por vários momentos. Entre idas e vidas, encontros e reencontros familiares e com a esposa, Gullar narrou novos relacionamentos que estabeleceu com outras mulheres nos vários lugares por onde passou. A respeito do primeiro exílio, no período em que esteve na ex-União Soviética para um curso sobre marxismos⁵⁷⁷, Gullar narrou sobre três relacionamentos, quase que simultâneos, que teve com Elôina, Nadia e Brigitta⁵⁷⁸.

Com relação à primeira das mulheres com quem se relacionou, o escritor contou que se apaixonou e trouxe muito detalhes sobre como a conheceu, os primeiros encontros e os jogo de sedução que ambos fizeram ao se aproximarem. No primeiro encontro marcado com Elôina, que descobriu ser casada, Gullar seguiu as recomendações dela durante

⁵⁷⁶ Memórias de Thereza Rabêlo. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 187.

⁵⁷⁷ GULLAR, Ferreira. *Op. Cit.* p. 66

⁵⁷⁸ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 76-114

uma pequena viagem de trem até chegar a uma alameda de um parque. Segundo Gullar, a noite estava escura e fria⁵⁷⁹ e o parque era de terra batida coberto parcialmente de neve⁵⁸⁰. A respeito desse encontro Ferreira Gullar contou, que minutos após terem entrado no parque aconteceu:

Eu comecei a acariciar-lhe os cabelos, depois o rosto, e com extrema delicadeza rocei meus lábios nos seus. Ela se entregou inteiramente. Abriu-lhe o casaco e os botões do vestido, introduzi a mão pelo decote e encontrei o bico de seu seio. Ela gemeu de prazer, baixinho. Ficamos assim nos acariciando e beijando até que ela se ajoelhou a minha frente e abriu minha braguilha. Senti sua mão delicada segurar-me e em seguida a umidade cálida de sua boca que me levou ao êxtase. Depois que gozei, ela ainda se demorou sugando-me. Finalmente se ergueu e lhe beijei a boca. Ela recompôs os cabelos, prendeu-os, repôs a boina na cabeça e sorriu-me, encantadora.⁵⁸¹

Ferreira Gullar contou sem qualquer pudor em sua autobiografia os muitos detalhes das práticas sexuais que teve no encontro com Elôina, mesmo que alguns deles pareçam um tanto exagerados e surreais, uma vez que diz ter realizado em uma praça em pleno inverno russo. Na continuidade de sua narrativa, explicitou outros encontros e detalhes com a sua nova parceira, além do que estava vivendo no curso na ex-União Soviética proporcionado pelo PCB.

Ao mesmo tempo em que diz ter se envolvido com Elôina, teve encontros com Nadia e Brigitta. Gullar também apresentou alguns detalhes sobre os encontros que possuía com elas, (que não citarei aqui para não me prolongar demais) que giraram em torno dos mesmos aspectos mencionados anteriormente, onde contou que se tratava de noites passadas juntas, ‘trepadas clandestinas’, ‘gozos’, ‘penetrações’ e ‘sexo por distração’⁵⁸². Por outro lado, a respeito desse período os detalhes da sua família que deixou no Brasil são menores, se

⁵⁷⁹ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 99.

⁵⁸⁰ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p.100.

⁵⁸¹ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 100.

⁵⁸² GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 76-114.

restringindo algumas frases escritas referente a saudades sentidas em alguns momentos⁵⁸³.

Para além de sua narrativa sobre o período que esteve na ex-União Soviética, a respeito do momento em que esteve em Buenos Aires, ainda contou sobre os relacionamentos que estabeleceu com Ruth⁵⁸⁴ e com Laura⁵⁸⁵ em momentos diferentes. No decorrer de todo o livro Gullar também contou mais coisas sobre a esposa e os filhos, principalmente, no período em que estavam reunidos em Lima e Buenos Aires. No entanto, mesmo tendo várias relações sexuais e afetivas fora do casamento não assumiu que se tratava de um relacionamento aberto, previamente combinado, ou que eram momentos de separações e reunião com a então esposa.

Sua narrativa é toda criada com ares de aventura, que associadas as suas práticas de afeto a uma construção de identidade de gênero masculina, acaba criando um cenário interessante. Uma vez que construiu uma imagem de masculinidade em que atribui sentido e ideias de que os homens, mesmo casados, podiam manter relações sexuais com outras mulheres e que isso acontecia quase como um ato heróico, mediante situações que parecem um pouco fantasiosas. Em outras palavras, Ferreira Gullar criou uma narrativa em que se afirma como conquistador de várias mulheres, figurando o que considera ser o modelo de homem: um conquistar de várias mulheres em uma aventura exilar durante os anos 60 e 70.

Nesse sentido, cabe pensar que sua autobiografia foi escrita e publicada em 1998, momento em que os relatos das liberdades sexuais já não eram impactantes em relação ao que viveu anos antes. Da mesma forma que, ao contar sobre as relações que manteve durante o período, ele pode projetar um passado diferente em que deve ter atribuído características do tempo presente, como a própria sinalização de sua trajetória exilar marcada pelas aventuras sexuais.

Por último, mesmo se tratando de memórias produzidas *a posteriori*, as narrativas com esses tipos de detalhes não são narrados pelas mulheres. Ainda que questionadas durante as entrevistas sobre as mudanças das práticas, e apesar de se utilizarem das novas oportunidades das transformações comportamentais da época, relatando que transformações foram vividas em seus cotidianos, esse tipo de

⁵⁸³ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 78.

⁵⁸⁴ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 203.

⁵⁸⁵ GULLAR, Ferreira. *Ibidem*. p. 254.

exteriorização não foi encontrada em nenhuma das entrevistas e/ou memórias publicadas por mulheres (espontâneas ou não).

No entanto, em virtude das masculinidades serem plurais, algumas variedades foram encontradas com as narrativas de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. Em *Roleta Chilena*, Alfredo Sirkis, que saiu sozinho deixando a sua família no Brasil, também contou que teve relações de afeto e sexuais com várias mulheres, como com Paula em Santiago⁵⁸⁶, Ana Helena em Estocolmo⁵⁸⁷, e Francesca em Veneza⁵⁸⁸. Ao passo que a narrativa de Ferreira Gullar foi mais detalhada e aventureira, quando contou sobre os seus afetos, por sua vez Alfredo Sirkis apresentou um pouco menos de detalhes e sua narrativa foi muito menos extraordinária.

Suas memórias foram publicadas em 1981 e parecem muito menos preocupadas em expressar uma construção de si a fim de se afirmar como conquistador de várias mulheres. Pelo contrário, expressou ‘dores de cotovelos’ (como denominou) a respeito da paixão que sentiu por Ana Helena, falando de saudades e (res)sentimentos. Como em outras narrativas de homens em relação àquele período, narrou muito mais argumentos ligados a sua militância política, já que parecia serem questões mais presentes para o contexto do que outras. No entanto, talvez por ser mais jovem quebrou o silêncio, uma vez que expôs militância e afeto em sua autobiografia.

Já em *O crepúsculo do macho*, escrito por Fernando Gabeira, a construção da sua narrativa acerca das relações afetivas foram um pouco diferentes daquela de Ferreira Gullar e de Alfredo Sirkis. Gabeira, como já citado, saiu sozinho do Brasil, não era casado, e ao chegar ao exílio na Argélia teve um primeiro relacionamento com Vera⁵⁸⁹. Posteriormente, contou sobre Karin⁵⁹⁰, Márcia⁵⁹¹, Lucia⁵⁹², e Ulla⁵⁹³. Mas não deu detalhes específicos, como as outras duas autobiografias, sobre as relações que manteve com mulheres no exílio, apenas citava e contava questões do cotidiano.

⁵⁸⁶ SIRKIS, Alfredo. **Roleta Chilena**. Rio de Janeiro: Record, 1981.p. 28.

⁵⁸⁷ SIRKIS, Alfredo. Ibidem. p. 90.

⁵⁸⁸ SIRKIS, Alfredo. Ibidem. p. 101.

⁵⁸⁹ GABEIRA, Fernando. Op. Cit. p. 21.

⁵⁹⁰ GABEIRA, Fernando. Ibidem. p. 47.

⁵⁹¹ GABEIRA, Fernando. Ibidem. p. 70.

⁵⁹² GABEIRA, Fernando. Ibidem. p. 98.

⁵⁹³ GABEIRA, Fernando. Ibidem. p. 187.

A construção narrativa oferecida por Fernando Gabeira é muito diferente e se preocupava em apresentar de forma explícita as transformações ‘de macho’ que ele estava vivendo. Nesse sentido, ele iniciou o seu livro citando Virginia Woolf⁵⁹⁴; questionou sobre o fato de considerarem as mulheres como um peso no treinamento para a guerrilha, em Cuba⁵⁹⁵; falou sobre o feminismo e as críticas que recebeu por não considerar a opinião das mulheres quando discutia questões políticas⁵⁹⁶; avaliou que “O mundo se transformava, as mulheres eram outras e o melhor era deixar que os incrédulos levassem um choque quando o olhar conseguisse enxergar um pouco além de seu estreito horizonte”⁵⁹⁷; relatou que as mulheres que estavam em Cuba queriam que ele trouxesse pílula anticoncepcional⁵⁹⁸; narrou sobre as suas percepções a respeito das mulheres na Alemanha (a independência econômica delas, a forma como elas se relacionavam com os homens, etc.)⁵⁹⁹; mencionou as histórias e as dificuldades vividas pelo amigo, por ser homossexual⁶⁰⁰; entre outras questões.

Gabeira percebeu-se transformado e em função da sua autobiografia oferece uma nova construção de si. Essa construção, sobretudo, é apresentada a partir do título da sua obra: *Crepúsculo do Macho*. Nesse sentido, como forma de explicar um pouco da denominação da obra, nas páginas finais, ao contar sobre a despedida com Karin narrou que:

- Voltei para a casa e deixei que você se acalmasse um pouco, pois tinha uma expressão meio brincalhona por baixo do espanto. Pensei no que você pensaria de mim. Está aí o cara das cicatrizes na piscina, voltando para seu país, baluarte da civilização latina, em plena crise como macho, está aí um cara problemático; será que podemos contar com ele no futuro?⁶⁰¹

⁵⁹⁴ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. s/n.

⁵⁹⁵ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 75.

⁵⁹⁶ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 58.

⁵⁹⁷ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 60.

⁵⁹⁸ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 95.

⁵⁹⁹ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 118.

⁶⁰⁰ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 191.

⁶⁰¹ GABEIRA, Fernando. *Ibidem*. p. 241.

Em função da relação e da despedida, aqui enunciada, Gabeira explicita que viveu uma ‘crise’ de ‘macho’ durante o exílio. E que agora retornando ao seu país de origem estava transformado. A transformação é apresentada pelo autor no próprio título da sua autobiografia: *O crepúsculo do macho*. Além da ideia de decadência, o crepúsculo assumia o significado de um período de transição ou como um momento antes que algo inicie ou acabe. Ao intitular a obra como o crepúsculo do macho, isto é, a transição de um macho Gabeira a partir da metáfora parece ter plena consciência de que as vivências que estava tendo estavam modificando-o e deixando-o em crise com relação a sua construção de masculinidade.

Gabeira tornou-se um novo ‘macho’ com o exílio, passou a questionar as posições hierárquicas existente entre homens e mulheres, percebeu as diferenças culturais que subjugavam as mulheres e observou sobre as suas práticas de ‘macho’ que não considerava as opiniões das mulheres. Além disso, constrói a si como um novo sujeito, em transformação a partir das novas vivências, e distinguindo o antes e o depois do exílio. Por último ainda, sua autobiografia diferenciou-se de todas as demais narrativas dos homens ao evidenciar as rupturas vividas, no que diz respeito às construções como sujeito de identidade de gênero masculina, os seus respectivos privilégios pelas construções de gênero e a sua percepção acerca da situação de sujeição das mulheres.

À medida que para Ferreira Gullar as suas memórias sobre os afetos foram contadas de modo extraordinárias, Alfredo Sirkis, comparativamente, traz menos detalhes e relatou uma mescla entre a militância e os afetos. Já, Fernando Gabeira narrou sobre os afetos reavaliando sua construção de masculinidade e percebendo as transformações vividas durante o período. São três memórias de sujeitos, com heterogenias, militâncias políticas e vivências, narrando sobre os diferentes lugares por onde passaram, mas que demonstraram um pouco como os homens estavam vivendo as transformação de uma época a partir do exílio.

De um modo geral, as autobiografias aqui citadas foram diferentes das narrativas das mulheres, que sempre deram aspectos mais gerais e explicando as suas motivações atrelando aos mais diversos significados (como o feminismo, ao contexto da época, ao seu cansaço com a relação, as dificuldades do exílio, etc.), e não descrevendo os detalhes de suas práticas. Obviamente, as vivências dos sujeitos construídos com identidade de gênero masculina não pode ser reduzida a essas três autobiografias, mas uma vez que foram muitos os sujeitos que

permaneceram em silêncio, até o momento, a análise se restringiu a estas narrativas.

Por último, nesse tópico, o exílio deixou marcas profundas nas formas como se constituíram as relações familiares nos sujeitos de exílio. Uma dessas marcas pode ser percebida na trajetória de Elizabeth de Vargas e Silva, que foi escolhida aqui para exemplificar as idas e vidas com o relacionamento. Elizabeth de Vargas e Silva saiu sozinha do Brasil através da fronteira do Rio Grande do Sul, mas possuía um namorado que a encontrou no Chile ainda antes do golpe⁶⁰². Com o golpe, entrou na Embaixada da Argentina novamente sozinha e saiu do Chile por meio da retirada das pessoas que estavam na embaixada e envio delas para a Argentina⁶⁰³. Lá, descobriu que havia recebido refúgio do governo da Suíça, e em virtude disso transferiu-se para este país⁶⁰⁴. Após um período em que estava em Lausanne, foi a Paris e encontrou com o namorado que havia chegado nessa cidade⁶⁰⁵. Ao voltar, se estabeleceu em Genebra, começou a estudar e alugou um apartamento, para o qual o namorado se mudou e passou a viver com ela⁶⁰⁶.

Depois de um tempo Elizabeth decidiu viver em Paris com um novo namorado chileno, com quem estava se relacionando, e o ex que estava na Suíça teve que permanecer naquele país porque o seu passaporte havia vencido e ele não conseguia sair de lá⁶⁰⁷. O novo namoro terminou algum tempo depois e ela contou então que “Aí o que é que eu fiz? Peguei um trem e fui visitar o Jorge em Genebra, e ele falou “agora caí fora porque eu tenho uma namorada” [risos]”⁶⁰⁸. Após um tempo e ter conseguiu um novo passaporte a partir da solicitação de cidadania alemã, o ex terminou com a namorada, mudou-se para Paris e passou a morar novamente junto com Elizabeth⁶⁰⁹. O casal teve um filho em agosto de 1978⁶¹⁰.

⁶⁰² SILVA, Elizabeth de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 07/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

⁶⁰³ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶⁰⁴ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶⁰⁵ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶⁰⁶ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶⁰⁷ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶⁰⁸ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶⁰⁹ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

⁶¹⁰ SILVA, Elizabeth de Vargas e. *Ibidem*.

Todas as idas e vindas, resumidas aqui, se passaram entre os anos de 1971 até o final de 1978 quando Elizabeth Vargas e Silva decidiu retornar ao Brasil. E aí outras histórias aconteceram, que ficaram para um outro trabalho. O que interessa aqui é perceber que se hoje as relações são mais imediatas⁶¹¹, mesmo com as transformações, para os anos 70, as relações que persistiam eram aquelas em que existia continuidade e estabilidade. Elizabeth rompia qualquer modelo tradicional com suas idas e vindas e demonstrou com sua trajetória que readequava a sua vida conforme as coisas iam acontecendo.

Além disso, Elizabeth misturava em seu cotidiano as percepções partidárias e da nova esquerda, vividas no Brasil, junto com o feminismo que passou a militar em Paris (no Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris), e com questões afetivas e subjetivas que estavam em transformações com o exílio. Sua narrativa é aqui apresentada como uma referência com relação aos ambientes e concepções das rupturas vividas no período, uma vez que nelas foram expressas situações que sinalizam com a singularidade de sua trajetória, desde a saída do Brasil até o retorno do exílio.

Por último, Elizabeth não contou se o casal era adepto do ‘amor livre’ ou ‘relacionamento aberto’, mas em vários momentos subentendeu-se que isto fazia parte do cotidiano. A construção de sua memória, marcada pelo presente e pela minha interlocução, se deu de maneira cronológica e elogiosa sobre o passado vivido, e mesmo não demarcado sobre os aspectos supracitados, sua narrativa valorizou positivamente as suas vivências sem (res)sentimentos ou mágoas. A retrospectiva aqui parece desempenhar um papel importante para a construção narrativa ligada a ideia de positividade, uma vez que o tempo e a vivência de outras experiências acabam por influenciar na forma de análise.

A possibilidade real de separação, as separações, os casamentos, o ‘amor livre’, o feminismo, as novas formas de organização familiar, as dificuldades, o desenraizamento e a perda da rede de referências ilustram aqui, com algumas palavras, alguns aspectos cotidianos do exílio de brasileiros/as. Por sua vez, significou transformação das suas subjetividades que resultou em novas concepções de família, uma maior liberdade sexual, e a rupturas dos modelos tradicionais, que subordinava, sobretudo, as mulheres. Da mesma forma, também trouxe rupturas nas práticas dos sujeitos masculinos que passaram a questionar

⁶¹¹ Conforme: BAUMAM, Zygmunt. Op. Cit.

as suas próprias construções como ‘machos’, como visto na narrativa de Fernando Gabeira.

O exílio, em outras palavras, constitui-se por uma redefinição e reorganização das famílias. Mesmo quando da realização dos casamentos, as formas assumidas pelos casais foram diferentes e culminaram com a ruptura de uma referência considerada mais tradicional (compostas sempre por um pai, uma mãe, e filho/a), como no caso de Angelina e Sonia, e Carmem Maria Craidy. Além disso, foi um momento de grandes mudanças comportamentais ligadas às práticas da sexualidade (que foram vistas no tópico anterior) e que transpassavam às condutas aceitas e praticadas no Brasil. No entanto, ao mesmo tempo em que significou rupturas com relação às constituições familiares, por outro lado significou conflitos e reforços de funções com relação ao trabalho doméstico, que será alvo da análise no próximo tópico.

4.3 REFORÇANDO FUNÇÕES: O TRABALHO DOMÉSTICO NO EXÍLIO FRANCÊS

Atividades cotidianas, que pareciam corriqueiras no Brasil, passaram a se tornar ponto de conflito entre os casais a partir do exílio, uma vez que, principalmente na França, os/as exilados/ “eram confrontados com uma realidade na qual alguns privilégios, como o acesso à uma empregada doméstica, eram muito mais exclusivos, restritos somente à elite”⁶¹². Como citado, uma dessas questões conflituosas foi certamente o trabalho doméstico. Por isso, busco analisar neste tópico, no que se refere ao trabalho doméstico, como algumas situações vividas no Brasil passaram a ser diferentes no contexto do exílio. Desta forma, discutirei de que maneira ocorreram as reconfigurações ligadas ao trabalho doméstico e como os/as exilados/as narram a respeito.

A necessidade de sobrevivência no exterior, ligada à perda do status social, à condição econômica e à extinção de alguns privilégios, fez com que muitos homens e mulheres colocassem em discussão o trabalho doméstico e passassem a realizá-lo em seu cotidiano. As novas configurações se refletiram, principalmente e primeiramente, com relação às mulheres. Além disso, como muitas no Brasil somente desempenhavam um tipo de trabalho (doméstico ou assalariado fora de suas casas), em virtude da origem social situada nas camadas médias, com o exílio tiveram que procurar emprego e cuidar das atividades

⁶¹² ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. Op. Cit. p. 97.

domésticas, o que emergiram em suas vivências (e colocou em debate) a questão da dupla jornada de trabalho exercidas por elas⁶¹³.

Por isso, a reconfiguração com o exílio fez com que o trabalho doméstico se tornasse algo extremamente importante no cotidiano exilar. Além de ser um tema cotidiano, vivido pelo/as exilados/as, também foi alvo de discussão entre as mulheres que participavam dos grupos de consciência feminista, como o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris⁶¹⁴. Criando uma espécie de círculo vicioso, em que não se sabe ao certo se foi a realização de trabalho doméstico que fez com o assunto fosse alvo de debates nos grupos de consciência ou se foi o debate no grupo (influenciado pelo feminismo francês) que destacou a opressão das mulheres relacionada ao trabalho doméstico.

Além de uma discussão presente nos grupos de consciência das mulheres brasileiras, a temática do trabalho doméstico estava presente como um todo no feminismo dos anos 70, inclusive aquele francês. Segundo Maira Luisa Gonçalves de Abreu que estudou o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* e o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, a partir de Françoise Picq, eram os grandes temas do *Mouvement de liberation des femmes* (MLF): “o aborto, violência sexual, sexualidade, trabalho doméstico, relações sociais e relações políticas entre os sexos”⁶¹⁵. Nesse sentido, os debates, as produções e os grupos de consciências permeados e realizavam discussões sobre esta questão. Um exemplo é a própria produção *Ser esposa a mais antiga profissão* de Danda Prado que havia se exilado em Paris e organizou o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*.

O trabalho doméstico é entendido aqui como algo não natural, mas é histórico e circunstancialmente atribuído às mulheres. Está relacionado a uma construção cultural em que normalmente as mulheres assumem o trabalho doméstico em virtude de sua identidade de gênero. É um trabalho pouco valorizado, e por muito tempo foi considerado de modo a não ter preço, porque se construiu culturalmente que é realizado por ‘amor’, então o ‘amor’ seria sua única recompensa⁶¹⁶. Ademais, o trabalho doméstico se entrelaça como atribuições conferidas às esposas, onde ter à disposição uma ‘esposa-empregada’ que desempenhe as atividades do lar deixou os homens eximidos de determinados trabalhos.

⁶¹³ ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. Ibidem. p. 97.

⁶¹⁴ ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. Ibidem.

⁶¹⁵ ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. Ibidem. p. 61

⁶¹⁶ PRADO, Danda. Op. Cit.

Tais atribuições, conferidas às mulheres na ‘qualidade’ de esposa, fazem com que não só o trabalho doméstico seja realizado por elas, mas uma gama de outras atividades, como o cuidado e educação das crianças, organização do lar, entre outras tarefas invisibilizadas⁶¹⁷ (como visto no capítulo 2 na situação das mulheres que cuidaram da saída da família).

Conforme Suely G. Costa⁶¹⁸, no Brasil existe uma herança da transferência da maternidade e dos cuidados da casa, em que mulheres ricas ‘passam’ as tarefas domésticas a outra mulher de origem mais pobre. O que faz com que determinadas mulheres não sejam condicionadas ao espaço do lar. Essa situação está demarcada e presente na situação de privilégio das mulheres exiladas que se encontram nos setores médios da sociedade brasileira. Entretanto, a transferência dessas funções não significa que as mulheres são eximidas de outras responsabilidades relativas ao andamento da vida familiar, já que foram, muitas vezes entendidas (todas as atividades domésticas), como feitas por amor ou naturais⁶¹⁹.

A situação supracitada soma-se ao “paradigma da teoria da modernização”, que a pesquisadora Soraia Carolina de Mello debate na sua dissertação, sobre o trabalho doméstico e o feminismo de segunda onda nos países do Cone Sul. Para ela, com base em pesquisas de Ruth Milkman, Ellen Resse e Benita Roth, apenas “localidades com ruins ou péssimas distribuições de renda e, portanto, com desigualdades econômicas marcantes, poderiam reproduzir”⁶²⁰ fatores para o serviço doméstico, uma vez que isso só se torna “viável em sociedades em que existem pessoas que tenham uma renda alta o suficiente para poder [...] “sustentar” outra pessoa, para que ela execute os serviços domésticos em seu lar, sem penalizar muito a renda familiar total”⁶²¹.

A situação dos exilados/as ao deixar o Brasil e exilar-se, principalmente, nos países europeus como a França colocou em questão a situação privilegiada vivida no Brasil e a perda desse privilégio com o

⁶¹⁷ PRADO, Danda. *Ibidem*.

⁶¹⁸ COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de história**. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 187-208.

⁶¹⁹ MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970 - 1989)**. 188 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

⁶²⁰ MELLO, Soraia Carolina de. *Ibidem*. p. 138.

⁶²¹ MELLO, Soraia Carolina de. *Ibidem*. p. 138.

exílio. Deixar de ter uma empregada doméstica para as famílias ou mesmo para os jovens foi algo vivido pela grande maioria dos exilado/as e foram explicitadas nas várias memórias que serão analisadas nesse tópico. Por isso, as memórias utilizadas serão de Eny, Elza Freire, Lucia, Sonia e Angelina, Maricota da Silva extraídas do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Além disso, serão utilizadas as entrevistas realizadas para esta pesquisa com Geronimo Machado, Vilson Rosalino, Sandra Macedo, Angela Muniz e Elizabeth Vargas e Silva.

Eny, que se exilou em função da militância do seu marido (conforme visto no capítulo 2), contou que no Brasil ela não trabalhava fora⁶²² e que tinha ajuda da mãe e irmãs porque sempre teve muitos problemas de saúde⁶²³. Eny e o marido exilaram-se no Chile, passando pela Argentina, e, por último, na França onde estabeleceram uma vida cotidiana mais regular, com residência fixa. Neste último país, Eny passou a trabalhar como operária especializada e teve uma situação que não era enfrentada por eles no Brasil. A condicionante de conseguir um trabalho fora de casa aconteceu em virtude das dificuldades financeiras encontradas pela família, já que com o salário do marido não dava para manter a casa⁶²⁴.

Por conta disso, a divisão do trabalho doméstico mudou no seio familiar. Ela contou que no Brasil o seu marido não fazia nada dentro de casa, mas que no exílio “ele ajuda mais, se preocupa em ajudar mais, não sei se é porque trabalho fora, saio para trabalhar.”⁶²⁵. Da mesma forma que, em virtude dos filhos serem mais velhos, ela começou a ensiná-los e exigir deles a participação ativa nessas atividades. Mesmo considerando uma participação mais ativa do marido e dos filhos, Eny

⁶²² Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 226.

⁶²³ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 226.

⁶²⁴ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 221.

⁶²⁵ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 226.

ressaltou que o marido “não gosta de enfrentar o trabalho doméstico, não gosta de dividir não”⁶²⁶.

A saída do Brasil, as dificuldades financeiras encontradas, a ausência do suporte familiar oferecido pela mãe e irmãs, fez com o que no exílio houvesse uma nova caracterização das atividades domésticas. Se por um lado Eny passou a ensinar os filhos e o marido passou a mostrar-se um pouco mais disposto em ajudá-la, por outro a exilada explicou que:

Acho que mulher sempre tem mais problema, sempre é mais prejudicada em tudo, sabe? A mulher sofre muito mais que o homem. Nem sei como te explicar... Olha, a mulher aguenta o peso de tudo, não pode nem repartir, não consegue repartir. Hoje saí às seis e meia da manhã pra trabalhar. Ele sai meia hora depois de mim porque vai de carro, então tem mais condições. Trabalha nove horas por dia. Eu trabalho oito, mas tenho quarenta minutos de transporte público para ir e outros quarenta para voltar. Agora eu te pergunto: da hora que ele entrou aqui dentro dessa casa, [o] que [é] que ele fez? Pegou o prato e comeu. Não fez nada mais nada menos que isso. Quando vocês chegaram, ele tinha terminando de entrar. Eu já tinha lavado a louça toda que tinha ficado aí, já tinha preparado a comida, descascado o abacaxi, cortado, feito a salada, já tinha feito tudo. Depois não fiz mais nada mais nada porque vocês chegaram e nós fomos conversar. Senão eu já tinha feito a cama, já tinha lavado o meu banheiro. Então, quantas horas eu trabalho por dia? Eu te digo, a mulher em tudo e por tudo sofre mais, tem muito menos condições que o homem.⁶²⁷

Eny, embora mencionando anteriormente que o marido passou a ajudar mais em casa em consequência dela passar a trabalhar fora de

⁶²⁶ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 226.

⁶²⁷ Memórias de Eny. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 226-227.

casa, explicou que ela, por ser mulher, estava sofrendo muito mais. Ela exemplificou com o dia em que concedeu a entrevista para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, uma vez que desde o momento em que havia entrado em casa, até a chegada da(s) entrevistadora(s), ela já havia realizado várias tarefas domésticas, enquanto que o marido não havia feito absolutamente nada (além de comer). Em sua narrativa, sobre a situação do trabalho doméstico, Eny ainda explicitou sobre a dupla jornada que realizava e a quantidade de horas de trabalho que estava desempenhando no exílio.

Eny tinha uma condição econômica não muito boa no Brasil, não precisava trabalhar fora, mas se dedicava exclusivamente ao cuidado dos filhos e da casa, e como não poderia pagar uma empregada ela recebia auxílio de familiares. Em decorrência do exílio, a condição econômica familiar modificou-se para pior e Eny que antes realizava o trabalho doméstico com ajuda de outros membros familiares, passou a ser responsável sozinha e a exigir auxílios por parte dos filhos. Mas, além de ser a única responsável, ainda acumulou o trabalho realizado fora de casa, que não acontecia no Brasil. O acúmulo do trabalho doméstico com o de operária se deu somente em virtude de sua identidade de gênero, e não ao seu marido que executava a sua participação no trabalho doméstico apenas com ajudas.

Por último, cabe comentar que Eny não relatou participação direta em grupos de consciência feminista, o que, possivelmente, parece que não acontecia em virtude da sua longa e dupla jornada de trabalho. O livro *Memórias das Mulheres do Exílio* está marcado por uma construção para dar visibilidade à história das mulheres e de questionamentos feministas, o que fez com que a narrativa da Eny tivesse grande visibilidade. No entanto, a sua percepção pode ter acontecido de forma diferenciada das demais. Parece-me que de maneira indireta mediante ao contexto francês e o contato com as demais mulheres exiladas ao mesmo tempo em que sofria as duras consequências da dupla jornada, Eny passou a questionar as atribuições em virtude de sua identidade de gênero.

No caso de Eny, o exílio significou assumir a dupla jornada, acumulando o trabalho doméstico e o remunerado, em função das condições econômicas da família. Por outro lado, nas situações expostas nas memórias de Elza Freire e Lucia⁶²⁸ o exílio teve outro sentido, uma vez que tiveram que assumir o trabalho doméstico e deixaram de realizar trabalhos remunerados. A função/atribuição de realizar esse

⁶²⁸ Foi apresentado somente o primeiro nome.

trabalho de forma direta (uma vez que muito provavelmente, mesmo tendo empregada, auxiliavam com várias tarefas) não se dava no Brasil por conta de suas situações de classe somadas à realização de trabalho fora de casa, o que fazia com elas tivessem à ‘disposição’ empregada para realizar a função.

Nas memórias de Elza Freire, também retiradas do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, com relação à temática aqui delimitada, nos primeiros destinos de exílio, ela contou que:

A coisa que a gente realmente sente é no outro dia quando amanheci no Chile, não ter trinta e cinco professores nem 600 alunos que era a população do meu grupo escolar. Isso eu realmente senti. Mas creio que compensei um pouco me realizando com uma coisa que nunca tinha tido: a vivência como dona de casa realizando o trabalho. Eu tinha vivência de dona de casa, mas administrativa, sabia fazer e mandava que fizessem, mas não fazia, porque tinha o problema da escola, as seis horas de trabalho. Com uma semana de chegada ao Chile, tinha geralmente 25, 15, 30 pessoas para almoçar ou jantar...⁶²⁹

Elza Freire encontrava-se em uma situação diferente de Eny, uma vez que no Brasil ela deixava o trabalho doméstico às outras pessoas e cumpria a função de supervisionar e determinar o que deveria ser realizado. Nos três primeiros destinos de exílios (Chile, Estados Unidos e Suíça), passou a assumir o trabalho doméstico, dividindo-o com as filhas (e não com os filhos) quando elas se faziam presentes⁶³⁰. Mediante esta situação, em um primeiro momento, Elza contou que sentiu as mudanças, mas que estava compensando a ausência da escola e de sua profissão ao realizar o trabalho doméstico, como uma dona de casa e a organizadora dos eventos do marido.

A exilada demonstra em sua fala a construção cultural que carregava por ter identidade de gênero feminina. Ela foi ensinada a

⁶²⁹ Memórias de Elza Freire. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Op. Cit. p. 201.

⁶³⁰ Memórias de Lucia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). Ibidem. p. 201.

desempenhar o trabalho doméstico e disse que sabia fazê-lo, mas que apenas supervisionava, por conta de outras tarefas que tinha cotidianamente. Com o exílio, ao passar a executá-lo, expressou em suas memórias que estava compensando a ausência com uma nova realização. Muito provavelmente porque antes, ao não desempenhar essa função, carregava uma decepção por não fazê-la. A noção foi construída em virtude da ideia de que a realização das mulheres casadas estava atrelada aos cuidados do lar, filhos e marido. E Elza fugia completamente ao trabalhar fora de casa.

Embora tenha assumido o trabalho doméstico e largado as suas atividades profissionais por um período, a exilada não criticou e considerou como positiva a sua resignação ao lar e aos cuidados. Nesse sentido, um aspecto importante a respeito é mencionar que Elza também não contou que participava de grupos de consciência no exílio, e que, aparentemente, isso não aconteceu uma vez que não narrou quaisquer questionamentos sobre a realização do trabalho doméstico e sobre o fato dela (e não o marido) assumir as tarefas de casa.

De forma parecida, há as memórias de Lucia, que se exilou na França, e que no Brasil era de classe média urbana. Em suas memórias intituladas *França, a primavera de 79*, ao ser perguntada pelas organizadoras do livro *Memórias das Mulheres do Exílio* sobre como estava sendo o capítulo do território francês, narrou que:

Começou duro, num vilarejo encantado e lindo, mas habitado por fantasmas e assim mantido entre 0 a 5 graus. Pela primeira vez a evidência da miséria do trabalho doméstico como destino de vida: panela, supermercado e solidão o dia inteiro. E na faixa operária. Tudo contado e controlado, senão a comida não chega ao fim do mês.⁶³¹

Segundo ela, essa foi a primeira vez em que a ‘miséria’ do trabalho doméstico se colocava, e não somente no que diz respeito à realização da atribuição, mas também às tarefas de administrar as contas da família. A perda da condição econômica e do status social fez com que Lucia passasse a desempenhar o trabalho doméstico com o exílio, coisa que não realizava no Brasil em virtude da sua condição financeira.

⁶³¹ Memórias de Lucia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 233.

Lucia definiu, com a utilização do termo ‘miséria’, o caráter degradante do trabalho que passou realizar e que até então desconhecia. Da mesma forma, parece atribuir um caráter negativo a essa função em detrimento de outras.

Sua atribuição foi somente no início do exílio, já que contou que posteriormente passou a trabalhar como operária especializada⁶³², que para ela era “bem melhor do que ter como único objetivo pensar em como vai ser o almoço ou o jantar [...]”⁶³³. A realização de um trabalho fora de casa, segundo sua narrativa, pareceu melhor e com isso sinalizou a ideia hierarquizada de desvalorização do trabalho doméstico (já anunciado anteriormente). Por último, Lucia não explicitou se por conta disso passou a fazer dupla jornada, todavia tendo em vista as circunstâncias com a perda da condição financeira e do status social, presumivelmente, isso deve ter acontecido.

A construção narrativa que realizou estava marcada pela sua participação em um grupo de ‘mulheres’ (não citou o nome)⁶³⁴. Devido a isso, diferentemente de Elza Freire, Lucia questiona a realização do trabalho doméstico que passou a desempenhar e não considerou isso como uma realização pessoal. No entanto, mesmo preocupada com a situação de ter que fazer o trabalho doméstico, ela não questiona o fato dos homens ou de outras mulheres realizarem esse trabalho e, além disso, criou uma avaliação desvalorizada e hierárquica em relação a outros tipos de trabalhos. Lucia, a partir de sua leitura feminista, apresentou uma preocupação que parece estar mais ligada ao fato dela estar realizando-o do que com o trabalho doméstico em si.

Eny, Elza Freire e Lucia, em situações econômicas diferentes, perceberam e tiveram um exílio distinto com relação ao trabalho. Para Eny o exílio foi mais degradante, porque passou de uma vida de dona de casa para uma dupla jornada de trabalho, se questionando e criticando a sua situação. Elza Freire passou a assumir o trabalho doméstico e as tarefas relacionadas ao seu status (construído) de ‘ser’ a esposa de Paulo

⁶³² Memórias de Lucia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 233.

⁶³³ Memórias de Lucia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 233.

⁶³⁴ Memórias de Lucia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 233.

Freire, e considerou como positiva a sua configuração cotidiana. Já Lucia, que também assumiu o trabalho doméstico com o exílio, criticou e questionou as suas atribuições, mas parece desvalorizar o trabalho em si ao atribuir o termo de ‘miséria’ e hierarquizá-lo em relação a outros tipos de trabalhos.

Por sua vez, Angelina e Sonia, apresentadas no tópico anterior, narraram que conviviam muito bem uma com a outra, mesmo em uma situação muito diversa. Segundo Angelina, o ponto de brigas se dava conjuntamente com relação aos companheiros, como pode ser visto:

Angelina – Eu já tive muita briga com o T. por causa dessa história de divisão de tarefas domésticas. Aliás, não só eu, eu e Sonia tivemos.

Sonia – Lembra aquele dia que a gente voltou da reunião de mulheres e estava tudo um bordel? Era meia noite, acordei o P. pra dar bronca, ora bolas! Sete horas da manhã ele tava pondo os pratos na máquina, limpando tudo! [...]

Angelina – Lembro.

Sonia – A gente discutia política em geral, mas nunca conversávamos sobre nós como mulheres, o problema vivencial. A divisão de tarefa se fazia espontaneamente, sem a gente planejar ou teorizar. Naquela noite vocês estavam discutindo, depois o T. foi dormir e continuamos até altas horas. Aí o assunto foi pegando.⁶³⁵

Como visto, segundo ela, em conversa conjunta com Sonia, as dificuldades se colocavam com relação aos companheiros que não participavam ativamente da divisão do trabalho doméstico, ponto este que as unia nos conflitos com eles. Como dito anteriormente, os casais viviam juntos por dificuldades financeiras encontradas por Angelina e o então atual marido, por isso, certamente também não tinha condições financeiras para pagar alguém para realizar o trabalho doméstico. Desta forma, deveria ser desempenhado por todos os moradores da casa e, a partir do conflito relatado, independente de suas identidades de gênero.

Em virtude das ausências em seus relatos, não é possível perceber se era a primeira vez que estavam desempenhando estas atividades,

⁶³⁵ Memórias de Angelina e Sonia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 253.

embora ambas fossem das camadas médias urbanas no Brasil e, muito provavelmente, tivessem acesso a uma empregada doméstica. O exílio para elas não significou atribuição do trabalho doméstico, porque motivadas pelas discussões feministas, ao menos na teoria, ambas passaram a criticar e demandar a participação mais efetiva de seus companheiros. Sonia e Angelina faziam parte de um grupo de consciência, o qual não citam o nome, onde certamente discutiam questões como a divisão do trabalho doméstico e a união das mulheres (mesmo esta sendo entre somente as duas) por pautas de lutas. Além disso, em virtude de demonstrar a sua união, influenciadas pela perspectiva feminista e pela possibilidade de falar sobre esta questão do cotidiano, elas consideraram como um aspecto importante relatar o conflito que viviam acerca da execução do trabalho doméstico.

De modo parecido, têm-se as memórias de Maricota da Silva, que foram publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Ela também se exilou na França, participava do grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris e questionou sobre a realização do trabalho em suas memórias. Maricota explicou que durante o exílio fez uma reflexão com relação à separação dos espaços ‘doméstico e público’. Sua autoanálise com relação à separação dos espaços culminou em uma reflexão mais ampla no que diz respeito ao trabalho doméstico:

Nós sempre fomos magnificamente desorganizados na vida doméstica, de maneira que a desorganização que havia lá, há aqui. Jamais tivemos horários de refeições, nunca houve aquela história de isso compete a você, isso compete a mim... Isso não mudou no exílio porque nunca houve propriamente... funções... essas tarefas são minhas, essas tarefas são tuas. Eu sempre fiz, por exemplo, se estou com vontade de cozinhar, cozinho; se estou com vontade de fazer compras, faço compras, se não estou, ele se ocupa disso com a maior tranquilidade, sem tugar nem mugir... ele é absolutamente capaz de tomar providências, talvez até melhor do que eu. Agora, no Brasil, primeiro que tudo tinha empregada; depois tinha a tal da história da família extensa, aquela família grande que na hora de um maior aperto aparecia, mesmo se eu sempre procurasse fazer as coisas de forma que não precisasse da família. Lá eu sempre trabalhei fora, sempre, de forma que não podemos pensar em mim como a dona de casa típica que

tem problemas domésticos; nunca houve isso porque sempre foi diferente.⁶³⁶

Maricota, no Brasil, trabalhava fora de casa. Não era uma dona de casa, e o casal pagava uma empregada para realizar o trabalho doméstico. Segundo ela, nem no Brasil e muito menos com o exílio, o trabalho doméstico era realizado de forma tradicional, uma vez que considerava que não tinha as responsabilidades assumidas e fazia as atividades quando tinha vontade. Além disso, da mesma maneira que Eny mencionou anteriormente, o casal possuía auxílio quando a situação apertava a partir de sua família. O exílio não significou somente a perda de valores de referência e da interferência familiar (conforme foi visto no segundo tópico), mas também auxílios cotidianos, principalmente, estes ligados ao âmbito do trabalho doméstico, normalmente, despendidos pelas mulheres.

Com Maricota, além da perda da situação econômica e dos auxílios familiares cotidianos, vê-se que a situação com relação aos espaços também se modificou⁶³⁷. Para ela, que diz não ter tido atribuições ligadas ao trabalho doméstico, o que pesou foi o fato dela permanecer mais em casa (mesmo trabalhando com outras coisas na maioria das vezes)⁶³⁸. Maricota explicou melhor o que chamo da metáfora do bife. Ela diz que a dificuldade que teve é que, quando estava trabalhando em casa, tinha que parar para fazer o bife. Segundo ela, não se tratava:

[...] da divisão tradicional de tarefas... que na divisão tradicional de tarefas a mulher sempre faz o bife... É a irrupção no meu universo pessoal do detalhe doméstico. De repente, no momento em que eu começo, em que eu assumo como uma outra coisa, uma pessoa que vai produzir uma outra coisa com a qual ele nem ninguém tem nada

⁶³⁶ Memórias de Maricota da Silva. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 44.

⁶³⁷ Memórias de Maricota da Silva. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 44.

⁶³⁸ Memórias de Maricota da Silva. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 44.

a ver, aparece o bife... o bife tem a forma de bife; tem a forma de salada, tem a forma da presença de alguém cuja presença eu não quero, tem a forma de uma pergunta deslocada, o bife assume várias formas...⁶³⁹

Maricota, mesmo com plena consciência ligada a sua participação do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, organizado por Danda Prado, percebeu que a questão que se colocou no seu cotidiano ia além da realização e divisão tradicional do trabalho doméstico. A tomada de consciência feminista tida por ela não caminhou para uma compreensão relacionada somente ao trabalho, mas a divisão das esferas e sua realocação no espaço doméstico. O 'bife' não representa a realização específica do trabalho doméstico, mas como ela explicou assume várias formas. É o estar à disposição cotidianamente, a presença, a interrupção, a pergunta deslocada, e, além disso, a insatisfação com a maneira com que o cotidiano configurou-se, em que Maricota passou a estar restrita a um espaço, embora não sempre realizando o trabalho doméstico.

Maricota da Silva reanalisa o seu vivido em função do feminismo, percebe em seu cotidiano problemas mais profundos que a divisão do trabalho doméstico ao discutir também o que chamou de divisão dos espaços. Sua narrativa e sua percepção são críticas, tanto que conseguiu no espaço doméstico um quarto específico para a realização de trabalho⁶⁴⁰, mas percebeu a profundidade e a delicadeza com que as construções culturais ligadas a sua identidade de gênero estavam presentes em seu cotidiano. Maricota pode não ter desempenhado de forma tradicional o trabalho doméstico, mas compreendeu que mesmo não o realizando, a reconfiguração e o seu redimensionamento, ao que é construído como espaço privado, aconteceu para ela (e não ao marido).

Até aqui foram vistas somente mulheres, que em suas memórias publicadas, narraram sobre a realização do trabalho doméstico. De um modo geral, foi visto que para algumas delas o exílio tornou uma reconfiguração com relação à redistribuição das funções, significando

⁶³⁹ Memórias de Maricota da Silva. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 44- 45.

⁶⁴⁰ Memórias de Maricota da Silva. In: COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.). *Ibidem*. p. 44.

assumir o trabalho doméstico (no caso de Elza e Lucia), a dupla jornada (no caso de Eny), o conflito com os companheiros (para Sonia e Angelina) e a hierarquização do espaço doméstico (para Maricota). Por outro lado, os homens, em suas memórias publicadas, não falaram sobre esta questão, conforme já conjecturado no capítulo 2 e melhor explicado no próximo subtópico. No entanto, o contexto de construção das memórias em temporalidades e espaços de sociabilidades diferentes, em virtude da realização de entrevistas pautadas na metodologia de história oral, rompe com esta afirmação, como será visto nas situações de Geronimo Machado e Vilson Rosalino.

Em entrevista realizada para esta pesquisa, com Geronimo Machado, ao ser perguntado sobre como era a questão do cotidiano e se (ele e companheira) tinham empregada doméstica, explicou de forma detalhada que:

Não, não. Essa coisa de ter empregada é impensável. Eu conheci um amigo meu, que foi colega meu, no doutorado lá e tal, e ele tinha um emprego federal e parece que ele tinha uma bolsa na universidade dele no Rio de Janeiro. A gente até fazia chacota, esse cara levou empregada doméstica, cachorro, papagaio, ãh... tudo. Porque ele era um cara rico. Ele já leva a empregada doméstica daqui, ele levou daqui para lá. Agora lá era impensável. Quer dizer, quando a gente tinha uma situação de ‘acasalamento’, era mais ou menos assim em Paris e tal, em geral sempre havia uma razoável divisão de tarefas e colaboração. De boa maneira, de má maneira, mais anárquico, mais organizado e tal, mas era obrigatório. Essa era a necessidade da vida. Ambos trabalhavam, ambos estudavam, ambos tinham as suas atividades. Tinha as atividades comuns fora, as atividades pessoais divergente de cada um na rua, e dentro de casa a mesma coisa: as atividades comuns e as atividades divergentes. Cada um fazia as suas coisas, mas cada um tinha que contribuir para a vida caseira. [...] Isso não existia. Esse item, quem fala disso se te falar é a turma rica, a turma de muito dinheiro, o cidadão normal, assim como a classe média francesa não tem empregada doméstica. Isso já nos anos 70 já tinha acabado. Não tinha como, porque o que é

que oneroso fora do Brasil? É a força de trabalho. O que vale ouro nos Estados Unidos, na Europa, e no Japão, é a força de trabalho manual e intelectual, ela custa caro. Para tu ter uma empregada doméstica em casa tu tinha que ter muito dinheiro porque era uma trabalhadora igual a ti. Se tu não tem um patrimônio com muito dinheiro não tem como tu manter a empregada doméstica em casa, tu vais ter que fazer o serviço. Quer dizer, por isso que tem restaurante, por isso que tem cantina, por isso que já tinha as máquinas de lavar roupa. [...] Porque todo mundo morava em quartinho lá pequeno, não tinha lugar para bota a máquina, não tinha como usar, não tinha como fazer as coisas em casa, nem cozinha e nem lavação e higiene e tal. Então, no máximo, tem um lugar para dormir, quiçá uma salinha, tu pode até ter uma cozinhinha e um fogãozinho, bastante simples, era um tripezinho, fogão a gás. O banheiro às vezes era um cubículo, era um quartinho, com cano de água, removível, tu botava em qualquer lugar. Era móvel, o banheiro era uma coisa móvel. Tu instalava no lugar do ponto que tivesse saída para a água, ligava na saída de água de casa, com a torneira da cozinha, se tivesse cozinha, ou de banheiro, mas não tinha digamos espaço para tu ter nada além disso. De modo que, vida doméstica, com dependência de doméstica e empregada doméstica não há a menor hipótese.⁶⁴¹

Geronimo explicou que a ideia de ter uma pessoa que realizasse o trabalho doméstico era algo impensável para Paris, onde vivia, e que somente as pessoas muito ricas tinham condições de pagar. Primeiramente, elencou, como já dito anteriormente, que isso se dava porque o custo de uma trabalhadora para desempenhar essa função era muito caro e, portanto, todos deveriam executá-lo em seus cotidianos. Apesar disso, Geronimo chamou atenção para algumas praticidades que existiam no período e das quais as pessoas que viviam nesse espaço acabavam usufruindo. Além disso, exemplificou como era limitada residência que tinha na cidade de Paris e como o que restava a fazer era muito pouco.

⁶⁴¹ MACHADO, Geronimo W. Op. Cit.

Geronimo vivia no contexto universitário onde, certamente, possuía facilidades a partir da garantia de alguns serviços de consumo, que por sua vez eram diferentes dos/as demais exilados/as. A soma entre o pouco espaço doméstico e algumas praticidades disponíveis, em função da vida universitária e de viver em uma grande metrópole como Paris, exercia uma delimitação do que era e podia ser praticado com relação à vida doméstica. O que de certa forma resultava em restritas atividades no que diz respeito ao trabalho doméstico e, muito provavelmente, em menos dificuldades na realização desses trabalhos. Nesse sentido, ao ser questionado se existia uma divisão do trabalho em seu cotidiano, Geronimo contou que dividia e que, em Paris naquele momento, já existiam muitas opções que facilitavam muito a vida com relação a isso, como comidas pré-cozidas no supermercado, cantinas e restaurantes públicos, e lavanderias públicas⁶⁴².

A narrativa de Geronimo Machado sobre o trabalho doméstico se deu pela minha interlocução em virtude da minha pesquisa, quebrando um pouco do silêncio que existe por parte dos homens exilados que não costumam retratar a questão. Geronimo, por conta de algumas facilidades encontradas, que não eram presentes em seu lugar de origem, contou que participava ativamente das divisões do trabalho doméstico e que, de um modo geral, elas não eram tão árduas. Apesar de seu argumento ser válido, em decorrência da peculiaridade de sua situação no que diz respeito à vivência a um espaço universitário, a construção da sua memória se deu no contexto atual. Em função da mediação acontecida por uma pesquisa que está preocupada pelos debates de gênero e pelo contexto atual de um maior debate sobre a divisão do trabalho doméstico, parece improvável que um homem nessa situação não contasse que realizava, dividia ou ao menos ‘ajudava’ com a execução do trabalho doméstico.

De modo parecido tem-se a situação de Vilson Rosalino, que também vivia no espaço universitário e foi interpelado sobre o trabalho doméstico em função da entrevista para esta pesquisa, conforme pode ser visto abaixo:

ER: [...] é quando você morava junto com a sua namorada é... como é que ficava a questão da divisão do trabalho doméstico assim?

VR: Nem tinha muito a gente comia em restaurante universitário [risos]

⁶⁴² MACHADO, Geronimo W. *Ibidem*.

ER: Bom saber. Mas as coisas do dia a dia assim, sei lá, lavar a roupa, vocês lavavam fora também?

VR: Às vezes, o mais comum era assim. Como nós não ficamos muito tempo e quando se foi para a cidade universitária lá se tinha um esquema próprio, da própria universidade tinha restaurante e manutenção dos quartos, essas coisas tudo, você não tinha quase nenhuma obrigação doméstica.

ER: Ah é?

VR: É porque era na cidade universitária internacional tu tinha serviço de camareira, serviço de... então não tinha...

ER: Nem lavar a roupa não precisava?

VR: Não. Ah, bom, essa a tua roupa tu lavavas em uma lavanderia, põe em uma máquina e depois tira ela e usa sem passar lá em Paris.⁶⁴³

Vilson Rosalino enunciou que pelo fato de viver na cidade universitária tinha poucas atividades domésticas para serem feitas, uma vez que as refeições eram realizadas no restaurante e os quartos eram limpos pela própria organização das acomodações. O fato de estar vinculado à universidade e ter benefícios práticos para a vida cotidiana, serviram como mecanismos facilitadores para a manutenção de sua vida e garantiram uma maior comodidade quanto ao seu cotidiano. No entanto, diferentemente de Geronimo Machado, Vilson Rosalino mesmo questionado em função dessa pesquisa, não trouxe muitos detalhes acerca do trabalho doméstico em sua narrativa, não afirmando que dividia as tarefas domésticas, mesmo aquelas ligadas à lavagem de roupas que não eram disponibilizados na moradia em que vivia.

As situações de Geronimo Machado e Vilson Rosalino são interessantes porque trazem um pouco sobre a relação direta entre a multiplicidade de vivências e o trabalho doméstico. Obviamente, viver no espaço universitário, com bolsa de estudo (no caso de Geronimo) e realizando estágio (no caso do Vilson) deu garantias e possibilidades diferentes dos/as demais exilados/as. Garantias e possibilidades que foram importantes nas várias vivências do exílio, independente da origem econômica do Brasil, como será visto na situação de Angela Muniz.

Angela saiu para o exílio com o então namorado, com o qual é casada até hoje. Durante o exílio no Chile, o casal não possuía bolsa de

⁶⁴³ SILVEIRA, Vilson Rosalino da. Op. Cit.

estudos e não trabalhava, uma vez que durante o exílio recebiam dinheiro que lhes era enviado pelas famílias que estavam no Brasil⁶⁴⁴. Já na França, em um primeiro momento receberem auxílio da ACNUR por terem o estatuto de refugiado reconhecido e, posteriormente, Angela contou que viviam do dinheiro que a família mandava e de pequenos trabalhos que faziam. Em virtude disso, nos destinos de exílio por onde passaram (Chile e França), tiveram a possibilidade de estudar e de militar⁶⁴⁵. Ao ser perguntada sobre o trabalho doméstico no primeiro e segundo lugar de destino, Angela contou que:

A – Dividíamos todo o trabalho da casa e também o cuidado com as crianças.

E – No Chile?

A – Dividia mesmo no Chile porque o meu marido também gosta de cozinhar, a gente dividia tudo, ele fez uma horta, ele é ligado, desde aquela época ele já gostava de plantar... Todas as tarefas eram divididas, muito divididas. Ele lavava as fraldas do nosso filho, até hoje, ele faz questão de dizer que ele sempre lavou as fraldas e passava, não existia ainda fraldas descartáveis, era trabalho mesmo, tinha que lavar e passar as fraldas e era ele quem fazia, em um tanque, no chão porque morávamos numa *población*, em uma casa muito humilde e eu tenho histórico de uma pessoa de classe média e fomos morar em uma casa muito humilde por opção nossa e vivia de uma forma muito humilde, tudo dividido com companheiros que moravam conosco.⁶⁴⁶

E – Você falou de todas as tarefas que vocês faziam, e o trabalho doméstico?

A – O trabalho doméstico a gente dividia muito. Nós morávamos com outro casal de brasileiros e ela também era feminista, uma outra trajetória, mas feminista e a gente dividia a cozinha dessas duas casas que eram coladas. Tudo dividido, tudo dividido, dividido mesmo.

E – Você disse que convivia com os brasileiros e...

⁶⁴⁴ MUNIZ, Angela. Op. Cit.

⁶⁴⁵ MUNIZ, Angela. Ibidem.

⁶⁴⁶ MUNIZ, Angela. Ibidem.

A – E com todos, eu te diria que aqueles brasileiros que eu convivia, todo mundo já dividia, nem *ajudava* não, *dividia* o trabalho doméstico e a gente tinha a facilidade de as crianças estarem na creche o dia inteiro. Então a gente ia para a faculdade, a gente ia para os debates, e voltava, fazia a comida, lavava a louça. Essa entidade empregada doméstica não existe na França, não existe isso, a gente levava roupa para lavar e não se passava a roupa, porque a maioria do tempo era frio. Tanto que o meu marido é um cara que faz muita coisa em casa e é um cara público e muito conhecido.⁶⁴⁷

Angela contou que durante o exílio, tanto no Chile quanto na França, o trabalho doméstico sempre foi dividido entre ela e o marido. E da mesma forma que Geronimo e Vilson, ela reafirmou que na França a ideia de ter uma empregada doméstica era impossível, em virtude do alto custo. Ainda, sinalizou que o fato de existirem creches e lugares para lavar roupas, o que facilitava na realização das outras tarefas da vida cotidiana, como o trabalho doméstico.

Além disso, por receberem dinheiro da família e poder somente estudar e militar, sem dúvida fez com que pudessem ter uma maior dedicação ao trabalho doméstico, uma vez que, mesmo tendo trabalhos remunerados, eles não tomavam tanto tempo e empenho em suas vidas. Angela relatou que trabalhava como ajudante na hora do almoço e que o marido fazia comida para vender para fora de casa. Embora Angela e o marido realizassem pequenos trabalhos, estes se tratavam de uma complementação da renda, e a situação de Angela se tornou diferente justamente porque o casal possuía uma situação econômica e um espaço de vivência diferente daquelas de Vilson e Geronimo.

Angela participava do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e no Brasil era de uma organização da nova esquerda, o MR-8, que parecem somar-se em sua perspectiva. Ela também narrou que naquele momento com todos os/as brasileiros/as com quem ela convivia a divisão do trabalho já estava presente. Em sua narrativa, mesmo que parecendo um tanto idealizada, Angela deu a sensação de que dividir o trabalho doméstico já se colocava como um novo projeto político associado ao ideal de ‘novo homem’, anunciando anteriormente, onde todos deveriam participar nas divisões coletivas. Como mencionado no

⁶⁴⁷ MUNIZ, Angela. *Ibidem*.

trecho supracitado, viver em um espaço coletivo, humilde, e tudo dividido entre os companheiros, por escolha colocava-se como um novo projeto que deveria ser realizado em sua vida (talvez, até para romper o que na época era chama de ‘atitude de pequeno burguês’), conforme ainda será visto nas memórias de Sandra Macedo.

Por se tentar de uma análise atual, mediante a minha pesquisa e as perguntas que realizei durante a entrevista, a sua narrativa nesse sentido tem uma questão importante a ser ressaltada. A construção atual da sua narrativa fez com que, em virtude de um casamento de sucesso, dos cuidados em não expor a família e o marido (que hoje é uma pessoa conhecida), e sua perspectiva como feminista, configurou em uma memória acerca do trabalho doméstico um passado um pouco idealizado e diferente das demais. Viu-se até aqui queixas, reforços e conflitos a respeito do trabalho doméstico. Mas, no caso de Angela, a situação estava muito bem a respeito, onde parece ter sido desenhado uma construção entre uma situação excepcional misturada com a construção presente/passado das suas memórias.

Embora parecendo um pouco idealizada, as memórias de Angela Muniz, abriram caminho para pensar que mesmo conflituosa em alguns casos, a divisão do trabalho doméstico estava passando por algumas transformações que foram vividas por jovens da nova esquerda. Angela narrou que ela e o marido dividiam o trabalho doméstico. Da mesma forma, Sandra Macedo, que exilou-se também no Chile e na França, contou que:

ER: Mas aí você ficava responsável pelo trabalho doméstico, a casa, e as crianças?

SM: Não, não, não. Isso aí a gente dividia. Ele ficava muito em casa, ele foi sempre muito de fazer comida, ele sempre foi uma pessoa nada machista. Sempre a gente teve uma divisão de tarefas assim, fora a coisa tradicional, por exemplo, a história da neve que eu estou te contando.⁶⁴⁸

ER: E daí as tarefas domésticas, você trabalhava fora, ele trabalhava fora, como é que isso ficava?

SM: Com nenhum marido eu tive problema com as tarefas domésticas, nem com esse atual. Bom,

⁶⁴⁸ MACEDO, Sandra. Op. Cit.

esse já veio educadinho, foi casado com uma francesa bem militante [risos].

ER: [risos] Eu não sei, eu te pergunto isso porque algumas mulheres me contaram que no exílio o marido fazia tudo, chegou no Brasil ele ficava deitado com as pernas para ar

SM: [inaudível]

ER: ele achava que não precisava fazer nada

SM: É verdade. Não, não, não teve essa, não lembro, se tivesse eu me lembrava, porque essas coisas, essas broncas a gente fica.

ER: Fica.

SM: Não, não, não tinha. Tinham pequenos conflitos assim, de eu acha[r] que, por exemplo, ele arrumava a casa, no dia dele, e na hora dele, sei lá, ele arrumava a casa e não despejava o cinzeiro, entendeu, mais coisas assim, lavava a louça e não lavava a pia. Coisas que até hoje eu tenho. Mas eu acho que isso aí não chega a ser uma coisa de não dividir as tarefas, é mais por uma maneira de ver a questão da limpeza, e das coisas e tal.

ER: Sim.

SM: Não, eu nunca tive isso. Inclusive eu acho assim, eu vejo o meu filho e eu acho ele super feliz nesse sentido, sabe, eu acho que ele foi bem educadinho.⁶⁴⁹

Para Sandra, a realização do trabalho doméstico sempre foi dividida em seu cotidiano, mesmo quando ela e o marido trabalhavam fora de casa em Paris. Segundo ela, nunca houve algum conflito que tivesse sido grande, mas que às vezes aconteceram pequenas discussões sobre a forma de realização das tarefas. Por outro lado, mesmo considerando que todo trabalho doméstico era dividido, contou também que em algumas situações sobrava mais para ela, em virtude das crianças e de uma percepção de maior organização com relação a elas⁶⁵⁰.

Sandra, diferentemente de Angela, não permaneceu casada com a pessoa com que saiu do Brasil e com o seu segundo marido com quem casou durante o exílio na França. Portanto, ao conceder a entrevista e responder as minhas interpelações sobre o trabalho doméstico, mesmo

⁶⁴⁹ MACEDO, Sandra. *Ibidem*.

⁶⁵⁰ MACEDO, Sandra. *Ibidem*.

hoje ambos sendo conhecidos por suas militâncias de resistência a ditadura, ela não tinha em seu presente algum motivo para preservar uma imagem positiva dos ex-companheiros. O que estava em jogo em suas memórias e na construção da sua narrativa, em decorrência de sua entrevista, era justamente a necessidade de explicar uma percepção, a partir de suas vivências, de que algumas transformações já ocorriam naquele período.

As memórias de Sandra Macedo e de Angela Muniz trazem aqui uma perspectiva diferente daquelas elencadas no início do capítulo em virtude de serem ambas ligadas a organizações da nova esquerda, serem aparentemente mais jovens, e que saíram do Brasil em decorrência de militâncias conjuntas, com seus respectivos maridos. Nesse sentido, embora no Brasil não possuíssem questionamentos proporcionados pelo movimento feminista, já viviam novas compreensões um pouco mais igualitárias (para o período), que eram proporcionadas pela nova esquerda. Com o exílio, também, participavam do Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris e, certamente, em função disso buscavam em seu cotidiano uma maior igualdade na realização do trabalho doméstico. Assim, somaram em suas narrativas as perspectivas presentes em suas trajetórias e, ainda que, talvez de modo ideal, apresentam uma nova perspectiva ligada aos seus projetos geracionais.

Com o exílio, a vida cotidiana dos vários sujeitos se reconfigurou e o trabalho doméstico, que não parecia ponto de conflito no Brasil, assumiu um novo lugar na vida dos/as exilados/as. Nesse sentido, as situações de vida de cada sujeito tiveram um papel importante na determinação, na forma e na prática cotidiana deste trabalho, uma vez que a perda da situação econômica e o espaço de reinserção foram determinantes para a sua realização e na maneira como se caracterizou no exílio de brasileiros/as na França. Além disso, imputou a determinados sujeitos, em função das suas identidades de gênero construídas, a atribuição do desempenho dessas atividades.

Para algumas mulheres que viviam uma situação mais privilegiada no Brasil, o exílio significou o reforço de uma atribuição, uma vez que assumiram o trabalho doméstico não realizado em seus lugares de origem, dado que pagavam uma empregada e tiveram a possibilidade de desempenhar trabalhos remunerados fora de seu lar. Mas, para mulheres de origem social diferente, como a Eny, dona de casa casada com um trabalhador de origem operária, por exemplo, o exílio significou o estabelecimento de uma dupla jornada de trabalho.

Por outro lado, além dos reforços ligados à identidade de gênero, conforme levantado, questões mais práticas disponíveis no cotidiano

francês e diferentes espaços de inserção serviram como mecanismos facilitadores para uma maior divisão do trabalho doméstico, como visto nas memórias de Vilson Rosalino, Geronimo Machado, Angela Muniz e Sandra Macedo. Da mesma forma que ideais marcados por projetos políticos geracionais (como a militância na nova esquerda e em grupos de consciência feminista) fizeram emergir práticas cotidianas conflituosas, questionadoras, e narradas como mais igualitárias no que diz respeito a divisão do trabalho doméstico.

Além disso, as memórias apresentadas neste tópico foram mediadas e construídas em diferentes contextos, que estão longe de ter uma perspectiva homogênea, sinalizando objetivos e preocupações variadas por seus narradores, conforme se tentou explicitar na análise individual de cada uma delas. No entanto, apesar de múltiplas vivências com múltiplas memórias narradas em momentos diferentes, um aspecto (que será debatido no próximo tópico) pareceu comum a algumas dessas memórias: os silêncios por parte dos sujeitos de identidade masculina com relação a algumas temáticas.

4.4 OUTROS SILÊNCIOS

Falar de afetos e do trabalho doméstico é falar da vida dos sujeitos, do cotidiano, e das relações de gênero, com construções de masculinidade e feminilidade que se transformaram e são expressas nas narrativas. Um aspecto geral que demonstra essas construções é a forma como cada sujeito produziu e construiu a narrativa (com interlocução direta como no caso das entrevistas ou sem isso como nas autobiográficas) de suas vivências. Nessas construções, parecem evidentes os ditos e os não-ditos e suas respectivas construções de masculinidades e feminilidades, já que sujeitos com identidade de gênero masculina pouco falaram das separações e rearranjos, e quando falaram foi para contar as suas ‘aventuras’.

Da mesma maneira que já mencionando no segundo capítulo, alguns silêncios por parte dos sujeitos com identidades masculinas foram encontrados acerca das temáticas discutidas neste capítulo. Além das questões já levantadas anteriormente, como construções de masculinidades, a desvalorização das vivências de suas companheiras e/ou a percepção de que determinados aspectos não eram importantes de serem mencionados, outras questões podem ser levantadas aqui. De modo geral, acontece porque, especificamente, parecem existir diferentes formas de silêncio atreladas às temáticas recortadas para este capítulo.

Os primeiros deles dizem respeito às relações afetivas e às transformações ligadas às novas configurações familiares que viveram. Nos livros de memórias e autobiografias, publicados e lidos para esta pesquisa, nenhuma informação pôde ser reunida sobre estas temáticas, como *Memórias do Exílio*, *O padre do Diabo* do Padre Lage, *Memórias do Esquecimento* de Flávio Tavares, entre outros que podem ser vistos no item 6.1 *Livros de memórias*, na parte Fontes que se encontra no final desta dissertação.

Obviamente algumas exceções, já analisadas anteriormente, aconteceram. A primeira delas se encontrou nas autobiografias *O Crepúsculo do Macho* de Fernando Gabeira, que narrou sobre as transformações como ‘macho’, *Passagem para o próximo sonho* de Herbert Daniel, que explicitou sobre a importância do exílio para a vivência da homossexualidade, e *No Rabo de Foguete*, em que Ferreira Gullar narrou sobre suas ‘aventuras’ amorosas durante o exílio. De certa forma, a disposição de maiores informações, a partir da construção das narrativas, poderia proporcionar novas perguntas e questões sobre a maneira como homens viveram as reconfigurações familiares e as novas práticas ligadas à sexualidade durante o exílio.

A segunda maneira de exceção ligada aos silêncios estava presente nas duas entrevistas realizadas. Nas entrevistas em que realizei, com os exilados Vilson Rosalino e Geronimo Machado, essas temáticas em alguns momentos foram relatadas, mas em virtude da interlocução que acontece na entrevista (ou entre/vista como explica Alessandro Portelli⁶⁵¹). No entanto, elas não aconteceram sem: os constrangimentos por parte dos entrevistados por conta de uma diferença clara e explícita de identidades de gênero; e com dificuldades para achar uma melhor pergunta, já que não conseguia obter uma resposta que eu considerasse mais satisfatória. Ainda sobre a entrevista de Vilson Rosalino, diferentemente daquela realizada com Geronimo Machado, o que aconteceu foi que o entrevistado se fechou durante o diálogo por algum motivo que não sei identificar precisamente. Vilson Rosalino, que pouco falou sobre a relação com a namorada e o rompimento no exílio, apenas respondeu as perguntas elaboradas e não deu maiores detalhes e explicações.

No que diz respeito ao trabalho doméstico, diferente das temáticas do segundo e terceiro capítulo, os silêncios por parte dos

⁶⁵¹ PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral. In: PORTELLI, Alessandro **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 19-35.

homens foi unânime em suas memórias e autobiografias. Esta condição, por vários momentos, durante as leituras, deu a sensação de que parecia figurar na vida desses sujeitos que aspectos cotidianos de sobrevivência não existiam, como alimentação e ter roupas limpas. A situação do silêncio somente foi rompida com a realização das duas entrevistas supracitadas e os questionamentos mediante esta pesquisa.

Apesar disso, no que diz respeito às memórias das mulheres que relatam sobre o trabalho doméstico cabe sinalizar que isso se deu de forma expressiva no livro *Memórias das Mulheres do Exílio* e nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, isto é, em dois espaços em que narrativas a respeito dessa temática foram possíveis de serem escutadas e eram buscadas. O que faz considerar que a temática nunca emergiu de forma espontânea em nenhuma autobiografia e entrevistas, como com outras questões. Nessa situação, traz-se a tona o fato de que o trabalho doméstico e sua respectiva divisão (além de outros aspectos do cotidiano) ainda precisam ser mais bem ampliados a partir da produção de memórias sobre o exílio.

No período de duração do exílio de brasileiros/as uniu-se os desenraizamentos, presentes em qualquer movimento migratório, às situações contextuais vividas naquele momento, como o feminismo, rupturas ligadas à liberdade sexual, entre outras questões. Em outras palavras, o exílio de brasileiros reuniu aspectos temporais às questões situacionais e específicas dos sujeitos exilados, onde a perda do grupo de referência, da vigilância, somou-se às possibilidades contextuais oferecidas no exterior. Este encontro fez emergir em novas rupturas ligadas ao corpo e às relações de gênero que eram presentes no período, o que por sua vez criou rearranjos familiares, conflitos cotidianos ligados do trabalho doméstico, e novas possibilidades ligadas à sexualidade.

Com este capítulo busquei refletir sobre as transformações do cotidiano exilar ocorridos, principalmente, no destino francês, ligadas às práticas de afetos, arranjos familiares e trabalho doméstico. Foi demonstrado que o exílio significou rupturas das relações familiares, novas possibilidades ligadas aos afetos, momentos de conflitos e de reafirmação das atribuições ligadas ao trabalho doméstico. Estas transformações se refletiram em novas subjetividades e nas relações de gênero vividas cotidianamente pelos/as exilados/as, que alteraram significativamente as suas percepções. Nesse sentido, o contexto francês

foi muito importante, uma vez que permitiu, possibilitou e influenciou as transformações a partir do feminismo, das rupturas vividas, e do contexto diferente.

A participação e a constituição de grupos de consciência, nos quais as mulheres brasileiras estiverem presentes, e o contato com o feminismo foram muito expressivos para questionar os reforços de gênero, principalmente, no que diz respeito ao trabalho doméstico e com relação a outros aspectos do cotidiano. O feminismo foi catalisador de novos projetos, perspectivas e críticas ao cotidiano vivido por parte das exiladas e fez emergir nas práticas cotidianas uma maior igualdade de gênero, tanto com relação às construções familiares quanto no que diz respeito ao trabalho doméstico.

Já no que diz respeito aos sujeitos de identidade de gênero masculina, mesmo se tornando difícil de mensurar em virtude dos vários silêncios, foi possível verificar algumas transformações. Transformações de ‘macho’ que se perceberam opressores, transformações contextuais ligadas aos espaços de convivências, ou ainda aquelas narradas pelas companheiras que passaram a exigir uma participação e uma valorização maior por parte de seus companheiros. Durante este capítulo também apresentei que os aspectos vividos com o exílio com o desenraizamento e o contexto da época também possibilitaram a ruptura da lógica binária que relacionou identidade de gênero à sexualidade. Nesse sentido Herbert Daniel poder romper com as atribuições ligadas ao seu corpo e a sua militância desempenhada no Brasil, e reconstruir-se durante o período que esteve exilado. Além disso, obviamente, estes sujeitos também estavam se aproveitando dos novos comportamentos do período e libertando-se de algumas atribuições ligadas ao gênero.

Memórias construídas em diferentes contextos produziram diferentes autoanálises sobre o passado vivido, que por sua vez constituíram-se com diversos significados. Também foi visto neste capítulo que contextos estiveram presentes no momento das produções das memórias (sejam nas entrevistas ou autobiografias) sobre o passado e deram novas reinterpretações às temáticas analisadas. Em virtude da constante produção e reinterpretação memorialística, certamente, a partir da minha interlocução durante a pesquisa e de novas produções de memórias, outras questões deverão/poderão surgir a respeito dos recortes realizados neste capítulo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dores, rupturas, (res)sentimentos, desenraizamentos, (auto)exclusões, transformações subjetivas, perda do sistema de referências, relações de gênero, laços afetivos e conjugais, projetos políticos, entre tantas outras questões, se (entre)laçaram nas vivências cotidianas que os/as exilados/as tiveram durante a permanência no exterior entre o período de 1964 até 1979. Vivências que entrecruzaram constantemente os aspectos considerados públicos e privados, que, por sua vez, quase sempre foram dissociados em função da construção discursiva por parte de uma historiografia sobre o exílio que se orientou sempre a analisar o primeiro aspecto.

Essa dissertação percorreu a problemática de perceber como as relações de gênero e os laços conjugais e afetivos estiveram presentes nas memórias exilares, o que possibilitou pensar alguns aspectos que pareciam inexistentes para as vivências do exílio. Os temas recortados para a pesquisa foram encontrados mediante aos questionamentos sobre os livros de memórias do Projeto Memórias do Exílio, das autobiografias e entrevistas realizadas para esta pesquisa. Além das leituras específicas das pesquisas já realizadas que me deram embasamento para a escrita desse trabalho.

Nesse sentido, foi possível verificar como os vários laços e os (des)vínculos estiveram presentes durante o período e nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, e homens e homens. A partir disso, algumas temáticas foram recortadas como: a construção da categoria exílio e suas subjetividades e hierárquicas atreladas; a importância dos laços conjugais e das relações de gênero para a saída do Brasil; os jogos de gênero utilizados para a travessia da fronteira; choques culturais ligados ao gênero e identidades nacionais quando na chegada ao exílio; trabalho doméstico no exílio; e, por último, as transformações dos afetos, das práticas ligadas à sexualidade e das estruturas familiares no exílio.

Conforme foi demonstrado, a categoria exílio (muito utilizada por historiadores/as sociólogos/as, entre outros) se mostrou restritiva às militâncias políticas e forjou uma história de homens. Esta situação me fez considerar que para a análise dos exílios das ditaduras do Cone Sul é necessário a utilização de uma categoria ampliada, conforme já foi sugerido por Anete Goldberg e Denise Rollemberg. Mas, mesmo esta pesquisa sendo pautada nesta constituição, isso não tirou dos/as exilados/as as suas construções hierárquicas. Desta forma, a partir das memórias e discussão proporcionada também por Denise Rollemberg,

percebeu-se a constituição de uma hierarquia entre os ‘acima’ e os ‘abaixo’. Nesta construção, marcada por uma masculinidade imputada, eram considerados exilados os militantes da esquerda armada ou não, que se encontravam em trânsito no exterior; já no segundo grupo situavam os/as ‘fracos/as’, autoexilados/as, os/as ‘desbundados/as’, os familiares e as mulheres (que jamais poderiam ser consideradas como pertencentes ao primeiro grupo).

Além de ser constitutiva de uma virilidade imputada, em que normalmente homens militantes eram considerados exilados em sua plenitude, apresentei duas propostas que questionaram esta hierarquia e fizeram com as mulheres tivessem uma nova construção de si com relação ao exílio. Uma delas esteve atrelada à relação estabelecida com o movimento feminista, ainda durante o exílio, que fez emergir questionamentos nas suas mais diversas situações; e outra à própria realização das entrevistas, que além de possibilitar a fala do grupo dos ‘abaixo’, fez com que a interação entre entrevistada e entrevistadora despertasse na primeira uma nova maneira de pensar no presente com relação ao passado vivido.

A construção da categoria entre os próprios exilados/as deu aos sujeitos que faziam parte do grupo ‘dos abaixo’ uma situação de dupla exclusão: a de saída, a partir do exílio, e a de não ser considerado/a um/a exilado/a mesmo estando fora do país e sofrendo análogos problemas. Estas circunstâncias foram majoritariamente encontradas nas situações das mulheres que deixaram o Brasil em virtude da militância dos seus companheiros e fez com que suas memórias trouxessem vários (re)sentimentos a respeito. Nestas situações ficaram evidentes o entrecruzamento entre o processo político no contexto brasileiro, os laços conjugais vividos por estas mulheres e as relações de gênero que se encontravam presente para o período.

Nesse sentido, demonstrei como estiveram presentes os laços conjugais e como estes laços recaíram muito mais sobre as mulheres, o que fez com que elas deixassem o Brasil. Entretanto, nestas circunstâncias, várias dessas mulheres tiveram participação ativa na realização de outras tarefas, que foram de extrema importância para o exílio e a manutenção da vida de seus familiares, como tomar conta dos filhos/as e se responsabilizar pela organização da mudança quando da partida do marido. Com relação a este ponto, quando as memórias analisadas eram de mulheres que tiveram participação em grupos de consciência, as críticas sobre as situações vividas no passado pareceram mais profundas.

Ademais, como foi demonstrado, em virtude do exílio não possuir uma característica homogênea, as vivências das mulheres não podem ser consideradas restritas a este aspecto. Da mesma forma que nem todos os sujeitos de exílio deixaram o Brasil com a família, nem todas as mulheres saíram enquanto acompanhantes, mas saíram por suas próprias militâncias, sozinhas ou juntas com o cônjuge. Com isso, consegui estabelecer um quadro comparativo e explicitar a influência que tiveram os laços conjugais neste processo. E, igualmente, percebi que durante a saída de algumas mulheres, através da travessia da fronteira física, o gênero emergiu de outra forma. Neste contexto, algumas mulheres utilizaram-se de jogos de reforço do gênero, fortalecendo modelos tradicionais, e instrumentalização de suas identidades, para conseguirem deixar o Brasil.

Uma ausência muito importante nestas análises diz respeito à interseccionalidade relacionada às mulheres e aos homens negros/as. Mesmo demarcada a presença destes sujeitos, em virtude de suas memórias serem muito curtas e não contarem nada sobre os aspectos recortados para esta pesquisa, o argumento não pôde ser desenvolvido. O que acabou restringindo as situações de privilégio das mulheres e homens brancos e de setores médios. Tal situação, da falta de contato com as fontes, também restringiram a pesquisa e a análise dos laços conjugais entre casais heterossexuais. Da mesma forma que, também, não tive acesso a nenhuma entrevista ou autobiografia de exilado, com identidade de gênero masculina, que acompanhou a sua esposa ao exílio ou que se sentiu como um semi-exilado.

Por outro lado, foi presente a articulação entre identidade de gênero e nacionalidade onde, nestas circunstâncias, foi visto que as práticas ligadas ao corpo e à sexualidade, que eram consideradas como costumeiras no cotidiano por aqueles sujeitos no Brasil, se tornaram conflituosos em alguns momentos no exterior. Por sua vez, isto resultou na articulação das duas identidades que juntas passaram a ter um novo significado. Reelaborações como estas também estiveram presentes durante todo o exílio, com suas respectivas transformações, onde novas formas de relações familiares e de afeto se configuraram e os laços conjugais foram, muitas vezes, rompidos.

Como foi mencionado o exílio transformou as vivências em seus vários aspectos, que por sua vez significaram rupturas e ressignificações do que foi até então vivido. Por isso, não pode ser pensando somente em seus aspectos negativos, como as dores, os sofrimentos, e os (res)sentimentos, mas também naqueles transformadores embora todas as dificuldades. Nesse sentido, o exílio político de brasileiros/as foi

pensando aqui como um potencializador das transformações ligadas às relações de gênero, em função das várias circunstâncias contextuais proporcionadas pelas vivências no exterior.

A ruptura com o grupo de pertença, o desenraizamento, com as respectivas perdas das referências, sejam elas nacionais ou de práticas cotidianas, vividas por todos/as os/as exilados/as somaram-se aos aspectos contextuais da época nos lugares de exílio. Nesta conjuntura, perceberam-se as transformações das subjetividades, que produziram para o grupo de exilados/as novas concepções de família, uma maior liberdade sexual, e a rupturas de modelos mais tradicionais de família e de práticas ligadas a sexualidade. Estes rompimentos que subordinavam, sobretudo, as mulheres, significaram uma importante quebra das hierarquias das relações de gênero. Desta forma, foi um momento de grandes mudanças comportamentais ligadas às práticas da sexualidade, que por sua vez transpassavam às condutas aceitas e praticadas por estes mesmos sujeitos no Brasil. Ao mesmo tempo em que, quando da realização dos casamentos, as formas assumidas pelos casais foram diferentes e culminaram com rompimentos das referências consideradas mais tradicionais.

Mas, o exílio não foi somente de rupturas, como foi visto a partir da situação daqueles que estiveram na França. Foi também de reforço das relações de gênero ao subordinar as mulheres, que tinham uma situação mais privilegiada, ao trabalho doméstico ou o estabelecimento de uma dupla jornada de trabalho para aquelas que estavam em uma situação financeira mais complicada. No entanto, também foi um momento onde emergiram novos ideais, marcados por projetos políticos geracionais (como a militância na nova esquerda e em grupos de consciência feminista) que fizeram com que estas práticas cotidianas fossem questionadas e se tornassem mais igualitárias na divisão do trabalho doméstico.

Ser um estrangeiro e poder recriar a si do jeito que lhe convinha, associado aos aspectos temporais, às questões situacionais e específicas dos sujeitos exilados, são apontamentos que também estiveram presentes em algumas narrativas de sujeitos com identidade masculina. Desta forma, mesmo com os vários silêncios, foi possível perceber as transformações de ‘macho’, que se percebem opressores, transformações das atribuições cotidianas ligadas aos espaços de convivências, ou ainda mudanças de práticas narradas pelas companheiras que passaram a exigir uma participação e uma valorização maior por parte de seus companheiros. Além disso, obviamente, estes sujeitos estavam se aproveitando dos novos comportamentos do período, rupturas ligadas às

práticas sexuais atribuídas em função de seus corpos, e libertando-se de algumas atribuições ligadas ao gênero.

Como apontado nos vários momentos em que foram apresentadas as memórias, a participação em grupos de consciência feministas foi muito importante para que os assuntos fordo cotidiano fossem problematizados e questionados, já que passaram a perceber as hierarquias e subordinação ligadas ao gênero. Além da própria produção do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, que serviu para questionar a própria categoria exílio, a participação em movimentos feministas proporcionou questionamentos a respeito da influência dos laços conjugais para saída ao exílio, das práticas cotidianas ligadas à sexualidade, do trabalho doméstico, das hierarquias em virtude da militância política ou não, entre outras questões que ainda podem ser mais bem analisadas.

Desta forma, o movimento feminista interferiu direta ou indiretamente, tanto para homens quanto para as mulheres que durante aquele momento permaneceram no exílio. Fez emergir críticas e questionamentos, grandes transformações das relações estabelecidas anteriormente, embates para questões que pareciam serem inexistentes, e transformações de masculinidades e feminilidades. Em outras palavras, não foi somente uma nova compreensão política que emergia entre os exilados/as, mas também foram novas práticas, projetos e vivências cotidianas que passaram a se tornar presentes.

Uma importante questão que relacionou gênero e os laços que se tornou presente nas narrativas sobre o exílio foram os muitos silêncios encontrados. Comparativamente, com relação aos aspectos mencionados por homens e mulheres nas memórias trouxeram significativas diferenças. A respeito disso, percebeu-se que os homens não relataram muitos os aspectos recortados para esta dissertação. O fato pode ter acontecido em virtude de não terem tido essas vivências ou porque não foram perguntados sobre estes aspectos (como no livro *Memórias do Exílio*). Além disso, outra possibilidade diz respeito ao modelo de masculinidade hegemônica sob a qual esses sujeitos, com identidade de gênero masculina, foram construídos e ensinados culturalmente a não narrar sobre os laços conjugais e os/as filhos/as, o trabalho doméstico, e outros aspectos considerados como privados.

Entretanto, os silêncios possuíram multiplicidade de maneiras, uma vez que diferentes sujeitos se omitiram sobre alguns dos aspectos recortados para a análise e falaram sobre outros. Em função disso foi possível perceber algumas construções existentes e as transformações vividas também por eles. Do mesmo modo em que também se percebeu

a afirmação de narrativas masculinas criadas de maneira aventureira no que diz respeito às vivências ligadas a liberdade sexual, perspectiva que não estava presente nas narrativas das mulheres.

Como já mencionado, a presente dissertação foi desenvolvida a partir de livros de memórias, de autobiografias e de entrevistas realizadas através da metodologia de história oral. Por ser restrita às documentações que tive acesso, muito provavelmente, a partir de outros livros (autobiográficos e de memórias) e de outras entrevistas (criadas em contextos diferentes) novos aspectos poderão emergir. Certamente, a constante produção de memórias possibilitará novas perspectivas com novas análises. Além disso, a ideia de múltiplas experiências me faz considerar também que muitas outras memórias sobre o período ainda devem ser buscadas e analisadas a fim de contemplar as temáticas pesquisadas nesta dissertação.

As narrativas construídas, em função dos seus contextos, proporcionam uma multiplicidade de perspectivas sobre o período vivido. Por conta do tempo de uma pesquisa de mestrado, algumas questões foram recortadas para esta dissertação, mas tantas outras ficaram de fora. São elas: a análise sobre a constituição do mito de exílio atrelada à figura de Ulisses ou de outros homens fortes e viris; as diferentes inserções em trabalhos remunerados e das novas militâncias políticas no exterior; as transformações das práticas e projetos políticos ligadas às identidades de gênero; os vínculos estudantis e as suas possibilidades em função do exílio; entre outras questões. Além dessas temáticas, para pesquisas futuras também seria importante aprofundar a respeito do retorno ao Brasil e as relações de gênero, o exílio interno e suas configurações, e a situação das crianças em todos estes contextos.

Depois de passados dois anos, cheguei às considerações finais. Não entanto, elas não parecem um fim, já que muitos assuntos ainda precisam ser escritos e pesquisados a fim de perceber as constituições hierárquicas das relações humanas no que diz respeito aos exílios da ditadura brasileira. Desejo que de alguma forma o que escrevi nesta dissertação venha abrir caminho e contribuir com novas perspectivas acerca dos exílios de brasileiros/as!

6. FONTES

6.1 Livros de memórias e autobiográficos

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19???: 1. De muitos caminhos**. Vol. 1. Editorial Arcádia, 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do Exílio uma Visão dos Bastidores. **Cadernos de Crítica Feministas**, Recife, Ano III, N. 2, p.178-181,dez. 2009a.

DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro. Codecri, 1982.

GABEIRA, Fernando. **O crepúsculo do macho: depoimento**. 17. Rio de Janeiro (RJ): Codecri, 1981.

GABEIRA, Fernando. **Entradas e Bandeiras**. Rio de Janeiro (RJ): Codecri, 1981.

GULLAR, Ferreira. **Rabo de foguete: os anos do exílio**. Editora Renan. 1998.

GUARANY, Reinaldo. **Os fornos quentes**. São Paulo, Alfa-Omega. 1980.

LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Ed. do autor, 2002.

SIRKIS, Alfredo. **Roleta Chilena**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

TAVARES, Flavio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo, Editora Globo, 1999.

PAZ, Carlos Eugenio. **Viagem à luta armada**: memórias romanceadas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

PAZ, Carlos Eugenio. **Nas trilhas da ALN**: memórias romanceadas. Editora Bertrand. 1997.

PAIVA, Mauricio. **Companheira Carmela**: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro, Mauad, 1996.

ROMANELLI, Antonio Ribeiro. **1964 – Minhas Histórias do Cárcere e do Exílio**. Editora Mazza. 1994.

LAGE, Padre. **O Padre do Diabo**. Editora EMW. 1998

RABÊLO, José Maria e RABÊLO, Thereza. **Os caminhos do exílio**. s/cidade. Editora Vamos, 1986.

RABÊLO, José Maria e RABÊLO, Thereza. **Diásporas**: Os longos caminhos do exílio. s/cidade. Editora Geração. 2001.

VALADARES, Loreta. **Estilhaços**: em tempos de lutar contra a ditadura. Salvador: Secretária da Cultura e Turismo, 2005.

6.2 Entrevistas

ANÔNIMA 1. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 14/02/2015. Acervo da autora.

ANÔNIMA 2. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo da autora.

ANÔNIMA 3. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 16/03/2015. Acervo da autora.

BRITO, Ângela Xavier de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassete). Paris, 28/11/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

CRAIDY, Carmem Maria. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

JORDAN, Marisa. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 31/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

MACEDO, Sandra. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo da autora.

MACHADO, Geronimo W. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 17/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

MUNIZ, Angela. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

SILVEIRA, Vilson Rosalino Da. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 06/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

SILVA, Elizabeth Therezinha de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 07/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

6.3 Depoimentos em evento

COSTA, Albertina de Oliveira. Exílio e Gênero. IN: CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2009b. DVD.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves De. **Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. Política del exilio, **Archipiélago**, n. 26/27, p. 41-52, 1996.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Genebra. In: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados visitado em 04 de agosto de 2013.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada 4: contratos da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-410.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 03, p.745-772, 2007.

AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S. E PEDRO, Joana M. (Org.) **Diásporas, Mobilidades e migrações**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011

BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio**: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BARRAL, Ana Inés Mallimaci. Migraciones y géneros: consolidación de un campo y nuevos desafíos. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. **Entrelugares e mobilidades**: Desafios feministas. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

BENEDUZI, Luis Fernando; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Narrativas de Gênero**: Relatos de História Oral. Vitória: EDUFES, 2014.

BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres Latino-Americanas no Exílio: Universalidade E Especificidade De Suas Experiências. **Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17, p.15-34, jul. 2007.

CASTLES, Stephen. Migrações internacionais no limiar do século XXI: questões e tendências globais. In: CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**: os trabalhadores convidados às migrações globais. Fim de Século, 2005, p. 15-43.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn Avery. **A Nova História Cultural**. São Paulo: (1. reimpressão de 1995) Martins Fontes, 1992. p. 211-139.

_____ & Bourdieu, Pierre. **O sociólogo e o historiador**. São Paulo: Autentica, 2011.

CHOTIL, Mazé Torquato. **Trabalhadores Exilados**: a saga de brasileiros forçados a partir (1964-1985). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do Baú ao Arquivo: Escritas De Si, Escritas Do Outro. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 45- 62. Disponível em <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/8/455>

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-282, jan-abr. 2013

COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de história**. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 187-208.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília, DF: MINC, 2011.

DIÁRIO de uma Busca. Direção de Flávia Castro. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2010. P&B

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória**: O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **Uma nova família?**: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GELLIS, André; HAMUD, Maria Isabel Lima. Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente. **Psicol. Usp**, São Paulo, v. 22, n. 3, p.635-653, Jun/2011

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2004.

GREEN, James N.. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 17, n. 29, p.295-312, set. 2010.

GREEN, Nancy. Dos estudos de migração para os estudos de mulheres para gênero. AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S. E PEDRO, Joana M. (Org.) **Diásporas, Mobilidades e migrações**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011. P.35-47.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

INTERNACIONAL MIGRATION REPORT 2013, IN: http://esa.un.org/unmigration/documents/worldmigration/2013/Full_Document_final.pdf visitado dia 21/04/215 visitado dia 21/04/215

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LEIS, Hector Ricardo. Sobre o ressentimento dos argentinos. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 3, n. 20, p.1-18, nov. 2002.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet**; Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas: uma história dos anos 60**. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. 2009. 320 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970 - 1989)**. 188 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

MEMÓRIA Política. Direção de Ivan Santos. Brasília: TV Câmara, 2003. P&B. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/historia/historiaoral/MemoriaPolitica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes>>. Acesso em: 19 out. 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Deslocamentos geográficos, Experiências subjetivas: Brasileiras no exílio**. IFCH/Unicamp, Coleção Primeira Versão, 2012.

MORAÑA, Mabel. El afecto em la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) **El lenguaje de las emociones**. Madrid: Iberoamerican, 2012. p. 313-338.

MUHLEN, Bruna Krimberg Von; STREY, Marlene Neves. Identidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Editora UFGD: Dourados, 2016.

PASSERINI, Luisa. **Storia e Soggettività: le fonti orali, la memoria**. Firenze: La Nuova Italia, 1988.

_____. **Memoria e Utopia: Il primato dell'intersoggettività**. Torino: Bollati Boringhieri editore. 2003

_____. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p.270-283, 2011.

_____. O feminismo de “Segunda Onda”–corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; Wolff, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

_____; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Circulo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jun. 2007.

PEREIRA, Ligia M L. Algumas reflexões sobre a história de vida, biografias e autobiografias. In: **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: Gandalf, nº 3, 2000, p. 117-127.

PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. p. 279-316.

PISCITELLI, Adriana, ASSIS, Gláucia de O. OLIVAR, José Miguel (org).**Gênero, Sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. PAGU, Unicamp, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1986.

PORTELLI, Alessandro. Conferências: Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História**, v. 15, p. 13-49, 1997.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA,

Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

_____. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Forma e Significação na História Oral: A Pesquisa como um Experimento em Igualdade. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 14, 1997

_____. Fonti orali e potere: una conferenza in Brasile. In: <http://alessandroportelli.blogspot.mx/2010/12/fonti-orali-e-potere-una-conferenza-in.html> visitado em 02/10/2015.

PRADO, Danda. **Ser esposa a mais antiga profissão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: Entre raízes e radares**. Niterói: UFF, 1999.

_____. Esquecimento das memórias. João Roberto Martins Filho (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91.

REIS, Daniel Aarão. As conexões civis da ditadura brasileira. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2002.

_____. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998. p. 45-72.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2), jul-dez, 1995, pp. 71-94.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p.327-351, 2012.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SPIGOLON, Nima Imaculada. **As Noites da Ditadura e os Dias de Utopia...: O Exílio, a Educação e os Percursos de Elza Freire nos Anos de 1964 A 1979...** 2014. 506 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Editora Record, 1999.

VINAR, Maren; VINAR, Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Orgs). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 31-48

ZANIN, Valter; MATTIAZZI, Giulio. **Migrazione, Lavoro, Impresa: Tra America Latina ed Europa**. Torino: Harmattan, 2011.

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas das entrevistas

1. Qual é o seu nome completo?
2. Qual a data de nascimento? Em que ano?
3. Em que cidade nasceu?
4. Como era a sua família? (rica ou pobre; do interior ou da cidade; grande ou pequena; etc. etc.)
5. Sua família tinha algum envolvimento com política?
6. E fez seus estudos aonde?
7. Como viveu o início da ditadura? Trabalhava? Estudava?
8. Como você se envolveu na militância? Quando foi?
9. Militava no Brasil? Em que organização?
10. Foi clandestina/o? (Se sim, perguntar sobre a clandestinidade)
11. E Como era? Foi difícil pra ti o início da ditadura?
12. Foi para o exílio por quê?
13. Como saiu do Brasil?
14. Aonde se exilou? E em que ano foi para o exílio?
15. Como foi a chegada no exílio?
16. E como foram as primeiras adaptações?
17. Dificuldades e facilidades?
18. Trabalhou ou estudou no exílio? Foi diferente do Brasil?
19. Teve o estatuto de refugiado reconhecido?
20. Estava sozinho/a ou com companheiro/a?
21. Como foi o processo de adaptação a longo tempo?
22. Sentiu saudades do Brasil?
23. Teve novos relacionamentos afetivos no exílio? Teve novos namorados, separou-se ou casou de novo?
24. Participava de algum grupo de consciência ou militava em algum espaço? Qual ou quais?
25. Você acha que o exílio modificou a sua vida? (Se sim, em que sentido)
26. E o retorno do exílio como foi?
27. Como e quando aconteceu?
28. A re-adaptação foi fácil?
29. Em que trabalhos e/ou espaços de militâncias você se inseriu no retorno? E hoje?

APÊNDICE B**Roteiro de perguntas sobre clandestinidade:**

(deve ser antecedido com outras perguntas sobre a trajetória da pessoa)

- 1- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua ida a clandestinidade? Como ela aconteceu?
- 2- Você tinha um pseudônimo? Conte-nos como se deu a escolha dele? (nome, documentos, etc.)
- 3- Qual era a função/atividade que desempenhava na clandestinidade?
- 4- Conte-nos um pouco sobre o cotidiano na clandestinidade? (as atividades diárias, os cuidados, o 'ser' outra pessoa, as tarefas, etc.)
- 5- Você entrou na clandestinidade sozinho? Ou com mais alguém?
- 6- Em lugares você viveu quando estava na clandestinidade? (cidades, casa, quarto, etc.).
- 7- Como você se movimentava? (a rua, o pegar ônibus, os cuidados, etc.)
- 8- Você foi preso? Conte-nos um pouco.
- 9- As pessoas sabiam da sua tarefa clandestina?
- 10- Se sim, depois da prisão voltou à clandestinidade? Conte-nos a respeito.
- 11- Algo a mais para nos contar?

APÊNDICE C

Termo de Doação da Entrevista

Local e data

Eu,,
 RG nº:, declaro para os devidos fins que concedo todos os direitos de minha entrevista, do dia, para a estudante de mestrado Eloisa Rosalen (com a pesquisa *Relações de Gênero nas memórias do exílio*) e para o grupo de pesquisa das Professoras Dra. Cristina Scheibe Wolff e Dra. Joana Maria Pedro. Desta forma, autorizo a utilização integralmente ou em partes, sem restrição de prazos e citações, desde a presente data, com finalidade de pesquisa histórica e publicação. E do mesmo modo, autorizo a terceiros o uso do texto final que estará sob a guarda das referidas professoras e ou Laboratório de Estudos de Gênero e História/UFSC.

Assinatura.....

Nome completo legível:

Local e data de nascimento:

Endereço:.....

Telefone:

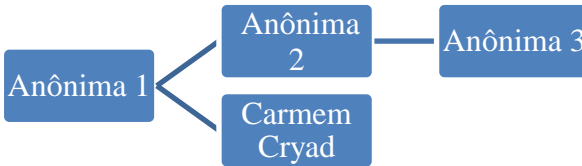
Email:

Profissão:

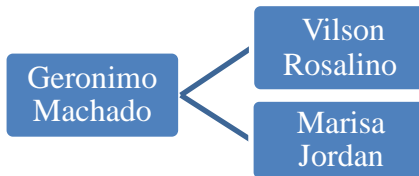
Instituição:.....

APÊNDICE D - Organogramas de como se chegou a cada entrevistada/o

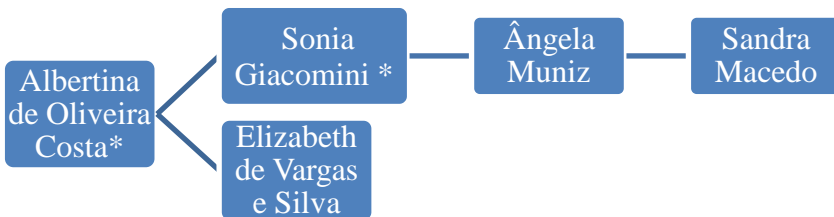
Organograma 1 – Entrevista buscadas por pesquisa da mestranda – Eixo Porto Alegre.



Organograma 2 – Entrevista buscadas por pesquisa da mestranda – Eixo Florianópolis



Organograma 3 – Entrevistas por sugestão de Albertina de Oliveira Costa – Eixo São Paulo e Rio de Janeiro



* Não quiseram conceder entrevista, mas se disponibilizaram a ajudar.

APÊNDICE E

Informações Gerais das Fontes

Nome Completo	Identidade de Gênero	Camada social	Origem: Urbana ou Rural	Identidade étnico-racial	Cidade em que morava quando saiu	Ano que deixou o Brasil	Tipologia da memória
Anônima 1	Feminino	Média	Urbana	Branca	Porto Alegre	1975	Entrevista
Anônima 2	Feminino	Média Alta	Urbana	Branca	Porto Alegre	Idas e vindas. O primeiro exílio em 64	Entrevista
Anônima 3	Feminino	Média	Urbana	Branca	Porto Alegre	Primeiro em 69 e segundo 1971	Entrevista
Angela Muniz	Feminino	Média Alta	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1972	Entrevista
Carmem Maria Craidy	Feminino	Média Alta	Urbana	Branca	São Paulo	1971	Entrevista
Elizabeth de Vargas e Silva	Feminino	Média	Urbana	Identifica-se como de origem negra	Rio de Janeiro	1971	Entrevista
Ângela Xavier de Brito	Feminino	Média	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	Não diz o ano, mas depois de 1968.	Entrevista
Olivia Rangel	Feminino	Média	Urbana	Branca	Campinas	1974	Entrevista

Joffily							
Paulo José Durval da Silva Krischke	Masculino	Média	Urbana	Branca	Florianópolis	Não diz o ano, mas depois de 1969.	Entrevista
Geronimo W. Machado	Masculino	Baixa	Urbana	Branca	Florianópolis	1974	Entrevista
Marisa Jordan	Feminino	Média Alta	Urbana	Branca, de origem alemã	Florianópolis	1976	Entrevista
Sandra Macedo	Feminino	Média	Urbana	Branca	Porto Alegre	1971	Entrevista
Vilson Rosalino	Feminino	Média	Urbana	Branca	Florianópolis	1975	Entrevista
Fernando Gabeira	Masculino	Média	Rural e depois Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1970	Livro autobiográfico
Ferreira Gullar	Masculino	Média	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	Não diz o ano, mas foi no início da ditadura.	Livro autobiográfico
Flávio Tavares	Masculino	Média	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1969	Livro autobiográfico
Padre Lage	Masculino	Média	Rural	Branca	Interior de Minas Gerais	1964	Livro autobiográfico
Antônio Ribeiro Romanelli	Masculino	Média	Urbana	Branca	Belo Horizonte	1964	Livro autobiográfico
José Maria Rabêllo	Masculino	Média	Urbana	Branca	Belo Horizonte	1964	Livro autobiográfico
Thereza Rabêllo	Feminino	Média	Urbana	Branca	Belo Horizonte	1964	Livro

							autobiográfico
Yara Gouveia	Feminino	Média	Urbana	Branca	Belo Horizonte	Desconhecida	Livro autobiográfico
Herbert Daniel	Masculino	Média	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1974	Livro autobiográfico
Loreta Valadares	Feminino	Média	Urbana	Branca	São Paulo	1973	Livro autobiográfico
Carmella Pezzuti	Feminino	Média	Urbana	Branca	Belo Horizonte	1970	Livro biográfico
Alfredo Sirkis	Masculino	Média Alta	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1971	Livro autobiográfico
Abdias do Nascimento	Masculino	Baixa	Urbana	Negra	Rio de Janeiro	1968	Memórias do Exílio
Anina de Carvalho	Feminino	Média Alta	Urbana	Branca, de origem belga	São Paulo	1971	Memórias do Exílio
Herbert José de Sousa	Masculino	Média	Urbana	Branca	São Paulo	1971	Memórias do Exílio
José Barbosa Monteiro	Masculino	Baixa	Rural e depois Urbana	Desconhecida	São Paulo	1969	Memórias do Exílio
Juliana Rocha	Feminino	Média	Rural e depois Urbana	Desconhecida	São Paulo	Primeiro em 1970 e segundo em 1973	Memórias do Exílio
Magno José Vilela	Masculino	Média Alta	Rural e depois Urbana	Branca	São Paulo	1970	Memórias do Exílio

Márcio Moreira Alves	Masculino	Média Alta	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1968	Memórias do Exílio
Marijane V. Lisboa	Feminino	Desconhecida	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1970	Memórias do Exílio
Artur José Poener	Masculino	Desconhecida	Urbana	Desconhecida	Rio de Janeiro	1970	Memórias do Exílio
Deodato Rivera *****	Masculino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias do Exílio
Fernando Batinga	Masculino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias do Exílio
Francisco Julião	Masculino	Baixa	Rural e depois Urbana	Branca	Brasília	1965	Memórias do Exílio
Leandro Konder	Masculino	Média	Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1971	Memórias do Exílio
Luís Alberto Sanz	Masculino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias do Exílio
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	Feminino	Desconhecida	Rural e depois Urbana	Branca	Rio de Janeiro	1971	Memórias do Exílio
Roberto Morena	Masculino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias do Exílio
Ida Schrage **	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Branca	Osasco	1969	Memórias do Exílio
Clemes Schrage **	Masculino	Desconhecida	Desconhecida	Branca	Osasco	1969	Memórias do Exílio

Anônimo (Geralda)	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Rio de Janeiro	Desconhecida	Memórias do Exílio
Anônimo ***	Masculino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias do Exílio
Maricota da Silva	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Zuleika Alambert	Feminino	Média	Urbana	Branca	São Paulo****	1970	Memórias das Mulheres do Exílio
Maria do Carmo Brito	Feminino	Desconhecida	Urbana	Branca	Rio de Janeiro*****	1970	Memórias das Mulheres do Exílio
Alice	Feminino	Alta	Urbana	Desconhecida	Desconhecida	Não diz o ano, mas foi após 1971	Memórias das Mulheres do Exílio
Carmem	Feminino	Baixa	Urbana	Negra	Desconhecida	1969	Memórias das Mulheres do Exílio
Fátima Freire Dowbor	Feminino	Alta	Urbana	Branca	Recife	1964	Memórias das Mulheres do Exílio
Vânia	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio

Beatriz	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Saudade	Feminino	Classe média baixa	Rural e depois Urbana	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Leta de Souza Alves	Feminino	Classe média baixa	Rural e depois Urbana	Desconhecida	Rio de Janeiro	1971	Memórias das Mulheres do Exílio
Levo essa criança comigo?	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Elza Freire	Feminino	Alta	Urbana	Branca	Recife	1964	Memórias das Mulheres do Exílio
A bela do terror	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida, mas após 69	Memórias das Mulheres do Exílio
Eny	Feminino	Baixa	Urbana	Desconhecida	São Bernardo do Campo	1971	Memórias das Mulheres do Exílio
França, primavera de 79 (Lucia)	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio

Damaris de Oliveira Lucena	Feminino	Baixa	Urbana	Negra	São Paulo	1970	Memórias das Mulheres do Exílio
Angelina**	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	São Paulo	Não diz o ano, mas foi após 1971	Memórias das Mulheres do Exílio
Sonia **	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	São Paulo	Não diz o ano, mas foi após 1971	Memórias das Mulheres do Exílio
Célia	Feminino	Baixa	Urbana	Negra	Rio de Janeiro	1973	Memórias das Mulheres do Exílio
Liege	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Sandra	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	Rio de Janeiro	1971	Memórias das Mulheres do Exílio
Eunice	Feminino	Desconhecida	Urbana	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio

Ana Maria	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Não diz o ano, mas foi antes de 1973	Memórias das Mulheres do Exílio
Arlete	Feminino	Baixa	Urbana	Branca	São Paulo	1967	Memórias das Mulheres do Exílio
Maria Nakano	Feminino	Média	Urbana	Origem oriental	São Paulo	1971	Memórias das Mulheres do Exílio
Naná	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Joana	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	São Paulo	1974	Memórias das Mulheres do Exílio
Amore, che bello!	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Maria Valdez Coelho da Paz	Feminino	Desconhecida	Urbana	Desconhecida	Rio de Janeiro	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio
Maria B.	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	Desconhecida	1969	Memórias das Mulheres do Exílio

Eva	Feminino	Média	Urbana	Desconhecida	Desconhecida	1975	Memórias das Mulheres do Exílio
Emília Viotti da Costa	Feminino	Desconhecida	Urbana	Branca	São Paulo	1972	Memórias das Mulheres do Exílio
Círculo *****	Feminino	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Desconhecida	Memórias das Mulheres do Exílio

** É um depoimento em conjunto

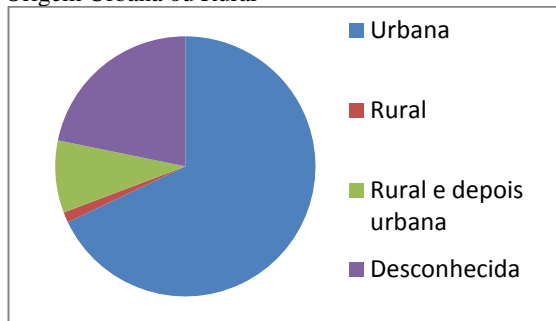
*** Depoimento de uma página sem muitas informações

****Zuleika nasceu em Santos. Coloquei São Paulo que foi onde ela militou clandestinamente, mas certamente por sua militância deve ter passado por várias cidades.

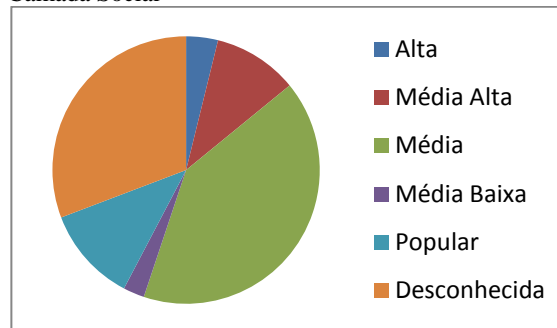
*****Nasceu em Belo Horizonte, mas estava militando no Rio de Janeiro. Estava presa e saiu trocada por um embaixador.

***** É uma poesia o depoimento dele.

***** Depoimento conjunto de 10 mulheres que eram do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, em que só é apresentado o primeiro nome. Por isso, sobre a maioria deles não se tem informações.

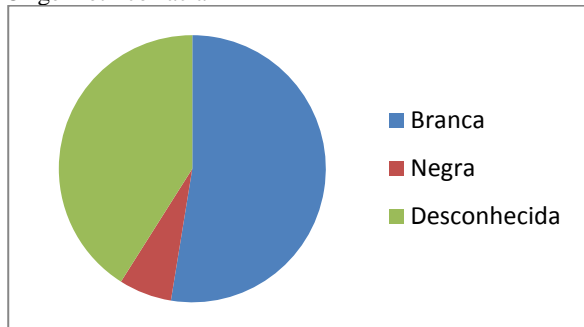
Resultados:**Origem Urbana ou Rural**

Fonte: Tabela “Informações gerais das fontes”.

Camada Social

Fonte: Tabela “Informações gerais das fontes”.

Origem étnico-racial



Fonte: Tabela “Informações gerais das fontes”.